UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NUCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TRABALHO DOCENTE, FAMÍLIA E VIDA PESSOAL – permanências, deslocamentos e mudanças contemporâneas.

SILMERE ALVES SANTOS

SÃO CRISTÓVAO/SE
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NUCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TRABALHO DOCENTE, FAMÍLIA E VIDA PESSOAL – permanências, deslocamentos e mudanças contemporâneas.

SILMERE ALVES SANTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação, na linha de pesquisa História, Política e Sociedade, sob orientação da Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz.

SÃO CRISTÓVAO/SE
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Silmere Alves
S237t Trabalho docente, família e vida pessoal : permanências, deslocamentos e mudanças contemporâneas / Silmere Alves Santos ; orientadora Maria Helena Santana Cruz. – São Cristóvão, 2012.
310 f. : il.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Professores universitários. 2. Trabalho e família. 3. Divisão do trabalho – Gênero. I. Cruz, Maria Helena Santana, orient. II. Título.

CDU 378.011.3-055.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

SILMERE ALVES SANTOS

TRABALHO DOCENTE, FAMÍLIA E VIDA PESSOAL - PERMANÊNCIAS DESLOCAMENTOS E MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Prof.ª Dr.ª Maria Helena Santana Cruz (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação (UFS)

Prof. Dr. Bernard Jean Jacques Charlot
Programa de Pós- Graduação em Educação (UFS)

Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves
Programa de Pós Graduação em Educação (UFS)

Prof.ª Dr.ª Celecina de Maria Veras Sales
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.ª Dr.ª Laura Susana Durque Arrozola
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2012

DEDICATÓRIA

Ao meu filho Gabriel Alves de Souza Tavares que desde 2000, ano em que nasceu, divide a minha atenção com a minha formação acadêmica e trabalho docente. De 2000 a 2004 ele acompanhou a minha graduação em serviço social, de 2005 a 2007 o meu mestrado em educação e de 2008 a 2012 o meu doutoramento. Sempre trazendo especificidades de sua vida que me colocam em xeque, exigindo perseverança, persistência e o equilíbrio para levar adiante os projetos profissional e familiar.

Ao meu filho Gustavo Alves de Souza Tavares, por chegar de mansinho com seu jeitinho marcante, expressivo e desde 2009 trazer energias positivas e instigantes para a nossa família dando-me a oportunidade de vivenciar, por ser doutoranda, as questões relacionadas ao meu objeto de pesquisa.

Ao meu esposo Márcio Fernandes Souza Silva por ter se dedicado a nossa família reconstituída com todo zelo e amor, estando disposto a conhecer as questões de gênero e agir participativamente nas responsabilidades familiares. *"É difícil, pois tenho 45 anos de formação patriarcalista, mas estou aberto às mudanças."*

Aos meus irmãos Silvânia Alves, Alexandre Alves, Adailton Alves, Sueli Alves e Sara Alves sempre solícitos e carinhosos nos cuidados, expressando sem medir esforços o amor de companheirismo e irmandade.

À minha mãe, Terezinha Alves Correia, desde criança eu pude ver através dela os efeitos de uma educação conservadora que não se preocupava com a emancipação da mulher, dedicada ao casamento e ao amor romântico.

Ao Cícero Gonçalves de Souza Neto (*in memoriam*), por ter me proporcionado oportunidades de aprendizagem, meu reconhecimento. Impregnados de valores patriarcalistas, nunca abandonou os filhos, mas viveu a contradição e a complexidade de ser homem do tempo contemporâneo.

Aos mantenedores da Faculdade José Augusto Vieira e todas/os as/os colegas de trabalho, na pessoa da Srª Josete Reis Vieira, pelas oportunidades inigualáveis de crescimento profissional e amadurecimento pessoal.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar. *"Eu já cheguei até aqui, eu conheci TEU poder."*

À Profª. Drª. Maria Helena Santana Cruz pelas oportunidades de aprendizagem e formação acadêmica e pelas orientações para construir uma carreira profissional. Por ter me apresentado as questões de gênero há mais de 10 anos, possibilitou que eu entendesse aspectos vivenciados que me inquietavam. Pela oportunidade de esclarecimento e ampliação do meu entendimento e conhecimento. Minha admiração e respeito.

Aos professores Dr. Bernard Charlot, Dr. Paulo Neves pelas leituras durante a qualificação e a defesa desta tese, por sua atenção e zelo na leitura dos meus escritos. Meus agradecimentos.

Às professoras Drª Laura Arrazola e Celecina Sales, pelas contribuições a esta tese e as pesquisa de gênero no Brasil.

Às professoras Drª Eliana Romão e Drª Sônia Meire pela disponibilidade e atenção para composição da suplência da banca de defesa desta tese.

À Profª. Ma. Ana Luiza Melo de Almeida, Prof. Me. Fernando José Ferreira Aguiar, Prof. Me. Adalberto de Oliveira Brandão e a Profª. Ma. Ana Lucia Simões Borges Fonseca, amigas (os) e irmãs (os) por me acompanharem em todos os momentos de minha carreira, formação acadêmica e maternidade, principalmente durante a trajetória de doutoramento.

Aos colegas Alfredo Menezes pelos serviços técnicos de informática, Neide Dantas pelo resumo em espanhol, Joannes Souza pelo resumo em francês e Ana Lúcia Simões pelo resumo em inglês.

Desconstruindo Amélia
Pitty e Martin

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar.

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume esquecia-se dela
Sempre a última a sair.

Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também.

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
ela é muitas, se você quer saber.

Hoje aos trinta é melhor que aos dezoito
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos
Ainda vai pra *night* ferver.

Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também.

RESUMO

Tendo como epistemologia a perspectiva histórico-crítica e feminista, (*considerando o contexto da sociedade brasileira, nordestina e os processos de reestruturação produtiva da universidade*) esta pesquisa objetivou conhecer os deslocamentos, as mudanças e permanências nos âmbitos do trabalho docente, da família e da vida pessoal, que dificultam e/ou possibilitam relações mais igualitárias, equitativas entre os gêneros e/ou que apontem outros padrões de sociabilidade favoráveis à articulação entre as esferas privada/pública, entre docentes que trabalham na universidade pública brasileira sergipana. Metodologicamente, a pesquisa qualitativa mostrou-se relevante por meio do estudo de caso. O campo empírico da pesquisa foi a Universidade Federal de Sergipe/Campus São Cristóvão e seus centros: CCSA, CCBS, CCET, CECH. Utilizaram-se várias fontes de coleta de dados como sites (CNPQ, Ministério da Ciência e Tecnologia, SBPC, ANDIFES, Conselho de Reitores Universitários, IBGE, PNAD); o Anuário Estatístico 2008, da Universidade Federal de Sergipe para traçar o perfil das/os docentes. Foram trabalhadas várias categorias teóricas como divisão sexual do trabalho, segregação vertical e horizontal, teto de vidro, precarização do trabalho, entre outras. Identificou-se a concentração dos grupos ocupacionais masculinos e femininos na população de 323 (60,6%) homens e 210 (39,4%) mulheres, totalizando 533 (100%) docentes do quadro permanente, do ano de 2008. Foram aplicados 107 questionários fechados e 14 questionários abertos. Os resultados informam que no contexto do trabalho docente na UFS, permanece a divisão sexual, a segregação horizontal e vertical, descobrindo-se a segregação paralela compondo a segregação tridimensional; permanece o gueto nas ciências exatas; constata-se que a produtividade e o trabalho substituto são prioritariamente ocupados pelo sexo feminino. As representações dos sujeitos apontam com relação às responsabilidades familiares que, em nome do amor e do dever materno, as mulheres preponderantemente assumem tais responsabilidades, e não se auto identificam como feministas; são ao mesmo tempo vencedoras e perdedoras da reflexividade; verificam-se estereótipos de gênero como expressão do preconceito. Quanto à vida pessoal, os dados apontam que as mulheres descansam menos de 8 horas por dia, assumem uma quádrupla jornada de trabalho, e entre as mulheres casadas estas horas estão associadas ao cuidar dos filhos e de si mesmas. Constata-se que os arquétipos tradicionais ligados ao patriarcalismo, aos papéis direcionados à mulher (cozinhar, cozer e cuidar) foram substituídos por estudar, trabalhar, amar, procriar ou não, e cuidar, estes não necessariamente ligados ao casamento ou à heterossexualidade. Os papéis do homem como chefe da família e provedor, também sofreram deslocamentos resultantes da participação da mulher no mercado de trabalho, da elevação de seus níveis de escolaridade, do agravamento econômico para sustentar a família ou a intensificação do consumismo e da maternidade reflexiva. Assim, articular trabalho, família e vida pessoal não é uma questão só de mulheres. É uma questão de homens e de mulheres enquanto procriadores de seres humanos; do Estado, enquanto questão social, e assim, deve ser objeto de políticas públicas; das organizações, enquanto objeto de ações de responsabilidade social; da sociedade civil organizada numa perspectiva de atuação coletiva na luta por direitos humanos igualitários e equitativos.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente. Família. Vida Pessoal. Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

Having the historical-critical and feminist epistemology (considering the context of the Brazilian northeastern society and the processes of productive restructuring of the university) this research aimed at knowing the displacements, changes and permanence in the spheres of work, family and personal life, which make it difficult and/or possible to have more egalitarian and equitable relations amongst genders and/or point to other patterns of sociabilit favor the articulation between private/public spheres and amongst teachers who work in the Brazilian public university of the state of Sergipe. As to the methodology, the qualitative research showed its relevance by means of the case study. Its empirical field was the Federal University of Sergipe/São Cristóvão Campus and its academic centers: CCSA, CCBS, CCET, CECH. To collect data, various sources were used to trace teachers' profile such as websites (CNPQ, Ministry of Science and Technology, SBPC, ANDIFES, Council of University Rectors, IBGE, PNAD) and the 2008 Statistical Yearbook of the Federal University of Sergipe. Many theoretical categories were investigated like labor sexual division, vertical and horizontal segregation, glass ceiling, degeneration of work, amongst others. The concentration of male and female occupational groups was identified in a population of 323 (60,6%) men and 210 (39,4%) women, adding up 533 (100%) teachers of the permanent personnel, in 2008. One hundred seven closed-ended questionnaires and fourteen open questionnaires were applied. The results inform that in the context of teaching work at the Federal University of Sergipe, the sexual division and the horizontal and vertical segregation still prevail, unveiling the parallel segregation which composes the tridimensional segregation. Therefore the ghetto remains in the Science area; it is stated that productivity and substitute work are primarily occupied by the female sex. The subjects' representations point to family responsibilities which, towards love and maternal duties, women are the ones to assume, and they do not identify themselves as feminists, they are winners and losers of reflection; gender stereotypes appear as an expression of prejudice. As to personal life, data point to the fact that women rest less than eight hours a day, assume quadruple working hours, and amongst married women such hours are associated with their taking care of their children and of themselves. It can be said that the traditional archetypes linked to patriarchy, to the roles directed to women (cooking, sewing and taking care of someone) were substituted by studying, working, loving, giving birth to a child or not, and taking care of him/her, the latter not necessarily related to marriage or heterosexuality. Men's roles as the boss of the family and its provider were also displaced due to women's participation in the labor market, the increase in their level of schooling, the deterioration of economy for one to support one's family or due to the intensification of consumerism and reflective maternity. So, articulating work, family and personal life is not only an issue for women. It is an issue for both men and women as procreators of human beings; for the State as it is a social matter, and therefore, must be the object of public policies; for the organizations as the object of actions which require social responsibility and for the society, organized from a perspective of collective performance aiming at fighting for egalitarian and equitable human rights.

KEYWORDS: Teaching work. Family. Personal life. Labor sexual division.

RESUMEN

Teniendo como epistemología la perspectiva histórico-critica y feminista (*teniendo en cuenta el contexto de la sociedad brasileña, noreste u los procesos de reestructuración productiva de la universidad*) esta investigación tuvo como objetivo identificar los cambios de trabajo, familia y vida personal. La prevención y/ o permitir que las relaciones más igualitarias y equitativas de género y/u otros que señalan los patrones de sociabilidad favorables a la relación entre la esfera privada/publica, incluyendo a los maestros que trabajan en la universidad pública brasileña sergipana. Metrológicamente la investigación cualitativa se ha mostrado que es pertinente a través del estudio de caso. El campo empírico de la investigación fue la Universidad Federal de Sergipe/Campus de San Cristóbal y de sus centros: CCSA, CCBS, CCET, CECH. Hemos utilizado varias fuentes de los sitios de recolección de datos como (CNPQ, el Ministerio de Ciencia y Tecnología, SBPC, ANDIFES, Consejo de Rectores, el IBGE, PNAD, el anuario estadístico de 2008, la Universidad Federal de Sergipe con el perfil de la / los profesores. Hemos trabajado en varias categorías teóricas tales como la división sexual del trabajo, la segregación vertical y horizontal, techo de cristal, el empleo precario, entre otros. Se identificó la concentración de grupos de trabajo masculina y femenina en la población de 323 (60,6%) hombres y 210 (39,4%), un total de 533 (100 %) de los permanentes, el año 2008. Se aplicaron 107 cuestionarios, 14 cerrados y 14 abiertos. Los resultados indican que en el contexto de la enseñanza en la UFS, la división sexual sigue siendo, la segregación horizontal y vertical que encontró en paralelo dimensiones de componer. Por lo tanto, el guetto se queda en las ciencias exactas, parece que la productividad y la sustitución de trabajo son principalmente ocupadas por mujeres. Con respecto a las responsabilidades familiares, en nombre del a mor maternal y el deber sobre todo las mujeres asumen esas responsabilidades, y no se identifican como feministas, son ganadores y perdedores de la reflexividad, hay estereotipos de género como una expresión de prejuicio. Parece que los arquetipos relacionados con el patriarcado tradicional, los papeles dirigidos a las mujeres (cocinar, hornear y el cuidado) fueron reemplazados por estudiar, trabajar, amar, procrear o no, y la atención, no necesariamente vinculados con el matrimonio o la heterosexualidad, Los roles de los hombres como cabeza, de la familia y el proveedor también sufrieron el desplazamiento resultante de la participación de las mujeres en el mercado laboral, la educación, el empeoramiento de la economía para sostener o la intensificación del consumismo. Por lo tanto, la vida de trabajo conjunto, la familia y personal no es un asunto de hombres y mujeres como reproductoras de los seres, el estado como un problema social, y por lo tanto deben ser objeto de políticas públicas y las organizaciones como un objeto de la sociedad civil organizada desde la perspectiva de la acción colectiva en luchar por los derechos humanos igualitarios y equitativos.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza. Familia. Vida Personal. División Sexual del Trabajo.

RÉSUMÉ

Cette recherche a comme épistémologie la perspective historique-critique et féministe (en considèrent le contexte da la société brésilienne, nordestina, et les processus de restructuration productive de l'université) et elle a bien objectivé connaitre les déplacements, les changements, et les permanences dans les cadres du travail, de la famille et de la vie personnel, que rend difficile et/ou rendre possible des relations plus pareilles entre les gendres et/ou que démontrent d'autres modes de sociabilité plus favorables à les articulations entre les sphères de la vie privé/public, entre les professeurs de les universités publiques brésilienne sergipana. Par rapport a la question méthodologique, la recherche qualitative s'est montré relevante avec son étude de cas. Le champ empirique de la recherche a été l'Université fédéral de Sergipe/Campus São Cristovão et ses centres: CCSA, CCBS, CCET, CECH. Il a été utilisé plusieurs sources d'information, comme des sites internet (le CNPq, le Ministère de la science et technologie, la SBPC, l'ANDIFES, le Conseil de directeurs universitaires, l'IBGE, le PNAD); l'Annuaire statistique 2008, de l'Université fédéral de Sergipe, pour démarquer le profil des professeurs. Il a été travaillé plusieurs catégories théoriques comme la division sexuel du travail, la ségrégation vertical et horizontal, plafond de verre, le travail de plus en plus précaire, etc. Il a été identifié la concentration des groupes occupationnelles masculins et féminins dans la population de 323 (60,6%) des hommes et 210 (39,4%) de femmes, avec une totalité de 533 (100%) des professeurs dans le cadre permanent, dans l'année de 2008. Ils ont été appliqué 107 questionnaires fermés e 14 questionnaires ouvertes. Les résultés démontrent que dans le contexte du travail du professeur dans l'UFS, il y a encore la division sexuel, la ségrégation tridimensionnel. De cette façon, il y a encore des groupes exclusives dans les sciences exactes; on peut constater que la productivité et le travail substitut sont principalement occupés par les femmes. En relation avec les responsabilités familières en nom de l'amour et du devoir maternelle, les femmes jouent ce rôle principalement, et elles ne s'identifient pas comme des féministes; elles ont, au même temps, des victoires et de pertes de réflexivité; il est possible percevoir des stéréotypes de gendre comme expression du préjugé. En ce qui concerne la vie personnelle, les données montrent que les femmes se reposent moins que 8 heures par jour, prendre une journée de travail quadruple, et chez les femmes mariées ces heures sont associées aux soins des enfants et eux-mêmes. Il a été constaté que les types traditionnelles lies au paternalisme, les rôles lies pour les femmes (toujours avec de travail domestiques) ont été substitué par étudier, travailler, aimer, avoir ou ne pas avoir de fils, et prendre soin, ces ne sont pas nécessairement lies au mariage ou a l'hétérosexualité. Le rôle de l'homme comme le chef de la famille a changé d'importance avec la participation des femmes dans le marché du travail, avec ses élévations de niveaux de scolarité, avec des crises économiques pour approvisionner la famille ou l'intensification du consumérisme et de la maternité réflexive. De ce façon, articuler le travail, la famille et la vie personnel n'est pas une question seulement pour les femmes. Il s'agite surtout d'une questions pour tous, les hommes et les femmes, comme des parents, pour l'État, une fois qu'il s'agite aussi d'une question social, et ainsi, il doit être objet des politiques publiques; des organisations comme objet des actions des responsabilité social; de la société civil organisé dans une perspective d'action collective par des droits humaines vraiment pareilles.

MOTS CLÉS: Le travail du professeur; Famille; La vie personnel; La division sexuel du travail.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição dos Cursos e Centros por Categoria Analítica.....58
Quadro 2 – Segregação Tridimensional.....239

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de docentes, efetivos, por centro, por curso, por sexo (2008).....164
Tabela 2 – Acesso das mulheres aos cargos das instituições e entidades representativas da área de ciência e tecnologia no Brasil.....190
Tabela 3 – Estrutura hierárquica na UFS, por sexo, 2009.....192
Tabela 4 – Função gratificada na estrutura organizacional, UFS/SE, 2011.....193
Tabela 5 – Graduação e Pós-Graduação, por sexo, na UFS, 2009.....199
Tabela 6 – Programas de Pós-Graduação, em nível doutorado, da UFS.....200
Tabela 7 – Programas de Pós-Graduação, em nível mestrado acadêmico, da UFS, por ano de criação.....204

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Estrutura Organizacional da UFS.....191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Docentes Efetivos, por sexo, Campus São Cristóvão UFS 2008.....164
Gráfico 2 – Porcentagem de docentes, masculinos e femininos, nos grupos ocupacionais masculinos, por curso.....165
Gráfico 3 - Porcentagem de docentes, masculinos e femininos, nos grupos ocupacionais femininos, por curso.....166
Gráfico 4 – Divisão sexual do trabalho docente, no campus São Cristóvão/UFS, 2008, número absoluto de cursos.....167
Gráfico 5 – Grupos ocupacionais pouco sexuados, números absolutos de docentes masculinos e femininos, efetivos, entre 51% e 55%.....168
Gráfico 6 – Divisão sexual do trabalho docente, no campus São Cristóvão/UFS, 2008,

número absoluto de cursos.....169
Gráfico 7 – Cursos com inserção majoritária feminina, número absoluto de docentes, masculino e feminino, efetivos, 2008.....169
Gráfico 8 – Grupos ocupacionais com inserção majoritária masculina de docentes efetivos, sexo masculino e feminino, por curso.....170
Gráfico 9 – Distribuição das docentes efetivas por curso, UFS, 2008.....171
Gráfico 10 – Distribuição dos docentes efetivos por curso, UFS, 2008.....172
Gráfico 11 – Inserção majoritária de docentes, do sexo feminino e masculino, por centro, número absoluto de cursos.....173
Gráfico 12 – Porcentagem de docentes, masculino e feminino, no CCET.....173
Gráfico 13 – Representação gráfica do percentual entre a Existência de divisão sexual e o Sexo, na UFS.....174
Gráfico 14 – Porcentagem de docentes, masculino e feminino, efetivos e substitutos, curso de matemática.....175
Gráfico 15 – Titulação do quadro docente, masculino e feminino, efetivos, curso de matemática, números absolutos.....176
Gráfico 16 – Tempo de serviço, docentes masculinos e femininos, no curso de matemática, em números absolutos.....177
Gráfico 17 – Docentes, masculino e feminino, efetivos e substitutos, curso de Engenharia Civil.....178
Gráfico 18 – Titulação do quadro docente, efetivo e substituto, Engenharia Civil.....179
Gráfico 19 – Tempo de serviço, docentes masculino e feminino, no curso de Engenharia Civil em números absolutos.....180
Gráfico 20 – Docentes masculino e feminino, efetivo e substituto, curso de Física.....181
Gráfico 21 – Titulação do quadro docente, efetivo e substituto, por sexo, curso de Física....182
Gráfico 22 – Tempo de serviço, docentes masculino e feminino, curso de Física em números absolutos.....182
Gráfico 23 – Principais grupos ocupacionais femininos, por sexo, 2008.....185
Gráfico 24 – Principais grupos ocupacionais masculinos, por sexo, 2008.....185
Gráfico 25 – Principais grupos ocupacionais pouco sexuados, por sexo, 2008.....186
Gráfico 26 – Principais grupos ocupacionais femininos, por titulação, 2008.....195
Gráfico 27 – Principais grupos ocupacionais masculinos, por titulação, 2008.....195
Gráfico 28 – Principais grupos ocupacionais femininos, por tempo de serviço, 2008.....196
Gráfico 29 – Principais grupos ocupacionais masculinos, por tempo de serviço, 2008.....196

Gráfico 30 – Grupo ocupacional masculino, por sexo, por titulação.....198
Gráfico 31 – Grupo ocupacional feminino, por sexo, por titulação.....198
Gráfico 32 – Investimento em Qualificação Profissional, por sexo, UFS/SE, 2010.....206
Gráfico 33 – Cargo ocupado pelo sexo feminino, UFS/SE, 2008.....208
Gráfico 34 – Titulação das mulheres docentes da UFS/SE, 2008.....209
Gráfico 35 – Situação de qualificação e não qualificação das docentes da UFS/SE, 2008....209
Gráfico 36 – Grupo ocupacional masculino, por sexo, por estado civil.....211
Gráfico 37 – Grupo ocupacional feminino, por sexo, por estado civil.....211
Gráfico 38 – Estado civil, docentes efetivas, sexo feminino, UFS, 2008.....212
Gráfico 39 – Principais grupos ocupacionais femininos, por faixa etária, 2008.....213
Gráfico 40 – Principais grupos ocupacionais masculinos, por faixa etária, 2008.....213
Gráfico 41 – Faixa etária das mulheres docentes da UFS, por centro.....214
Gráfico 42 – Faixa etária das mulheres docentes da UFS.....214
Gráfico 43 – Tempo de serviço das mulheres docentes da UFS, por centro.....215
Gráfico 44 – Tempo de serviço das mulheres docentes da UFS.....216
Gráfico 45 – Produção bibliográfica, PQ2 – Doutorado em Física.....221
Gráfico 46 – Produção técnica, PQ2 – Doutorado em Física.....221
Gráfico 47 – Orientação concluída, PQ2 – Doutorado em Física.....222
Gráfico 48 – Produção bibliográfica, associado – Doutorado em Educação.....223
Gráfico 49 – Produção técnica, associado – Doutorado em Educação.....224
Gráfico 50 – Orientação concluída, associado – Doutorado em Educação.....224
Gráfico 51 – Produção bibliográfica, associado – Doutorado em Geografia.....225
Gráfico 52 – Produção técnica, associado – Doutorado em Geografia.....225
Gráfico 53 – Orientação concluída, associado – Doutorado em Geografia.....226
Gráfico 54 – Produção bibliográfica, associado – Doutorado em Ciências e Engenharia de Materiais.....227
Gráfico 55 – Produção técnica, associado – Doutorado em Ciências e Engenharia de Materiais.....227
Gráfico 56 – Orientação concluída, associado – doutorado em Ciências e Engenharia de Materiais.....228
Gráfico 57 – Produtividade em programas de doutorado, por sexo, UFS/SE, 2011.....228
Gráfico 58 – Bolsistas de produtividade do CNPQ, dos programas de doutorado, por sexo, UFS/SE, 2011.....229
Gráfico 59 – Docentes efetivos e substitutos, por sexo, campus São Cristóvão/UFS, 2008..233

Gráfico 60 – Docentes efetivos e substitutos, por sexo, por grupo ocupacional, Campus São Cristóvão/UFS, 2008.....233
Gráfico 61 – Distribuição dos grupos ocupacionais, docentes efetivos e substitutos, em números absolutos.....234
Gráfico 62 – Grupos ocupacionais femininos, porcentagem de docentes substitutos, feminino e masculino, por curso, igual ou superior a 56%.....235
Gráfico 63 – Grupos ocupacionais masculinos, porcentagem de docentes substitutos, feminino e masculino, por curso, igual ou superior a 56%..... .235
Gráfico 64 – Comparativo nos grupos ocupacionais masculinos, quadro efetivo e substituto.....236
Gráfico 65 – Porcentagem de docentes do sexo feminino, substitutos e efetivos, nos grupos ocupacionais masculinos, por curso.....236
Gráfico 66 – Porcentagem de docentes do sexo masculino, substitutos e efetivos, nos grupos ocupacionais femininos, por curso.....237
Gráfico 67 – Porcentagem de docentes do sexo masculino, efetivo e substituto, nos grupos ocupacionais masculinos, por curso.....237
Gráfico 68 – Percentual entre o orçamento doméstico e o sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.....253
Gráfico 69 – Percentual entre chefe financeiro e o sexo, na UFS/SE, 2011.....254
Gráfico 70 – Percentual entre o turno e o sexo, na UFS/SE, 2011.....255
Gráfico 71 – Percentual entre a quantidade de filhos e o sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.....256
Gráfico 72 – Percentual entre as atividades domésticas responsáveis dia a dia e o sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.....257
Gráfico 73 – Percentual entre o apoio nas atividades domésticas e o sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.....258
Gráfico 74 – Percentual entre as horas/dia dedicadas ao trabalho, por sexo, na UFS/SE, 2011.....259
Gráfico 75 – Percentual entre às horas/dia dedicadas ao descanso, por sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.....259
Gráfico 76 – Horas/dia dedicadas ao descanso/lazer, entre os casados, por sexo, UFS/SE, 2011.....260
Gráfico 77 – Horas dedicadas às atividades domésticas entre docentes casados, por sexo, UFS/SE, 2011.....261

Gráfico 78 – Causas dos conflitos familiares (2011).....267
Gráfico 79 – Percentual entre às Prioridades e o Sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.....269
Gráfico 80 – Prioridades para os projetos profissional/familiar, entre os casados, UFS/SE, 2011.....271
Gráfico 81 – Prioridade para os projetos profissional/familiar, entre os solteiros, UFS/SE 2011.....272
Gráfico 82 – Motivação para a maternidade/paternidade, UFS/SE, 2011.....273

SUMÁRIO

1 O MEU LUGAR NA PESQUISA.....18
1.1 A ARTE DA PESQUISA: PROBLEMÁTICA 26
1.2 JUSTIFICATIVA 47

2 METODOLOGIA DA PESQUISA.....52

3 ESTADO DA ARTE: O DEBATE TEÓRICO FEMINISTA, AS CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES QUE ORIENTAM A PESQUISA. 63
3.1 GÊNERO COMO UMA RELAÇÃO SOCIAL, CONTRA O DETERMINISMO..... BIOLÓGICO.....65
3.2 O SUJEITO DO FEMININO, CONTRA O DETERMINISMO SOCIAL E CULTURAL. UM DETERMINISMO DA SEXUALIDADE?.....72
3.3 DOMINAÇÃO PATRIARCAL E A REVOLUÇÃO SIMBÓLICA: ..... AS CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU 79
3.4 CONTRA O DETERMINISMO SOCIAL E IDEOLÓGICO:..... AS CRÍTICAS DE ALAIN TOURAINE. 82
3.4.1 É o fim do patriarcalismo? 90
3.4.2 Identidade e Alteridade 96
3.4.3 Ideologia: o sentido a serviço do poder.....102
3.4.4 Poder e empoderamento das mulheres 106
3.4.5 Como a sociedade brasileira se organizou/organiza: ..... processos de socialização 109

4 TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO 117
4.1 O TRABALHO PRODUTIVO.....117
4.1.1 O trabalho enquanto atividade humana: sociedades primitivas e sociedades capitalistas.....118
4.1.2 Divisão social e sexual do trabalho 123
4.1.3 Produção e reprodução da vida social. 126
4.1.4 Divisão sexual do trabalho: aspectos do Bem-Estar Social. 128
4.2TRABALHO REPRODUTIVO: A FAMÍLIA.....137
4.2.1 Família: uma abordagem histórica 138
4.2.2 A família brasileira na sociedade colonial e urbano-industrial. 141
4.2.3 Família enquanto núcleo da vida social e as transformações demográficas no Brasil. 151
4.2.4 Maternidade, paternidade, parentalidade: as responsabilidades familiares. 154

5 RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS: PERMANÊNCIAS, DESLOCAMENTOS E MUDANÇAS NO CONTEXTO DO TRABALHO DOCENTE NA UFS/SE. 161
5.1 PERMANÊNCIAS 163
5.1.1 A divisão sexual e segregação horizontal do trabalho docente 163
5.1.2 O gueto das ciências exatas.....176
5.1.3 Os estereótipos de gênero.....185
5.1.4 Segregação vertical na carreira do magistério superior e o teto de vidro. 190

5.2 DESLOCAMENTOS E MUDANÇAS.....195
5.2.1 A segregação paralela e o teto de lona 195
5.2.2 Salário na carreira do magistério superior e a segregação paralela.....208
5.2.3 Solteiras ou casadas, mas sem filhos. 211
5.3 TUDO MUDA GARANTINDO A IGUALDADE DE ACESSO, MAS NADA MUDA SEM CONSIDERAR AS DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES. A ORDEM PATRIARCAL PREVALECE. 217
5.3.1 Tudo muda: a produtividade é feminina. 217
5.3.2 Nada muda: precarização do trabalho docente na UFS, o sexo do trabalho substituto é feminino. 231
5.3.3 Segregação tridimensional 239
6 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS SUJEITOS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS: TRABALHO DOCENTE, RESPONSABILIDADES FAMILIARES E VIDA PESSOAL. 244
6.1 O TRABALHO DOCENTE. 246
6.2 AS RESPONSABILIDADES FAMILIARES E A VIDA PESSOAL: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO 254
6.3 DO SINGULAR AO COLETIVO: REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMINISMO. 277
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....283
REFERÊNCIAS.....295
APENDICES 304

1 O MEU LUGAR NA PESQUISA

O nascimento da pesquisa não é rápido, segundo Ivani Fazenda (1997) exige uma gestação prolongada, na qual o pesquisador se aninha no útero de uma nova forma de conhecimento (a do conhecimento vivenciado, não apenas refletido; a de um conhecimento percebido, sentido, não apenas pensado), então a ciência se faz arte. E o movimento que essa arte engendra é capaz de modificar os mais sisudos e tristes prognósticos para o amanhã, na educação e na vida.

Sendo assim, na trajetória investigativa, a minha arte neste momento doutoral, é articular trabalho, família e vida pessoal tomando como sujeitos da pesquisa os docentes da Universidade Federal de Sergipe do Campus São Cristóvão. Um objeto de pesquisa situado pela minha vivência no mundo acadêmico enquanto estudante, profissional, mãe, mulher branca, nordestina que sempre estudou em escolas públicas do interior da Bahia, e que se na época em que prestei vestibular (1998 e 1999) existissem as cotas sociais, com certeza teria sido beneficiada com uma vaga. Como não existiam as cotas, estudei 12 horas por dia, durante dois anos para ter acesso ao ensino superior público que nem tinha tanta qualidade assim, conforme disse um dos membros da minha banca de mestrado, "a faculdade que cursei mais parecia um colégio", devido a escassez de pesquisadoras e produção científica suficiente para ser caracterizado como um bacharelado. Referendando os diagnósticos das pequenas universidades públicas brasileiras e sua inserção distorcida na reforma do ensino superior da época da ditadura militar.

Na esfera da vida pública, nos âmbitos da formação e do trabalho profissional, em 1999 iniciei meu processo de formação profissional na Universidade Federal de Sergipe, aos 23 anos, no curso de Serviço Social, um curso essencialmente feminino, no corpo docente, discente e no público alvo de suas ações. Através da iniciação científica (2001), participei da pesquisa "*Desemprego e formas de exclusão, implicações sobre a carreira profissional entre trabalhadoras(es) fabris em Sergipe"*. O que despertou no meu primeiro olhar a compreender situações vivenciadas em família e na vida pessoal e, nesse momento, o contato que tive com mulheres em situação de desemprego e sendo mães, chegaram à prostituição como forma de sobrevivência fui impactada na alma, pelas questões de gênero.

No Trabalho de Conclusão de Curso (2004), desenvolvi uma pesquisa sobre o "*Desemprego, chefia familiar e monoparentalidade feminina: implicações sobre a vida cotidiana"*. Não houve sem propósito na escolha do tema, pois nesse momento era divorciada,

mãe de um filho e vivia de pensão alimentícia, determinada pelo juiz com prazo de vencimento de seis meses após a minha colação de grau, ou seja, não poderia me dar o luxo de não ter uma vaga no mercado de trabalho.

Como bacharel em Serviço Social participei do processo de coleta de dados, como coordenadora na pesquisa: *Mulher e Democracia: 70 anos de luta pela representação política*. Em 2005, aos 29 anos, com a inserção no Mestrado em Educação, desenvolvi a dissertação, "*ATITUDE INVESTIGATIVA: procedimento qualificador da formação e atuação do assistente social numa perspectiva crítico-dialética"*, estabelecendo um recorte de gênero no capítulo três, o qual tratava de Gênero, Formação de Professor e Pesquisa Científica, apontando o interesse pela relação Gênero, Trabalho Docente e Produção do Conhecimento. Foi um momento significativo, pois atendendo a ordem do juiz, fui aprovada na seleção simplificada para professora substituta na Universidade Federal de Sergipe, no curso de serviço social para garantir o sustento da família monoparental, já que eu era chefe de família precisava trabalhar no turno da noite e contava com a ajuda de parentes, situação que chega a retirar as forças de quem precisa e quer continuar o projeto profissional. Também neste momento, atendendo as exigências da bolsa de mestrado, garanti uma produção científica mínima e o cumprimento dos prazos determinados pela CAPES, mesmo tendo descoberto a especificidade neurológica de meu filho, que demandou dois momentos de corte nos estudos de mestrado para fazer diagnóstico e cirurgia no sudeste do país, usando o beneficio do atestado médico para ausentar-me das aulas, correndo o risco de não cumprir os prazos exigidos, mantive firme os meus propósitos.

Mas, como diria o poeta: "*é preciso ter força; é preciso ter raça; é preciso ter gana sempre; quem traz no corpo a marca MARIA; mistura dor e a alegria"*. A vida acadêmica não estaciona para você resolver seus problemas familiares.

No âmbito de instituições particulares de ensino superior, a partir de 2007 atuei como docente e coordenadora, e de 2010 aos dias de hoje como dirigente geral de IES particular. Experiências através das quais pude crescer profissionalmente, e vivenciar preconceitos de gênero por parte de alunos, por exemplo: quando estava grávida, o aluno expressou que eu não deveria estar em sala de aula, deveria estar em casa descansando, como se uma mulher grávida fosse um ser incapaz de trabalhar.

Em 2008, aos 32 anos, fui aprovada aluna no Programa de Doutorado em Educação da UFS. Foi necessária uma aceleração no processo de qualificação profissional para poder encaixar-me nos critérios exigidos para trabalhar no magistério superior, de maneira efetiva. A efetividade ainda está longe, pois por ser graduada em serviço social, mestre em educação e

doutoranda em educação, meu currículo na maioria das vezes não atende aos critérios exigidos nos concursos para docentes efetivos. É a famosa falta de aderência do currículo, consequência da impossibilidade de deslocamento para outras regiões do país para desenvolver os processos de qualificação na área específica. Seria necessário fazer outra graduação, obrigatoriamente em Pedagogia, ou mestrado e doutorado em Serviço Social, para resolver tal problema, pois em 2008, não havia a possibilidade de cursar mestrado em Serviço Social na UFS, a primeira turma foi iniciada em 2011.

Na esfera da vida privada, ousei e ouso, nos últimos 12 anos, enquanto chefe de família, agora mãe de 2 filhos, estudante e profissional traçar um projeto profissional articulado ao ensino superior, constitui um desafio constante, pois corroboro Rosiska Oliveira (1993) e sua ideia de que houve um mal-entendido que é preciso ser defeito. Corroboro com a ideia de que a divisão sexual do trabalho doméstico ainda existe, apesar dos casos esporádicos de relações mais igualitárias entre alguns casais. Isso para aquelas que têm companheiros e podem provocar mudanças comportamentais no desenvolvimento das atribuições com a família. Corroboro a ideia de que as mudanças nos valores patriarcais não dependem apenas dos altos graus de escolaridade, do uso de anticoncepcionais e inserção no mercado de trabalho ou da liberação da sexualidade, depende de mudanças de mentalidades e também de garantia de direitos trabalhistas e sociais praticados em nossas instituições.

Mas, que dizer daquelas mulheres que estão inseridas em famílias monoparentais e tem que arcar com os custos de organizar uma rede de apoio, para desenvolver seus projetos profissionais porque o projeto casamento/conjugalidade não vingou? Sem contar, as diversas horas dispensadas nos tribunais de justiça para garantir os seus direitos e os direitos dos filhos? Aquelas que adiam os diversos projetos familiares para conseguir estabilidade no mercado de trabalho, para obter a qualificação mínima, quando não se deparam com processos corporativistas vigentes nas instituições que barram o acesso, apesar de os concursos para a carreira do magistério e os processos seletivos nos programas de pós-graduação serem públicos e "transparentes", são, entretanto, carregados de análises subjetivas.

Quando não, são os próprios pares que desqualificam a produção das colegas, dada a alta competitividade nos espaços de trabalho e/ou expressam preconceitos quando as mulheres se vêem em situações e atribuições que necessitam articular o trabalho profissional, a qualificação profissional e as responsabilidades com a família. Ou quando se deparam com preconceito expressos por outras mulheres. Ou quando são criticadas porque levam as crianças para os ambientes de trabalho, porque foram pegas de surpresa com o atestado médico da empregada doméstica quando precisava fazer uma apresentação na academia ou

tinha uma reunião no colegiado e não existe uma creche dentro da instituição na qual trabalha. Ou quando não sobra dinheiro para custear as inscrições, deslocamento e hospedagem em eventos científicos, mas são obrigadas e pressionadas por coordenações que se comprometeram com os índices de produtividade científica e com a reforma da educação superior para atender aos ditames do capital.

Como a mulher deve agir quando se sente *sobrecarregada de identidades demais para uma só pessoa*? Como deve agir, institucionalmente, quando é vítima de violência psicológica e assédio moral e ou tem infringidos seus direitos enquanto ser humano, em um meio onde as *network* definem quem fica e quem sai? Quantas jornadas de trabalho estas mulheres vivenciam? Um debate intrinsecamente ligado aos direitos humanos. Um debate delicado, num ambiente em que, os bons relacionamentos e o *network* são fundamentais para as colocações nos espaços de trabalho. E onde os padrões de produtividade são coerentes com a lógica neoliberal e destituidora dos direitos das mulheres. Onde as responsabilidades sob a família deveriam ser do Estado, das Organizações/Instituições Públicas e da Família.

O fato é que a Convenção nº183 da Organização Internacional do Trabalho para as mulheres trabalhadoras, proíbe a discriminação em função da maternidade e a exigência de teste de gravidez. E, além disso, determina que deve ser garantido o direito a descansos ou uma redução de jornada em função da amamentação. É obvio que neste caso, não estamos falando de trabalhadoras da educação superior pública, mas de gestores da educação superior que devem agir antecipadamente na garantia dos direitos humanos, mesmo que de estudantes de doutorado, professoras de nível superior de instituições públicas, na condição de substitutas.

O exemplo da Fundação Carlos Chagas, pioneira nestas questões, desde 2008 concede a ampliação do prazo de licença paternidade[1] (30 dias) a partir do lançamento da campanha "*Dá licença, eu sou Pai!"* Assume o debate e ações transformadoras das relações de gênero e das representações sociais dos "papéis" de homens e mulheres na criação dos filhos, articulada ao Instituto Papai. Através desta medida, a instituição entende a licença paternidade como um direito da infância e destaca a importância política de gênero que pretende modificar a ideia do cuidado dos filhos, como uma responsabilidade exclusiva das mães/mulheres, demarca a responsabilidade e o compromisso social da instituição.

Isso corrobora as ideias de Tim May (2004) que, nos estudos das feministas não se pode separar a razão e a emoção de maneira simples, produção e reprodução, público e

[1] No âmbito dos estados da federação, o Rio de Janeiro e o estado do Pernambuco, os pais contam com 15 dias de licença paternidade.

privado. A pesquisa é um processo de duas vias, no qual a pesquisadora é afetada pelo contexto da pesquisa ou pelas pessoas que fazem parte desse processo. No meu caso, ouvi diversas vezes: por que você não estuda as trabalhadoras domésticas? Por que você não estuda as lésbicas? Por que você não estuda uma só professora e conta a trajetória de vida de uma professora negra? Em pesquisa, é assim, os objetos nascem das motivações e escolhas teóricas de cada pesquisadora. Esse é o tema que me motiva articular carreira, família e vida pessoal, neste momento, no contexto do magistério superior; no futuro, com outros contextos e sujeitos.

Em qualquer dessas temáticas, ratifica-se a luta por igualdade, equidade e respeito às diferenças reconhecendo a diversidade; ratifica-se a importância, principalmente, do cotidiano, das representações e das ações do indivíduo como fatores que merecem e devem ganhar visibilidade nas pesquisas sociais, pois estão intrinsecamente relacionados às transformações culturais e à mentalidade dos indivíduos.

Como negar os processos de dominação patriarcal? Como não lutar por igualdade, equidade e respeito às diferenças reconhecendo a diversidade? Como negar a importância do cotidiano, das representações e das ações do indivíduo como fator que merece ganhar visibilidade? Poder-se-ia admitir que os processos de reestruturação produtiva da universidade não acirrariam os processos de dominação patriarcal sob as mulheres? Poder-se-ia atribuir somente ao sujeito a responsabilidade pela resolução destas contradições? Qual o papel do sujeito nestas questões?

A tais questionamentos e a outros relacionados à problemática, cada um responderá a partir de seus princípios e valores, mas as pesquisas que se preocupam com questões aparentemente de foro íntimo poderão apontar ações de políticas públicas para o mundo do trabalho e para a família, ou viabilizar ações de educação que levem a sociedade humana a ser mais humana e não simplesmente mercadológica, capitalista, competitiva, machista, patriarcalista, sexista, androcêntrica e individualista.

Nesse sentido, esta tese aprofunda tal debate ultrapassando a discussão sobre o trabalho profissional, articulando-o ao trabalho doméstico e a vida pessoal na medida em que aprofunda as análises para o âmbito da individualidade, da subjetividade, das representações de homens e mulheres que vivenciam e são sujeitos nas relações entre os sexos em uma sociedade em constante e contínua transformação[2], numa perspectiva de gênero.

[2] Para Manuel Castells (1999) há três hipóteses para transformação nas relações entre homens e mulheres: 1) abertura na área da educação; 2) transformações tecnológicas na biologia, farmacologia e na medicina, propiciando controle sobre a gravidez; e 3) rápida difusão de idéias na cultura globalizada em um mundo

Em termos gerais, a lógica utilizada na pesquisa foi desenhada de forma a identificar as permanências, os deslocamentos e as mudanças nas relações sociais entre os sexos e nas representações sociais dos sujeitos que configurem destradicionalização ou complexificação dos valores e princípios do patriarcalismo[3] e do androcentrismo[4]. Preocupo-me, portanto, com as relações entre a sociedade e a subjetividade, entre os sujeitos e as instituições, pois sendo o gênero uma construção história e social, os discursos e as representações ligadas às identidades de gênero se mantêm em constante movimento e precisam ser conhecidas no contexto da sociedade reflexiva.

Uma preocupação que marca o lugar onde está tese foi desenvolvida, o Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, reafirmando, com isso que a área de Educação é fértil aos que buscam a comunicação entre as diversas áreas do saber, aos

---

interligado. O autor argumenta que, apesar de a discriminação contra a mulher ter diminuído, aumentaram a violência interpessoal e o abuso psicológico, devido ao desrespeito à alteridade feminina e ao não conformismo do homem diante da perda de poder estes também são aspectos que precisam ser analisados para melhor entendimento dos processos de dominação nesta sociedade.

[3] O Patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e, consequentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente. Não fosse a família patriarcal, o patriarcalismo ficaria exposto como dominação pura e acabaria esmagado pela revolta da "outra metade do paraíso", historicamente mantida em submissão. (CASTELLS, 1999, p. 167).

[4] Entre os processos de dominação-opressão este estudo questiona o patriarcalismo, o androcentrismo, interconectados ao capitalismo, pois focaliza a vida pública através da inserção no mundo do trabalho demarcado pela divisão social e sexual do trabalho, mas também analisa a mulher enquanto sujeito de suas ações e de suas vidas.
Segundo Antonio Gasparetto Junior, o Patriarcalismo tem como definição ideológica a supremacia do homem nas relações sociais. O termo Patriarcalismo é oriundo de Patriarcado, que, por sua vez, tem origem na palavra grega *pater*. A primeira vez que o termo foi usado com conotação de preponderância do homem na organização social foi pelos hebreus com o propósito de qualificação do líder de uma sociedade judaica. Mas o grego helenístico também já fazia menção ao termo, pois as mulheres eram concebidas como objetos de satisfação masculina e, consequentemente, julgadas como inferiores. É errado dizer que na história da humanidade o homem sempre foi superior às mulheres nas relações sociais, pois, na verdade, o patriarcalismo apenas inverteu a ordem de supremacia, que em muitas civilizações tinha a mulher como superior, o matriarcalismo. Antes, os homens cultuavam uma Deusa Mãe.

Androcentrismo, postura segundo a qual todos os estudos, análises, investigações, narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos, tanto homens como mulheres. Não há um entendimento único na teoria feminista sobre o uso do conceito de *patriarcado*, mas há consenso quanto à influência da razão androcêntrica sobre a ciência. Tal convencimento é fundamental para investigar o debate filosófico travado ao longo da história sobre o tema da igualdade, a fim de assentar a compreensão da influência do androcentrismo sobre os *valores e idéias* vinculados à distribuição e ao exercício de *poder* na sociedade.

que buscam analisar a complexidade dos questionamentos que a sociedade contemporânea nos oferece e favorece da multidisciplinaridades/interdisciplinaridade.

A comunicação da educação com outras áreas do saber também é confirmada quando analisamos o perfil desta primeira turma de Doutorado do NPGED (2008). Dos 08 estudantes, só 01 é do sexo masculino, um Historiador. Entre as mulheres temos: Filósofa, Pedagogas, Assistente Social, Geógrafa e Historiadora todas Mestres em Educação.

Analisando a área da educação, Bernard Charlot (2006) oferece alguns elementos úteis para apontar o caminho que favorece a inserção dos estudos de gênero na área da educação. Os elementos são os seguintes:

1) Os departamentos, faculdades etc. são apenas espaços institucionais, nos quais colaboram especialistas de diferentes áreas. Essas pessoas trabalham juntas, nos mesmos ambientes – os departamentos de educação –, pesquisam nas mesmas estruturas da pós-graduação, mas isso não quer dizer que existe uma disciplina, um campo de pesquisa específico chamado educação ou ciências da educação. As ciências da educação possuem uma realidade institucional, administrativa, organizacional, mas não têm existência epistemológica específica. Não existe pesquisa educacional, e sim uma pesquisa sociológica, psicológica, didática etc. sobre temas ligados à educação.

Provavelmente seja essa a forma de inserção dos estudos de gênero em um Núcleo de Pós-Graduação em Educação, pela via da pesquisa sociológica e histórica, mas não se restringindo a ela. No caso desta tese, a relação da Educação é fundamentalmente com a Sociologia, na Linha de Pesquisa História, Política e Sociedade.

Outro elemento útil para entender a inserção dos estudos de gênero em um núcleo de educação, apresentado por Bernard Charlot (2006) é que:

2) Nas "ciências da educação", constrói-se pouco a pouco uma cultura comum, fortemente inter/transdisciplinar. Essa cultura comum permite que as questões sejam colocadas de outro modo, produz uma especificidade das pesquisas desenvolvidas nas faculdades de educação. Para o autor, isso parece poder estabelecer o consenso entre aqueles que dão importância ao fato de trabalhar no mesmo campo, "a educação". Essa cultura comum não se define somente pela atenção dedicada às pesquisas de outras disciplinas sobre a educação, mas também por certa relação que se estabelece entre as práticas e as políticas no campo da educação. O que é específico da educação como área de saber é o

> fato de ela ser uma área na qual circulam, ao mesmo tempo, conhecimentos (por vezes de origens diversas), práticas e políticas. Delimita-se assim uma primeira definição da disciplina educação ou ciências da educação como um campo de saber fundamentalmente mestiço, em que se cruzam, se interpelam e, por vezes, se fecundam, de um lado, conhecimentos, conceitos e métodos originários de campos disciplinares múltiplos, e, de outro lado, saberes, práticas, fins éticos e políticos. É uma disciplina capaz de afrontar a complexidade e as contradições características da contemporaneidade.

Neste sentido, o fato da Educação ser uma área de circulação de conhecimentos, práticas e políticas coloca-a como uma área profícua para a inserção dos estudos de gênero. Pois, a perspectiva de gênero enquanto concepção de produção do conhecimento, assim como a educação, coloca-se numa perspectiva crítica da ciência moderna, busca uma ruptura epistemológica e a abordagem da complexidade do objeto. Uma abordagem que tem ligação direta com o movimento feminista que luta contra a dominação exploração, contra o preconceito em favor da democracia e cidadania, na qual também os sujeitos pesquisadores são ao mesmo tempo "objetos" de pesquisa, pois vivenciam em seu cotidiano, as expressões das relações de gênero.

Por fim, esta pesquisa situada na área da educação, busca confrontar gênero enquanto categoria analítica com os seus críticos e defensores. A pesquisa busca *"preencher vazios no próprio saber [...] e aborda o problema apelando às diversas disciplinas das ciências humanas"*. (LAVILLE E DIONNE,1999, p.44). Os modos de fazer são diversos. Um pesquisador pode se inspirar em perspectivas de disciplinas vizinhas, usar seus aparelhos conceituais e analíticos, tomar emprestado certas técnicas de abordagem, multiplicar os ângulos de questionamento e de visão. Cada vez mais, devido à amplitude e à complexidade dos problemas no campo do humano, os pesquisadores inclinam-se a se associarem para reunir o saber de cada um.

Este trabalho apresenta a seguinte estrutura: na primeira seção intitulada A Arte da Pesquisa são apresentadas a problemática, a tese e a justificativa para escolha do objeto de pesquisa; a segunda seção apresenta a metodologia da pesquisa; a terceira seção denominada Estado da Arte: o debate teórico feminista, críticas e contribuições que orientam a pesquisa, são apresentadas as abordagens feministas, o gênero enquanto uma relação social, as críticas e contribuições de autores como Judith Butler, Pierre Bourdieu, Alain Touraine e John Thompson entre outros, com o propósito de encontrar o lugar do sujeito nas pesquisas que

consideram o gênero enquanto uma categoria analítica, o que se dá através de categorias como alteridade e empoderamento, numa perspectiva histórico crítica; na quarta seção, Trabalho Produtivo e Reprodutivo, são explicitados conceitos como o trabalho, divisão sexual do trabalho, família, maternidade reflexiva, responsabilidades familiares, trabalho doméstico entre outros; na quinta seção, Relações entre os Sexos: permanências, deslocamentos e mudanças no contexto do trabalho docente na UFS/SE, são apresentados e analisados os dados da pesquisa sobre o perfil dos sujeitos da pesquisa, as análises sobre a divisão sexual do trabalho docente e sua configuração no espaço da academia, principalmente, através de dados quantitativos. Consequentemente, sendo relações sociais entre os sexos, os sujeitos (docentes homens e mulheres) aparecem na sexta seção As representações sociais dos sujeitos no contexto das relações sociais entre os sexos: trabalho docente, responsabilidades familiares e vida pessoal, na qual são apresentados e analisados os dados da pesquisa sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, das responsabilidades familiares a partir das representações de docentes e suas implicações para a vida profissional, dados qualitativos, por vezes representados através de gráficos ou comprovados através dos depoimentos dos sujeitos.

1.1 A ARTE DA PESQUISA: PROBLEMÁTICA

Desde a Antiguidade Clássica as mulheres despontaram como produtoras do conhecimento e partícipes na vida pública, um contexto onde os processos de dominação e opressão sufocaram a participação da mulher na vida pública.

Em Alexandria uma mulher fez tantas realizações em Literatura e Ciência que ultrapassou todos os filósofos da época e foi morta pelos cristãos. Este fato aconteceu muito antes das fogueiras da Inquisição. Era o ano de 415 A.C quando a primeira mulher matemática da História, uma mulher de 60 anos foi retirada de sua carruagem por uma multidão enfurecida e arrastada até a igreja de Cesarión, despida, teve sua pele e carne arrancadas, acusada de bruxaria.

Segundo Flávia Ribeiro (2010)[5], Hipácia era uma intelectual, expoente do pensamento filosófico neoplatônico, dedicava-se a pensar o mundo das ideias em relação ao mundo físico,

[5] No cinema a história de Hipácia foi resgata em *Agora*, de Alejandro Amenabar. Outra obra que trata destas questões é o livro *A Feitiçaria na Atenas Clássica*, de Maria Regina Cândido. A autora diz que em busca do alívio para problemas como cólicas e as dores do parto, as mulheres aprenderam a usar ervas medicinais. "Elas eram solicitadas para realizar a 'magia amorosa' através de chás e misturas. Mas, em excesso, as poções podiam

a investigar se a alma era una ou dividida, viveu numa sociedade em tensão por causa das mudanças político-religiosas, tensão entre judeus e cristãos, cristãos e pagãos. Inspiradora de grandes cérebros de seu tempo teve influência em diversas esferas de vida pública e foi capaz de se destacar num mundo em que o intelecto era propriedade masculina. Por isso, Hipácia é considerada a última intelectual de destaque da capital egípcia, centro da cultura grega do mundo helenístico.

Ao longo dos séculos, os processos de dominação masculina não ocorreram sem denúncia e resistência, por parte das mulheres. Isso significa que apesar de vítimas elas resistiram. No século XV, na França, Christine de Pisan, poetisa e filósofa francesa de origem italiana, criticava a misoginia[6] presente no meio literário da época, predominantemente masculino e defendia o papel vital das mulheres na sociedade. Defendeu a importância das mulheres, a igualdade dos sexos e a necessidade de dar uma educação igual tanto para rapazes quanto para moças. Tentou ainda mostrar às mulheres como cultivar qualidades que as ajudassem a lutar contra a crescente misoginia.

Na França do século XVIII, Olympe des Gouges foi uma feminista, revolucionária, jornalista, escritora e autora de peças de teatro. Acreditou na Revolução Francesa e em todos os seus ideais, até ser confrontada com o fato de que todo o discurso de *Igualité, Fraternité e Liberté*, não se aplicava às mulheres. Foi uma defensora da democracia e dos direitos das mulheres. Em resposta à *Declaração do Direitos do Homem e do Cidadão*, ela escreveu a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791). Logo depois, escreveu o *Contrato Social*, nome inspirado na famosa obra de Jean-Jacques Rousseau, propondo o casamento com relações de igualdade entre os parceiros.

Na Inglaterra do século XVIII, Mary Wollstonecraft publicou *Reflexões sobre Educação de Filhas* (1786), obra na qual analisa as restrições educacionais impostas às jovens, assim mantidas em um estado de ignorância e dependência. Mostrando-se especialmente, crítica da sociedade que encorajava as jovens a serem dóceis e atentas à aparência. A autora via a educação como um caminho para as mulheres conquistarem um melhor *status* econômico, político e social. Defendia não apenas que elas tinham direito à educação, como afirmava que da igualdade na formação de ambos os sexos, dependia o progresso da sociedade como um todo.

---

causar a morte ou a impotência masculina. As questões iam parar nos tribunais sob acusação de prática de feitiçaria, e a sentença era a morte", afirma a historiadora.

[6] Misoginia – é um movimento de aversão ao que é ligado ao feminino. É confundida como machismo, mas a misoginia baseia-se no ódio e o machismo da inferioridade da mulher.

No Brasil do século XIX, Nísia Floresta Brasileira Augusta, educadora, escritora e poetisa, considerada uma pioneira do feminismo no Brasil foi, provavelmente, a primeira mulher brasileira a romper os limites entre os espaços público e privado publicando textos em jornais, na época em que a imprensa nacional ainda engatinhava. O primeiro livro escrito por ela e o primeiro no Brasil a tratar dos direitos das mulheres à instrução e ao trabalho intitula-se "*Direitos das mulheres e injustiça dos homens"*. Foi esse livro que deu à autora o título de precursora do feminismo no Brasil e até mesmo da América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com estas intenções. Em 1831, dá seus primeiros passos nas letras, publicando em um jornal pernambucano uma série de artigos sobre a condição feminina. Em 1853, publicou "*Opúsculo Humanitário"*, uma coleção de artigos sobre emancipação feminina.

No século XX, podem-se destacar mulheres que chegaram ao ápice da produção científica, como: Marie Curie que se dedicou a Matemática, Astronomia e Filosofia e foi laureada duas vezes com o Prêmio Nobel. Em 1903, no segundo ano de sua criação, o Prêmio Nobel de Física foi entregue a Marie Curie, a seu marido Pierre Curie e a Becquerel, por seus estudos sobre radioatividade. Em 1911, ela ganhou sozinha mais um prêmio Nobel, desta vez em Química, pela descoberta dos elementos rádio e polônio.

Outro nome importantíssimo é o de Rosalind Franklin, a especialista em raios-X, associada ao descobrimento mais importante do Século XX, a estrutura em dupla hélice do DNA. Suas fotografias chegaram às mãos de James Watson e Francis Crick sem o conhecimento da autora e possibilitaram Watson, Crick e Maurice Wilkins a receberem o Prêmio Nobel em 1962, quatro anos após a sua morte. Rosalind Franklin, apesar de seu papel fundamental nesta descoberta, até recentemente, não tinha o seu nome envolvido nas histórias do descobrimento do DNA.

Com os poucos exemplos citados acima, dos diversos que poderiam ser destacados, demarca-se que, seja individual ou coletivamente, historicamente, as mulheres resistiram, conquistaram direitos e ampliaram sua inserção nos espaços públicos usando inclusive a produção científica como instrumento de denúncia dos processos de dominação-opressão sofridos; somado a isso concretizam sua autonomia enquanto mulheres capazes de fazerem escolhas conscientes, em um contexto no qual a sociedade tradicional passa por profundas transformações.

Coletivamente, através do movimento feminista, a conquista do voto, a inserção no mercado de trabalho, a estruturação de políticas públicas para garantir os direitos das mulheres foram resultados das reivindicações feministas e de mulheres.

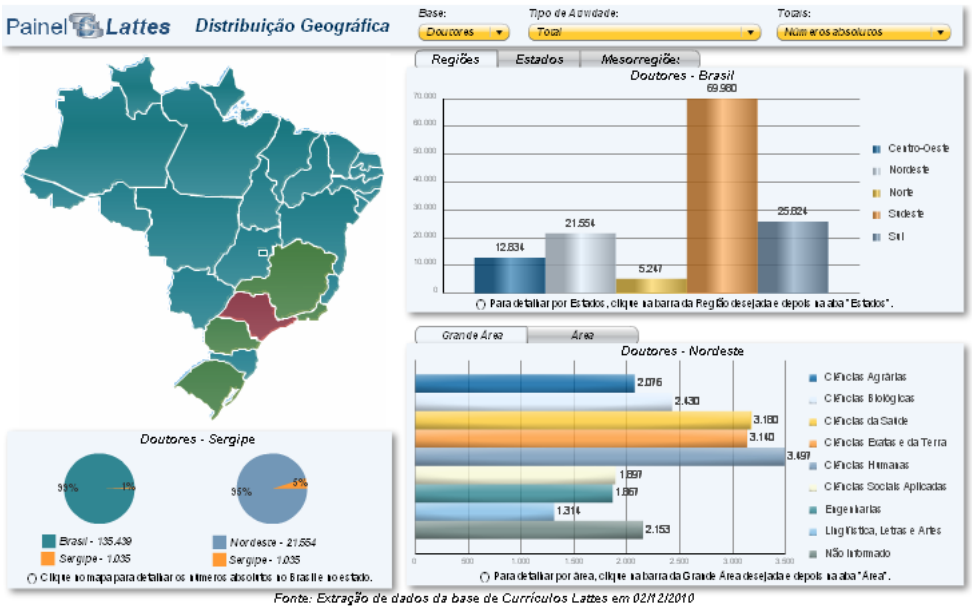
Contemporaneamente, a situação das mulheres na escolarização e no mercado de trabalho, no controle da fertilidade, segundo as análises de Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000), também vem sofrendo transformações. Segundo as autoras:

> as taxas de atividades das mulheres mais instruídas (a partir de onze anos de estudo) são muito mais elevadas do que as taxas gerais de atividade, em todos os anos analisados. Em 2002, pouco mais da metade das brasileiras era ativa, mas entre as mulheres com quinze anos ou mais de escolaridade, 83 em cada 100 trabalhavam. [...] A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro [...] tem sido caracterizada através do tempo pela precariedade [...] Entretanto, do outro lado das ocupações precárias, mulheres instruídas, além de continuar marcando presença em tradicionais "guetos" femininos, como o magistério e a enfermagem, têm adentrado também áreas profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura, e até mesmo a engenharia, tradicional reduto masculino. (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2000, p.56).

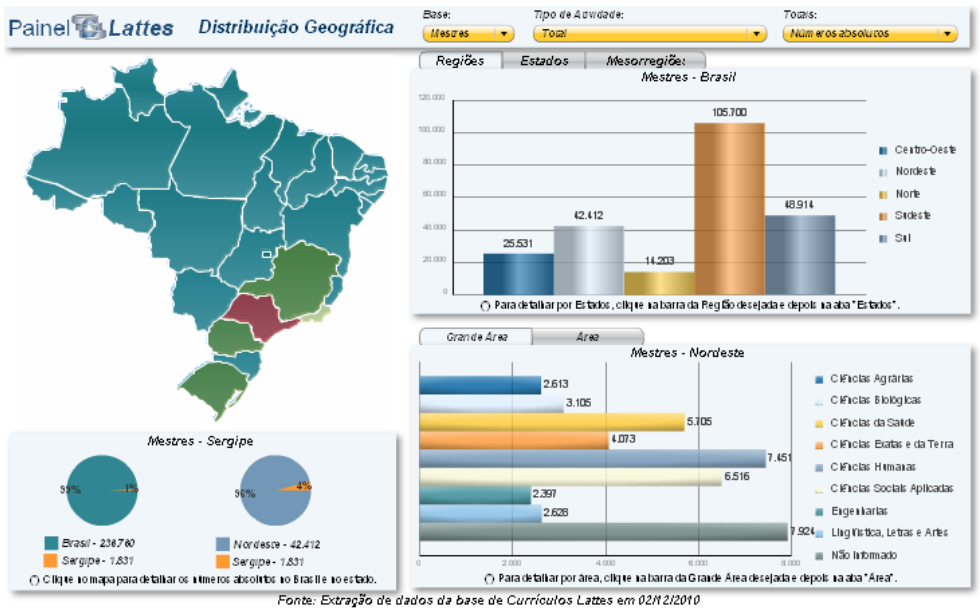
As mulheres também levam vantagem na escolaridade média, o que influencia na entrada mais tardia delas no mercado de trabalho. Em 2008, em áreas urbanas, a média das mulheres foi de 9,2 anos de estudos, contra 8,2 anos para os homens. No campo, elas somam 5,2 anos de escola na média, contra 4,4 anos deles. Ainda segundo a pesquisa, a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro saltou de 42% em 1998 para 47,2% 2008, mas as mulheres ainda ganham, em média, 30% a menos que os homens no Brasil. Somado a isso, a participação do mercado de trabalho não significa que as mulheres tenham se livrado das tarefas domésticas e que os processos de dominação-exploração tenham sido extintos. Entre as que têm emprego, 87,9% cuidam dos afazeres do lar, enquanto entre os homens esse número chega a 46,1%. O número médio de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas pelas mulheres é de 20,9 e para os homens, 9,2 horas.

No segmento magistério superior, o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres divulgou pesquisa que revela que o número de professoras com título de mestre ou doutora, no país cresceu de 1996 a 2003, bem acima do cenário masculino. O aumento de professoras com doutorado foi de 104% versus 69,2% de professores, e no caso do mestrado este crescimento foi de 119,4% ante 106,1%. As mulheres também são maioria no total de matrículas do ensino superior, 56,3%, de acordo com dados divulgados em 2004, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), esse número chega a 62,4% do total que conclui o ensino universitário.

Em Sergipe, no ano de 2010, a partir de informação da Plataforma Lattes que podem apontar o número de trabalhadores do magistério superior de instituições públicas e privadas, no tocante à titulação doutores e mestres, o quadro configura-se da seguinte forma:



Fonte: Extração de dados da base de Currículos Lattes em 02/12/2010



Fonte: Extração de dados da base de Currículos Lattes em 02/12/2010

O número absoluto de doutores do estado de Sergipe em 2010, cadastrados na Plataforma Lattes é de 1.035 doutores, o que em relação ao Brasil representa apenas 1%, em relação ao outros estados da região nordeste 5% dos doutores, ficando na 6ª posição, empate com os estados de Alagoas e Maranhão, ganhando apenas para o estado do Piauí que tem 4%,

perdendo, portanto, da Bahia 23%, Pernambuco 19%, Ceará 15%, Paraíba 13%, Rio Grande do Norte 11%.

Quanto aos mestres são 1.831 e representam em relação ao Brasil também 1% e em relação aos outros estados da região nordeste 4% dos mestres, tendo a última posição entre os outros estados do nordeste: Bahia 25%, Pernambuco 18%, Ceará 16%, Paraíba 11%, Rio Grande do Norte 9%, Maranhão 6%, Piauí 5% e Alagoas 5%. No estado só existem duas Universidades, uma pública e uma privada.

Mesmo não estando desagregados por sexos, esses números demonstram a relevância de um estudo no estado de Sergipe, relacionado ao trabalho docente no magistério superior. Tratar do trabalho na carreira do magistério superior nas universidades públicas brasileiras tem relação direta com a qualificação profissional, com a articulação dos papéis desenvolvidos no âmbito familiar e com a produção científica de mulheres, principalmente, em um modelo de universidade fundamentado na articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o que exige titulação e uma instituição familiar estruturada em bases patriarcalistas. Além disso, é uma profissão cujo trabalho invade a vida privada com preparação de aula, correções, estudos, reuniões, entre outros, ocupando o que seria o suposto tempo livre do trabalho produtivo. E no caso das mulheres, configura-se uma sobreposição de atividades no espaço privado visto que as mesmas estarão submetidas às atribuições e às imposições domésticas.

Na dimensão da vida pública, historicamente, a inserção no mercado de trabalho e o ingresso na atividade do magistério foi uma conquista para as mulheres. O magistério surgiu como uma forma viável das mulheres ingressarem no espaço público, muito embora a situação de dominação ainda fosse extremamente patente, pois os homens exerciam irrestrito controle sobre as atividades femininas enquanto educandas e como educadoras. De todo modo, instruir-se passou a ser para as mulheres uma forma de romper com o paradigma da opressão masculina e o trabalho remunerado passou a ser visto como uma estratégia possível de emancipação da mulher.

Jane Almeida (1998) assegura que, no início, as professoras limitavam-se ao ensino de matérias relacionadas às prendas do lar e que, a média total de formandas na Escola Normal de São Paulo, entre 1846 e 1886, era de duas por ano. Em 1894 já havia notícia de professora lecionando na Escola Normal, tendo também aumentado assustadoramente a matrícula de mulheres. Outro aspecto apontado, é que a inserção das mulheres nesse mercado de trabalho não se deu de modo tranquilo pelos homens que eram professores, pois implicavam em perda de espaço profissional. Além disso, a feminização entendida como conceito do magistério

implicou em assumida desvalorização desta função. Para Jane Almeida, esse fato abarcou, indistintamente, homens e mulheres. Por outro lado, a profissão de professora tinha um *status* social maior que a de parteira, governanta e outros, o que contribuiu para a corrida das mulheres para o magistério, que com o passar do tempo, assumiram não somente a educação infantil, mas também o ensino elementar e na atualidade, retomaram[7] aos espaços da universidade.

Na carreira do Magistério superior[8] o feminino, historicamente, está ligado a cursos impregnados pelas ditas habilidades femininas, pois ao longo de muito tempo a Escola vem estabelecendo padrões de comportamento exclusivos para os gêneros. A sua construção, enquanto instituição detentora e responsável pela produção do saber, reservou lugares sociais que cabiam a homens e mulheres. Uma trajetória que inicialmente usurpou da mulher o direito ao letramento, pois a ciência era apenas da "natureza do homem", depois quando lhe foi permitido criou-se classes femininas e masculinas e currículos diferenciados para cada um deles, com "prendas domésticas e educação para o lar" para elas, e "aritmética e política" para

[7] Uso a palavra r*etomaram* considerando que na Antiguidade Clássica algumas mulheres tiveram importante papel nos espaços públicos a exemplo de Hipácia.

[8] A Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 dispõe sobre a Carreira de Magistério Superior, Art. 3º As universidades e demais instituições federais de ensino superior [...] terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos [...] assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor. [...] § 1º Integrarão o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos previsto neste artigo: a) os cargos efetivos e empregos permanentes, estruturados em sistema de carreira, de acordo com a natureza, grau de complexidade e responsabilidade das respectivas atividades e as qualificações exigidas para o seu desempenho; b) as funções de confiança, compreendendo atividades de direção, chefia e assessoramento. [...] Art. 6º Não haverá, para qualquer efeito, equivalência ou correlação entre os cargos, níveis salariais e demais vantagens do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata esta lei, e os cargos, empregos, classes e referências salariais dos atuais planos de classificação e retribuição de cargos e empregos dos órgãos e entidades da Administração Federal.
De acordo com o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, no Titulo III, Capítulo I – Das atividades do pessoal docente, Art. 3º são atividades acadêmicas próprias do pessoal docente do ensino superior: I - as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura; II - as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.
A carreira compreende as classes de professor titular, adjunto, assistente e auxiliar e cada classe compreende quatro níveis designados pelos números de 1 a 4, exceto a de professor titular, que só possui um nível.
O *ingresso na carreira do magistério superior* se dá mediante habilitação em concurso público de provas e títulos e para inscrição no concurso é exigido do candidato(a) diploma de graduação para a classe de professor auxiliar, grau de mestre para a classe de professor assistente e título de doutor ou livre-doutor para a classe de professor adjunto.
A *progressão na carreira do magistério superior* só pode ocorrer, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico; de um nível para outro dentro da mesma classe após cumprimento pelo docente, do interstício de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público; de uma classe para outra acontecerá sem interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtiver a titulação necessária, mas que esteja, no mínimo, há dois anos no nível 4 da respectiva classe ou com interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

eles, sem contudo deixar de aplicar para ambos o "ensino religioso e moral". Mesmo depois da criação das turmas mistas, outros mecanismos mais sutis operaram nesta lógica disseminada capilarmente nos discursos, estão especialmente demonstrados naquilo que é determinado como "coisas de meninos" e "coisas de meninas". Na Escola, as identidades ainda são construídas a partir de códigos de sociabilidade pré-estabelecidos que são produzidas e reproduzidas através dos estereótipos sobre religião, beleza e família que se condicionam a padrões femininos e masculinos. A pedagogia reguladora do corpo empregada na escolarização, incide na formação de sujeitos normatizados a partir de modelos naturalizados que invariavelmente tentam padronizar o comportamento, interferem nas escolhas profissionais e na divisão sexual dos cursos existentes nas universidades.

Mas isso não significa negar a presença excepcional de mulheres que se destacaram no âmbito da ciência como: Marie Curie, Rosalind Franklin, Mayona Zatz[9], Lucia Mendonça Previato[10] , Belita Koiller[11], entre tantas outras.

Eva Blay (2006) constata que na universidade[12] há uma divisão sexual dos cursos. Apesar de já se verificar certa igualdade em alguns deles, continua patente, por exemplo, que os cursos relacionados à assistência social, à formação de paramédicos, ao magistério, ainda são escolhidos por uma maioria feminina, ao passo que cursos como os de Engenharia, Direito, Computação, Medicina e Matemática continuam sendo procurados pelos homens. Segundo estudiosos de gênero, a inserção das mulheres na Medicina está ligada àquelas especializações, também, ligadas ao cuidado como: Pediatria, Ginecologia, Obstetrícia e outras.

Analisa-se com isso que as habilidades e competências definidas ao longo da história pela ideologia patriarcalista como de responsabilidades da mulher, atreladas a pressupostos biologicistas e utilizadas como justificativas para os processos de diferenciação entre homens e mulheres fazem parte dos processos de socialização e estão imbricadas nas mentes de

[9] Geneticista, estudiosa da distrofia muscular, USP.

[10] Bioquímica, estudiosa da doença de Chagas, UFRJ.

[11] Física, estudiosa dos elétrons presentes em materiais desordenados, UFRGS.

[12] De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, cabe à universidade brasileira através do seu quadro docente o desenvolvimento de ações que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. Isso significa que a formação do profissional cientista tem relação direta e não acontece sem o trabalho docente de ensino e extensão. Desta forma, as temáticas são interdependentes ou mesmo, uma só temática. Neste sentido, a temática trabalho docente superior tem implicações direta no tema ciência sob uma perspectiva de gênero. Aqui se apresenta a primazia deste estudo para conhecimento do outro, trabalho docente e ciência sob uma perspectiva de gênero são temática que não podem ser consideradas isoladamente.

homens e mulheres, demarcando que ainda há muito a transformar nas mentalidades sobre diferenciações que acontecem nas relações de gênero/sexo e sobre os valores patriarcais. São essas diferenciações que interferem nos espaços da formação e do trabalho e têm implicação direta nos espaços ocupados pelas mulheres na academia e expressam condições exorbitantes de agravamento quando as mulheres desenvolvem projetos profissionais articulados à projetos familiares.

Diana Maffia (2002), filósofa argentina do Instituto Interdisciplinar de Estudos de Gênero, da Universidade de Buenos Aires, no artigo, *Crítica feminista à ciência*, de 2002, investiga os motivos que levam as mulheres a estarem sub-representadas nos níveis de pesquisadoras, diretoras, nos comitês de decisão e comitês de governo e nas instituições de pesquisa e apresenta indicadores[13] que podem favorecer a elaboração de um diagnóstico da situação das mulheres no setor da ciência e tecnologia, bem como, fazer propostas de indicadores e de política para alcançar a igualdade de oportunidades e diminuir as brechas de gênero.

Tomando como espaço de trabalho profissional, a universidade pública brasileira, mediante esta situação se complexifica diante do contexto de reestruturação produtiva pelo qual passa a sociedade contemporânea[14]. Na particularidade da universidade brasileira, Deise Mancebo ET AL (2006) defende que, ao longo da década de 1990, com a implantação das políticas de ajuste neoliberais, as *esferas pública e privada*[15] foram redefinidas nas mais

[13] Os indicadores são os seguintes:

1. Porcentagem de pesquisadores segundo o sexo por disciplina científica – permite qualificar as carreiras femininas, equitativas e masculinas.
2. Porcentagem de pesquisadores segundo o sexo e por categoria dos níveis hierárquicos – a análise dos níveis hierárquicos alcançados pelas mulheres e pelos homens permite reconhecer seu nível no sistema.
3. Porcentagem de pesquisadores segundo sexo e idade – a análise etária em relação ao sexo permite avaliar as mudanças em relação aos diferentes níveis do setor e a permanência neles.
4. Porcentagem de pesquisadores segundo sexo e idade por nível hierárquico – permite visualizar a situação das mulheres já inseridas no setor.
5. Porcentagem de mulheres em postos de decisão política – permite estabelecer a razão última de avaliação que é o julgamento por pares.
6. Porcentagem de bolsas outorgadas segundo o sexo – permite estabelecer as possibilidades de ingresso no setor de ciência e tecnologia diferenciado entre homens e mulheres.
7. Porcentagem de pesquisadores por sexo segundo o montante de subsídios outorgados – permite determinar a autonomia para o desenvolvimento de uma linha de investigação diferenciado segundo o sexo.

Conhecer esses indicadores é de suma importância. No entanto, consideramos relevante também as análises qualitativas sobre as trajetórias e os processos vividos pelas mulheres no desempenho das atividades domésticas e do cuidar da família durante os processos de qualificação e de trabalho remunerado nos espaços acadêmicos.

[14] Jeferson Celos denomina a atual fase do sistema capitalista na America latina de "globocolonização neoliberal". Os países que integram a região latino-americana não estão no centro do sistema; não estão no "primeiro mundo", onde as decisões são tomadas e onde se usufruem, liberalmente, as benesses desse sistema.

[15] Esferas pública e privada têm um sentido de pública sob responsabilidade dos governos (municipal, estadual e federal) e privada sob responsabilidade do capital privado. Diferente de público e privado utilizados numa

variadas atividades humanas, no âmbito do Estado e da sociedade civil, desencadeando um processo de ampliação do espaço privado, não apenas, nas atividades ligadas ao setor produtivo, mas também no campo dos direitos sociais conquistados pelas lutas da classe trabalhadora. Como consequência para a educação superior brasileira, os sucessivos governos brasileiros neoliberais vêm desenvolvendo uma reforma estrutural nas universidades por meio de um intenso processo de privatização que inevitavelmente afeta a organização do trabalho docente.

Segundo os autores, nesses moldes, são reiteradas as tentativas de implantação de um modelo gerencial para as universidades do país, apreciado sob cinco grandes princípios organicamente articulados:

1) A racionalização de recursos, que descarta ou, pelo menos, minimiza a centralidade do Estado na manutenção da educação, por meio da transferência das decisões de investimento e dos conflitos gerados nesta seara para a esfera do mercado;

2) A adoção de avaliações gerenciais que abrangem o controle do sistema educativo, por parte de um "núcleo central", mas sem intervir diretamente na sua gestão, pelo menos no que tange à melhoria da oferta educacional;

3) A flexibilização de gestão, implicando reformas curriculares, mudanças significativas na gestão escolar, profundas modificações no trabalho docente e, especialmente no caso da educação superior, a diversificação das instituições com a definição de novos tipos de estabelecimentos de ensino que não mais relevem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

4) A descentralização gerencial pela qual os principais parâmetros educacionais continuam a ser estabelecidos de forma concentrada num núcleo estratégico, mas com descentralização da gestão administrativa, com o que se mascara a heteronomia, na exata medida em que se constrói uma "ilusão de participação", por meio do apelo a um maior compromisso e envolvimento dos segmentos educacionais, inclusive no financiamento, ainda que parcial, do sistema;

5) A privatização dos sistemas educacionais, compreendendo não só seu aspecto visível, qual seja, a privatização ou o (des) investimento do Estado na educação superior pública, como também a delegação de responsabilidades públicas para entidades privadas; a reconfiguração quanto à oferta do ensino superior com o estímulo a uma série de ações

---

perspectiva de gênero, o público refere-se aos espaços de participação na sociedade em geral, para homens e mulheres e o privado aos espaços da vida familiar e pessoal.

delegatórias às iniciativas empresariais destinadas a substituir ou a complementar as responsabilidades que os governos recusam, ou assumem apenas parcialmente e, no caso das universidades, a mercantilização do conhecimento, dentre outros aspectos.

No tocante ao cotidiano dos sistemas educacionais, Deise Mancebo Et Al (2006) analisa e revela dinâmicas preocupantes relacionadas à apropriação das reformas de cunho neoliberal. Tal agenda afeta a *cultura acadêmica* que passa a se pautar mais profundamente pelo individualismo, pela competição entre instituições educacionais e, entre os pares, pela supervalorização das avaliações com viés pseudomeritocrático, pelo imediatismo em relação às demandas do mercado de trabalho e, enfim, por uma construção ideológica cuja lógica é a do desmonte da educação como direito social e como compromisso social coletivo.

Neste contexto, o trabalho docente é duplamente atingido: por um lado, o docente é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho; por outro lado, o produto do seu trabalho também é afetado.

Em relação ao primeiro aspecto, os autores identificam que as mudanças e consequências são múltiplas e, quase sempre, desastrosas:

1) Precarização do trabalho docente, visível até mesmo nas grandes universidades públicas, onde proliferam as (sub)contratações temporárias de professores;

2) Intensificação do regime de trabalho, com aumento do sofrimento subjetivo, neutralização da mobilização coletiva e aprofundamento do individualismo competitivo, atingindo, obviamente, não somente os trabalhadores precários, mas acarretando grandes consequências para a vivência e a conduta de todos aqueles que trabalham nas instituições de ensino superior;

3) Flexibilização do trabalho, em cujo nome novas atribuições são agendadas para os professores, muitas das quais desenvolvidas, anteriormente, por funcionários de apoio, de modo que o docente agora é responsável, não apenas, pela sala de aula e pelo desenvolvimento de sua pesquisa mas por um crescente número de tarefas, como o preenchimento de inúmeros relatórios e formulários, a emissão de pareceres, a captação de recursos para viabilizar seu trabalho e até para o bom funcionamento da universidade;

4) Submissão a rigorosos e múltiplos sistemas avaliativos onde a eficiência do professor e sua produtividade são objetivadas em índices.

Em relação ao segundo aspecto, os produtos do trabalho do professor, os autores destacam para análise as duas principais atividades docentes:

1) O ensino e a neoprofissionalização do sistema de educação superior;
2) A produção do conhecimento e a ênfase na produção de conhecimento economicamente útil, isto é, comercializável.

Quanto à *neoprofissionalização do sistema de educação superior*, Deise Macedo ET AL (2006), analisa que a Lei nº 5.540[16], de 1968, entre outras coisas, determinava o fim da cátedra vitalícia, tornava obrigatório o regime departamental, definia linhas gerais para a carreira docente e estabelecia a obrigatoriedade da associação ensino e pesquisa. É esta lei que ainda rege o ensino superior brasileiro.

No entanto, a maior parte das instituições brasileiras de educação superior (IES) não pode acompanhar os preceitos da Lei nº 5.540 e manteve a tendência da organização administrativa voltada para a formação de profissionais, para um ensino universitário de transmissão informativa do conhecimento acumulado nas disciplinas. Consequentemente, a maioria das IES brasileiras organizou-se sem estruturas de pesquisa e pós-graduação consolidadas, delegando aos seus docentes uma dedicação quase exclusiva às atividades de ensino. O que pode ser constatado nas regiões norte e nordeste e principalmente, no estado de Sergipe partindo dos dados analisados sobre doutores e mestres, somente com a titulação de doutorado é possível ter acesso aos financiamentos de pesquisa para produção do conhecimento.

Este quadro tendeu a se aprofundar com o crescimento quantitativo do setor, especialmente a partir de meados dos anos 1990, não só pelas facilidades criadas para a abertura e expansão das instituições privadas nas quais inexistem condições para a produção de conhecimento e onde o ensino volta-se para a formação em carreiras que exigem pequenos investimentos, mas também por conta das restrições financeiras impostas pela retirada gradativa do Estado da manutenção e expansão do setor público, cujas instituições, muitas vezes, também se encontram acuadas, mantendo seus docentes restritos às atividades de ensino.

A atual Reforma da Educação Superior em curso no Brasil, foi marcada pela edição de medidas legais[17] baseadas num imediatismo pragmático, em ondas de expansão feitas às

[16] Desse modo, mesmo os críticos não hesitam em relacioná-la ao modelo *humboldtiano* de universidade e de relevar sua contribuição para a institucionalização da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu* no país. Todavia, somente algumas grandes universidades, principalmente do sul e sudeste brasileiro, pode-se perceber a adesão ao modelo *humboldtiano* de educação superior.

[17] O exemplo da compra de vagas na iniciativa privada, com o PROUNI (BRASIL, 2005, Lei nº 11.096); da anunciada abertura de mais de quatro dezenas de novos *campi* e a criação de nove novas universidades federais,

pressas, o que a configura não raramente com qualidade duvidosa. Em Sergipe, o *ranking* do Ministério da Educação divulgado em 2011 através do Índice Geral de Cursos das duas universidades do estado, tem conceito 3 o que significa que tem qualidade suficiente.

Em síntese, o trabalho docente é afetado em cheio por essas mudanças que forçam o ritmo da produção, incrementam as tarefas a serem realizadas, instituem horários atípicos, com a aceleração no desempenho das atividades e o aprofundamento de uma dinâmica *produtivista consumista*, comportando práticas como a leitura apressada do último lançamento, o aligeiramento dos cursos, a formação de mais alunos em menos tempo. O que, diga-se de passagem, colide com o propósito de produção do conhecimento, mesmo que seja o conhecimento economicamente útil e comercializável.

Quanto à *produção do conhecimento*, identifica-se o progressivo retraimento do investimento estatal em educação, ciência e tecnologia e a acomodação das questões educacionais às regras da mercantilização, incluindo as atividades de pesquisa, mesmo as poucas universidades brasileiras que comportavam uma dinâmica para a produção do conhecimento e desenvolvimento da pesquisa original e inovadora, viram-se às voltas com a tarefa adicional de captarem recursos por sua própria conta, a exemplo das bolsas produtividade do CNPQ.

Assim, atualmente, uma boa parte dos docentes-pesquisadores dedica um tempo nada desprezível a preencher relatórios, alimentar estatísticas, concorrer a editais, promover visibilidade para sua pesquisa e seu departamento com o objetivo de levantar fundos para si ou para a própria instituição. Em determinadas áreas do conhecimento, todo esse clima é muito mais intenso e ocorre com muito mais frequência porque também há um assédio para que se produza conhecimento relacionado diretamente à produção ou à capacidade das empresas intensificarem a concorrência capitalista em proveito próprio.

Em estudo mais aprofundado sobre o cotidiano do trabalho docente em um contexto flexível, Deise Mancebo (2004) aponta que a nova lógica que se impõe nas rotinas acadêmicas delineia algumas tendências mais frequentes encontradas no trabalho docente: intensificação na relação que é estabelecida com o tempo onde se verifica não só uma aceleração da produção docente, bem como o prolongamento do tempo que o professor despende com o trabalho; atividades e exigências diversas que não cessam, nem em época de greve, tampouco nas férias, gera, ao mesmo tempo, mudança na jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo

---

sem a necessária contrapartida da área econômica; do uso de técnicas de ensino à distância, cujo caso exemplar é o da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

dedicado ao trabalho), particularmente facilitada pela introdução das novas tecnologias. Períodos de interrupção do ano letivo são aproveitados para "botar as coisas em dia": adiantar o preenchimento de formulários, preparar projetos, escrever artigos, "pegar" os livros que ainda não foram lidos. E-mails a serem respondidos, celulares que tocam em casa e computadores portáteis garantem que o trabalho acompanhe o professor, para além dos muros da universidade, nos momentos institucionalmente destinados ao descanso e lazer, à vida privada. O professor vai fisicamente para casa mas o dia de trabalho não termina, pois as inovações tecnológicas possibilitam a derrubada das barreiras entre o mundo pessoal e o mundo profissional.

O trabalho docente constitui-se num lugar contraditório que suscita a um só tempo, sobretrabalho e prazer; assujeitamento e captura acrítica dos envolvidos para as novas demandas colocadas para a universidade, mas também espaço para invenções, pensamento e crítica. Deise Mancebo (2006), a partir do conceito de sobreimplicação busca compreender o sentido de prazer que os professores encontram em seu trabalho, sua "sobrevivência" enquanto sujeito, ao mesmo tempo em que se transformam em trabalhadores "*full-time*", trabalhadores com 24 horas de trabalho diário, ainda que espacialmente fora dele. Trabalho, subjetividade e sobre-exploração apresentar-se-iam organicamente imbricados na sobreimplicação e o encanto que paira sobre a vida universitária poderia, sob este prisma de análise, voltar-se contra o próprio professor. E conclui que, no âmbito universitário, se constitui toda uma rede de relações e produções, por vezes, na direção do ajustamento à nova ordem social; mas, em certos momentos, buscando brechas e possibilidades de escape. Inúmeras vezes, produzindo assujeitamento, sofrimento, doença; mas, em outras circunstâncias, favorecendo crescimento, prazer, solidariedade.

Referendando a linha de argumentação acima explicitada, esta pesquisa destaca que o trabalho docente também precisa ser considerado sob a perspectiva de gênero. Num contexto em que a progressão na carreira depende do desempenho acadêmico que remete a sua atuação no ensino, na pesquisa e extensão de forma indissociável e a elevados padrões de qualificação[18], competitividade, produtividade e introdução de novas tecnologias, é preciso dar visibilidade às condições e ao trabalho de homens e mulheres que ingressaram, como progridem e ascendem na carreira do magistério superior, porque além das consequências inerentes à reforma estrutural das universidades, o trabalho docente exige titulação, viagens, distanciamento da família, momentos de isolamento para produção em universidades que

[18] No trabalho docente em nível superior, a qualificação profissional é adquirida através das titulações de mestrado, doutorado e pós-doutorado. E a progressão por titulação e desempenho acadêmico.

apenas recentemente, vem implantando seus programas de pós-graduação, como no caso das universidades do norte-nordeste.

Nestes termos, é preciso dar visibilidade às barreiras estruturais, institucionais, ideológicas e simbólicas que se apresentam no trabalho docente; aos fatos históricos e culturais característicos do patriarcalismo e do androcentrismo que porventura estejam presentes neste ambiente; por outro lado, é preciso demarcar a ação dos sujeitos que provocam os processos de deslocamentos, de mudanças e permanências nas relações de gênero e nas mentalidades de homens e mulheres.

O fato é que, numa perspectiva de gênero, a mulher atua em dois caminhos: o de ser feminina-mulher-mãe, e o de ser ator social, econômico e político. Consequentemente é necessário investigar, de um lado, os obstáculos da universidade, do mercado, os valores sociais transmitidos pelos meios de comunicação e, por outro, analisar seu papel no âmbito da vida privada, para articular carreira e família em seus aspectos de uma cultura patriarcal que está em constante transformação, provocada principalmente pela ação das mulheres que galgaram outra condição através da educação, do trabalho e da libertação da sua sexualidade.

Na particularidade do trabalho docente superior, Eva Blay (2006) analisa que a entrada das mulheres na Universidade brasileira só se tornou mais intensa depois dos anos de 1940. Além de ser um passo social recente, demandou mais anos de estudo o que levou as mulheres a se depararem com empecilhos dentro da própria universidade e fora dela.

Estela Aquino (2006) reforça o argumento e defende que esse fenômeno, embora variando entre países e contextos, assume certa regularidade, considerando-se três conjuntos de fatores: a socialização de gênero que conforma escolhas profissionais e delimita os horizontes de possibilidades de homens e mulheres, atendendo a diferentes expectativas sociais e familiares; ao modo como a ciência foi estruturada, baseada em valores androcêntricos que dificultam a "sobrevivência" das mulheres e contribuem para o retardo na progressão; e por fim, ligado diretamente ao objeto desta pesquisa, a difícil conciliação entre carreira e família[19]. Quanto a este aspecto, a autora entende que:

> A entrada das mulheres no mercado de trabalho, necessariamente, não as têm desobrigado do cuidado da casa e dos filhos, já que se mantém a tradicional divisão sexual do trabalho doméstico. Por isso, grande parte delas é levada a optar por jornadas parciais, flexibilização de horários e até mesmo por

[19] A dimensão, conciliação carreira-família, cobra única e exclusivamente da mulher que resolva os conflitos derivados desses processos ao atribuir à mulher a inteira responsabilidade. No âmbito da vida privada, apesar de algumas exceções, a dominação masculina se faz imperativa. Diante do processo de dominação exploração do capital, o processo de dominação exploração do patriarcado coloca-se como um agravamento dos processos de dominação exploração para as mulheres.

> interrupções freqüentes na vida profissional. Quando a escolha é por uma carreira acadêmica, muitas vezes o projeto de casamento e maternidade é adiado ou definitivamente abandonado. [...] No Brasil, durante o percurso acadêmico, a licença maternidade é um direito reconhecido legalmente, mas quando concedida durante o mestrado ou o doutorado não se desconta este período do tempo de titulação da aluna, o que tem impacto nos indicadores dos programas e resulta em mecanismos de pressão variados sobre as mulheres. [...] Quando os filhos chegam, as mulheres em carreiras científicas são obrigadas a fazer escolhas difíceis, com o adiamento da ocupação de cargos e uma menor disponibilidade para viagens. No meio acadêmico, a circulação aumenta o prestígio e amplia contatos. Obviamente, isso se torna mais dificultado quando se trata de viagens de médio e longo prazo para o exterior. [...] Essas oportunidades perdidas têm impacto no estabelecimento de parcerias e intercâmbios e na internacionalização da produção científica. [...] Mesmo quando o casamento ocorre entre pares acadêmicos [...] instaura-se a competição entre os cônjuges para acomodar viagens, prazos acadêmicos e trabalho em horários domésticos. [...] O que se vê, então, é que a dupla jornada torna o tempo das mulheres cientistas mais escasso e fragmentado. E o tempo na vida acadêmica é crucial: para elaborar projetos e obter financiamentos; para produzir e escrever artigos, formatá-los e submetê-los; atender a exigências; receber críticas, enfrentá-las e rebatê-las; enfrentar recusas e reiniciar o ciclo buscando novas alternativas. Adicionalmente, a socialização das mulheres para docilidade e submissão introjeta barreiras subjetivas que dificultam o enfrentamento de editores, pareceristas etc. (AQUINO, 2006, p.14-15).

Nesse sentido, algumas constatações são inevitáveis, quais sejam: as mulheres adentraram no espaço público, assumiram funções diversas, sentiram na pele os processos da dominação, esforçando-se por rompê-los, no entanto, não tiveram as tarefas domésticas, antes únicas a serem cumpridas pelas mulheres, divididas com os homens. Com isto, surgiu a impossibilidade de dissolver o conflito coexistencial de manter as esferas públicas e privadas simultaneamente, assumindo a multiplicidade de papéis que desgastam e trituram a estrutura psíquica da mulher, remetendo a uma discussão sobre a saúde da mulher, sobre empoderamento e alteridade, sobre qualidade de vida e direitos humanos.

Numa perspectiva de gênero e das relações entre os sexos, com o propósito de articular trabalho docente, família e vida pessoal, no contexto das transformações apresentadas, a pesquisa busca respostas para os seguintes questionamentos:

1) Como se apresenta, na particularidade da Universidade Federal de Sergipe/São Cristóvão, a divisão sexual do trabalho?

2) Como os docentes pensam a divisão sexual dos papéis atribuídos a homens e mulheres na família e em que medidas tais papéis interferem na inserção, permanência e progressão no trabalho acadêmico e acesso às instâncias de poder, ou vice-versa, e como agem nessa relação carreira acadêmica-família?

3) Como se configura a divisão sexual do trabalho doméstico para as mulheres que trabalham na academia?
4) Quais os deslocamentos, mudanças e permanências nos âmbitos do trabalho, da família, que dificultam e/ou possibilitam relações mais igualitárias e equitativas entre os gêneros?
5) Quais as representações sociais dos sujeitos, homens e mulheres, no contexto das relações sociais entre os sexos, que precisam articular carreira, família e vida pessoal?

Na perspectiva epistemológica histórico-crítica e feminista, aos questionamentos feitos anteriormente, as teses discutidas no referencial teórico apontam que na sociedade brasileira, a presença de mulheres nos espaços da academia é perpassada por fatos históricos característicos do patriarcalismo e do androcentrismo, o que justifica romper o ceticismo quanto à competência técnica e científica de mulheres para produzir. Inevitavelmente, faz-se necessário resgatar todo o discurso que há muito vem sendo historicamente analisado sobre a divisão social e sexual do trabalho no âmbito da produção que, ao dar visibilidade ao sexo da classe trabalhadora, explicita que há diferenciações presentes no espaço da produção entre força de trabalho feminina e a masculina, as quais não podem ser conhecidas apenas olhando-se para a esfera da produção. É necessário também conhecer as *nuances* da esfera da reprodução e das relações entre as instituições e os sujeitos.

No atual contexto de inovações tecnológicas e da reforma do ensino superior que impactam na carreira do magistério superior, as análises vão além da questão da competência da mulher para assumir determinada função ou para atender as exigências que a carreira no magistério superior requer; ter condições de progressão na carreira e de inserção dos postos da hierarquia universitária em uma universidade reestruturada e preparada para atender aos ditames do capital, perpassa também por questões culturais e estruturais; inevitavelmente, sofrem implicações das responsabilidades com a vida familiar, que historicamente e num contexto de transformações[20] trazem características patriarcais, mas também sofrem

[20] Análises feitas por Manuel Castells (1999) apontam detalhes destas transformações que respaldam a importância do objeto de estudo desta pesquisa, principalmente, quanto ao aumento do poder de barganha das mulheres por sua entrada no mercado de trabalho; quanto à quádrupla jornada diária de trabalho e ao nível de conscientização destas mulheres. Tais fatos demarcam transformações irreversíveis, mas não são suficientes para inferir que os problemas relacionados à discriminação e opressão patriarcal tenham sido eliminados ou sua intensidade tenha sido reduzida, pois há uma expansão da violência interpessoal e abuso psicológico sobre as mulheres. Demandam, portanto, que as análises estruturais específicas da categoria analítica gênero precisam ser associadas a análises sobre o individual e relações interpessoais específicas da categoria representações sociais consideradas nesta tese para ampliação das análises, a partir do conceito de relações sociais entre os sexos. Segue a citação de Manuel Castells:

implicações da ação da mulher enquanto sujeito de sua própria vida que através de suas escolhas resistem aos processos de dominação sejam no mundo do trabalho ou no mundo da família, não se colocando na dimensão da identidade e da alteridade como vítima, mas resistindo a tais processos.

Nesta linha de reflexão, esta pesquisa apresenta como objetivo geral:

- Analisar os deslocamentos, mudanças e permanências nos âmbitos do trabalho e da família que dificultam e/ou possibilitam relações mais igualitárias e equitativas entre os gêneros e/ou que apontem outros padrões de sociabilidade favorecendo a articulação carreira-família para mulheres e homens que trabalham a universidade pública brasileira a partir do conceito de divisão sexual do trabalho e das representações sociais dos sujeitos da pesquisa vistos no contexto das relações sociais contemporâneas.

De maneira específica, a pesquisa objetiva:

- Conhecer, na perspectiva de gênero e da relação entre os sexos, o perfil e as representações sociais de docentes homens e mulheres inseridos na carreira do magistério superior público da UFS, em seus processos de qualificação profissional, de trabalho, de produção do conhecimento, de progressão na carreira e de inserção nas instâncias administrativas de mando e decisão;
- Compreender a partir do conceito de divisão sexual do trabalho, a complexidade das relações familiares, dos papéis atribuídos através dos processos de socialização que dificultam, possibilitam a inserção, permanência e progressão nos projetos profissionais na carreira do magistério superior;

"A incorporação maciça da mulher na força de trabalho remunerado aumentou o seu poder de barganha vis-a-vis o homem, abalando a legitimidade da dominação deste em sua condição de provedor da família. Alem disso, colocou um peso insustentável sobre os ombros das mulheres com suas quádruplas jornadas diárias (trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e a jornada noturna em benefício do marido). [...] A conscientização das mulheres está se difundindo rapidamente em todo o planeta. Essa é a mais importante das revoluções, porque remete às raízes da sociedade e ao âmago do nosso ser. Alem disso, trata-se de um processo irreversível. Admitir o fato não significa que os problemas referentes à discriminação, opressão e abuso das mulheres e seus filhos tenham sido eliminados ou que sua intensidade tenha sido significativamente reduzida. Na verdade, embora a discriminação legal tenha, de certo modo, diminuído e a tendência seja que o mercado de trabalho venha a se equalizar à medida que o nível de educação da mulher aumenta, a violência interpessoal e o abuso psicológico tem-se expandido, justamente em virtude da ira masculina, tanto individual quanto coletiva, ante a perda de poder. [...] Entretanto, não obstante a violência do conflito, a transformação da conscientização da mulher e dos valores sociais ocorrida em menos de três décadas em quase todas as sociedade é impressionante e traz consequências fundamentais para toda a experiência humana, desde o poder político até a estrutura da personalidade". (CASTELLS, 1999, p.170-171)

- Analisar como os docentes vivenciam e entendem as transformações contemporâneas na família e no trabalho e como conciliam carreira, família e vida pessoal;
- Conhecer formas de enfrentamento, resistência ou simplesmente outras formas de viver e apontar algumas tendências e perspectivas ou encontrar algumas explicações relacionadas aos âmbitos psicológicos da dominação patriarcal ou a reconfiguração da vitimização, pontuando ou caracterizando a dimensão da afetividade ligada ao cuidado.

Nesta tese, sob a perspectiva de gênero e das relações sociais entre os sexos, no contexto da sociedade globalizada, midiática, reflexiva defende-se que ainda existem processos da dominação-exploração patriarcais encobertos que precisam ser problematizados e devem ganhar visibilidade. Conhecendo as experiências múltiplas, contraditórias e complexas, refletindo as crenças e valores, interação entre as representações sociais dos sujeitos pode-se desvendar a ação de homens, mulheres e as relações de poder historicamente encontradas nas instituições, na cultura com o intuito de gerar novos conhecimentos socialmente legitimados e validados sobre a natureza do ser homem e mulher nesta sociedade em transição.

Numa perspectiva dialética, parte-se do singular, incluindo o sujeito para entender o que é particular chegando ao universal; parte-se de uma tese, construindo uma antítese para produzir uma nova tese/síntese; novos conhecimentos, mas comprometidos com o projeto de democracia, diversidade, pluralidade, diferenças, igualdade e com valores morais e políticos contrários aos processos de dominação-exploração patriarcal e androcêntrico ou contra a dominação masculina, os determinismos de qualquer tipo e os estereótipos de gênero.

Assim, defende-se que, se nas relações de gênero, as causas das desigualdades variam de acordo com as necessidades particulares de cada sociedade, do contexto histórico e estão interligadas a fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, as possibilidades de transformação também o são. Ademais, as ciências, o mundo da família e do trabalho é organizado pelas relações de gênero, étnico-raciais e de classe.

Sendo assim, os procedimentos de gênero interferem na inserção, permanência e ascensão da mulher no mundo da ciência; nos processos de trabalho e qualificação profissional e acesso às instâncias de mando, decisão e poder. Procedimentos inerentes às relações de gêneros aos quais as mulheres resistem cotidianamente, e devem, portanto ganhar visibilidade, pois são sujeitos de suas vidas. Com o propósito de fazer aparecer o sujeito, adota-se o conceito de relações sociais entre os sexos sem negar os aspectos estruturais,

denunciados pelas análises de gênero. Possibilitando assim a extinção das estruturas do sistema de dominação patriarcal e do sistema androcêntrico, favorecendo também que sejam revistos ou ressignificados os comportamentos e que possam ser apontadas perspectivas que garantam situações de igualdade e equidade entre homens e mulheres no trabalho profissional, nas responsabilidades familiares e na perspectiva de garantia de direitos humanos.

Nos dias de hoje, algumas transformações podem ser constatadas nas relações sociais entre os sexos. No entanto, não tem sido fácil para as mulheres o convívio social em meio à dicotomia entre as esferas pública e privada, principalmente porque a divisão sexual do trabalho no âmbito da família ainda tem suas raízes fundamentadas no poder patriarcal e as mudanças/transformações nestas relações dependem da ação e da mudança de comportamento dos homens e das mulheres, sujeitos inseridos (as) numa cultura, em processos institucionais, educacionais e de socialização que ainda precisam ser revistos sob a ótica do gênero.

Mulheres com níveis educacionais mais altos geralmente têm mais capacidade de melhorar a própria qualidade de vida e a de suas famílias. Mediante sua capacidade de reflexividade estariam mais bem preparadas para se beneficiar das oportunidades existentes e dos serviços disponíveis, gerando oportunidades alternativas e estruturas de apoio. Com isso, os efeitos da educação no empoderamento da mulher se manifestariam de formas variadas, até mesmo pelo aumento do potencial de geração de renda, de autonomia nas decisões pessoais, de controle sobre a própria fertilidade e sexualidade e da maior participação na vida pública. Entretanto, os efeitos da educação dependem dos processos de socialização vivenciados, que estruturam em suas mentes as relações entre os sexos, que estruturam o seu papel na maternidade e com a família.

Diante disso, algumas mulheres não se veriam como vítimas das barreiras encontradas na articulação trabalho, família e vida pessoal, talvez até nem reconhecessem a existência dessas barreiras. No entanto, a falta de consciência de gênero em algumas mulheres ou a inserção no mercado de trabalho, a maternidade reflexiva, os altos índices de divórcio não anulam a existência do patriarcalismo, do androcentrismo e dos processos discriminatório de gênero.

Em Sergipe, nos arranjos familiares com cônjuge, 95,8% são chefiados pelos homens, segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, 2006. Isso significa que no estado ainda não há uma mudança no padrão de caracterização da família e permanece a figura do provedor do sexo masculino. Resta saber se este padrão de homem-provedor tem configurações forte, modificada ou fraca. Já nos arranjos familiares sem cônjuge, 78% são chefiadas pelas mulheres. Isto indica que mulheres assumem as responsabilidades para com a

família, sozinhas, pois nesta não há a figura do cônjuge. Neste segmento, provavelmente pode-se encontrar altos indícios de sobrecarga das mulheres com o trabalho profissional e com as responsabilidades familiares.

Em termos gerais, esta tese defende que na sociedade brasileira e nordestina, as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar ainda estão imbricadas por construções histórica e socialmente pautadas nos princípios do patriarcalismo que fazem com que a paternidade e a maternidade tenham consequências diferenciadas, sobre a vida profissional dos docentes. Entretanto, é visível que na sociedade reflexiva há indícios de rompimento com os princípios do patriarcalismo observados a partir das mudanças de mentalidade e de comportamentos diferenciados que interferem na redistribuição das funções e nas relações familiares com possibilidade de relações mais igualitárias e equitativas entre os sexos. Entende-se com isso que as possibilidades de transformação das relações de gênero e entre os sexos dependem, também, dos aspectos da subjetividade, identidade, dos processos de socialização e das mentalidades de homens e mulheres, relativos aos espaços públicos e privados e dos seus papéis enquanto pais e mães. Pois o sujeito é um ser humano, social, singular em relação com o outro sexo, produtor e produto da cultura, passível de mudanças de comportamento e de elaboração de formas de resistência ou não resistência.

No âmbito do trabalho na carreira do magistério superior, no contexto de uma sociedade nordestina, distante dos grandes centros de formação profissional superior e de produção da ciência e tecnologia, tudo, indica que mulheres mais empoderadas também encontram dificuldades para conciliar carreira e família. Contudo, no segmento das docentes na UFS, dado o alto nível educacional, poderemos encontrar outras formas de enfrentamento e resistência e apontar algumas tendências e perspectivas ou encontrar algumas explicações relacionadas aos âmbitos psicológicos da dominação patriarcal; bem como, pontuar ou caracterizar a dimensão da afetividade que, provavelmente, faz com que as mulheres continuem a se incumbir do trabalho doméstico.

Assim, o grupo pesquisado, docentes do magistério superior é significativo porque os resultados da Pesquisa Nacional da Fundação Perseu Abramo "*A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado"* (2001), Marlise Matos (2006) constata que estranhamente as mulheres mais escolarizadas do país não são feministas. Diante disso, a autora cogita: Se, as mulheres mais escolarizadas e as cientistas brasileiras (72,8% delas) afirmam não ser feministas, como esperar que a ciência produzida (ou parte substantiva dela) tenha em seu escopo uma dimensão crítica de gênero e feminista? Como esperar mudanças significativas na divisão sexual do trabalho doméstico e do trabalho produtivo?

Neste momento histórico, trata-se, portanto, de um processo de mudança das mentalidades e comportamento para o qual as potencialidades da educação, podem ser utilizadas em prol da valorização do direito à igualdade, a equidade e a diversidade, demarcando também a luta pelo direito à diferença. Diferença essa que tende às relações sociais entre os sexos, nas quais a maternidade e paternidade envolvem relações homossexuais, heterossexuais e apresentam características da maternidade reflexiva.

Nesse sentido, homens e mulheres, são vistos como sujeitos construtores e construídos pela cultura, sendo contrário a qualquer tipo de determinismo e reconhecendo a importância da cultura nos processos de socialização dos sujeitos, e o desejo dos sujeitos de avançarem ou permanecerem. Entretanto, os sujeitos também são portadores de direitos humanos[21], uma conquista histórica e política, uma invenção que exige o acordo e o consenso entre os seres humanos, que devem organizar e adequar de maneira constante uma convivência razoável na sociedade, como defende Maria Teles (2007).

1.2 JUSTIFICATIVA

Na especificidade deste objeto, justifica-se que: conhecer aspectos do trabalho, da família e da vida pessoal de mulheres e homens docentes do magistério superior que articulam estas três esferas, faz-se necessário que esta pesquisa sintonize-se com os objetivos de ampliar a inserção, a permanência e a progressão das mulheres em todos os campos da ciência e do magistério superior; bem como, ampliar o debate sobre a divisão sexual do trabalho na academia, a segregação vertical e horizontal, o fenômeno do teto de vidro, maternidade, paternidade, trabalho doméstico.

O objeto de pesquisa tem relevância porque a partir das análises sobre as relações sociais entre os sexos podem ser apontados aspectos da vida contemporânea de homens e mulheres, que contribuam para o avanço da perspectiva de gênero, para a luta pela igualdade e

[21] Nos termos de Helena Cruz (2003):
O que se entende por direitos humanos fundamentais está constantemente evoluindo e responde, necessariamente, à percepção do indivíduo sobre sua necessidade e dignidade nas diferentes épocas. Ao se afirmar que os direitos das mulheres são direitos humanos, demonstra-se que as violações a esses direitos têm acesso no gênero. O conhecimento sobre as experiências particulares, vividas pelas mulheres, contribui assim, de forma significativa e oportuna, para a análise de uma das desigualdades fundamentais do desenvolvimento humano e dos direitos humanos. Permite questionar a construção da cidadania e dos direitos das mulheres, tendo em vista que um dos desafios dos direitos humanos é encontrar caminhos para defender sua universalidade, respeitando, ao mesmo tempo, a diversidade. (CRUZ, 2003, p. 31-32)

equidade entre os sexos no âmbito estrutural, econômico, político e cultural. Uma questão de garantia de direitos de cidadania e de evolução da humanidade, o que é coerente com as Metas do Milênio que defendem a promoção da igualdade entre os gêneros e o empoderamento das mulheres.

Isso é importante porque na 98ª Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, junho de 2009, foi definido que a articulação entre trabalho e vida familiar não é um problema apenas feminino, de foro íntimo ou familiar, mas uma *questão social*. É uma questão de homens e mulheres, e deve ser um tema de *políticas públicas*, assim como das iniciativas e estratégias das empresas e das organizações de trabalhadores/as e empregadores/as. As medidas de equilíbrio entre trabalho e família se apoiam na premissa de que o exercício das responsabilidades familiares é um direito das pessoas, homens e mulheres, e, por isso, não deve ser utilizado como justificativa para qualquer restrição quanto ao acesso, tipo de inserção ou ascensão profissional, assim como para a participação política. Trabalhar sem sofrer discriminação em função de responsabilidades familiares é um direito de homens e mulheres. Essas responsabilidades não deveriam constituir um impedimento ou restrição quanto ao acesso, tipo de inserção e trajetória profissional para trabalhadores de ambos os sexos. Também as condições nas quais o trabalho remunerado se realiza não deveriam restringir o desempenho das responsabilidades familiares.

A preocupação com a articulação da vida profissional com a vida familiar também é tratada no Relatório OIT/PNUD 2009. O Relatório Regional *Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social*, coloca a questão da conciliação entre a vida familiar e pessoal e a vida no trabalho, como um dos maiores desafios de nosso tempo. Defendendo que é necessário avançar para a conciliação de ambas as esferas com corresponsabilidade social, entre homens e mulheres, mas também entre as famílias, Estados, mercados e sociedade em geral. Trata-se de uma dimensão fundamental para promover a igualdade e combater a pobreza a partir do mundo do trabalho. Além disso, constitui-se em um requisito indispensável para avançar na construção da equidade de gênero e, em particular, para o cumprimento das metas da Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, lançada pela OIT em 2006.

No Brasil, foram realizadas duas atividades, no marco do convênio de cooperação técnica entre o Escritório da OIT no Brasil e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. O Seminário Nacional Tripartite "*O Desafio do Equilíbrio entre o Trabalho, Família e Vida Pessoal"*, realizado em Brasília. Também foi realizado o estudo nacional "*Políticas de Equilíbrio de Trabalho, Família e Vida Pessoal no*

Brasil: avanços e desafios no início do século XXI". Este estudo traz um levantamento do marco legal e das políticas conciliatórias entre trabalho e família, existentes no país, a partir das múltiplas estruturas e arranjos familiares da atualidade, evidenciando quais grupos têm acesso a tais benefícios e quais deles estão excluídos, e fazendo recomendações de medidas para a sua inclusão.

> O trabalho não é apenas um recurso econômico, mas também um meio de desenvolvimento de necessidades sociais, autoestima e espaços próprios. A maior participação feminina no mercado de trabalho e a geração de renda própria redundam também em um aumento do nível de autonomia das mulheres, maior satisfação com suas vidas e melhoria de seu poder de negociação no interior da família. Elementos culturais, como o reconhecimento de seus direitos e a maior presença de mulheres na esfera pública, o aumento de seu nível de educação e maiores expectativas de desenvolvimento autônomo, estão, também, por trás do aumento de mulheres no mercado de trabalho. (Relatório OIT/PNUD, 2009, p.43)

Espera-se com esta pesquisa, apontar estratégias que barrem os preconceitos e os processos discriminatórios de gênero nos espaços acadêmicos, buscando uma "revolução simbólica" capaz de deslocar os processos contraditórios que reafirmam os homens em uma posição hegemônica, e desconstruir, de fato, as posições tradicionais atinentes ao gênero favorecendo as revisões e reelaborações de questões centrais aos que buscam articular projeto profissional, projeto familiar e vida pessoal e estão impregnadas nas mentalidades de homens e mulheres, dando visibilidade às representações e ações dos sujeitos.

Essas preocupações interessam às feministas que estudam o trabalho. Segundo Cristina Bruschini (1996) para o feminismo brasileiro, o trabalho remunerado era visto como uma estratégia de emancipação da dona de casa de seu papel subjugado na família. Este era o fundamento do feminismo, tanto em sua versão liberal como naquela de inspiração marxista.

A partir desse fundamento, o debate teórico sobre o trabalho feminino no Brasil, no entender da autora foi avançando. A produção teórica foi pouco a pouco revelando maior sensibilidade tanto para fatores culturais e simbólicos que também explicam a subordinação feminina, quanto para a inserção das mulheres no espaço da reprodução familiar. A primeira geração de estudos focalizou exclusivamente a ótica da produção, sem levar em conta o fato de que o lugar que a mulher ocupa na sociedade também está determinado por seu papel na família. Mais tarde, a análise da condição da mulher a partir de seu papel na reprodução da força de trabalho teria também peso considerável na produção sobre o tema, dando origem às primeiras discussões sobre o trabalho doméstico.

Segundo Cristina Bruschini (1996) as pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram realmente um novo rumo quando passaram a focalizar a articulação entre o espaço produtivo e a família. Pois, para a mulher, a vivência do trabalho implica sempre a combinação dessas duas esferas, seja pelo entrosamento seja pela superposição. Nos anos posteriores, um novo salto de qualidade seria dado através dos estudos que concebiam o trabalho feminino a partir da noção de divisão sexual do trabalho. Segundo esta linha de raciocínio a organização do processo de produção e de trabalho conta com a pré-existência de relações sociais de gênero, vigentes em todos os espaços sociais, entre eles a fábrica e a família. Hoje, é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino passou a problematizar a divisão sexual do trabalho na fábrica, o uso da categoria gênero começou a ser pensado por este campo da sociologia, que passou a incorporar questões como as diversas dinâmicas na configuração de postos masculinos e femininos e a não permutabilidade entre ambos.

Diante deste amadurecimento teórico, a construção histórica do conceito trabalho sofreu forte influência com o desenvolvimento de pesquisas que introduziram a dimensão sexuada nas análises do trabalho nos anos de 1970. É a partir da problemática da divisão sexual do trabalho que Daniele Kergoat (1986) procede a uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho e seus conceitos pertinentes, como o de qualificação, introduzindo a dimensão do trabalho doméstico e a esfera da reprodução. Essa reconceituação abrangeu também, o trabalho não assalariado, não remunerado. Trabalho profissional e trabalho doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, classe social sendo consideradas categorias indissociáveis.

Esta temática interessa também aos estudos que articulam gênero e ciência[22], pois Diana Maffia aborda o tema desde 1994, culminando com a criação de uma rede de gênero, ciência e tecnologia e a realização de um congresso na área em 1998. Em 2001, realizou uma

[22] Em Fanny Tabak (2006) encontramos o processo histórico dos estudos da relação entre gênero, ciência e tecnologia. Na segunda metade do século XX, a UNESCO desenvolveu programas especiais dedicados à maior inserção da mulher nas diferentes áreas da ciência e da tecnologia e, em países menos desenvolvidos da Ásia e da África, com o objetivo de arrancar milhões de mulheres do analfabetismo. Realizou conferências regionais e internacionais para debater a participação da mulher na atividade científica e tecnológica. Em 1988, a UNESCO patrocinou o projeto de pesquisa de caráter transcultural, intitulado "A participação das mulheres em posições decisórias em carreiras dentro da Ciência e da Tecnologia: obstáculos e oportunidades".
Na América Latina, ainda segundo Fanny Tabak (2006), o interesse pelo tema foi impulsionado pela reunião preparatória à conferência de Beijing/95, realizada em Mar Del Plata (Argentina), em 1994. Organizada pela CEPAL, sob a denominação de Conferência para a Integração da Mulher ao Desenvolvimento, a qual propiciou uma discussão intensa sobre como ampliar a presença feminina nas diferentes áreas da ciência e da tecnologia. A partir daí com a criação da rede Mujer, Ciencia y Tecnologia, na Universidade de Buenos Aires, foram realizadas conferências regionais e seminários. Em Bariloche, em 1998, com o patrocínio da UNESCO, foi realizada a conferência latinoamericana intitulada Foro Regional da América Latina e Caribe, sob o título "Mujeres, Ciencia y Tecnologia", como preparação para a Conferência Mundial sobre Ciência, que se realizaria no ano seguinte (1999), em Budapeste.

pesquisa em quatro países da América Latina e concluiu que “Brasil e Argentina têm em comum o fato de que a proporção de mulheres em relação a dos homens na área de ciência e tecnologia é bastante alta – isso não quer dizer que existem poucas mulheres em ciência e tecnologia no Brasil e nem na Argentina”. (MAFFIA, 2002, p.26) Não é, portanto, um problema de quantidade, de acesso, mas provavelmente um problema de permanência e ascensão profissional e, por isso, o tema tem total relação com o trabalho docente em nível superior e, provavelmente, com os rebatimentos das questões vivenciadas no âmbito da reprodução, da vida privada.

Nesta pesquisa, parte-se do pressuposto de que a maternidade e a paternidade têm consequências diferencias sobre a vida de homens e mulheres. Assim as mulheres encontram dificuldades para conciliar carreira, família e vida pessoal.

Considerando que o trabalho docente invade a vida privada ocupando o que seria o tempo livre do trabalho produtivo, defende-se que há interferências nos processos de qualificação que levam às titulações (doutorado) possibilitando a produção do conhecimento científico, acesso aos financiamentos, progressão na carreira do magistério superior. E, por outro lado, como defende Estela Aquino (2006): quando o projeto profissional da mulher é acadêmico, muitas vezes, o projeto de casamento, maternidade é adiado ou abandonado. E quando têm filhos essas mulheres têm menor disponibilidade para as viagens de médio e longo prazo e também tem que adiar a ocupação de cargos, levando-as a perder oportunidades que interferem no estabelecimento de parcerias e intercâmbios, bem como interferem na internacionalização da produção científica destas mulheres.

Por fim, considerando o caráter androcêntrico da ciência, tendo visto que a universidade faz parte do modelo de sociedade estruturado a partir da divisão sexual do trabalho, parte-se também do pressuposto de que as mulheres enfrentam empecilhos dentro e fora da universidade para progredir na carreira e para o acesso às instâncias de poder.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Em termos de opção epistemológica que busca a transformação nos processos de humanização nas relações entre os sexos, adotamos uma epistemologia dialética[23]. Nesse aspecto, a pesquisa reafirma os pressupostos defendidos por Antônio Severino (2001) de que:

> [...] a sociabilidade, a historicidade e a praxidade são constitutivos do próprio ser do homem, de sua essencialidade. E por isso, deve ser considerado que: A condição de existência dos sujeitos envolvidos na educação é de uma existência histórica mediada por práticas objetivas graças às quais eles se constituem como sujeitos humanos, ao implementarem suas relações com a natureza física, pelo trabalho; com seus semelhantes, pela sociabilidade e com os próprios produtos de sua subjetividade, pela cultura simbólica. Todas essas práticas que se complementam e se implicam mutuamente são marcadas por radical ambigüidade, ou seja, ao mesmo tempo que constituem o único lugar possível para a humanização, constituem igualmente lugar privilegiado da desumanização, que ocorrerá na medida em que seus resultados sejam sonegados ou enviesados. Assim, os fenômenos sociais devem ser submetidos ao crivo também de um desmascaramento de sua ideologização, uma vez que a ideologia, como consciência falseada, impregna todas as práticas humanas intencionalizadas pela subjetividade e, particularmente, as práticas que envolvem direta e imediatamente a atividade simbolizadora. [...] Assim, um conhecimento sobre a educação que se pretenda rigoroso e científico não pode deixar de levar em consideração as forças de opressão e de dominação que atuam na rede das relações sociais, que faz da sociedade humana uma sociedade política, hierarquizada e atravessada pelo poder e pela dominação. Todo

[23] São princípios da dialética:
1) Princípios da unidade e luta dos contrários – todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade.
2) Princípio da transformação das mudanças quantitativas em qualitativas – quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos, e estão inter-relacionadas. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas, e esta transformação se opera por saltos.
3) Princípio da negação da negação – O desenvolvimento processa-se em espiral, isto é, as suas fases repetem-se, mas em nível superior.
Ainda no método dialético, *categoria totalidade* é um elemento essencial. A totalidade significa a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder a sua relação com o conjunto da vida econômica, social e política. Só se pode entender o significado das informações e das mudanças que vão se dando, por exemplo, no terreno das ideologias.
Outro elemento do método dialético é a *categoria da contradição,* através da qual se analisam as contradições internas da realidade. Uma análise dialética das ideologias ou das visões de mundo mostra necessariamente que elas são contraditórias, que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade, correspondendo, em última análise, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos sociais que a compõem. Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias. (LOWY, 1985, p.17)
Por fim, outro ponto que é essencial ao método dialético é a *dimensão revolucionária.* Nesta o problema não está em interpretar a realidade, mas em transformá-la. Na dimensão revolucionária, a perspectiva feminista crítico-dialética é cúmplice.

> conhecimento que tem a ver com a educação não pode deixar de enfrentar, de modo temático explícito, a questão do poder, elemento que marca incisivamente toda expressão concreta da existência humana. (SEVERINO, 2001, p.18-19)

Somado a isso, entendemos que existe entre o individuo e a sociedade, um processo que se opera mediante a ação do homem sobre a realidade, um processo de construção que implica criação e recriação, transformando e adequando a realidade às suas necessidades através do trabalho[24]. Assim, a relação dos indivíduos com a sociedade ocorre entre dois elementos que se interpenetram e se definem nas suas relações recíprocas.

Segundo Pedro Demo apud Cecília Minayo (1992), as Ciências Sociais se distinguem a partir dos princípios abaixo expostos, mantendo o critério e o rigor de cientificidade:

1) A historicidade de seu objeto – as relações sociais são historicamente determinadas e assim a provisoriedade, a relativização, o dinamismo e a especificidade são características das expressões da realidade social.
2) O objeto de estudo das Ciências Sociais – o investigador está numa relação social com os seres humanos, grupos e sociedade e estes dão significado e intencionalidade às suas ações. Baseia-se, portanto, em uma consciência histórica.
3) O significado e a significância sócio históricos dos objetos de estudos das Ciências Sociais.
4) Nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto – a pesquisa lida com seres humanos distintos, porém há um substrato comum e compreensivo entre os pesquisadores e investigadores e os sujeitos pesquisados.
5) As Ciências Sociais são intrínseca e extrinsecamente ideológicas – a visão de mundo do investigador e seu campo de estudo se entrelaçam clara e definitivamente. Só pesquiso aquilo que intencionalmente quero conhecer e compreender.
6) O objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo – a realidade social é complexa, dinâmica e repleta de significados que sobrepõem a qualquer pensamento ou teoria elaborada sobre ela.

[24] Trabalho no sentido amplo que será explicado durante a análise das categorias teóricas relacionadas ao objeto de estudo.

Nesse sentido, para estudo das relações sociais é importante que seja dada importância às questões da vida cotidiana. Para Lefebvre (1974,1981) apud Carvalho e Brant, (2005), a vida cotidiana pode ser apreendida considerando-se três perspectivas:

1) A busca do real e da realidade, na qual a vida cotidiana compreende o dado sensível, o prático, as representações e imagens que fazem parte do cotidiano.
2) A totalidade, somente no contexto que integra os diferentes fatos da vida social numa totalidade, se torna possível o conhecimento dos fatos como conhecimento da realidade. Totalidade que está em processo de estruturação e desestruturação, portanto é histórica.
3) As possibilidades da vida cotidiana enquanto motora de transformações globais. As possibilidades de transformação na vida cotidiana apresentam-se na medida em que na vida moderna, a primazia é das relações sociais de dominação e poder, e não das relações de produção. Isso significa que a vida cotidiana se altera em função das particularidades e interesses de cada indivíduo e nas diferentes etapas de sua vida, um movimento, portanto, dialético.

Esta pesquisa demarca total vinculação com a epistemologia feminista nos termos colocados por Cecília Sardenberg (2002), quanto ao consenso no pensamento feminista através da noção de *conhecimento situado*. Isso significa que o conhecimento produzido reflete/refletirá a perspectiva ou *posicionalidade* dos sujeitos cognoscentes, as mulheres. Tentando fugir das perspectivas feministas consideradas deterministas, sem implicar abrir mão das análises estruturais ou negar as relações sociais de poder e dominação.

> [...] uma epistemologia feminista deve constituir-se, necessariamente, através de um processo de mão dupla, ou seja, de um processo de desconstrução como de construção. [...] Cabe-lhe, pois propor princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos historicamente subordinados. (SARDENBERG, 2002, p. 97)

Tendo como foco as relações sociais de dominação e poder numa perspectiva das relações entre os sexos, esta pesquisa, para conhecer as particularidades e os interesses cotidianos de cada indivíduo na articulação trabalho docente, família e vida pessoal focaliza também as representações sociais. Trata-se da intenção de articular a teoria psicossociológica das representações sociais e a teoria feminista de gênero. Segundo Ângela Arruda (2002) as

representações sociais refletem sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, cultural etc., por um lado, e por outro, como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos. Em suma, como interagem sujeito e sociedades para construir a realidade, como terminam por construí-la numa estreita parceria – que, sem dúvida, passa pela comunicação. (ARRUDA, 2002, p. 128)

A partir dessas análises, considera-se que a opção epistemológica e metodológica desta pesquisa é *histórico-crítica* e *feminista*[25]. Diante disso, o objeto de pesquisa considera as contradições existentes nas relações sociais entre homens e mulheres que trabalham no magistério superior e buscam articulá-las ao trabalho reprodutivo (de manutenção da vida)/ trabalho doméstico e responsabilidades para com a família; considera as relações de poder características das instituições sociais como a universidade e vivenciadas pelos indivíduos em no sentido de detectar como resistem a essas relações e quais as possibilidades de mudança ou deslocamentos nas relações entre os sexos, nos valores patriarcalistas e androcêntricos detectados historicamente como determinantes destas relações.

A abordagem considera o contexto das transformações ocorridas no mercado de trabalho, desencadeadas pelos processos de reestruturação produtiva que demandam reformas na estrutura e nos processos e organização da universidade brasileira, os processos de concorrência/competição da sociedade capitalistas que demandam novas habilidades e competências a homens e mulheres, elevando as exigências de titulação e produtividade; bem como, considera as transformações ocorridas na estruturação/configuração da família contemporânea que interferem no trabalho profissional desenvolvido pelas mulheres e exigem das mulheres formas de resistência para garantir ou ampliar sua inserção na esfera da vida pública; e considera as transformações vivenciadas e causadas pelo indivíduo da sociedade reflexiva.

[25]É importante destacar que a epistemologia feminista considera, segundo Jaggar (1997), que na tradição filosófica ocidental, as emoções têm sido consideradas, potencial ou realmente prejudiciais ao conhecimento. Com isso, o racional tem sido posto em contraste com o emocional, ou seja, a razão não só se opõe à emoção, mas é associada ao mental, ao cultural, ao universal, ao público e ao masculino, enquanto a emoção é associada ao irracional, ao físico, ao natural, ao particular, ao privado e, obviamente, ao feminino. Opondo-se a esse pensamento, a crítica epistemológica feminista entende que as emoções humanas não podem ser vistas como instintivas ou biologicamente determinadas. São, ao contrário, socialmente construídas em vários níveis. Tal modelo epistemológico coloca-se como alternativo, pois revela a contínua interação entre a forma como compreendemos o mundo e quem somos enquanto pessoas. No entanto, aceitar as emoções como indispensáveis ao conhecimento significa constatar e considerar as emoções discordantes, entendendo que esta atitude, provavelmente, estimule outras observações e gerem novos caminhos, tanto para a teoria quanto para a prática política.

Uma questão complexa, pois, por outro lado, nem sempre as próprias mulheres concordam ou reconhecem a existência do processo de dominação-exploração de gênero, considerando-se assim, necessário conhecer o âmbito psicológico da dominação patriarcal a partir das representações sociais. Por fim, considera que historicamente as mulheres vivenciam processos de dominação-exploração dados os pressupostos patriarcalistas, mas através de suas práticas políticas e cotidianas ofereceram e oferecem formas de resistência, e elaboram uma transformação das mentalidades de homens e mulheres de nossos tempos e desestabilizam as estruturas patriarcais.

Fica, portanto, evidente a complexidade do objeto que demanda a abordagem histórica e sociológica sobre o trabalho, a família e também, abordagens relacionadas às representações e ações de homens e mulheres enquanto sujeitos. Nesses termos, a concepção que cada ser humano tem de si mesmo toma forma a partir do seu confronto com o mundo externo, o qual, segundo Jovchelovitch: "fornece ao sujeito social as referências e os significados em relação aos quais a subjetividade emerge, se sustenta e, se for o caso, se defende." (JOVCHELOVITCH, 2000)

Nessa linha de reflexão, para Helena Cruz (2003), a dinâmica do poder deve ser pensada através dos processos educacionais que devem estar centrados na construção de uma educação emancipatória, tendo como foco os valores, a dialética, a reflexão, a interação, o discurso e o argumento. Por isso, nesta pesquisa, é dado espaço aos discursos e argumentos. Assim, considera-se que as diversas instituições sociais são as instâncias onde se constroem, se internalizam e se firmam certezas que perpetuam as concepções que cada indivíduo tem de si mesmo e do outro (o diferente). São as representações que os sujeitos externalizam, em gestos e palavras, que evidenciarão seu lugar de instrumento na perpetuação de conceitos, socialmente forjados, acerca das diferenças e de como as pessoas devem se relacionar em função delas.

Nesse processo de construção social, a *linguagem* é destacada como uma ferramenta interna que facilita as ações do indivíduo, pois através dos discursos científicos, políticos, afetivos e profissionais do nosso cotidiano, são produzidas e reproduzidas as bases constitutivas da nossa identidade; construídas através da interação de nossas possibilidades, nossas diferenças e nosso lugar no mundo. Por fim, as propriedades que fazem de homens e mulheres um ser particular perpassam: o biológico, o cultural, o estrutural, as relações sociais e o desejo individual de permanecer, deslocar-se ou modificar-se.

O mundo individual dos docentes foi abordado a partir de suas narrativas que tratam de suas experiências, o que permitiu adentrar no mundo dos sujeitos da pesquisa. Nesse

sentido, foi solicitada aos respondentes a informação sobre aspectos, como: trabalho docente, trajetória de qualificação profissional, progressão na carreira, ascensão às instâncias de mando e decisão, divisão sexual do trabalho na família, trabalho reprodutivo, responsabilidades familiares, entre outras.

Considerando o objeto, os objetivos, os aspectos epistemológicos até aqui apresentados, esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa[26], porque buscou falas, discursos e argumentos que foram interpretados para dar visibilidade e compreensão à questão da articulação entre o trabalho profissional, a vida familiar e pessoal de docentes no contexto da universidade pública nordestina, na complexidade das transformações sociais contemporâneas. Fez uso também de dados quantitativos imprescindíveis para conhecer o perfil dos sujeitos da pesquisa, caracterizar os lugares que ocupam no espaço da universidade e o trabalho que desenvolvem enquanto produtores do conhecimento e reprodutores de seres humanos enquanto responsabilidades familiares.

Metodologicamente, o estudo de caso[27] apresentou-se como um tipo de pesquisa profícuo ao objeto de estudo, pois é geralmente organizado em torno de um número de questões/temáticas sobre relações complexas as quais foram apresentadas na Seção 1 desta

[26] Com o propósito de definir o sentido da pesquisa qualitativa, apropria-se do pensamento de Norman Denzin e Yvonna Lincoln de que:

A pesquisa qualitativa, como conjunto de atividades interpretativas não privilegia nenhuma única prática metodológica em relação a outra. [...] não pertence a uma única disciplina. Nem possui um conjunto distinto de métodos ou práticas que seja inteiramente seu. [...] A pesquisa qualitativa, enquanto conjunto de práticas, envolve, dentro de sua própria multiplicidade de histórias disciplinares tensões e contradições constantes em torno do projeto propriamente dito, incluindo seus métodos e as formas que suas descobertas e suas interpretações assumem. [...] A pesquisa qualitativa é vista como um ataque à tradição positivista, cujos adeptos geralmente refugiam-se em um modelo de "ciência objetivista livre de valores". [...] A competência da pesquisa qualitativa é com o mundo da experiência vivida, pois é nele que a crença individual, a ação e a cultura entrecruzam-se. [...] Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. A realidade nunca pode ser plenamente apreendida, apenas aproximada, captando ao máximo possível a realidade. (DENZIN e LINCOLN, 2006, pp.20-22)

Nesse tipo de pesquisa, o outro enquanto sujeito da pesquisa apresenta sua experiência de vida, sua trajetória como uma foto da realidade a partir de sua representação. Entretanto, é imprescindível que se compreenda que:

Não existe nenhuma janela transparente de acesso à vida íntima de um indivíduo. Qualquer olhar sempre será filtrado pelas lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da raça e da etnicidade. Não existem observações objetivas, apenas observações que se situam socialmente nos mundos do observador e do observado – e entre esses mundos. Os sujeitos, ou indivíduos, dificilmente conseguem fornecer explicações completas de suas ações, sobre o que fizeram e por que o fizeram. Nenhum método é capaz de compreender todas as variações sutis na experiência humana contínua. Consequentemente, os pesquisadores qualitativos empregam efetivamente uma ampla variedade de métodos interpretativos interligados, sempre em busca de melhores formas de tornar mais compreensíveis os mundos da experiência que estudam. (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.33)

[27] Segundo o pensamento de STAKE (2000) apud ALVES-MAZZOTTI (2006, p.641), um caso é um sistema delimitado cujas partes são integradas e sofrem a influência de diversos aspectos, como o contexto (físico, sociocultural, histórico, econômico e outros) e o indivíduo (psicológico e outros). Portanto, algumas características do caso estudado podem estar dentro do sistema e outras fora. E nem sempre é fácil para o pesquisador dizer onde termina o indivíduo e começa o contexto.

tese e permitiu conhecer aspectos do local, do regional que se diferenciam das abordagens globalizantes. Durante a pesquisa, foi feita uma densa revisão bibliográfica que favoreceu a familiaridade com a temática, e possibilitou a inserção da pesquisa no processo de produção coletiva do conhecimento, situando a pesquisa numa discussão acadêmica mais ampla, de forma a contribuir para o avanço do conhecimento e a construção de novas teorias ou levando a novas proposições teóricas aplicáveis a outros contextos.

A fase exploratória da pesquisa para contextualização do objeto, se deu a partir de consulta a várias fontes como: sites (CNPQ, CAPES, Ministério da Ciência e Tecnologia, SBPC, ANDIFES, Conselho de Reitores Universitários, IBGE, PNAD); ao Anuário Estatístico 2008[28], da Universidade Federal de Sergipe para traçar o perfil dos docentes. Assim, o campo empírico da pesquisa é a Universidade Federal de Sergipe/Campus São Cristóvão e seus centros: CCSA, CCBS, CCET, CECH.

Na dimensão quantitativa da pesquisa para ampliar a análise sobre categorias como: divisão sexual do trabalho, segregação vertical e horizontal foi identificada a concentração dos grupos ocupacionais masculinos e femininos. Para tanto, considerou-se a população de 323 (60,6%) homens e 210 (39,4%) mulheres, totalizando 533 (100%) docentes do quadro permanente, do ano de 2008. Também foi solicitado ao setor de Recursos Humanos da UFS documento que explicitasse variáveis como: centro, curso, sexo, faixa etária, regime de trabalho, nível de titulação, tempo de serviço, faixa salarial, número de filhos, estado civil e raça[29]. Um trabalho que demandou muito tempo para o tratamento e análise dos dados, visto que não estavam desagregados por sexo[30].

A partir da desagregação dos dados por sexo, foi possível construir o Quadro Analítico 1, que mapeia categorias analíticas, como: grupos ocupacionais masculino e feminino e os grupos ocupacionais pouco sexuados, no espaço da Universidade Federal de Sergipe por curso e por centro.

[28] Os dados foram atualizados a partir de pesquisa de desenvolvimento mais aceleradas que uma tese de doutorado, como pesquisa de CNPQ e dissertações de mestrado, pois a partir de 2010 o tema trabalho docente do ensino superior na Universidade Federal de Sergipe ganhou visibilidade.

[29] No ano analisado (2008), a variável raça/etnia não constava no banco de dados do Centro de Processamento de Dados da UFS, mas foi inserida como item do formulário aplicado durante a pesquisa.

[30] O que confirma as constatações de Estela Aquino (2006) quanto à falta de desagregação dos dados por sexo. E assim, apresenta-se o primeiro obstáculo para as pesquisa sob uma abordagem de gênero, demandado à pesquisadora um enorme esforço para tabulação dos dados.

Quadro Analítico 1 – Distribuição dos Cursos e Centros por Categoria Analítica

		CATEGORIAS	CURSOS	CENTRO
	100% - 56%	**Grupos Ocupacionais Masculinos** – 17 cursos e 03 centros	História (92,8% masculino) Filosofia (92,3% masculino) Matemática (87,5%) Economia (86,3%) Educação Física (84,2%) Engenharia Civil (83,3%) Física (81,0%) Engenharia Agronômica (75%) Ciências da Computação (73,6%) Engenharia Química (73,3%) Fisiologia (72,7%) Ciências Contábeis (72,7%) Medicina (70,4%) Ciências Sociais (68,7%) Direito (68,2%) Artes e Comunicação Social (57,1%) Biologia (56,2%)	CCET CCBS CCSA
	100% - 56%	**Grupos Ocupacionais Femininos** – 05 cursos e nenhum centro	Enfermagem (100% feminino) Serviço Social (100% feminino) Educação (78,3%) Letras (64,6%) Morfologia (60%)	Nenhum
	55% - 49%	**Grupos Ocupacionais pouco sexuados** – 05 cursos e 01 centro	Química (predomina mulheres, 55%) Odontologia (predomina mulheres, 54,6%) Administração (predomina mulheres, 54%) Geografia (predomina homens, 52,6%) Psicologia (predomina mulheres, 52,4%)	CECH

FONTE: Elaboração própria

A partir do tratamento desses dados foi possível identificar a população da pesquisa para aplicação do formulário[31] (APÊNDICE A). O formulário e o objeto da pesquisa foram apresentados aos docentes, os quais foram sondados quanto à disponibilidade para respondê-lo. Em um primeiro momento da pesquisa, obteve-se o preenchimento de 80 formulários, num período de um ano (entre 2010 e 2011). No intuito de atingir a amostra necessária e considerando as limitações situacionais que se apresentaram, partiu-se para as redes de contatos pessoais através de e-mails, o que rendeu mais 27 formulários aplicados em duas semanas, sendo um formulário desconsiderado, totalizou-se, portanto 106 docentes respondentes, 43(40,60%) do sexo masculino e 63(59,4%) feminino, verificando que as

[31] De acordo com Odília Fachin (2005), o formulário é muito usado nas pesquisas sociais e para sua aplicação é necessária a assistência do pesquisador ao pesquisado. No caso desta pesquisa, antes da aplicação o formulário tinha sido discutido em banca de qualificação de doutorado, o perfil da população pesquisada já havia sido traçado o que facilitou a localização dos docentes significativos para a pesquisa. Para aplicação do formulário contou-se com a valiosa contribuição da também estudiosa de gênero, assistente social e mestranda Susana Rezende Lima. O primeiro contato foi feito diretamente na Universidade Federal de Sergipe, nos respectivos departamentos, explicado o objeto e o objetivo da pesquisa, sondava-se o docente sobre a disponibilidade para responder ao formulário. Em alguns casos a disponibilidade era imediata, em outros, agendava-se a data e horário, e em alguns, o docente não se disponibilizava ou solicitava fazer em sua residência e devolver posteriormente. Alguns impasses foram vivenciados, como exemplo, o não interesse em responder, a falta de tempo para responder, a dificuldade de agendar um horário. Como *feedback* da aplicação dos questionários, algumas docentes relataram que o formulário era extenso, sugeriram a reelaboração de algumas questões, outras acharam muito interessante o objeto de estudo e alguns chegaram a expressar o descaso com as questões de gênero, por verem como coisa de mulher.

mulheres foram mais solidárias com a pesquisa. Por fim, a amostra foi finalizada com uma representação de 19,88% do universo de 533 docentes.

Para tratamento dos dados coletados através do formulário, foram empregadas técnicas estatísticas como o Teste Qui-Quadrado de Associação e Independência, um dos mais utilizados em pesquisa social, e essencialmente em variáveis qualitativas, foram feitas também algumas associações sempre tendo como variável resposta o sexo dos docentes e a verificação da proporcionalidade das respostas obtidas. Para a apresentação dos dados foram utilizadas tabelas e/ou gráficos para melhor observação e compreensão dos fatos. Por fim, foi admitido um nível de significância de 5%, ou seja, uma margem de erro para os dados, para testar a significância das variáveis, tanto para a proporção quanto para a associação.

No intuito de aprofundar o conhecimento empírico da realidade objeto de estudo, e buscando conhecer as representações e os discursos dos docentes foi aplicado também o questionário com questões abertas[32] (APÊNDICE B). Inicialmente, a opção era pela entrevista semi estruturada para conhecer a trajetória, mas diante da experiência da aplicação do formulário e da impossibilidade de resposta dos sujeitos da pesquisa, optou-se pela construção no Google Docs do questionário eletrônico, cujo link (https://docs.google.com/spreadsheet/vieuform?formkey=dG9DZGF1Tkg1MkpzTEJaTVlyVnRfUWc6MQ) foi enviado aos docentes por e-mail das redes de contatos entre os docentes da UFS e diretamente aos docentes considerados significativos e identificados durante a análise da produtividade, realizada entre os docentes bolsistas produtividade a partir do currículo *lattes*; estes especificamente totalizaram 34 docentes, 22 do sexo masculino e 12 do sexo feminino.

Aqui, o desafio de considerar as análises estruturais e culturais, mas também dar voz aos sujeitos da pesquisa, querendo compreender o ser humano em sua complexidade considerando suas representações[33] e suas ações. As experiências, as vivências, a diversidade

[32] Segundo Odília Fachin (2005), questões abertas são aquelas que dão condição ao pesquisado de discorrer espontaneamente sobre o que se está questionando; as respostas são de livre deliberação, sem limitações e com linguagem própria. Com essas respostas, pode-se detectar melhor a atitude e as opiniões do pesquisado, bem como sua motivação e significação. [...] Para a pesquisa ter legitimidade, é necessário registrar as respostas literalmente, conforme o pesquisado as emite. No caso desta pesquisa, foi gratificante constatar que algumas docentes em seus relatos tiveram atenção e forneceram detalhes ricos sobre suas vidas, os quais foram utilizados na integra durante a análise dos dados coletados. Uma docente chega a constatar durante o preenchimento do questionário que precisa fazer outras escolhas em sua vida pessoal. O questionário aberto mostrou-se viável pois atingiu o propósito de obter as representações sociais dos docentes no que diz respeito ao trabalho docente, a família e sua vida pessoal.

[33] Ângela Arruda (2002) analisa a teoria das representações sociais e as teorias de gênero e aponta que ambas tem projetos epistemológicos que partem da crítica e deveriam estabelecer uma aproximação maior, pois tem muitas afinidades, mas diferem em alguns aspectos. A teoria feminista parte de um projeto político e pretende ir

de papéis assumidos pelas mulheres são fatores preponderantes para entender a complexidade da relação entre trabalho profissional, projeto familiar e vida pessoal. Não há como negar que esses aspectos influenciam-se mutuamente. Nesse sentido, vale ressaltar a ideia de Nádia Lima (2002):

> [...] as cientistas estão vivenciando momentos conflituosos, seja de ordem intra-subjetiva (com elas mesmas), seja nas relações interpessoais com os companheiros, os filhos, a família mais ampla, amizades, em suma, o palco da vida social onde os valores culturais estão postos como norteadores da vida humana. Como fiação mestra, a relação entre o privado e o público, em que, como num campo de forças em tensão, elas se sentem divididas: de um lado, como mulheres, mães, esposas, donas-de-casa, tentando responder às prescrições do tradicionalmente esperado para elas; do outro, a cientista, profissional inserida num espaço de trabalho, cujas regras passam pelo crivo da hegemonia masculina. É uma situação de conflito, com culpas e cobranças se presentificando no cotidiano pessoal e profissional; (LIMA, 2002, p.59).

Para Nádia Lima (2002), essa linha de análise remete para a construção das identidades (masculinas e femininas), construídas desde a mais tenra idade onde, meninos e meninas aprendem como se tornar homens e mulheres. Nesse sentido, gênero, enquanto uma categoria assimétrica caracteriza o pensamento humano, a organização social e a identidade individual. E isso, fatalmente repercute na vida adulta, inclusive na trajetória profissional e familiar.

---

além da mera compreensão dos fenômenos de opressão e subordinação. A compreensão, na teoria feminista, torna-se uma atividade-meio para a meta de transformação das relações entre os gêneros. A experiência feminina, tomada como um sistema cultural passa a ser considerada como fonte de conhecimento e deve ser desvendada. Nesse sentido, a teoria feminista traz embutida uma teoria da ação e a questão do poder é um ponto nodal. Já o projeto da teoria das representações sociais, embora oriundo da profundeza da realidade cotidiana, resgata o senso comum enquanto compartilhado pela sociedade como um todo, entretecido com nossa linguagem e constitutivo de nossas relações e habilidades, mas não se coloca, nem o coloca no terreno político. É, portanto, uma proposição analítica. Para mostrar a validade de tal diálogo, Ângela Arruda analisa:

A crítica da ciência, que ataca o viés de gênero pelo lado das feministas, ampara-se na perspectiva subjetivista, baseada na experiência, no chamado paradigma do *standpoint*. As mulheres conheceriam de forma diferente da dos homens devido à sua condição social (Farganis, 1992) e biológica (Bordo, 1992). Não se trataria de uma visão simplesmente essencialista, mas sim de que o conteúdo e a forma do pensamento, ou as idéias e processos pelos quais essas idéias são geradas e compreendidas são afetados por fatores sociais concretos, e o gênero é um deles. (Farganis, 1992, p.208). Haraway (1991) lembra que não há um único *standpoint* feminista e reafirma o conhecimento situado como a base da objetividade feminista, que integra conceitos cognitivos e contextuais da produção científica. A denominada epistemologia feminista, ao proclamar a experiência das mulheres como característica de uma cultura específica, torna-a uma modalidade de saber local e propõe para a agenda feminista uma antropologia da cultura moderna, como Moscovici com as representações sociais. (ARRUDA, 2002, p.142-143)

Considerando as representações sociais, metodologicamente, a análise de conteúdo[34] fez-se imprescindível e foi utilizada com o intuito de produzir inferências[35] acerca dos temas específicos, relacionados ao contexto do trabalho docente, á vida familiar e pessoal, ciente de que as mensagens escritas estão carregadas de componentes cognitivos, afetivos, valorativos, ideológicos e historicamente mutáveis. Os resultados foram tratados através de comparação e classificação entendendo as semelhanças e as diferenças nas comunicações emitidas pelos respondentes. As variáveis qualitativas identificadas nas narrativas foram associadas ao sexo para análise da proporcionalidade das respostas, favorecendo inclusive a elaboração de gráficos para melhor observação e compreensão dos fatos.

[34] Segundo Maria Franco (2003), a análise de conteúdo se assenta: "Nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão de existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação". (FRANCO, 2003, p.14)

[35] Ainda segundo o entendimento de Maria Franco, buscar produzir inferências pressupõe: "A comparação dos dados, obtidos mediante discursos e símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade. Situação concreta que se expressa a partir das condições da práxis de seus produtores e receptores acrescida do momento histórico/social da produção e/ou recepção". (FRANCO, 2003, p.27) Consequentemente, o trabalho do analista social estará fundamentado na tradição hermenêutica como metodologia de análise, considerada como uma das dimensões de compreensão e interpretação. E em outra dimensão, a dimensão da vida cotidiana entendida como fruto de um processo histórico e social. Sendo assim, ainda segundo Maria Franco (2003, p.30-31), o analista busca também compreender as situações que ocorrem cotidianamente, em determinado ambiente (situações, espaços temporais específicos) e no bojo de certos campos de interação pessoal e institucional que, por sua vez, são mediados por modalidades técnicas de construção e transmissão de mensagens, cada vez mais complexas nos dias atuais.

3 ESTADO DA ARTE: O DEBATE TEÓRICO FEMINISTA, AS CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES QUE ORIENTAM A PESQUISA.

Desenvolver uma tese na perspectiva histórico-crítica e feminista pressupõe um debate sobre as perspectivas feministas e suas visões de mundo ideologicamente situadas; pressupõe conhecer as críticas dirigidas às abordagens de gênero consideradas heterossexuais e ocidentalizadas, no intuito de desenvolver o processo de autocrítica incorporando inclusive, se o gênero é binário ou quaternário; pressupõe olhar para as abordagens culturalistas e hermenêuticas cujas preocupações estão voltadas para o contexto, o cotidiano, a linguagem, as representações sociais adentrando no debate objetividade-subjetividade; demanda olhar para o sujeito; pressupõe olhar para as relações sociais no trabalho e na família historicamente situadas, nas quais perpassam as consequências dos determinismos teóricos, situados historicamente na produção do conhecimento, enquanto: determinismo biológico, social, cultural e da sexualidade.

Trata-se, evidentemente de uma revisão bibliográfica de fôlego, que exige muito amadurecimento teórico para o qual, provavelmente, esta autora ainda não esteja preparada. No entanto, mesmo que esta seção funcione, apenas, como mera exposição das ideias de outros autores, ainda assim é válida pela tentativa de expor o debate em um só espaço. Assim, inicialmente, na subseção *3.1 Gênero como uma relação social, contra o determinismo biológico*, apresenta-se o conceito de gênero a partir de autoras como Joan Scott, Sandra Harding, Heleieth Saffioti; a subseção *3.2 O sujeito do feminino, contra o determinismo social e cultural. Um determinismo da sexualidade? 3.3 Dominação patriarcal e a revolução simbólica: as contribuições de Bourdieu; 3.4 Contra o determinismo social e ideológico: as críticas de Alain Touraine* dialoga-se nestas subseções com as críticas de Judith Buttler, com as contribuições de Pierre Bourdieu e Alain Touraine estabelecendo a validade do conceito de relações sociais entre os sexos para análises contemporâneas no contexto brasileiro e nordestino. A partir da subseção *3.5 Relações Sociais de sexos ou relações entre homens e mulheres na ordem patriarcal do gênero. Dialogando com categorias*, amplia-se o diálogo com categorias teóricas (identidade, alteridade, empoderamento, socialização, ideologia), consideradas úteis para conhecer a particularidade da sociedade reflexiva, na qual os sujeitos têm um papel importante. Dialoga-se, portanto, com Carole Pateman e Manuel Casttels sobre o contrato sexual e a crise do patriarcalismo; com Claude Dubar sobre a identidade; com a teoria de Lev Vygotski a partir de um ponto de vista da psicologia e Andrea Zanella; e John

Thompson e suas análises sobre a ideologia enquanto sentido à serviço do poder; por fim, apresenta-se análise histórica sobre processos de socialização no Brasil para demarcar o contexto.

Esta tese considera válida a tentativa de estabelecer a comunicação de outras categorias teóricas com o gênero enquanto categoria analítica construída histórica e socialmente, dadas às acusações de determinista, vitimista e análise focalizada no estrutural. Neste sentido, considerar o *conceito de relações sociais entre os sexos* possibilita ampliação das análises que desejam considerar a reflexividade de sujeitos pertencentes à cultura contemporânea na qual estão presentes, processos de socialização diversos e heterogêneos, que ultrapassam o âmbito da família, da escola e da igreja/religião; negando processos de vitimização e determinismos, apresentando o desejo dos sujeitos de permanecer e/ou mudar. Dado que nos termos de Helleith Safiotti gênero não é somente uma construção sociocultural, é também um aparelho semiótico.

Considerando as diversas abordagens feministas[36], priorizou o movimento dialético (tese, antítese e síntese), saindo do singular para o particular, adentrando no geral sobre as relações sociais entre os sexos e a divisão sexual do trabalho. Assim, o movimento é: conhecer aspectos da vida de homens e mulheres que seguiram carreira no magistério superior, seus valores, interesses e experiências com a intenção de conhecer a subjetividade a partir das representações sociais, ultrapassá-la e aproximar-se da coletividade situada social e historicamente, com as particularidades da sociedade contemporânea dos sujeitos que precisam articular trabalho profissional, vida familiar e pessoal.

---

[36] Sandra Harding (1986) apud Carmem Portolés (1998) identifica e discute três correntes epistemológicas principais: o Feminismo Empiricista, o Feminismo Localizado e o Feminismo Pós-Moderno.
O Empirismo Feminista sustenta que sexismo e androcentrismo são preconceitos sociais corrigíveis através de uma observância rigorosa às normas metodológicas da investigação científica; buscam adequar os projetos feministas às normas que consideram o que é a boa ciência e a boa filosofia; buscam constantemente erradicar das investigações os preconceitos sexistas e androcêntricos. Consideram que o problema não é ciência em si, mas a falta de rigor na aplicação dos métodos e normas defendidos pela ciência.
O Feminismo Localizado tem sua origem no pensamento do Hegel sobre a relação entre o senhor e o escravo e na elaboração de suas análises baseadas em Marx, Engels e Lukács. As epistemólogas desta linha argumentam que a posição de um grupo dominante, por exemplo, do homem na sociedade, resultou em um conhecimento parcial ou perverso, enquanto que a posição de um grupo subjugado, neste caso das mulheres, fornece um ponto de vista para o desenvolvimento de explicações do mundo natural e social que são preferíveis científica e moralmente.
O Pós-Modernismo Feminista é ligado à corrente de pensamento desenvolvida por autores como Nietzsche, Derrida, Foucault, Lacan, Rorty, Cavell, Feyerabend, Gadamer, Wittgenstein e Unger e com movimentos intelectuais, tais como semiótica, desconstrução, psicanálise, estruturalismo e niilismo. Com isso, as feministas desta linha partilham um ceticismo profundo frente às abordagens universais sobre a existência, a natureza e o poder da razão, progresso, ciências, linguagem e o sujeito. São contra a idéia de um ser humano naturalizado e essencializado, fonte de distorção e de exploração, embora apelando para a solidariedade, identidades criadas pelas atuais formas de vida: as mulheres do terceiro mundo, feministas negras, feministas liberais, feministas socialistas etc.

3.1 GÊNERO COMO UMA RELAÇÃO SOCIAL, CONTRA O DETERMINISMO BIOLÓGICO

Para Joan Wallach Scott (1995), a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Enquanto categoria analítica, o gênero é uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais, uma tentativa de explicar as desigualdades entre as mulheres e os homens. Enquanto historiadora, Joan Scott defende que as perguntas de pesquisa devem ser direcionadas para *como as coisas se passaram*, só assim é possível descobrir *porque elas se passaram*. O núcleo de definição do conceito tem duas partes, interligadas, na realidade, que só para efeitos de clareza expositiva são levantadas em separadas:

1) O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos;
2) O gênero é uma forma primária de relações significantes de poder.

Joan Scott (1995) defende que, a definição de gênero, enquanto diferenças percebidas entre os sexos, articula quatro elementos relacionados entre si, propondo um processo de construção das relações de gênero que pode também ser utilizado para examinar a classe, a raça, a etnicidade ou qualquer processo social; propondo também clarificar e especificar como se deve pensar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais. Os quatro elementos são:

1) Os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas. Para os/as historiadores/as, a principal questão é: que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos?
2) Os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos contidas nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas trazem a oposição binária fixa do significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. Aqui, a questão deveria preocupar os/as historiadores/as, deveria ser quando e em quais circunstâncias os conceitos normativos são contestados. Entretanto, a história é construída como se essas posições normativas fossem produto do consenso social e não do conflito.
3) Incluir uma concepção de política, bem como, uma referência às instituições e à organização social. O desafio ao/a historiador/a seria fazer explodir essa noção de

fixidez, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Há necessidade de uma visão ampla que inclua o parentesco (especialmente para as complexas sociedades modernas), o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero).

4) Identidade subjetiva que leva a refletir sobre a construção da identidade generificada. Joan Scott concorda que a psicanálise fornece uma teoria importante sobre a reprodução do gênero, mas discorda da pretensão universal da psicanálise, pois homens e mulheres reais não cumprem sempre, nem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. Faz-se necessário examinar as formas pelas quais as identidades generificada são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas.

Partindo para a segunda parte da definição do conceito, o gênero enquanto forma primária de dar significado às relações de poder, Joan Scott defende que por meio do gênero, o poder é articulado e tem sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Nestes termos, as diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar e legitimar as relações sociais e as realidades, que não convém com a sexualidade. Assim, as diferenças sexuais são postas como legitimadoras da diferenciação.

> O gênero, então, um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1995, p.89)

Além disso, a autora chama atenção para a importância de observar que as mudanças nas relações de gênero podem ser produzidas a partir de considerações sobre as necessidades do Estado. Por exemplo, a propósito da ordem familiar como fundamento da ordem do

Estado, a legislação implantou esta visão redefinindo os limites da relação marital, numa época em que a ideologia política conservadora legisla sobre a organização e o comportamento da família, legitimando a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos, implantando, por exemplo, o Estado de Bem Estar Social.

> O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural e divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p.92)

Por fim, Joan Scott (1995), defende que as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, e as mudanças podem ser iniciadas em muitos lugares ou funcionarem como reforço das legitimações: nas revoltas políticas de massa, através de crises demográficas, nos padrões de emprego, na emergência de novos tipos de símbolos culturais assim como novas formas de legitimação das diferenciações entre os sexos. O que determinará o resultado de um ou de outro são os processos políticos, pois atores diferentes e significados diferentes lutam entre si para assegurar o controle.

> Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. (SCOTT, 1998).

O gênero vem assim, cobrir um vazio na historiografia tradicionalmente cega a respeito do sexo e de suas implicações sociais associadas, posto como uma relação complexa e sociocultural vai além da visibilidade à ação das mulheres; implica, principalmente, um problema de relações entre grupos humanos que antes haviam sido omitidas. Desta forma, o conceito de gênero, refere-se ao modo como as culturas organizam e interpretam a diferença sexual entre homens e mulheres através do tempo. Onde, o conjunto concreto de experiências das mulheres não só as coloca em posições subordinadas na sociedade contemporânea, como as excluem do poder, fazendo-as ter uma visão diferente do mundo. Joan Scott explicita:

> A história das mulheres, enquanto grupo considerado diferente, é uma parte da história da dominação masculina. Porque são os homens que construíram as regras, que organizam a sociedade etc.. Por outro lado, entretanto, penso que isto conduz a evitar idéias mais complexas como as da subjetividade na história, e também à possibilidade, para as mulheres, de se organizarem contra as regras e as idéias que as aprisionaram na esfera privada do século XIX em uma história a parte. Sim, poderíamos começar falando disso, da dominação masculina, mas há também uma história a ser escrita. Uma história que toma a noção de dominação, de poder desigual, que continua a analisar a atividade das mulheres entre elas, as idéias políticas das mulheres. É verdade que a estrutura social constrói as relações homens/mulheres e a idéia da mulher, mas, ao mesmo tempo, considero que a subjetividade e a criação do sujeito são algo mais complexo do que a dominação. (SCOTT 1998).

Com isso, Joan Scott diz não acreditar na ideia de uma subjetividade feminina com relação ao essencial, não crer que exista uma essência das mulheres, uma subjetividade feminina ligada ao corpo, à natureza, à reprodução, à maternidade. Mas, pensa que existe uma subjetividade[37] criada para as mulheres, em um contexto específico da história, da cultura, da política. A autora insiste sobre a historicização da subjetividade contra aqueles e aquelas que insistem sobre a diferença das mulheres, uma diferença ou de natureza, ou de cultura, que tornam as mulheres como seres sem história.

Ainda tomando como base as abordagens que consideram o gênero como uma categoria analítica, Sandra Harding (1986), destaca: gênero é mais que uma consequência natural das diferenças de sexo, é uma categoria analítica com a qual os humanos pensam e organizam sua atividade social. Assim, na construção social do gênero intervêm três processos: o simbólico, o estrutural e o individual.

- *O simbólico*: associado ao masculino tem-se a cultura, a mente, a atividade e a objetividade; associado ao feminino tem-se natureza, corpo, passividade, subjetividade.
- *O estrutural*: apela-se aos dualismos de gênero para dividir as atividades sociais; é a divisão sexual do trabalho. Assim, na esfera doméstica (feminino),

[37] Numa perspectiva crítica, pode-se contra argumentar que a subjetividade criada para a mulher é machista, heterossexual e branca e questionar: como explicar que grande parte das mulheres não se encaixa na subjetividade heterossexual e branca? Como não questionar o determinismo? Como negar que muitas mulheres não tem consciência dos processos de dominação-opressão vividos no cotidiano da sociedade contemporânea, apesar de sua inserção no mercado de trabalho, de acesso à educação e de poder de negociação do âmbito da família e não se veem como vítimas de tais processos? Como negar a diferença entre as próprias mulheres? Reafirma-se assim um posicionamento contrário a qualquer tipo de determinismo, mas reconhece a interferência da cultura e os seres humanos enquanto sujeitos de suas vidas, capazes de fazer escolhas, produtos e produtores da cultura.

o trabalho ligado à reprodução, tudo o que envolve o cuidado da espécie. Na esfera pública (masculino), a política, a produção.

- *O individual:* como características femininas - ser carinhosa, compassiva, gentil, sensível, terna, quente, submissa, passiva, dependente. E como características masculinas - agressivo, ambicioso, analítico, dominante, forte, independente, individualista. Cultivando estes traços, identificando-se com eles, adquire-se uma identidade que acaba constituindo quase uma segunda natureza.

Assim, em Sandra Harding (1983) as categorias como gênero, classe e raça são consideradas variáveis sociais "orgânicas", com capacidade para criar limites e possibilidades nas práticas sociais da vida diária e na construção das características das instituições sociais e dos esquemas básicos de pensamento. Numa perspectiva relacional, entende-se que essa categoria refere-se aos processos de formação da masculinidade e da feminilidade, o que significa dizer que a atenção não se volta exclusivamente para a mulher em si, mas para as relações sociais nas quais homens e mulheres estão inseridos e, consequentemente, ambos estão amplamente implicados em sua produção e reprodução.

Sendo assim, gênero é aqui, considerado como um fenômeno histórico e social, ou seja, construído pela própria sociedade e em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, que expressa "modos de ser", ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade. Um fenômeno que é parte constituinte da estrutura e da organização da sociedade, tendo consequências mediatas e imediatas para a reprodução social do ser social. Um conjunto de relações sociais que inclui o sexo, porém não é diretamente determinado por este.

Em Heleieth Saffioti (2001), entendemos que a execução do projeto dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência[38]. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das

[38] Violência contra a mulher pode ser expressa de diversas formas, segundo a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, entre outras: física, psicológica, sexual, patrimonial, moral. E configura-se como uma violação aos direitos humanos. Segundo dados da Agência Patrícia Galvão de 28 de julho de 2011, que envolve a análise de pesquisa realizadas pela Fundação Perseu Abramo, pelo Data Senado e Instituto Avon Ipsos: 6 em cada 10 brasileiros conhecem alguma mulher que foi vitima de violência doméstica. Os principais fatores que contribuem para a violência são: 46% machismo, 31% alcoolismo. Uma em cada 5 mulheres considera já ter sofrido "alguma vez" algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido. O medo continua sendo a razão principal (68%) para evitar a denúncia dos agressores.

vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência. Mas, nada impede, mesmo que inusitado, o exercício das mulheres na função do patriarca. Sendo assim, o poder é atribuído à categoria social homem; no entanto, este pode utilizá-lo ou não, ou ainda delegá-lo. Nesse sentido, as próprias mulheres podem funcionar como instrumentos do patriarcalismo expressando violência e preconceitos de gênero, contra um homem ou contra uma mulher, agindo através de mecanismo de dominação-exploração por gênero. Não obstante, é importante lembrar que a sociedade humana é complexa e resulta de três hierarquias/contradições, de gênero, de etnia e de classe.

Entendendo exploração-dominação como um único processo, com duas dimensões complementares (coletividade e individualidade), Heleieth Saffioti (2001) admite o uso do conceito de dominação simbólica, de Bourdieu. E nesse, sentido, a própria dominação constitui, por si só, uma violência.

> A violência simbólica institui-se por meio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominador (logo, à dominação), uma vez que ele não dispõe para pensá-lo ou pensar a si próprio, ou melhor, para pensar sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo senão a forma incorporada da relação de dominação, mostram esta relação como natural; ou, em outros termos, que os esquemas que ele mobiliza para se perceber e se avaliar ou para perceber e avaliar o dominador são o produto da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é o produto. (BOURDIEU,1998, p. 15, apud SAFFIOTI, 2001, p. 118)

Em termos gerais, Heleieth Saffioti (2001), adverte que as relações entre homens e mulheres devem ser analisadas a partir de dois ângulos: o da coletividade, no qual os homens estão, permanentemente, autorizados a realizar seu projeto de dominação e exploração das mulheres; e o ângulo individual, no qual casais são capazes, embora raramente, de construir uma relação par, igualitária, sem hierarquia. Isto ocorre raramente, uma vez que esta convivência democrática entre homens e mulheres contraria todo o contexto social, mas é preciso nadar contra a corrente, contra os esquemas de gênero[39].

No entender de Heleieth Saffioti (2004), o gênero participa do processo de construção dos sujeitos através de sistemas de representação e autorrepresentação, que indicam as

---

De acordo com a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, art. Art. 7º , são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, violência moral.

[39] "... uma prontidão generalizada de um indivíduo para processar informação na base de associações vinculadas ao sexo [...] Especificamente, a teoria [do esquema de gênero] propõe que a modelagem sexual resulta, parcialmente, da assimilação do próprio conceito de *self* do esquema de gênero". (SAFFIOTI, 2001, p.119)

condutas aceitas para homens, e os comportamentos admitidos para mulheres, constituindo, portanto, diferenças entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres. Ou seja, as indicações não se fazem, apenas, a partir da sociedade em relação aos indivíduos, mas também estão *inscritas na própria psique dos seres.* Isso significa dizer que, o gênero não é tão somente uma construção sociocultural, mas também um aparelho semiótico que através do discurso atribui significados.

Consequentemente, são as relações sociais que definem "o eu em relação ao outro[40]", destacando suas similitudes e diferença, principalmente em um contexto onde as identidades são flexíveis e estão em constante mutação. Relações estas que na sociedade contemporânea são, em sua maioria, marcadas pela desigualdade, pela diferença e pela diversidade. Assim, o discurso dominante sobre os gêneros, difundido pela Igreja, pela família, pelo Estado, pelo mercado de trabalho também são reproduzidos pela mídia moldando quem é e como pensa, bem como, o espaço no mundo do trabalho e na família destinado a homens e mulheres.

Destarte, os debates apresentados até aqui, não invalidaram o gênero enquanto categoria analítica construída socialmente na qual intervém o simbólico, o estrutural e o individual, mas numa perspectiva crítica, dialética e feminista das relações sociais entre os sexos demanda que se considere nas pesquisas, o contexto, a sociedade e o individuo não apenas, nos processos de construção de identidades masculinas e femininas, mas principalmente, quanto ao desejo e a ação dos sujeitos.

Com este propósito, referenda-se que é necessário considerar as múltiplas vidas em conflito o que implica adentrar no terreno da subjetividade, do cotidiano, do individual, das representações sociais, da linguagem, do sentido e da ação do sujeito. Implica, consequentemente, questionar as abordagens generalizantes, mesmo as situadas política e ideologicamente através do método dialético[41]. E é nesse sentido que se justifica a

[40] Abre-se, portanto, espaço para o debate com conceitos como: alteridade, empoderamento, reflexividade e socialização.

[41] Numa perspectiva epistemológica dialética de uma visão de mundo, Michel Lowy defende que:
[...] não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem idéias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história. [...] Para Marx, aplicando o método dialético, todos os fenômenos econômicos ou sociais, todas as chamadas leis da economia e da sociedade, são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. [...] São leis que resultam da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos e, portanto, podem ser transformadas pelos próprios indivíduos num processo que pode ser, por exemplo, revolucionário. (LOWY, 1985, p.14-5)
Aplicando o método dialético às ideologias/às utopias/às visões sociais de mundo, entende-se que todas elas são produtos sociais e, por isso, têm que ser analisadas em sua *historicidade*, no seu desenvolvimento e transformação histórica. Portanto, as visões de mundo têm que ser desmistificadas na sua pretensão a uma validade absoluta. Uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias,

comunicação entre os paradigmas e o conceito de relações sociais entre os sexos, apresenta-se mais flexível reagindo a uma postura vitimista e determinista, preocupado com a totalidade do ser social, numa perspectiva dialética, crítica e feminista considerando o contexto, a trajetória e o desejo dos sujeitos, um movimento autorreflexivo da teoria.

Assim, submete-se o conceito de gênero às críticas, e destaca-se que o contexto das sociedades deve ser respeitado nos objetos de pesquisa, que os processos de transição da identificação dos sujeitos contemporâneos não excluem ou abolem os processos coletivos históricos de dominação de classe, de gênero e de raça presentes em determinados contextos sociais, mas não são suficientes para generalizar a vitimização e o determinismo, seja ele qual for, pois os sujeitos agem, pensam e podem apresentar deslocamentos ou garantir permanências no que diz respeito às diferenças e ao desejo em suas relações entre os sexos, as quais, no que se referem ao desejo íntimo, podem ser homossexual, heterossexual, bissexual ou transexual; podem significar a reprodução da espécie como forma de realização pessoal e não, como uma armadilha, entre outros.

Por fim, esta tese afirma que os sistemas econômicos, políticos, culturais e de gênero, interagem e produzem experiências sociais, históricas e individuais. É preciso, portanto, conhecer as experiências de homens e mulheres avançando para como essas experiências surgiram e em quais contextos econômico, cultural e social.

3.2 O SUJEITO DO FEMININO, CONTRA O DETERMINISMO SOCIAL E CULTURAL. UM DETERMINISMO DA SEXUALIDADE?

A análise fundamental desta subseção sobre o conceito de gênero é respaldada nas ideias de Judith Butler, explicitadas no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de 2003. A autora defende que o conceito de gênero foi pensado a partir da estrutura binária. A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a "especificidade" do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de

---

doutrinas e interpretações de realidade, têm que ser consideradas em suas limitações históricas e em sua transitoriedade e, por isso, devem ser submetidas constantemente ao movimento de antítese e síntese.

poder, os quais tanto constituem a "identidade", como tornam equívoca à noção singular dessa. Neste sentido, segundo a autora, a categoria gênero, sustentaria a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória.

Através da análise das categorias falocentrismo e heterossexualidade compulsória, numa perspectiva crítica genealógica,[42] a autora toma como foco o gênero e a análise relacional na qual as noções sobre o feminino e a mulher já não parecem estáveis. A heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são compreendidos como regimes de poder/discurso como maneiras, frequentemente, divergentes de responder às questões centrais do discurso de gênero. Nessa perspectiva, o status da "mulher" como sujeito do feminino e a distinção de sexo/gênero são reconsiderados.

> Ser mulher constituiria um "fato natural" ou uma *performance* cultural, ou seria a "naturalidade" constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas? [...] "Se alguém é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da "pessoa" transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que tornou impossível separar a noção de "gênero" das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003, p.9-20)

Como estratégia para descaracterizar e dar novo significado às categorias corporais, Judith Butler (2003), desenvolve a teoria performativa de atos de gênero que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade ocasionando sua ressignificação subversiva e sua proliferação além da estrutura binária. A autora critica a teoria feminista entendendo que a mesma presume-se por uma identidade definida de mulheres enquanto sujeitos representados pela linguagem e pela política. Nesse sentido, o feminismo supôs que o termo mulheres (mesmo no plural) denota uma identidade comum, a identidade heterossexual de homens e mulheres. A autora critica também a noção do patriarcado universal de opressão das mulheres na medida em que a teorização feminista esforça-se por colonizar e se apropriar de culturas

[42] A genealogia é denominada por Foucault como uma forma de investigação para explicar categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de poder. Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder produzem os sujeitos que subsequentemente passam a representar. [...] As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; consequentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação. [...] A tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam.

não ocidentais, instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, tendendo também a construir um "Terceiro Mundo" ou mesmo um "Oriente" em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental. Além disso, a urgência do feminismo no sentido de conferir um status universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres.

As supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo são minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam e apresentam os limites da política de identidade de gênero, defende Judith Butler (2003). A insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria das mulheres gera múltiplas recusas para a aceitação da categoria gênero, consequentemente, criou-se a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo, por parte de "mulheres" que o feminismo afirma representar.

Com isso, Judith Butler introduz uma divisão no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero. Tal divisão foi concebida para questionar a formulação de que a biologia é o destino, embora o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído. Nestes termos, a unidade do sujeito é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. A distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino.

Desta forma, Judith Butler argumenta que se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí, que o gênero não está para a cultura, como o sexo para a natureza; o sexo também é o meio discursivo/cultural

pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura.

A ideia de que o gênero é construído, sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a "cultura" que "constrói" o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. O gênero é aplicado a pessoas reais como uma "marca" de diferença biológica, linguística e/ou cultural. Nestes últimos casos, o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe em relação a outro significado oposto.

A circularidade problemática da investigação feminista sobre o gênero é sublinhada pela presença, por um lado, de posições que pressupõem ser o gênero uma característica secundária das pessoas, e por outro, de posições que argumentam ser a própria noção de pessoa, posicionada na linguagem como "sujeito", uma construção masculina e uma prerrogativa que exclui efetivamente a possibilidade semântica e estrutural de um gênero feminino. Essas discordâncias tão agudas sobre o significado do gênero (se gênero é de fato o termo a ser discutido, ou se a construção discursiva do sexo é mais fundamental, ou talvez a noção de mulheres ou mulher e/ou de homens ou homem) estabelecem a necessidade de repensar radicalmente as categorias de identidade[43] no contexto das relações de uma assimetria radical do gênero.

---

[43] Na perspectiva sócio-histórica, segundo Siqueira (1997) na evolução das sociedades os homens foram elaborando objetos, convenções, signos, como forma de registrar e transmitir determinadas informações no processo de trabalho (Oliveira, 1995, p.54). As funções psicológicas vão sendo construídas no processo de apropriação da experiência histórico-social partilhada ocorrendo por meio das interações que se estabelecem entre o indivíduo e outros parceiros, ou seja, nos assinalamentos que ocorrem nessas situações (Vygotsky, 1987), no confronto das posições assumidas pelos parceiros (Wallon, 1981). [...] No caso da constituição da identidade de gênero, podemos caminhar por um raciocínio análogo. Pode-se considerar que o conceito de identidade traz, pelo menos, três noções implícitas: a) a idéia de igualdade, tal como propalada na modernidade através da declaração dos direitos do homem; b) a idéia complementar de singularidade, ou seja, de que todo homem é único, singular; e c) a idéia de que o sujeito singular, portador de uma história pessoal constituída através de suas relações com outros sujeitos e inscrita no movimento da história, pode se reconhecer na sua individualidade. Apesar de cada homem possuir uma história singular, nela encontra aquilo que compartilha com os outros e que torna cada biografia inteligível para os demais. Como a identidade significa não apenas o que sou, mas quem sou situado no tempo e nos espaços sociais, ela constitui-se como uma experiência cultural (Mello, 1994). A presença do outro é condição de possibilidade para a constituição e afirmação da identidade. [...] Na trama dialética em que a realidade social e o sujeito individual implicam-se mutuamente, a mediação semiótica exerce um papel fundamental. A linguagem e os fenômenos de natureza representacional, incluindo aqui as significações atribuídas pelo sujeito (que nunca são de natureza individual, ou seja, as significações têm sua gênese inscrita no social), funcionam como determinantes do processo de constituição do mundo interno a partir das interações do sujeito. [...] A identidade de gênero pode ser compreendida dentro deste dinamismo como uma

Em sendo a "identidade" assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de "pessoa" seria vista questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é "incoerente" ou "descontinuo", os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. A autora chama de *gêneros inteligíveis* aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a "expressão" ou "efeito" de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

Tanto no caso de "homens" como no de "mulheres", tal afirmação tende a subordinar a noção de gênero àquela de identidade, e a levar à conclusão de que uma pessoa é um gênero e o é, em virtude do seu sexo, de seu sentimento psíquico, a mais notável delas sendo a do desejo sexual. Em tal contexto pré-feminista, o gênero, ingenuamente (ao invés de criticamente) confundido com o sexo, serve como princípio unificador do eu corporificado e mantém essa unidade por sobre e contra um "sexo oposto", cuja estrutura mantém, presumivelmente, uma coerência interna paralela, mas oposta entre sexo, gênero e desejo.

> O enunciado "sinto-me uma mulher", proferido por uma mulher, ou "sinto-me um homem", dito por um homem, supõe que em nenhum dos casos essa afirmação é absurdamente redundante. Embora possa parecer não problemático ser de uma dada anatomia (apesar de termos de considerar adiante as muitas dificuldades dessa proposta), considera-se a experiência de uma disposição psíquica ou identidade cultural de gênero como uma realização ou conquista. (BUTLER, 2003, p.44)

O gênero só pode denotar uma *unidade* da experiência, de sexo, gênero e desejo, quando se entende que o sexo, em algum sentido, exige um gênero – sendo o gênero uma

---

das facetas da identidade do sujeito. Em se tratando gênero como uma categoria relacional e sócio-histórica, há que se considerar, portanto, a constituição da identidade de gênero como um percurso constituinte e constituído na trajetória do sujeito interativo, a partir das inúmeras relações que este sujeito traça com os outros significativos que partilham mediata ou imediatamente sua experiência. [...] Uma vez que na ação partilhada o sujeito internaliza o significado da ação coletivamente produzido, e que as ações são marcadas por significações históricas e socialmente construídas, significações essas que circulam amplamente entre as classes e circunscritamente na relação dialógica, como aponta Bakhtin (1981), o sentido de gênero está sempre inscrito nelas, sendo, portanto, apropriado pelo sujeito. Com o termo apropriação quero enfatizar o papel do sujeito que é determinado por suas condições concretas de existência, mas apenas limitadamente, uma vez que se o fosse de forma absoluta não o consideraria enquanto sujeito. Apropriar-se, então, inclui, a meu ver, movimentos dialéticos de acomodação e resistência às pautas sociais. [...] Falar em masculino e feminino, parece-me, por conseqüência, um equívoco, já que as vivências neste campo são múltiplas, assim como as mentalidades a elas correlatas.

designação psíquica e/ou cultural do eu – e um desejo – sendo o desejo heterossexual e, portanto, diferenciando-se mediante uma relação de oposição ao outro gênero que ele deseja. A coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exige assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional. Assim, a instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual.

Considerando válidas as críticas de Judith Butler, numa perspectiva das relações sociais entre os sexos sobre a sexualidade, defende-se que deixam de ser binária e passa a ser quaternária (heterossexual, homossexual, bissexual, transexual). Entretanto, isso não implica que os processos de dominação exploração de um pelo outro deixam de existir; o desejo está relacionado à essência de cada sujeito e inscrito na psique é por demais, subjetivo; os processos de dominação exploração patriarcal independente da orientação sexual do sujeito são determinados pela sociedade, pois pertencem a estrutura, construídos e reproduzidos através da cultura, da educação formal e informal, da religião, da mídia, seus princípios e valores das esferas da vida (pública e privada) e não há como negar o caráter patriarcalista, machista, androcêntrico da sociedade ocidental na medida em que nas próprias relações homossexuais o poder patriarcal pode ser evidenciado. Sendo, portanto, vítimas históricas do mesmo processo de dominação exploração e controle de um pelo outro.

Poder-se-ia então contra argumentar e questionar: vamos trocar o determinismo biológico, o determinismo cultural pelo determinismo da sexualidade ou o determinismo do desejo sexual? A heterossexualidade agora é o diferente, anormal, todo heterossexual tem uma sexualidade inconsciente e recalcada? A *heterossexualidade* não pode ser compulsória, mas precisa ser considerada e os estudos precisam desvendar o que se passa nesta relação; assim como a homossexualidade também não pode ser compulsória, pois existem sujeitos que são bissexuais e sujeitos homossexuais com valores patriarcais. A homossexualidade é cultural, biológico, genético ou está relacionado ao desejo sexual, assim como a heterossexualidade? O desejo sexual é cultural, biológico, psicológico? Quem interfere primeiro na construção da identidade: o biológico, a cultura ou o desejo? Se quiséssemos aumentar o debate, também poderíamos questionar a monogamia? Haveria opressão na institucionalização da monogamia?

Todos estes argumentos e questionamentos, independente das respostas que sejam dadas, evidenciam que o sujeito e sua psique não podem ser desconsiderados; confirmando o argumento apresentado por Ângela Arruda (2002), de que deve haver uma aproximação entre as teorias de gênero e a teoria das representações sociais. Neste caso, seria esta a teoria que ratificaria os argumentos utilizados nesta tese, que considera o conceito de relações sociais entre os sexos mais apropriados para as pesquisa que se colocam para além das posturas da vitimização e dos determinismos. Entender a partir das relações sociais, não significa concordar com a postura vitimista das mulheres, com a heterossexualidade compulsória, pois enquanto sujeitos conscientes são capazes de resistir, escolher, optar e decidir, inclusive sobre sua sexualidade e seu posicionamento político, em algum momento de sua vida.

Outra contra argumentação pode ser apresentada se forem consideradas as análises sobre os processos de socialização na cultura brasileira; também considerar que apesar de ideologicamente orientadas/os, demarcando o posicionamento dos sujeitos, o acesso ao trabalho, à educação, o controle da fertilidade e a liberação da sexualidade constituem o conjunto de processos que levaram aos deslocamentos nos processos de dominação patriarcal tendendo a autonomia e emancipação das mulheres em algumas dimensões de suas vidas, contribuindo para homens que também se sentiam subjugados pelo patriarcalismo posicionassem-se politicamente e sexualmente. Entretanto, do ponto de vista da sociologia crítica e dialética, defende-se que esses deslocamentos nos processos de dominação patriarcal deram-se também em atenção às necessidades de reconfiguração do sistema capitalista, principalmente, a partir da primeira revolução industrial com a entrada de mulheres e crianças no sistema produtivo.

A perspectiva de Judith Butler encaixa-se no que Sandra Harding definiu como pós-modernismo feminista, contrária às abordagens universais ou generalizantes. O *patriarcado* pode não ser universal, mas é ocidental e ainda serve para explicar contextos específicos, como, por exemplo, o da América Latina, do Brasil e do Nordeste brasileiro em contraposição a contextos que querem se apresentar como globais, ou como denominou Jeferson Celos, globocolonizadores. O *sujeito do feminismo* também não é universal, pois os movimentos sociais sofreram ampliação e outras causas se apresentaram, mesmo entre as mulheres (negras, lésbicas, domésticas, deficientes, entre outras); cada uma com demandas, denúncias de opressão e luta por direitos específicos, e de forma geral, nenhuma luta anula a outra, são lutas distintas e diversas. São lutas que denunciam e demandam políticas de identidade específicas e diversas, por exemplo, dos homossexuais, das mulheres heterossexuais, dos negros, de classe, dos idosos, das crianças e adolescentes, dos portadores de sofrimento

psíquico, dos deficientes físicos, entretanto, nenhuma demanda faz com que a outra deixe de existir porque são demandas particulares de uma sociedade moderna reflexiva que ofuscou ao longo da sua história os sujeitos marginalizados.

A sexualidade está relacionada à individualidade e ao desejo de cada um e é pessoal e intransferível, mas se reconhece que as identidades legítimas estão determinadas no que Joan Scott (1995), denominou de conceitos normativos. Gênero enquanto categoria analítica, também é viável para análise destas relações, nas quais o poder e a dominação patriarcal podem se manifestar. Nos termos de Sandra Harding, enquanto uma categoria com a qual os humanos pensam e organizam sua atividade social, a construção social do gênero na qual intervêm os três processos: o simbólico, o estrutural e o individual, assim, a categoria analítica gênero passa a comunicar-se com a categoria identidade, e deve ser contextualizada também pela constituição de classe, raça, etnia, geração e outros eixos de poder. Mas, para considerar o sujeito para além do gênero, ou seja, o gênero enquanto aparelho semiótico é relevante considerar o desejo dos sujeitos e como se posicionam nas relações com o outro (alteridade), e consigo mesmo (empoderamento e reflexividade), pois os sujeitos são diversos com opções, trajetórias e experiências diversas, com valores, interesses, vivendo em contextos diferentes e com possibilidades de agir em interação social com outros sujeitos, capazes de causar transformações históricas e sociais a partir de sua ação. O que se defende é o respeito à diversidade e as diferenças, contra os processos de violência, opressão ou qualquer forma de preconceito e autoritarismos.

3.3 DOMINAÇÃO PATRIARCAL E A REVOLUÇÃO SIMBÓLICA: AS CONTRIBUIÇÕES DE BOURDIEU

O principal alerta de Pierre Bourdieu[44] para as estudiosas de gênero, é que preciso "evitar a especulação vazia do discurso teórico puro e seus clichês sobre 'gênero e poder' que até agora mais confundiram a questão do que a clarificaram". (BOURDIEU, 1998, p.14)

Nesse sentido, Pierre Bourdieu, defende que:

> Hoje, é necessário assumir o risco de parecer justificar o estado existente de relações entre gêneros, mostrando como as mulheres, que foram constituídas como seres dotados de gênero pelo mundo social, podem contribuir para sua

[44] Os textos são: A Dominação Masculina e a Dominação Masculina Revisitada. Ver referência bibliográfica.

> própria dominação. Isso, não pelo prazer de desencantar ou de parecer mais sagaz do que os outros, mas para aumentar a possibilidade de realizar a revolução simbólica que é a condição necessária de uma verdadeira transformação das relações entre gêneros. (BOURDIEU, 1998, p.14)

Para traçar as possibilidades de uma revolução simbólica, faz-se necessária aproximação, nos estudos de gêneros, dos significados, das representações de homens e mulheres dos nossos dias, pois:

> O caso da dominação de gênero mostra melhor do que qualquer outro que a violência simbólica se dá por meio de um ato de cognição e de mau reconhecimento que fica além – ou aquém – do controle da consciência e da vontade, nas trevas dos esquemas de *habitus* que são ao mesmo tempo generados e generantes. E demonstra que não podemos entender adequadamente a dominação masculina (e, de um modo mais geral, a violência simbólica) sem antes jogar fora a oposição escolar entre coerção e consentimento, imposição externa e desejo interno, constrangimento e resistência. (BOURDIEU, 1998, p.22-23).

Outra contribuição de Pierre Bourdieu para o nosso trabalho vem da seguinte análise:

> Homens e mulheres constroem o mundo social, certo, mas o fazem com formas e categorias que são construídas pelo mundo, categorias que eles nem escolhem nem fazem e das quais não são os sujeitos. Quando dizemos que gênero, raça, classe e outras distinções sociais são "construídas socialmente", não devemos nos esquecer de que existem condições e mecanismos sociais de construção dos construtores, inclusive o Estado – que é o grande construtor oculto dos agentes, pela mediação de identidades legítimas (BOURDIEU 1994). A ordem masculina, está, portanto, inscrita tanto nas instituições quanto nos agentes, tanto nas posições quanto nas disposições, nas coisas (e palavras), por um lado, e nos corpos, por outro lado. A masculinidade está costurada no *habitus*, em todo *habitus*, tanto do homem quanto da mulher. A visão androcêntrica do mundo é o senso comum de nosso mundo porque é imanente ao sistema de categorias de todos os agentes, inclusive as mulheres (e, portanto, as teóricas feministas). [...] A dominação masculina, em última análise, fundamenta-se na lógica da economia das trocas simbólicas, isto é, na assimetria fundamental entre homens e mulheres, instruída na construção social de parentesco e casamento: a assimetria entre sujeito e objeto, agente e instrumento. É a relativa autonomia da economia do capital simbólico que explica que a dominação masculina possa perpetuar-se apesar das transformações no modo de produção. (BOURDIEU, 1998, p.24).

Para o autor, a revolução de gênero só seria possível através da subversão da ordem das coisas, das estruturas materiais, mas também uma sublevação mental (uma revolução nas mentalidades), uma transformação das categorias da percepção que nos levam a conspirar pela perpetuação da ordem social existente. De certa forma, Pierre Bourdieu responde aos questionamentos de Helena Hirata colocados nesta citação:

> as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre a militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade. Mesmo que exista delegação, um de seus limites está na própria estrutura do trabalho doméstico e familiar: a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam. É preciso refletir não apenas sobre o porquê dessa permanência, mas, principalmente, sobre como mudar essa situação. A nosso ver, é preciso questionar, sobretudo, os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade. Essa pesquisa está por ser feita, e é singularmente complicada pela complexidade de seu objeto, que requer um trabalho interdisciplinar de muito fôlego. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 607-608).

Essa permanência tem relação direta com as mentalidades, as representações e a subjetividade dos atores sociais, homens e mulheres. E por isso, Pierre Bourdieu conclui que é preciso desconstruir a desconstrução do feminismo.

> Ele então descobriria que ela transportou para o feminismo a *ilusão da onipotência do pensamento,* que é constitutiva do inconsciente (masculino) da filosofia. Essa ilusão, por sua vez, anima a crença fantasista, típica do "radicalismo de campus", de que se muda o mundo mudando as palavras, que a subversão de termos, categorias, discursos seja suficiente para subverter ou atingir as estruturas objetivas de dominação. Esse perigoso delírio, por sua vez, leva-nos a esquecer que a crítica discursiva é em si mesma automaticamente dotada de uma eficácia social; de que condições sociais e econômicas definidas devem estar reunidas para que a crítica de categorias se torne crítica social e de que temos de lutar coletivamente para realizar essas condições, tanto dentro como fora da universidade. (BOURDIEU, 1998, p.26).

No caso deste objeto de pesquisa que articula trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, vida pública, privada e pessoal, a relação de trabalho na acadêmica, família e as experiências pessoais de homens e mulheres contemporâneos é preciso compreender até que ponto é coerção, submissão, imposição externa e constrangimento; e até que ponto é consentimento, desejo, resistência das mulheres e dos homens aos processos de dominação e opressão patriarcais e androcêntricos, por isso as mulheres são colocadas como sujeitos de suas vidas e não simplesmente vítimas. Até que ponto é resistência, mobilização do desejo de um projeto profissional e/ou familiar ou não, de uma revolução simbólica, capazes de enfrentar os valores do patriarcalismo (de homens e mulheres machistas, heterossexuais e homossexuais, brancas e negras, do norte ou do sul) e causar deslocamentos nos sistemas de

dominação-opressão, a partir da aceitação de subjetividades[45] e identidades diferentes, heterogêneas e diversas, enquanto sujeitos de suas ações, provocando uma revolução das mentalidades e dos sistemas.

Mesmo considerando relevantes e pertinentes as críticas de Bourdieu, o conceito de gênero enquanto categoria analítica nos termos de Sandra Harding, continua válido, pois ao considerar os processos simbólico, estrutural e individual atende-se à perspectiva de revolução das mentalidades, entretanto, faz-se necessário destituir-se das interpretações que colocam a mulher, simplesmente, na condição de vítima, pois enquanto sujeitos, tanto homens quanto mulheres podem funcionar como reprodutoras/es, produtoras/es, questionadoras/es ou subversivas/os à dominação patriarcal mesmo em relações amorosas que não sejam heterossexuais, o que pode ser analisado através dos usos da categoria gênero.

3.4 CONTRA O DETERMINISMO SOCIAL E IDEOLÓGICO: AS CRÍTICAS DE ALAIN TOURAINE.

O debate sociológico sobre atores sociais encontrado em Alain Touraine, no livro *O mundo das mulheres* (2007), intensifica também os questionamentos sobre os determinismos. Pesquisando as mulheres enquanto atrizes de suas vidas, para além de suas exigências de libertação; e, por outro, através das palavras e dos atos das mulheres, o autor busca descobrir os movimentos profundos que testemunham uma mudança cultural e, principalmente, a recomposição do mundo, cuja demanda aparece de diversas formas nos dias de hoje.

Em seu trabalho, pode-se depreender que, assim como Pierre Bourdieu, Alain Touraine coloca-se contra a tese da vitimização das mulheres. Coloca-se contra o pessimismo impregnado nos estudos descritivos de gênero, que versam sobre a situação das mulheres tanto no trabalho, quanto na vida familiar. Nesse sentido, o caminho adotado por Alain Touraine:

> [...] se distanciará completamente de toda a aproximação em termos de igualitarismo, desde o sonho com uma sociedade unissex até ao que poderíamos chamar de igualitarismo não crítico, e que se fundamenta na idéia de que existe uma natureza feminina diferente da natureza dos homens e que ela deve ser reconhecida em termos de igualdade. Aqui como alhures,

[45] A subjetividade criada para a mulher é machista, heterossexual e branca. Como explicar que grande parte das mulheres não se encaixa na subjetividade heterossexual e branca? Como não questionar o determinismo, e não ver a própria diferença entre as mulheres?

> a noção de identidade encobre perigos que ficaram mais explícitos ainda no domínio das relações étnicas, conduzindo a um multiculturalismo que acaba ocultando as próprias relações de poder e, o que é mais grave ainda, legitimando a formação de novos poderes que impõem sua dominação ao se apresentarem como representantes e defensores de uma identidade ameaçada. [...] A idéia de gênero efetivamente carregava consigo um determinismo social, e até mesmo ideológico, das condutas femininas. As mulheres eram obrigadas a agir em função de seu lugar na sociedade; sua subjetividade nada mais era do que um conjunto de reflexos e de ilusões, e que as tornavam incapazes de uma ação autônoma. Ora, a partir do momento em que substituímos este determinismo vago e genérico pela tese mais aguçada da dominação masculina, é preciso tomar consciência de tudo aquilo que foi rechaçado: a história pessoal, os sentimentos (feelings), as relações interpessoais, enfim, tudo aquilo que intervém na formação da personalidade. É por isso que não se pode escolher entre um determinismo social e uma subjetividade de ordem psicológica: tudo se mistura na criação das identidades singulares. (TOURAINE, 2007, p.18).

Alain Touraine (2007) decide direcionar a atenção para os pensamentos e as condutas das mulheres da era pós-feminista. E chega à confirmação de que as mulheres, diferentemente da maioria dos estudos que falam pelas mulheres ou sobre elas, não acreditam no necessário desaparecimento da identidade feminina, não se consideram vítimas, até mesmo quando sofrem injustiças ou violências, pois as mulheres carregam dentro delas projetos positivos, bem como o desejo de viver uma existência transformada por elas mesmas. Analisa que as ações contra a desigualdade e as discriminações representam, efetivamente, a parte mais visível da ação feminina, e as consequências no comportamento das mulheres são as mais profundas e também as que têm maior visibilidade. No domínio profissional, as mulheres entraram consideravelmente nas atividades comerciais, isto é, nas profissões que substituem os serviços não comerciais, tradicionalmente asseguradas pelas mulheres, e que também representam atividades de baixa remuneração. Contrariamente, vive-se num sentimento de que a violência contra as mulheres aumenta sempre mais. Em parte, esta é uma ilusão produzida pelo fato dos crimes e delitos serem, hoje, mais facilmente denunciados, julgados e punidos do que no passado. Mas, o autor analisa que ainda avaliamos muito mal a amplitude das violências contra as mulheres e em particular as violências conjugais. Em outro contexto, a sociedade comercial faz um uso sempre mais ilimitado do corpo feminino (e agora também masculino) como estimulante comercial.

Para Alain Touraine (2007), o pessimismo que impregna muitos estudos descritivos, versando tanto sobre a situação das mulheres no trabalho quanto na vida familiar, dá um novo rumo às mesmas conclusões dos grandes trabalhos sociológicos e filosóficos, realizados particularmente pelas feministas americanas, contemporâneas. Obviamente, a luta contra as

desigualdades e contra a violência foi muito ativa, e leis importantes deram às mulheres o domínio de sua vida pessoal, particularmente na reprodução. Mas isso é insuficiente para autorizar o otimismo. Não foram definidas outras vias para assegurar a igualdade e a liberdade às mulheres, a não ser as que consistem em reduzir ou suprimir a importância do gênero, noção que, desde que nela se reconheça a marca da dominação masculina, nos aparece como uma jaula de onde as mulheres não poderiam evadir-se a não ser em se negando como categoria significativa, preferindo a igualdade em vez da diferença, e aspirando a uma sociedade sem gêneros, como outras antes delas sonhavam com uma sociedade sem classes. Para o autor, é difícil aceitar conclusões tão decepcionantes e que contradizem a perspectiva que, há vários anos, considera a sociologia das mulheres como a porta de entrada principal na sociologia geral, e não, como é frequentemente o caso, considerá-la como um setor especializado das ciências sociais, ou melhor, como um lugar onde a maioria das impostações gerais se cruza.

> Eu afirmei: a análise das condutas das mulheres começa com o reconhecimento do fato de que o gênero é uma criação do poder do macho, direta e indiretamente, e que esta noção de gênero, que foi útil na luta contra o essencialismo e o naturalismo, deve ser criticada. É sobre as ruínas desta noção, tão ativamente destruída pelas feministas radicais e particularmente pelo grupo *queer*, que vão se formando raciocínios que podem seguir sentidos muito diferentes, mas que sempre tem em comum um ponto de partida crítico ao qual ninguém saberia renunciar. Buscando mostrar que as mulheres se afirmam como tais, se dão por objetivo principal a construção de si mesmas enquanto sujeitos livres e pensam que é através da sexualidade que se realiza este esforço de construção. (TOURAINE, 2007, p.24).

Ainda para Alain Touraine (2007), sem este trabalho de crítica radical das ideias estabelecidas, não lhe teria sido possível construir uma análise livre de todo naturalismo e de toda psicologia que se apoia numa concepção da história cultural e que faz das mulheres, por tanto tempo definidas por uma inferioridade sofrida, as agentes principais na superação de um modelo de modernização "polarizada", construído sobre a distância e as maiores tensões entre os "superiores", que são os homens, e os "inferiores", dentre os quais estão as mulheres. Segundo o autor, este modelo atualmente está em ruínas, e nosso mundo tenta recompor um novo universo social e cultural não somente libertado desta polarização, mas capaz de re-unir o que tinha sido separado e de costurar o que tinha sido estraçalhado, e são as mulheres que estão mais engajadas nesta recomposição da experiência vivida.

Partindo das ideias de Alain Touraine, acredita-se que as análises sobre o sujeito/atores/indivíduo são imprescindíveis no contexto atual. Concorda-se que os sujeitos e

suas ações devem ser considerados e tem papel relevante nas transformações sociais, mas as mulheres não podem provocar tais transformações sozinhas, mesmo que seja válido colocá-las na condição de heroínas. Numa perspectiva crítico, feminista e dialética essas transformações não podem acontecer desconectadas dos aspectos históricos, estruturais, culturais, simbólicos e institucionais de cada sociedade; o individual/singular não pode ser simploriamente desconectado do coletivo/universal.

Na particularidade da sociedade latino-americana, ocidental, brasileira, nordestina e sergipana é preciso considerar todos estes aspectos importantes que determinam a dominação masculina, nas quais, numa perspectiva estrutural, a vitimização das mulheres ainda pode ser observada, mas também já sofreu deslocamentos. Por outro lado, algumas mudanças/direitos já concretizadas podem contribuir para que em alguns casos as mulheres desenvolvam ações de resistência ou já estejam em um contexto concreto característico de relações sociais e interpessoais mais igualitárias, mas não equitativas. De qualquer forma, a luta pela igualdade, pela equidade com respeito à diversidade de escolhas e às diferenças sugere que a humanidade tem avançado uma perspectiva dos direitos humanos, nos quais os pessimismos coexistem com os otimismos, pois se trata de um contexto de transição; não sendo suficiente, portanto, transpor análises realizadas em sociedades tidas como desenvolvidas para sociedades em desenvolvimento, nas quais os sujeitos ainda desenvolvem uma consciência de si e de seu papel na sociedade.

3.5 RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXOS OU RELAÇÕES ENTRE HOMENS E MULHERES NA ORDEM PATRIARCAL DO GÊNERO? DIALOGANDO COM CATEGORIAS.

Para Michéle Ferrand (2005), na França, a abordagem em termos de relações sociais de sexo constituiu-se muito antes da introdução do termo gênero, este é muito recente e originou-se nas décadas de 1980 e 1990, numa conjunção de pesquisas empíricas e de reflexões teóricas. As primeiras pesquisadoras feministas tinham como objetivo principal a denúncia da opressão vivida pelas mulheres. Essa denúncia implicava transpor uma reflexão sobre a mulher para chegar a uma análise da realidade social que as mulheres vivem, mostrando que não há uma essência, ou uma constância feminina, mas um grupo social que é sobrecarregado com um certo tipo de tarefas, designadas pela divisão social e sexual do trabalho, daí a necessidade de mostrar seu aspecto histórico e social (portanto, arbitrário e

reversível). Para denunciar a relação de dominação de um sexo pelo outro, era necessário apoiar-se em conceitos que permitissem ao mesmo tempo pôr em evidência uma opressão até então, ocultada e perceber suas modalidades de funcionamento.

A semente do conceito de relação social de sexo estava presente desde as primeiras teorizações, pelo fato de pôr em relevo a dominação masculina, embora, no início, os termos exploração e opressão fossem os mais utilizados. Essa dominação aparece, graças aos trabalhos muito instrutivos de historiadoras e antropólogas, como sendo um dado geral, histórica e socialmente falando.

Para a autora, na elaboração de uma abordagem em termos de relações sociais de sexo, a primeira etapa constituiu em conceder às mulheres o estatuto de objeto legítimo de pesquisa. Tratava-se de fazer com que as mulheres aparecessem onde, até então, eram invisíveis: o trabalho produtivo, a escola, a vida política e, evidentemente, o controle da procriação, o trabalho doméstico. A segunda etapa consistiu numa verdadeira ruptura epistemológica, que permitiu provar que o sexo não era apenas uma variável suplementar, mas que levá-lo em conta induzia a uma revolução total das problemáticas, o que tornou ultrapassados diversos resultados de pesquisas até então aceitos como válidos. Ao passar do estudo sobre as mulheres para as análises sobre os sexos e sobre as relações que estes mantinham entre si, algumas feministas francesas trouxeram à tona a existência de classes de sexo: a classe das mulheres sendo definida na relação que estas mantêm, com a classe dos homens e vice-e-versa.

Dizer que as relações entre os sexos constituem uma relação social, significa afirmar, ao mesmo tempo, que ambos formam um sistema. Presentes em todas as esferas da sociedade, as relações de sexo a estruturam e organizam do mesmo modo que as relações de classe ou de raça. Essas relações sociais de sexo possuem quatro características:

1) São antagônicas, relações de força que opõem os dois grupos em questão, um procurando manter sua dominação, e o outro tentando libertar-se;
2) São transversais, não se limitando a uma esfera da sociedade e não se baseando, como se pretende com frequência, principalmente na família;
3) São dinâmicas e historicamente construídas e o resultado de uma correlação de forças em movimento contínuo. Afirmar que a dominação masculina pode ser encontrada em todas as sociedades não significa que ela constitua um “invariante”; é uma construção sócio histórica, podendo, portanto, ser subvertida. Homens e mulheres nascem dentro de uma sociedade definida por relações sociais de sexo, mas todos participam da produção e da reprodução dessas relações.

4) As relações de sexo se bicategorizam, definindo de forma hierárquica as categorias sociais de sexo, ou seja, atribuem posições para os homens e as mulheres na sociedade.

Falar em termos de relações sociais de sexo permitia mostrar como a dominação masculina resulta de um duplo processo: a "biologização do social" e a "socialização do biológico", ou seja, que o social interpretava o sexo biológico, conferindo-lhe um determinado sentido.

Para clarificar e ampliar estas análises sobre as relações sociais de sexo e o gênero enquanto categoria analítica, outra autora que traz análises interessantes para o debate sobre o gênero é Heleieth Saffioti (2009), a partir de uma abordagem ontológica. Umas das razões que levou a autora a desenvolver uma pesquisa sobre a ontogênese do gênero, foi a falta de consenso existente em relação ao conceito. Para a autora, não se chegou a, pelo menos, reduzir o grau de polissemia do conceito de gênero. Existem poucos pontos de concordância, mas não exatamente um consenso. Isso fica evidente quando se aprofunda a discussão, pois vão surgindo pequenas divergências que revelam, de fato, o dissenso. Por exemplo, pode-se tomar a afirmação de que o gênero é socialmente construído. Todavia, nem mesmo sobre isto o acordo é tão profundo. O gênero é socialmente construído, desde que se considere o substrato material – o CORPO – sobre o qual a sociedade atua. Isso significa que o gênero não é tão somente social, dele participa também o corpo, quer como mão-de-obra, quer como objeto sexual, quer como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita.

Do ponto de vista da totalidade do ser humano, Heleieth Saffioti (2009), defende que embora haja profundas diferenças entre as três esferas ontológicas (a inorgânica, a orgânica e o ser social), esta última não prescinde das demais, podendo-se afirmar que nenhuma tem existência autônoma. É no ser social que se inscreve a História, realizada por seres humanos e, lembrando MARX, não em condições por eles idealizadas, mas em circunstâncias herdadas do passado (MARX, 1953). Na esfera social, a consciência desempenha papel fundamental, permitindo a pré-ideação das atividades e até, pelo menos parcialmente, a previsão de seus resultados. Assim, consciência constitui o elemento próprio, específico do ser social.

Consequentemente, a sociedade tem, pois, fundamento biológico e é exatamente este fundamento biológico o elemento perdido, ausente do conceito de gênero. Sua perda representa um empobrecimento conceitual da própria vida social. Além de desfigurar a

realidade em que se vive, ou seja, procedendo à eliminação do caráter processual que torna as três esferas uma realidade una, funda o essencialismo social. Isso significa que a partir do conceito de gênero, tentando-se combater o essencialismo biológico, caiu-se no essencialismo social.

Isto é grave por múltiplas razões, mas principalmente, porque não se considerou que os seres humanos são dotados de consciência e, por conseguinte, são teleológicos, buscam realizar fins desejados e dão respostas sempre novas às situações que a vida lhes apresenta. Configurou-se, portanto, o determinismo/essencialismo social, desfavorecendo a ação do sujeito. A saída para as feministas seria, portanto, diante dos dissensos, considerar una a realidade integrada pelas três esferas ontológicas, segundo o entendimento de Heleieth Saffioti:

> Em lugar disto, puseram-se a criticar o pensamento feminista para o qual o corpo tem importância, denominando as estudiosas desta corrente de feministas da diferença sexual. Isto representa mais uma simplificação, mais um reducionismo, confirmando que o adorno não vai além de si mesmo. O pensamento sofisticou-se, sem dúvida. Fê-lo, contudo, na trilha do empobrecimento substantivo, dando origem a críticas infundadas do ângulo substantivo. Radicalizando, enfeitou-se o problema, mas não se construíram linhas de fuga, na busca de soluções. Pensa-se, com freqüência excessiva, na "descoberta", na verdade um pleonasmo, de que o gênero é relacional. Cabe a pergunta: existe, em sociedade, algo não-relacional? O patriarcado não é relacional? Existem homens dominadores sem mulheres dominadas? De modo genérico, existe dominador sem dominado? Com uma figura de linguagem, pode-se adornar o problema, nada mais. (SAFFIOTI, 2009, p.8)

Na abordagem ontológica, e nesse caso, específico, o ser humano não foi considerado enquanto uma totalidade una e indivisível. A diferença sexual, antes apenas existente na esfera ontológica orgânica, passa a ganhar um significado, passa a constituir uma importante referência para a articulação das relações de poder. A vida da natureza (esferas ontológicas, inorgânica e orgânica), que, no máximo, se reproduz, é muito distinta do ser social, que cria sempre fenômenos novos.

A partir desta análise a autora defende que se, de uma parte, gênero não é tão-somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica; de outra, sua dimensão adjetiva exige, uma inflexão do pensamento, que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher, dos quais é extremamente precoce abrir mão, os quais deveriam ser valorizados com a pretensão de enervá-los com a perspectiva de gênero, pois a história das mulheres trazem grandes contribuições.

Nesse sentido, Heleieth Saffioti coloca a categoria gênero como inter-relações entre as representações do masculino e do feminino e as imagens construídas pela sociedade, que são caracterizadas como desiguais, mas também como diferentes; relações de dominação exploração que fazem parte do nó capitalismo patriarcalismo racismo.

> Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes. Cabe lembrar, aqui, que diferente faz par com idêntico. Já igualdade faz par com desigualdade, que são conceitos políticos (Saffioti, 1997a). Assim, as práticas sociais de mulheres podem ser diferentes das de homens da mesma maneira que, biologicamente, elas são diferentes deles. Isto não significa que os dois tipos de diferenças pertençam à mesma instância. A experiência histórica das mulheres tem sido muito diferente da dos homens exatamente porque, não apenas do ponto de vista quantitativo, mas também em termos de qualidade, a participação de umas é distinta da de outros. Costuma-se atribuir tais diferenças de história de vida às desigualdades, e estas desempenham importante papel nesta questão. Sem dúvida, por exemplo, a marginalização das mulheres de certos postos de trabalho e de centros de poder cavou profundo fosso entre suas experiências e as dos homens. É importante frisar a natureza qualitativa deste hiato. Trata-se mesmo da necessidade de um salto de qualidade para pôr as mulheres no mesmo patamar que os homens, não esquecendo, porém, de humanizar os homens. Certamente, este não seria o resultado, caso as duas categorias de sexo fossem apenas diferentes, mas não desiguais. (SAFFIOTI, 2009, p.19-20)

Heleieth Saffioti (2009), ainda apresenta análises sobre a diferença entre poder e dominação. Enquanto o poder manifesta-se independente da vontade dos subordinados, a dominação precisa da aquiescência do dominado. Desta forma, a autora defende que o processo de dominação só pode se estabelecer numa relação social, presumindo a presença de no mínimo dois sujeitos. Desta forma, há o dominador e o dominado, um pressupõe a existência do outro, para continuar dominando, deve preservar seu subordinado, não podendo, portanto, eliminá-lo, isso significa que a dominação presume subordinação. Entretanto, esse sujeito atua sempre, ainda que situado no polo de dominado; ficando livres para agir, ou cooperando com o processo ou solapando suas bases. Eis aí a grande contradição que perpassa as relações homem-mulher na ordem patriarcal de gênero.

Para dar conta da realidade a autora cria a metáfora do nó entre patriarcado-racismo-capitalismo. Defendendo que não há de um lado a dominação patriarcal e de outro a exploração capitalista, um processo não acontece em separado do outro e por esta razão usa a expressão dominação-exploração. Desde seus inícios, a exploração econômica de mulheres faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade. Isto equivale a dizer que, quanto

mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas.

A perspectiva aqui assumida por Heleieth Saffioti mobiliza também a análise de categorias como contrato sexual enquanto base do patriarcado moderno, ideologia, socialização, empoderamento as quais analisaremos em diálogos com outros autores nas subseções que se seguem. Há que se destacar aqui, principalmente, a ideia revolucionária que a autora demarca fazendo uso das ideias de Carole Pateman de que o foco deveria ser o casamento e não a maternidade/reprodução.

> O *patria potestas* cedeu espaço, não à mulher, mas aos filhos. O patriarca que nele estava embutido continua vivo como titular do direito sexual. O pensamento de PATEMAN, neste sentido, vai ao encontro do de HARDING. Com efeito, PATEMAN demostra como a interpretação patriarcal do patriarcado como direito do pai causou o obscurecimento da relação entre marido e esposa na origem da família. Esquece-se o fato de que antes de serem pais e mães, os homens e as mulheres são maridos e esposas. (SAFFIOTI, 2009, p. 28)

Em um contexto cultural globalizado, reflexivo e midiático, onde o desejo dos indivíduos deve ser considerado com fins de verificar, se os processos de dominação exploração patriarcais ainda são vivenciados, amplia-se a comunicação entre categorias teóricas demandadas pela realidade do objeto do conhecimento. Nesta tese, a realidade aponta como válidos os debates, do ponto de vista da Educação, da Sociologia, da Psicologia Social no contexto contemporâneo. Além de reavivar o debate sobre o patriarcado, apontam-se como válidos, também, os estudos das formas de conjugalidades, dos arranjos familiares, parentalidade entre outros ligados às relações entre homens e mulheres.

3.4.1 É o fim do patriarcalismo?

Manuel Castells (1999), fala em mudança e crise da família patriarcal, definindo-a como o enfraquecimento do modelo familiar baseado na autoridade/dominação contínua exercida pelo homem, como cabeça de casal. Para tanto, o autor analisa a estrutura e a dinâmica da família patriarcal a partir de estatísticas comparativas nacionais, e apresenta

quatro indicadores que em sua opinião colocam em dúvida a estrutura e os valores família patriarcal, são eles:

1) Divórcio e separação dos casais - a dissolução dos casamentos leva à formação de lares de solteiros ou lares com apenas um dos pais, cessando, assim, a autoridade patriarcal sobre a família, mesmo que as estruturas de dominação se reproduzam mentalmente no novo lar.
2) A crescente frequência com que as crises matrimoniais se sucedem, assim como a dificuldade em compatibilizar casamento, trabalho e vida, associa-se a outras tendências importantes: o adiamento da formação de casais e a formação de relacionamentos sem casamentos. A falta de legalização enfraquece a autoridade patriarcal, tanto institucional como psicologicamente.
3) Grande variedade de estruturas domésticas, diluindo assim o predomínio do modelo de família nuclear clássica (casais no primeiro casamento e seus filhos) e comprometendo sua reprodução social. Os lares de solteiros e os habitados por apenas um dos pais proliferam.
4) Com a instabilidade familiar e a crescente autonomia das mulheres com relação ao seu comportamento reprodutivo, a crise da família patriarcal estende-se à crise dos padrões sociais de reposição populacional. A reprodução biológica está assegurada, porém fora da estrutura familiar tradicional. Mulheres mais conscientizadas e enfrentando dificuldades limitam o numero de filhos e adiam o nascimento do primeiro. Em certos círculos restritos, cujo tamanho parece estar aumentando, há mulheres que dão a luz filhos, ou adotam crianças, sendo as únicas responsáveis por eles.

Nos termos de Engels, analisamos que as mudanças demográficas constatadas por Manuel Castells referendam a supressão da família individual monogâmica, enquanto unidade econômica da sociedade, pois a inserção da mulher no mercado de trabalho favoreceu não apenas a produção social para mulheres proletárias da grande indústria. O trabalho, hoje, tem um significado de realização profissional, mas também de realização enquanto sujeito de autonomia e empoderamento, principalmente para a mulher, independente de classe social. Além disso, pode-se constatar que nos dias de hoje, os direitos de herança juridicamente independem do estado civil, dependem apenas e exclusivamente da comprovação da paternidade que pode ser analisada a partir do DNA, quebrando as dúvidas de paternidade e

libertando a mulher das amarras que aprisionavam seu corpo. Assim, a forma de família baseada em condições econômicas não tem mais sentido de existir.

Entretanto, independente do arranjo familiar (nuclear, monoparental, reconstituída), ainda cabe à mulher, os deveres dos serviços/responsabilidades familiares. Permanecendo, portanto, o conflito entre ter uma profissão e as obrigações domésticas configurando dupla, tripla e quádrupla jornadas de trabalho. Permanece, portanto, vivíssimo o sistema de dominação exploração patriarcal que fez da mulher responsável moralmente, socialmente e psicologicamente pelas consequências da reprodução, mesmo que esta não esteja numa relação conjugal.

O que chama atenção na contemporaneidade é a diversidade de escolhas feitas pelas mulheres: há mulheres que fazem opção de dedicação total à família, outras fazem opção de não ter filhos, outras fazem opção por articular profissão e constituição de família. Para estas, ainda há muito a avançar, em termos de equidade e igualdade social na sociedade patriarcal. Numa perspectiva da diferença social, o que se defende é que as consequências da reprodução não deveriam implicar para algumas mulheres abrir mão da maternidade para fugir de processo de dominação exploração.

O próprio Manuel Castells (1999) aponta elementos sobre esta questão:

> [...] o tipo de trabalhador exigido pela economia informacional em rede ajusta-se às necessidades de sobrevivência das mulheres que, sujeitas às condições ditadas pelo sistema patriarcal, procuram compatibilizar trabalho e família, contando com pouca colaboração de seus maridos. Esse processo de incorporação total das mulheres no mercado de trabalho remunerado gera consequências muito importantes na família. A primeira é que quase sempre a contribuição financeira das mulheres é decisiva para o orçamento doméstico. Assim, o poder de barganha da mulher no ambiente doméstico tem crescido significativamente. Sob regime estritamente patriarcal, a dominação das mulheres pelos homens era, antes de mais nada, uma questão de estilo de vida: o seu trabalho era cuidar do lar. [...] a ideologia do patriarcalismo legitimando a dominação com base na ideia de que o provedor da família deve gozar de privilégios, ficou terminantemente abalada. Por que não deveriam os homens ajudar nas tarefas domésticas se os dois membros do casal trabalham fora durante longas horas e ambos contribuem para o sustento da família? As perguntas tornam-se mais prementes à medida que aumentava a dificuldade de as mulheres assumirem, ao mesmo tempo, trabalho remunerado, afazeres domésticos, criação dos filhos e bem-estar dos maridos, enquanto a sociedade ainda estava organizada tendo como base a esposa em tempo integral que já se encontrava em extinção. Sem receber os cuidados infantis necessários, sem planejamento da conexão espacial entre residência, emprego e serviço, e com a deterioração dos serviços sociais, as mulheres viram-se frente a frente com a realidade: seus amados maridos/pais estavam aproveitando-se delas. E como o trabalho fora de casa abriu-lhes as portas para o mundo a ampliou

> suas redes sociais e sua experiência, frequentemente marcada pela solidariedade entre as mulheres contra as agruras do dia-a-dia, elas começaram a se fazer perguntas e a passar as respostas às suas filhas (CASTELLS, 1999, p.207-210).

No Brasil, todas estas questões começam a ser enfrentadas e, por isso, não podemos usar o tempo verbal do passado, é necessário para análise do patriarcalismo ir além das transformações demográficas, como será mostrado na seção *4.2 Trabalho Reprodutivo: a família*.

Segundo John Shotter e Josephine Logan (1993) o movimento de mulheres desenvolve-se dentro de uma cultura patriarcal e mesmo reagindo ou resistindo à natureza opressora, tanto mulheres como homens estamos "encharcados" desta cultura. Assim, tentar compreender o patriarcado como um simples sistema de opressão que sempre serve aos interesses dos homens em detrimento das mulheres, pode ser uma visão estreita e equivocada, gerando determinismos nas interpretações. O patriarcado está entronizado nas nossas práticas sociais, nas formas de nos posicionar e de nos relacionar uns com os outros e nos recursos que utilizamos para dar sentido uns aos outros. Os autores defendem que o caminho seria mostrar o quanto o patriarcado está infiltrado em tudo, mas também mostrar que essa penetração é ilusória e esconde de nós atividades que têm a ver com a maternidade e a nutrição, ao invés de com a geração e a paternidade.

> Embora sejamos capazes de explicar a nossa reprodução biológica, continuamos um tanto iludidos em relação à natureza de nossa participação na reprodução de nossos eus psicológicos, sociais, culturais, políticos e morais, das práticas cujos termos nos posicionamos e nos relacionamos uns com os outros. [...] Muito homens (e não poucas mulheres) equivocadamente acreditam em que as "feministas" sejam antagonistas do lar, da maternidade e da família, quando, na realidade, aquilo a que muita gente no movimento de mulheres objeta é a degradação do papel das mulheres (até aqui) enquanto mãe e dona-de-casa e a sua dependência econômica e exploração dentro desse papel. (SHOTTER E LOGAN, 1993, p.93).

Referendando este pensamento, constata-se que na contemporaneidade, a psique feminina não é mais, somente orientada para a maternidade e o casamento. Mulheres traçam projetos profissionais articulados a projetos familiares, outras, só traçam projetos profissionais, outras, só traçam projetos familiares. O que se configura é a diversidade de escolhas. As escolhas devem ser respeitadas e configuram liberdade, autonomia e mobilização do poder de decidir sobre a vida. Ratifica-se o pensamento de Manuel Castells (1993, p.235) que "a autoconstrução da identidade não é a expressão de uma essência, mas uma afirmação

de poder pela qual mulheres se mobilizaram para mudar de como são para como querem ser. Reivindicar uma identidade é construir poder."

É fato que a família estruturada a partir das questões e condições econômicas não tem mais sentido de existir, caminha-se para a estruturação a partir dos laços de afetividade, do respeito mútuo e do compartilhamento das responsabilidades familiares.

Entretanto, entende-se que há uma tripla ou quádrupla jornada de trabalho que reafirma o sistema patriarcal, enquanto uma questão social que precisa ser conhecida e enfrentada, cujos valores estão enraizados em nossas ações, pensamentos, relações sociais e interpessoais, caracterizando o patriarcalismo enquanto um sistema de dominação exploração inscrito também na cultura e na psique dos sujeitos, homens e mulheres.

Aprofundando o debate, na perspectiva de análise ontológica apresentada por Heleieth Saffioti (2009), a autora defende que no patriarcado vigente nas sociedades urbano-industriais do Ocidente observam-se diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre/contra mulheres. Entretanto, a natureza do fenômeno é a mesma, legitimada como natural, na qual através da ideologia patriarcal, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência, as funções do patriarca, quando educam seus filhos, por exemplo. Com isso, entende-se que a ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um polo, quanto de outro da relação de dominação subordinação.

> Aí estão as raízes do sexismo, ou seja, tão velho quanto o racismo. Esta constitui um prova cabal de que o gênero não é tão somente social, dele participando também o corpo, quer como mão-de-obra, quer como objeto sexual, quer, ainda, como reprodutor de seres humanos, cujo destino, se fossem homens, seria participar ativamente da produção, e, quando mulheres, entrar com três funções na engrenagem descrita. (SAFFIOTI, 2009, p.25).

O patriarcado e sua correspondente estrutura de poder penetrou em todas as esferas da vida social, não correspondendo, há muito tempo, ao suporte material da economia de oikos (doméstica). Neste ponto da discussão, Heleieth Saffioti aprofunda a análise a partir da categoria contrato sexual de Carole Pateman (1993), enquanto base do patriarcado moderno. Heleieth Saffioti chama a atenção para o fato de que antes de agir como pai, impondo sua lei, o homem age como marido, com acesso ilimitado ao corpo de sua mulher, assim como desfrutando de poder socialmente legitimado para fazer imperar sua vontade, sempre destacando que onde há dominação exploração há resistência e há consentimento. Assim, a autora critica a noção que separa o publico do privado, o contrato sexual do contrato social.

> Integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a idéia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera privada. Segundo este raciocínio, o patriarcado não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possam negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. A liberdade civil deriva do direito patriarcal e é por ele limitada. A questão do público versus privado constitui uma dicotomia mais complexa que as demais e, por esta razão, merece um tratamento distinto. Não se pode eliminar completamente este dualismo, sob pena de mesclar a *res publica* com a *res privata* e, podendo perder, possivelmente em caráter definitivo, a república. (SAFFIOTI, 2009, p.26-27)

Nestes termos, Heleieth Saffioti defende que não se pode abandonar as análises sobre o patriarcado, pois isso significaria a perda pela teoria política feminista do único conceito que marca nitidamente a subordinação das mulheres, especificando o direito político conferido aos homens pelo fato de serem homens. Deve-se, entretanto, sanar os problemas causados pelas interpretações patriarcais do patriarcado. Também, talvez, seja mais adequado afirmar a inconstitucionalidade do contrato matrimonial enquanto um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres, através do qual a diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição.

> Focalizar o contrato sexual, colocando em relevo a figura do marido, permite mostrar o caráter desigual deste pacto, no qual se troca obediência por proteção. [...] A parte que oferece proteção é autorizada a determinar a forma como a outra cumprirá sua função no contrato. A paternidade impõe a maternidade. O direito sexual ou conjugal estabelece-se antes do direito de paternidade. O poder político do homem assenta-se no direito sexual ou conjugal. Assim, a autoridade política do homem já está garantida bem antes de ele se transformar em pai. A este propósito, cabe lembrar que o homem, numa sociedade patriarcal, institui-se como pai, independentemente de ter ou não filhos, enquanto no caso da mulher, ela só é instituída como mãe pelo filho, de preferência biológico em detrimento de adotivo, e homem em detrimento de mulher. (SAFFIOTI, 2009, p.28-29)

Desde seus inícios, a exploração econômica de mulheres faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade, na qual as mulheres figuram não como trabalhadoras, mas como mulheres. Desta forma, o contrato sexual estrutura também o espaço do trabalho. Além disso,

Heleieth Saffioti entende que a consciência que as mulheres têm de si mesmas não deriva da socialização que receberam, mas de sua inserção como mulheres e esposas na estrutura social. Consequentemente, as relações sociais das mulheres, ao longo de suas vidas, confluem para a formação de suas identidades de gênero. E tudo que integra tais identidades pertence aos estratos mais profundos da organização sócio psíquica das mulheres. Trata-se, pois, de uma instância muito mais profunda que a dos papéis sociais. São identidades sociais de gênero, de raça/etnia, de classe social as quais contem numerosas subjetividades que se constituem, persistem, morrem nas e pelas relações sociais. Nestas, a transgressão e a mudança sociais são possíveis.

Na área da educação, os debates sobre as subjetividades levam discussões sobre identidades, alteridade, ideologia e empoderamento.

3.4.2 Identidade e Alteridade

A consciência humana constitui-se num produto social. Com isto, afirma-se que a formação da identidade humana é resultado de uma construção coletiva, onde a identidade do outro reflete na minha, e a minha na dele (Antônio Ciampa, 1994). Desta forma, a identidade é metamorfose, é movimento, é uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una. É a partir da construção da identidade que o indivíduo conhece, reflete sobre si mesmo, estabelece o seu "eu". O que é fundamental para o ordenamento das relações sociais, pois, contraditoriamente, essa construção não é feita individualmente. Toda a história do indivíduo começa no processo de sua socialização, na sua relação com o outro, sendo a interação social a matéria-prima para o desenvolvimento social. Com isso, Antônio Ciampa defende que não é possível dissociar o estudo da identidade, do estudo da sociedade, pois:

> As possibilidades de diferentes configurações de identidade estão relacionadas com as diferentes configurações da ordem social [...] é do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade. (CIAMPA, 1994, p.72)

Por outro lado, a concepção de que a identidade é definida pelo sistema dominante através dos seus mecanismos de controle, os quais são transmitidos e disseminados no caráter

repetitivo das necessidades experimentadas na vida cotidiana, onde as crenças, valores, ideologias e representações da realidade a configuram, tornam o conceito um tanto quanto fixo, determinista e fazem desaparecer a ação do sujeito.

Fugindo de uma perspectiva determinista e considerando os indivíduos como sujeitos de sua vida, com liberdade para agir ou não; fala-se em identidades em movimento, as quais são vistas numa dinâmica de desestruturação/reestruturação nos termos propostos por Claude Dubar (2005), cuja dinâmica às vezes assume a aparência de uma "crise de identidades".

Numa perspectiva sociológica, seguindo o pensamento Claude Dubar (2005), a socialização "inicial", durante a infância, combina mecanismos de desenvolvimento das capacidades e construção de "regras, valores e signos" (Piaget), oriundos da família de origem e também do universo escolar e dos grupos etários nos quais as crianças realizam suas primeiras experiências de cooperação. É assim que elas forjam para si, as primeiras identidades por assimilações e acomodações sucessivas. Essa socialização também contribui para fornecer as referências culturais, a partir das quais os indivíduos terão de identificar seus grupos de pertencimento e de referência, interiorizar seus traços culturais gerais, especializados, opcionais e individuais, antecipar suas socializações posteriores. Estas se inscrevem em trajetórias sociais que implicam, a partir de "disposições" adquiridas durante a educação fundamental, a validação de "capitais econômicos e culturais" a um só tempo desiguais no início e com rentabilidade diferente conforme os campos da prática social. Essa socialização contínua é inseparável das transformações estruturais que atingem os sistemas de ação e induzem modificações periódicas das identidades, previamente, constituídas e das "construções mentais" a elas associadas.

Cada configuração identitária assume hoje a forma de um misto em cujo cerne as antigas identidades vão de encontro às novas exigências da produção, e as antigas lógicas que perduram entram em combinação e às vezes em conflito com as novas tentativas de racionalização econômica e social. Esses mistos de permanência e de evolução, de antigo e de novo, de estável que se torna ameaçador, e de instável que se torna valorizador são evidenciados por análises empíricas cada vez mais numerosas, que ora insistem na permanência, ora na mudança.

Com isso, Claude Dubar (2005), entende que as identidades sociais e profissionais típicas não são nem expressões psicológicas de personalidades individuais, nem produtos de estruturas ou de políticas econômicas impostas de cima, foge-se assim de uma perspectiva determinista. As identidades sociais e profissionais são construções sociais que implicam a interação entre trajetórias individuais e sistemas, por exemplo, de emprego, de trabalho e de

formação. Essas identidades constituem formas sociais de construção de individualidades, à cada geração, em cada sociedade.

No entanto, para Claude Dubar (2005), isso não significa que a identidade no trabalho seja a única dimensão da identidade pessoal, do que pode ser chamado, não sem precaução, de Si-mesmo. A questão difícil é a da articulação das esferas de atividade na vida pessoal, e a existência (ou não) de uma identificação principal, por si ou pelos outros. Para o autor, neste sentido, uma das teses mais importantes dos últimos trabalhos de François de Singly é a da primazia crescente da vida privada sobre as outras esferas sociais e da importância cada vez mais decisiva do Outro significativo (o cônjuge especialmente), na socialização "secundária" na idade adulta.

Trata-se, portanto, de uma análise propícia aos estudos das transformações na família contemporânea. Nesse sentido, é preciso ratificar que a abordagem de gênero sempre apontou que relações sociais e o conhecimento da realidade social do trabalho e da família só acontecem para as mulheres, quando consideradas as esferas pública e privada de suas vidas e suas implicações. No entanto, no atual contexto, ao que parece, o lugar das mulheres no trabalho e na família, não é tão somente, determinado pelos aspectos sociais e culturais, é também demarcado pelo desejo, o sentimento de pertencimento e identificação dos sujeitos e seus projetos profissionais, familiares e pessoais.

Favoravelmente, François de Singly, traz elementos que podem ampliar as análises sobre os âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade, ambos fazem com que mulheres conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico continuem a se incumbir deste trabalho doméstico, colocados por Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007).

Para François de Singly, é na e pela relação amorosa que se constroem, junto e livremente, identidades pessoais que são também formas do "Eu conjugal", asseguram e preservam a construção do "Si-mesmo íntimo". Por isso, a dupla transação pela qual se constroem (e se destroem) "formas identitárias", se torna complexa e se desdobra, segundo concirna aos papéis públicos ou à intimidade privada. Tudo se passa como se a subjetividade já não fosse apenas "socialmente construída", mas também e cada vez com mais autonomia, "intimamente trabalhada". A questão é saber, quais relações existem na idade adulta, entre as categorias de identificação que provêm das instituições "oficiais", e as categorias "indígenas" que emergem das interações da vida cotidiana? Tal questão é indissociável do problema das fontes de reconhecimento de si, e também da estrutura das atividades (de trabalho, mas também sexuais, familiares, lúdicas, culturais etc.) na organização da vida social e psíquica.

Nesta perspectiva, a relação entre as diversas esferas de atividade é, portanto, uma questão essencial na construção da subjetividade: o "si-mesmo íntimo", inclusive (e talvez, sobretudo) nas relações amorosas, se nutre das experiências familiares, profissionais, políticas e outras, e tenta, com a ajuda dos outros (Outro significativo e generalizado), mas também solitariamente, enredá-las. Esse enredamento permite, por si só, a produção compreensiva e narrativa de uma "identidade pessoal" que articula as diversas esferas da existência.

Esta perspectiva é válida para as análises que se propõem a articular as esferas da vida profissional, familiar e pessoal, e que não focalizam tão somente a maternidade, mas priorizam aspectos da conjugalidade; para as que questionam os âmbitos psicológicos da dominação patriarcal numa perspectiva de gênero; e para as que se preocupam em conhecer as relações sociais e interpessoais entre os sexos, fazendo aparecer o sujeito. Ratificando que as identidades sociais e profissionais são construções sociais que implicam a interação entre trajetórias individuais e sistemas, e constituem formas sociais de construção de individualidades, a cada geração, em cada sociedade.

Para fazer aparecer o sujeito não vitimista, nesta tese, apresenta-se como caminho viável, a compreensão da subjetividade socialmente construída e intimamente trabalhada. Um debate que se inicia a partir do conceito de alteridade.

Andrea Zanella (2005) analisa o conceito de alteridade na perspectiva da psicologia (Jodelet), da física (Rolnik), da antropologia, entretanto a autora apresenta elementos interessantes para esta tese, a partir da Teoria de Vygotski e suas análises sobre espaços intrapsicológico entendido como inexoravelmente relacionado ao contexto social, interpsicológico, fazendo, portanto, uma análise sobre sujeito e alteridade na perspectiva histórico-cultural.

Nesta perspectiva, para Andrea Zanella (2005), a constituição do psiquismo humano origina-se das relações sociais, isso implica que através da atividade humana o ser humano transforma o contexto social no qual se insere, e nesse processo constitui a si mesmo como sujeito, constituindo seu psiquismo. O processo de constituição da psique humana é social, já em sua origem é marcado tanto pelas conquistas históricas do gênero humano quanto pelas marcas singulares que socialmente produzimos. E esta (a psique humana), é parte integrante de um processo complexo com duas vertentes: consciente e inconsciente.

> A atividade humana caracteriza-se pelo trabalho social e este, mediante a divisão de suas funções, origina novas formas de comportamento, independentes dos motivos biológicos elementares. A conduta já não está determinada por objetivos instintivos diretos [...] O trabalho social e a

> divisão do trabalho provocam a aparição de motivos sociais de comportamento. É precisamente em relação com todos esses fatores que no homem criam-se novos motivos complexos para a ação e se constituem essas formas de atividade psíquica específicas do homem. Nestas, os motivos iniciais e os objetivos originam determinadas ações e essas ações se levam a cabo por meio de correspondentes operações especiais. (LÚRIA, 1986, 21-22 apud ZANELLA, 2005, p.101).

Assim, por ser a atividade humana mediada é que se pode afirmar que a origem da psique humana é social. Nesta perspectiva, para Andrea Zanella, os signos consistem em forma de linguagem e proporcionam a relação entre linguagem e consciência; apresentam-se como responsáveis pelas especificidades do psiquismo humano e sua condição essencialmente mediada, pois são considerados instrumentos psicológicos, como dispositivos sociais para o domínio dos processos próprios ou alheios.

> Como instrumentos que reorganizam a operação psíquica na medida em que possibilitam a regulação da própria conduta. Permitem, assim, a inserção do homem na ordem da cultura e o estabelecimento de relações qualitativamente diferenciadas com a realidade: ao invés de diretas e imediatas, estas passam a ser mediadas pelos signos, pela cultura.

A especificidade humana decorre da dupla relação que se estabelece com a realidade: via atividade, o ser humano se apropria da cultura e concomitantemente nela se objetiva, constituindo-se assim como sujeito. Desse modo, a dimensão singular é inexoravelmente constituída e constituidora do social, o que pode ser tematizado como alteridade, como a dimensão de um outro, ou das relações com outros.

Na perspectiva histórico-cultural, a questão da *alteridade*, ou seja, a dimensão da relação com outro é fundante do próprio sujeito, e a existência de um eu só é possível via relações sociais e, ainda que singular, é sempre e necessariamente marcado pelo encontro permanente com os muitos outros que caracterizam a cultura. Com isso, *o sentido* emerge como categoria fundamental na explicação, tanto das características singulares quanto coletivas de cada pessoa e ao mesmo tempo em todas, a dialeticidade das relações sociais e sua historicidade estão presentes.

Se o que caracteriza a consciência é o fato de ser semioticamente mediada, a origem social da *consciência*, a que se fez referência anteriormente, é explicada pela dimensão inexoravelmente social dos *signos*. Assim, os signos são produzidos coletivamente, particularmente apropriados e, ainda que tornados próprios trazem a marca do contexto, da época e do grupo social em que se originam. Os signos, portanto, relacionam inexoravelmente

sujeito e sociedade, eu e outro. Os signos, como ferramentas mediadoras da atividade caracteristicamente humana, são produzidos socialmente e comportam inexoravelmente tanto uma dimensão coletiva quanto privada, são porta vozes tanto da história social humana quanto das histórias dos sujeitos que os utilizam.

Resumidamente, cada pessoa para Lev Vygotski (2000), é "um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo", donde se depreende que só há sujeito porque constituído em contextos sociais, os quais, por sua vez, resultam da ação concreta de seres humanos que coletivamente organizam o seu próprio viver. A assertiva é aparentemente simples e ao mesmo tempo complexa, pois remete a um todo, a um agregado anônimo que está visceralmente interligado às relações sociais e que ao mesmo tempo se dissipa em composições múltiplas, em infinitas possibilidades de vir a ser e se objetivam em cada pessoa, que encarnam e marcam a carne que se faz gente, que se faz uma/um, que é indivisível e coerente, portanto, com a sociedade e os indivíduos são reflexivos.

Considerar que cada pessoa é um "agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo", significa afirmar que, ao mesmo tempo há um "eu" e não há. Não há um "eu" originário, descolado dos outros, da realidade, enfim, do que o constitui como humano e como possibilidade de diferenciação. Não há essência, não há a priori. Por sua vez, cada pessoa concreta descola aspectos da realidade a partir do que significa como relevante, do que a emociona e mobiliza, constituindo assim modos de ser que são ao mesmo tempo: sociais, singulares e íntimos.

Por isso, no contexto da sociedade contemporânea e reflexiva, o que se observa são as diversidades de escolhas entre mulheres e homens. Para questionar a tese da vitimização e os aspectos afetivos e psicológicos da dominação-exploração na ordem patriarcal, obrigatoriamente deve-se conhecer como os indivíduos constituem seu modo de ser, o sujeito enquanto construtor de si, em relação consigo, com o outro e como a sociedade, que organiza seu modo de vida. Entretanto, para entender teoricamente este debate, a categoria ideologia nos dá elementos significativos.

3.4.3 Ideologia: o sentido a serviço do poder

Sugerir a viabilidade do conceito de relações entre homens e mulheres como mais coerente para análises da sociedade contemporânea demanda o enfretamento da categoria Ideologia, contra o determinismo ideológico impregnado no conceito de gênero.

Para entender o conceito de ideologia, recorremos a John B. Thompson, em seu livro *Ideologia e Cultura Moderna* (1995). O autor defende que o conceito de ideologia permanece uma noção útil e importante no vocabulário intelectual da análise social e política. O conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas (relações de dominação). Assim, de uma maneira mais ampla, ideologia é sentido a serviço do poder. Consequentemente, ao estudar a ideologia, segundo John Thompson, o interesse recai:

1) Tanto nos contextos da vida cotidiana como naquele conjunto específico de instituições que compreendem a esfera da política, no sentido estrito. É evidente que isso não quer dizer que a esfera da política no seu sentido mais estrito, seja irrelevante, nem significa que devemos enfocar exclusivamente os mínimos detalhes da vida cotidiana, ignorando características e pressões estruturais mais amplas. Significa apenas que não devemos esquecer as maneiras como as formas simbólicas são empregadas e articuladas e as maneiras como elas se entrecruzam com relações de poder nos contextos sociais estruturados em que muitos de nós vivemos a maior parte do nosso tempo.
2) O interesse recai em alguns dos que podem ser chamados de usos sociais das formas simbólicas. Estamos interessados em se, em que medida e como (se for o caso) as formas simbólicas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação nos contextos sociais em que elas são produzidas, transmitidas e recebidas.

Nos termos de John Thompson (1995), o desafio é estudar as formas simbólicas à luz das relações sociais estruturadas, cujo emprego e articulação podem ajudar, em circunstâncias específicas, a criar, alimentar, apoiar e reproduzir.

> Desta maneira, a análise da ideologia pode ser vista como uma parte integrante de um interesse mais geral ligado às características da ação e da interação, às formas de poder e de dominação, à natureza da estrutura social, à reprodução e à mudança social, às qualidades das formas simbólicas e a seus papéis na vida social. (THOMPSON, 1995, p.16)

Para John Thompson (1995), a reformulação do conceito em termos da interação entre sentido e poder, possibilita evitar as tendências de:

1) Ver a ideologia como um "cimento social" que conseguiria estabilizar as sociedades, unindo conjuntamente seus membros e propiciando-lhes valores e normas coletivamente compartilhados, pois há pouca evidência que garanta que certos valores e crenças sejam compartilhados por todos (ou, mesmo, pela maioria) os membros das sociedades industriais modernas. Para reformulação do conceito, John Thompson busca tomar o conceito de ideologia, separadamente, da procura por valores coletivamente compartilhados, redirecionando-os para o estudo das maneiras complexas como o sentido é mobilizado para a manutenção de relações de dominação.
2) Pensar a ideologia como uma característica ou atributo de certas formas simbólicas ou sistemas simbólicos como tais (conservadorismo, comunismo, etc.). Para o autor, as formas simbólicas, ou sistemas simbólicos, não são ideológicos em si mesmos: se eles são ideológicos, e o quanto são ideológicos, depende da maneira como eles são usados e entendidos em contextos sociais específicos.
3) Pensar a ideologia apenas, ou mesmo primariamente, em relação a formas de poder que estão institucionalizadas no estado moderno. As instituições do estado moderno e as numerosas outras organizações (partidos políticos, grupos de pressão, etc.), que nas sociedades modernas ocupam o território comumente chamado de política, são territórios extremamente importantes de poder e dominação. Mas elas não são os únicos territórios, nem mesmo necessariamente os mais importantes. Para a maioria das pessoas, as relações de poder e dominação que as atingem mais diretamente são as caracterizadas pelos contextos sociais dentro dos quais elas vivem suas vidas cotidianas: a casa, o local de trabalho, a sala de aula, os companheiros. Esses são contextos em que os indivíduos gastam a maior parte de seu tempo, agindo e interagindo, falando e escutando, buscando seus objetivos e seguindo os objetivos dos outros. Esses contextos estão organizados de maneiras complexas. Eles implicam desigualdades e assimetrias de poder e recursos, algumas das quais podem estar ligadas às desigualdades e às simetrias mais amplas, que passam de um contexto a outro e que se referem às relações entre homens e mulheres, entre negros e brancos, entre aqueles que têm riqueza e propriedades e aqueles que não as tem.
4) Evitar a tendência, comum tanto na literatura teórica, como também no uso cotidiano, de pensar a ideologia como uma pura ilusão, uma imagem invertida e distorcida do que é "real". Essa visão nos leva a pensar a ideologia como um conjunto de imagens

> ou ideias que refletem, inadequadamente, a realidade social que existe antes e independentemente dessas imagens e ideias. Na verdade, como pessoas, nós estamos imersos em conjuntos de relações sociais e estamos constantemente envolvidos em comentá-las, representá-las a nós mesmos e aos outros, verbalizá-las, recriá-las e transformá-las através das ações, símbolos e palavras. As formas simbólicas através das quais, nós, nos expressamos e entendemos os outros não constituem um mundo, etéreo, que se coloca em oposição ao que é real: ao contrário, são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é "real".

Concentrando o estudo da ideologia nos terrenos das formas simbólicas contextualizadas, para as maneiras como as formas simbólicas são usadas para estabelecer e sustentar relações de poder estuda-se um aspecto da vida social que é tão real como qualquer outro. Pois a vida social é, até certo ponto, um campo de contestação em que a luta se trava tanto através de palavras e símbolos, como pelo uso da força física. Ideologia, no sentido proposto por John Thompson é uma parte integrante dessa luta; é uma característica criativa e constitutiva da vida social que é sustentada e reproduzida, contestada e transformada, através de ações e interações, as quais incluem a troca contínua de formas simbólicas. Este enfoque pode levar-nos a olhar uma forma simbólica ou um sistema como ideológico num contexto e como radical, subversivo, contestador noutro. Pode levar-nos a ver o discurso sobre direitos humanos, por exemplo, como apoiando o *status quo* num contexto e como subversivo noutro. A análise das formas simbólicas como ideológicas, nos pede que as analisemos em relação aos contextos sócios históricos específicos, nos quais elas são empregadas e persistem.

No caso do objeto de pesquisa desta tese, a ideologia patriarcalista mobilizada a serviço do poder do homem, pode ser analisada em suas formas simbólicas a partir dos pressupostos da Educação, da Igreja, do Estado, do Direito, da Família que reproduziram os valores patriarcais sustentando relações de dominação-exploração, no contexto das sociedades modernas ocidentais. Entretanto, sendo a vida social, também, um campo de contestação e transformação, através de ações e interações empenhadas no cotidiano (da casa, do local de trabalho), mulheres e homens se colocaram numa posição de crítica a tais pressupostos, resistiram e provocaram deslocamentos, mudanças e transformações. São contextos organizados de maneira complexa, onde homens e mulheres gastam a maior parte de seu tempo, agindo e interagindo, falando e escutando, historicamente construídos em bases de diferenças sexuais, desigualdades e assimetrias de poder e recursos.

Apresenta-se na pesquisa e na análise social através do sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, que podem ou não servir para manter relações de poder sistematicamente assimétricas. Nesta perspectiva, o gênero enquanto categoria de análise, envolve processos estruturais, simbólicos e individuais mantendo-se vivo, pois nos processos simbólicos podem ser demarcados e conhecidos os usos das formas simbólicas relacionadas ao patriarcalismo ou à sua contestação. No contexto das diversidades, globalidades e pluralidades da sociedade contemporânea, em contrário aos determinismos de qualquer tipo aparece a ação, interesses e desejos dos sujeitos nas relações entre os sexos, não somente focalizadas nas relações sociais ou na vitimização. As relações sociais não são meramente reproduzidas pelos indivíduos. Elas são ao mesmo tempo, produzidas e reproduzidas. O cotidiano não está restrito ao subjetivo, ao fugidio, às emoções, aos afetos, aos desejos e hábitos. O cotidiano está repleto de ações dos sujeitos que podem ser consideradas ressignificadoras e de resistência que produzem outra cultura e interferem na subjetividade de outros e nos processos de dominação e poder, pois o sujeito é um ser em relação com o outro, em relações sociais, familiares e pessoais.

Num perspectiva de transformação e resistência, a passagem do singular ao humano genérico pode também acontecer nos âmbitos do privado e da intimidade dos indivíduos. Por exemplo, a entrada no mercado de trabalho por parte das mulheres, a iniciativa de controle da fertilidade, a busca por acesso à escolarização, a busca constante por qualificação, a denúncia dos processos de violência e preconceitos vivenciados, a luta pelos direitos dos filhos, a divisão das tarefas domésticas com seus parceiros questionam o sistema patriarcal de dominação ou ao mesmo tempo o colocam em xeque. São ações qualitativas de empoderamento que surgem no íntimo, no singular, no cotidiano e a partir da resistência e das ações individuais desencadearam/m movimentos sociais coletivos causando mudanças e transformações concretas na cultura, nas leis, nas instituições, na identidade de homens e mulheres, ou seja, nas dimensões públicas e privadas do ser humano, configurando assim uma práxis social.

Nesse sentido, a práxis social, só se concretiza através de ações coletivas, como por exemplo, dos movimentos sociais ligados a interesses de determinados grupos que tem potencial de causar transformações interferindo nas estruturas sociais patriarcais através da legislação, do Estado, das instituições em geral. Como o exemplo, do movimento social feminista que, numa perspectiva de práxis social, denuncia, instiga, mobiliza ações de transformação, a exemplo da conquista do voto feminino, da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), da criação da Secretaria de Políticas para Mulheres (pela Medida Provisória n°103, de

1° de janeiro de 2003 e convertida na Lei 10.683/2003), da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, entre outras conquistas, numa perspectiva da garantia desses direitos. Mesmo que as mulheres à frente destas ações políticas não sejam as mesmas ou todas que atuam no dia a dia, no âmbito privado em processos de resistência, é fato que todas agem individual ou se mobilizam coletivamente contra os processos de dominação patriarcal mobilizando a ideologia contra os processos de dominação e poder.

Por fim, teoricamente esta tese defende o conceito de relações entre os sexos, com base no respeito à diferença, diversidade e pluralidade, enquanto categoria analítica que conjuga a sociedade e o indivíduo, sujeito e instituições fazendo aparecer a ação e a mentalidade de homens e mulheres que pensam e organizam suas relações e atividades sociais, tanto no trabalho produtivo, quanto no trabalho reprodutivo; contra determinismos social, ideológico ou da sexualidade e vitimizações; defendendo uma revolução nas mentalidades de homens e mulheres, como motor de extinção dos processos de dominação, exploração e opressão da cultura patriarcal, contrário a uma subjetividade incapaz de uma ação autônoma e valorizando a história pessoal, os sentimentos, as relações interpessoais. Coerente, portanto, com uma tese da área da educação.

Neste sentido, a ação do sujeito tanto pode ser analisada no âmbito individual quanto no âmbito coletivo, no nível micro e macro. Para isso, categorias como poder e empoderamento devem ser analisadas.

3.4.4 Poder e empoderamento das mulheres

Ana Alice Costa (2000) defende que os problemas ligados à questão do poder[46] não se referem exclusivamente à hierarquia funcional ou as esferas de decisão. Eles fazem parte do

[46] "...o poder não é, o poder se exerce. E se exerce em atos, em linguagem. Não é uma essência. Ninguém pode tomar o poder e guardá-lo em uma caixa forte. Conservar o poder não é mantê-lo escondido, em preservá-lo de elementos estranhos, é exercê-lo continuamente, é transforma-lo em atos repetidos ou simultâneos de fazer, e de fazer com que outros façam ou pensem. Tomar-se o poder é tomar-se a ideia e o ato". KIRKWOOD, Julieta. Ser política em Chile: las feministas y lós partidos políticos. Santiago: Flasco, Março, 1986.

"... a capacidade de decidir sobre a própria vida: como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de objetivos (...) Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o pode se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder". LAGARDE, Marcela. Cautiverios de las mujeres, monjas, putas, presas e locas. México: UNAM, 1993, p. 154.

cotidiano do trabalho, nas relações entre os técnicos, entre técnicos e comunidades, dento da própria comunidade. O poder opera em todos os níveis da sociedade, desde as relações interpessoais até o nível estatal. Nesse sentido, o poder pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações econômicas, sociais e pessoais. "Pode-se afirmar que o poder está presente do leito conjugal de um casal a sala presidencial do Palácio do Planalto" (COSTA, 2000, p.2).

São relações de poder que operam em distintos níveis, nas quais se dão conflitos de interesses. Elas se mantêm, segundo a autora, porque tanto os dominadores quanto os dominados aceitam as versões da realidade social que negam a existência de desigualdades e afirmam que estas são resultantes da desgraça pessoal ou da injustiça social. Trata-se, portanto, de uma aceitação construída através de mecanismos de socialização, da força da ideologia, das crenças religiosas, e outros.

Na perspectiva de gênero, enquanto personificação humana, a prática do poder é tipicamente masculina. Os homens seriam os dominadores e as mulheres as dominadas, por conseguinte, as relações existentes entre masculino e feminino são desiguais, assimétricas advindas do domínio patriarcal.

> Esta subalternidade, determinante na condição feminina, é fruto do seu papel de gênero. Sabemos que a sociedade através de suas instituições (aparelhos ideológicos), da cultura, das crenças e tradições, do sistema educacional, das leis civis, da divisão sexual e social do trabalho, constroem mulheres e homens como sujeitos bipolares, opostos e assimétricos: masculino e feminino envolvidos em uma relação de domínio e subjugação. (COSTA, 2000, p. 4)

Ana Alice Costa (2000) apresenta que nestes termos, o poder patriarcal está presente no cotidiano do mundo doméstico e do mundo público. Um poder que assegura privilégios ao masculino, através das desigualdades entre homens e mulheres. Para um processo de transformação que busque mudanças significativas na vida das mulheres, deve haver uma distinção entre "condição" (estado material: pobreza, salário baixo, desnutrição, falta de acesso à saúde pública e a tecnologia moderna, educação e capacitação, sua excessiva carga de trabalho, etc) e "posição" das mulheres (é o status econômico, social e político das mulheres comparado com o dos homens, isto é, a forma como as mulheres têm acesso aos recursos, e ao poder comparado aos homens). Assim, mudanças qualitativas devem ocorrer na divisão sexual do trabalho e na estrutura familiar, diminuindo a distância entre os direitos do homem e os direitos da mulher.

No tocante ao empoderamento das mulheres, o conceito compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição subordinada das mulheres e inclui os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos. Representa, portanto, um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família. Trata-se de uma nova concepção de poder que deve assumir formas democráticas, construir novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas. Em termos dialéticos, o empoderamento da mulher, também, libera e empodera os homens no sentido material e psicológico, causa novas experiências emocionais e os libera de estereótipos ligados ao gênero. Ana Alice Costa (2000, p.8):

> 1) Componente cognitivo refere-se à compreensão que as mulheres têm da sua subordinação em níveis micro e macrossociais. Envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais. Inclui o conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos legais, as dinâmicas conjugais etc;
> 2) Componente psicológico inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem por em prática em nível pessoal e social para melhorar sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos esforços por mudanças: autoconfiança e autoestima são fundamentais;
> 3) Componente político supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, isto também significa a capacidade para organizar e promover mudanças sociais;
> 4) Componente econômico supõe a independência econômica das mulheres, esse é um componente fundamental de apoio ao componente psicológico.

Para demarcação dos aspectos característicos da socialização brasileira, apresenta-se a seção que se segue. Para entendimento histórico do processo de socialização no Brasil, esta tese deve considerar a análise histórica sobre o trabalho e a família em suas interconexões com o patriarcalismo, na perspectiva das relações entre os sexos, defendo que a socialização envolve a Igreja, o Estado, a Escola, a cultura de massa, mas demarcando um posicionamento contrário ao determinismo social e cultural, pois o sujeito é construtor de si, em relação consigo, com o outro, com a sociedade e organiza seu modo de vida, o que pode ser conhecido, através das experiências e das representações sociais que os sujeitos emitem.

3.4.5 Como a sociedade brasileira se organizou/organiza: processos de socialização

François Dubet (1996) apud Maria Setton (2005), no livro Sociologia da experiência, identifica a crise de paradigma dentro da sociologia como disciplina acadêmica e aponta certo esgotamento das contribuições da sociologia clássica nas questões relativas ao ator e ao sistema social. François Dubet (1996) crê que não é mais possível explicar a ação social a partir do modelo que define o ator individual pela interiorização do social, ou seja, na qual a ação individual seria a realização das normas de um conjunto social integrado em torno de princípio comuns a atores e sistemas. Para o autor, a noção menos inadequada para explicar a ação social contemporânea é a noção de experiência social, pois as condutas individuais e coletivas na sociedade contemporânea são dominadas pela heterogeneidade de princípios de orientação. Isso significa que as condutas sociais são organizadas por várias lógicas de ação caracterizando uma heterogeneidade o que permite falar em experiências, ou seja, os indivíduos seriam obrigados a gerir várias lógicas de ação que remetem a diversas lógicas do sistema social, gerando necessariamente uma atividade dos indivíduos, uma capacidade crítica e uma distância, em relação a si mesmos. Configurando-se, assim, a maneira que cada indivíduo tem de construir o mundo.

Nessa perspectiva, o indivíduo não está inteiramente socializado e não existe uma adequação absoluta entre a subjetividade do ator, e a objetividade do sistema.

> A heterogeneidade dos princípios da ação remete à heterogeneidade dos sistemas de ação e à própria heterogeneidade dos mecanismos de determinação das lógicas da ação. É essa pluralidade que permite falar de ator e não de agente, pois a construção de uma coerência da experiência e de uma capacidade de ação é uma exigência. As experiências sociais são combinatórias subjetivas de elementos objetivos. A sociologia da experiência não separa ator de sistema, não recusa sua unicidade. Mas afirma que, se a unidade das significações da vida social não está no sistema, só pode ser observada no trabalho do ator social, trabalho pelo qual constrói sua experiência. [...] Uma sociologia da experiência incita a que se considere cada indivíduo como um intelectual, como um ator capaz de dominar, conscientemente, pelo menos em certa medida, sua relação com o mundo. O ator não é redutível aos seus papéis, nem aos seus interesses. O indivíduo não adere totalmente a nenhum de seus papéis, que têm como tarefa articular lógicas de ação, que o ligam a cada uma das dimensões de um sistema. O ator é obrigado a combinar lógicas de ação diferentes e é a dinâmica gerada por essa atividade que constitui a subjetividade do ator e sua reflexividade. (DUBET, 1996 apud SETTON, 2005, p.343-344).

No caso das mulheres, como constata em suas pesquisas Silvia Mello (1998), as mulheres não são cegas ou surdas aos conflitos que dilaceram suas vidas, nem mesmos apenas vivem os conflitos, elas refletem sobre eles e sabem onde localizá-los. As mulheres são atrizes de suas próprias vidas, de seus múltiplos papéis sociais e assim, através das experiências vividas constroem suas trajetórias na sociedade, ou seja, no trabalho, na família e na construção de sua visão de mundo e da sua identidade enquanto mulheres. E acrescenta-se, da mesma forma, os homens.

Maria Setton (2005), citando Bernard Lahire, entende que o que vivemos com nossa família, na escola, com os amigos ou no trabalho não é sinteticamente somado de maneira simples, pois o indivíduo vive, precocemente, simultaneamente e sucessivamente em contextos sociais diferenciados, não equivalentes e às vezes contraditórios e nos quais diante da pluralidade de opções e de escolhas, o indivíduo terá que refletir, deliberar e construir sua trajetória, o vir a ser de cada um.

> Não existe uma socialização total, mas se processa uma espécie de separação ente a subjetividade do indivíduo e a objetividade de seu papel. E essa socialização não é total, não porque o indivíduo escape do social, mas porque sua experiência se inscreve em registros múltiplos e não congruentes [...] Neste caso, os atores sociais não se reduziriam a uma identificação coerente com papéis sociais identitários e com padrões e valores identitários. [...] a identidade social e individual, na contemporaneidade, não se realizaria mais a partir de uma correspondência contínua entre indivíduo e sociedade, entre papéis propostos pelas instituições e sua integral identificação pelos indivíduos. O que se observa é uma tendência à articulação e à negociação constante entre valores e referências institucionais diferenciados e as biografias dos sujeitos. (SETTON, 2005, p.343,345)

Por fim, Maria Setton (2005) apresenta que as implicações da presença de uma nova configuração cultural são caracterizadas pelas maneiras de aprendizado formal e informal, na adaptação e na percepção que o indivíduo contemporâneo passa a ter sobre o mundo e sobre ele mesmo. Constituído por uma pluralidade de projetos educativos que envolvem a família, a escola, a cultura de massa levando a uma fragilidade das instituições tradicionais de educação, construindo um ambiente favorável à difusão de valores e padrões de condutas diversificados e por vezes heterogêneos. Consequentemente, contribuem para o surgimento de uma nova percepção do indivíduo sobre si e sobre os grupos que o rodeiam; contribuem para o surgimento de novas formas de interação social, novas formas de aproximação e/ou afastamento entre os indivíduos e grupos; oferecem condições de ampliar e diversificar o conhecimento do indivíduo sobre o mundo, aumentando suas predisposições e/ou disposições

interpretativas e reflexivas; impõe um impacto ao processo de construção da identidade e da subjetividade do indivíduo; apontam para uma nova arquitetura das relações sociais.

> Assim, poderíamos conceber os sujeitos sociais com um potencial reflexivo maior, passando a orientar suas práticas e ações, a refletir sobre a realidade construí-la e experimentá-la a partir de outros parâmetros que não sejam mais exclusivamente locais e institucionais. Em outras palavras, as biografias individuais e coletivas contemporâneas, segundo essa perspectiva, não estariam mais definidas e traçadas apenas a partir de experiências próximas no tempo e no espaço, transmitidas pelos agentes tradicionais da educação. Ao contrário, poderiam ser influenciadas por modelos e referências produzidos e vividos em contextos sociais longínquos e/ou virtuais, possibilitados por essa nova configuração cultural. [...] É importante salientar que [...] a circularidade de novas maneiras de conceber e interpretar o mundo, serão sempre apropriadas e experimentadas de forma particular e singular, pois estão continuamente sujeitas aos condicionamentos sociais e às trajetórias individuais ou de grupos. Não se trata de um processo homogêneo e massificado. Trata-se sempre de experiências individuais que se apropriam da heterogeneidade e da complexidade do mundo social a partir de um repertório conquistado a priori e um devir construído no presente. (SETTON, 2005, p.347)

Nestes termos, na perspectiva das relações entre homens e mulheres estariam dadas as possibilidades de deslocamentos no processo de dominação-exploração patriarcal, mas não significa que tal processo já estaria superado, podendo inclusive surgir novas formas de insegurança, subjugação, opressão, dominação, exploração. Trata-se de um momento histórico no qual transitariam aspectos de permanência, de deslocamentos e de mudanças, uma sociedade, portanto complexa.

Historicamente, a posição social da mulher no projeto iluminista, no projeto tradicional de modernidade perpassam dicotomias definidas desde a antiguidade grega, reafirmadas no projeto da modernidade simples. Sejam elas: cultura e natureza, mente e corpo, atividade e passividade, objetividade e subjetividade, razão e emoção. A condição de igualdade e racionalidade também está envolta por diferenciações entre os sexos que delegam à mulher espaços de dominação, submissão e subordinação ao homem, os espaços públicos e de exercício de sua liberdade. Caracterizando, por fim, o propósito de dominação patriarcal. Nestes termos, alguns vieses das análises feministas não poderiam partir de outros pressupostos, pois consideram a história, a cultura e a intenção de dar visibilidade ao papel da mulher na sociedade, como forma de denúncia e resistência, enquanto análises estruturais e da ideologia patriarcal.

Olhando para as mulheres da sociedade ocidental, no contexto da modernização simples da sociedade brasileira, Nara Azevedo e Luiz Ferreira (2006), constatam que a década

de 1930, no Brasil, foi caracterizada pela modernização dos papéis de gênero (os papéis femininos), evidenciando-se um novo sistema de gênero que marcava a transição da sociedade rural para a sociedade urbana e industrial. Isso foi possível devido ao maior acesso à educação propiciado pela expansão do sistema escolar, a partir da década de 1920. Mas foram conquistas limitadas pela tradição autoritária do patriarcalismo e pela rígida estrutura hierárquica da sociedade brasileira, porque os conteúdos que as moças recebiam preparavam-nas para o casamento e a maternidade.

Sendo assim, neste momento histórico, a escolarização feminina não abalou a estrutura da desigualdade e nem contribuiu para a emancipação das mulheres no que tange a dependência moral, emocional ou econômica que mantinham em relação aos homens. Isso significa que a função da educação feminina era mais socializadora, no sentido da manutenção da domesticidade da mulher, do que libertadora. E a mulher, evidentemente, continuou a ser o baluarte da ordem social, e a guardiã das relações tradicionais.

> O mundo moderno requeria uma redefinição da função materna, que deveria deixar de se confinar ao lar para se estender à vida pública. Para tanto, a mulher deveria receber na escola um treinamento que as preparasse para conduzir a educação das crianças segundo os paradigmas científicos da higiene e da psicologia. (AZEVEDO e FERREIRA, 2006, p.237).

Por outro lado, Nara Azevedo e Luiz Ferreira (2006) defendem que o novo estilo de vida urbano e burguês, favoreceu o aparecimento de novas sociabilidades, ensejadas pelos valores burgueses em construção. Novas identidades e diferenças sexuais emergiram. Conduzidas à esfera pública, as mulheres se tornaram consumidoras, assumiram profissões antes vedadas para elas e passaram a lutar pelos direitos jurídicos e civis, via movimento social. Além disso, a crescente intervenção do Estado na família, abalando o poder patriarcal, favoreceu a construção de uma esfera pública das mulheres nas cidades, transformadas pela industrialização acelerada, pela imigração crescente e pelo vertiginoso crescimento populacional. Assim se reestruturou a ordem familiar, permitindo a conquista de novas funções e papéis sociais femininos, nos quais o trabalho feminino doméstico passou a ser desvalorizado, porque perdeu sua conexão direta com a esfera da produção econômica.

Desta forma, a mulheres moviam as fronteiras da vida privada para a esfera pública, rompendo o isolamento do mundo doméstico no qual eram confinadas, transparecendo as mudanças dos papéis femininos, criando novos padrões de comportamento e, por conseguinte, outras expectativas sociais quanto à educação e ao trabalho das mulheres.

Ainda de acordo com a interpretação de Nara Azevedo e Luiz Ferreira (2006), contraditoriamente, essas mudanças que solaparam o papel produtivo das mulheres também as conduziram ao reconhecimento como o lócus da autoridade moral da sociedade. Essas mesmas mudanças produziram novas oportunidades educacionais e profissionais, notadamente para as mulheres provenientes das camadas urbanas médias e altas. Mediante a diversificação das formas de socialização, notadamente o trabalho e a educação, sendo esta última um dos indicadores mais significativos da mudança da posição social das mulheres nos países ocidentais desde o final do século XIX.

Nesse sentido, as políticas educacionais então implantadas na era Vargas (1930 a 1945), devem ser compreendidas numa perspectiva mais ampla que as considere como parte de um conjunto de políticas sociais orientadas simultaneamente para a (re) organização do trabalho, da família, da educação e da saúde. Assim, a questão da escolarização e profissionalização feminina adquire contornos que extrapolam a esfera restrita da educação escolar para se inscrever na dinâmica das mudanças socioculturais em curso, nas quais os formuladores das políticas públicas tinham em mente a necessidade de "preparação" da população feminina para o desempenho de novas funções na vida pública e privada, em uma ordem social que desejava afastar-se de seu passado patriarcal e escravocrata.

> Para que estivessem capacitadas a desempenhar seus novos papéis na "sociedade moderna", as futuras gerações de mulheres deveriam receber na escola a socialização necessária para se tornarem "educadoras sociais", isto é, mães, esposas e/ou trabalhadores preparadas tanto para conduzirem a administração da vida doméstica, quanto para dirigir a educação escolar, a educação sanitária, a assistência social segundo preceitos técnicos científicos. Embora se considere que esse tipo de escolarização reiterasse os compromissos ideológicos de gênero, preparando apenas futuras mães e esposas, as experiências desenvolvidas em escolas de formação profissional podem ser interpretadas como um laboratório social no qual foram vivenciados novos papéis que projetavam as mulheres no espaço público enquanto profissionais. Assim, o novo papel social atribuído ao gênero feminino, que associava a domesticidade à vida pública, algumas vezes chamada de "maternidade científica" ou de "maternidade social", não consistia pura e simplesmente a reiteração dos atributos "naturais" femininos de mãe e esposa. Nessa perspectiva, a escolarização do doméstico implicava a reinvenção das tarefas atribuídas às mulheres no sentido de sua conversão em tipos específicos de trabalho e, consequentemente, sua transformação em várias espécies de atividades profissionais. Ou seja, ao mesmo tempo em que se difundia uma nova representação da "dona-de-casa" e da "mãe de família" também se promovia a efetiva escolarização e profissionalização de parcela da população feminina em uma escala sem precedentes. Além de "boas futuras mães e esposas", as escolas de formação profissional também lançavam na esfera pública operárias, peritas ou professoras especializadas

> em técnicas industriais, comerciais, artísticas e domésticas, fato até então inédito. (AZEVEDO e FERREIRA, 2006, p.241-242).

O magistério no ensino secundário, e até mesmo no ensino primário, foi o ponto de partida para muitas carreiras universitárias empreendidas por mulheres. A incorporação da escola normal à universidade foi decisiva para o avanço da escolarização e da profissionalização feminina. Inaugurou-se com essa experiência o ingresso de mulheres no ensino superior em decorrência de uma ação deliberada do poder público. A presença das "normalistas" na universidade se fará notar de forma crescente no decorrer das décadas de 1940 e seguintes, sobretudo nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

Duas décadas antes da Reforma Universitária de 1968, a partir da qual se verificou o ingresso de mulheres na universidade de maneira crescente e ininterrupta, iniciou-se um processo de reforma educacional que produziu modificações substantivas na escolarização feminina, abrindo, por conseguinte, inovadoras oportunidades de profissionalização. Criavam-se, assim, as condições institucionais para relativizar a concepção de que as mulheres deveriam seguir uma profissão adequada (a boa profissão) às qualidades naturais femininas.

No mercado de trabalho, as profissões relacionadas ao magistério continuaram sendo aquelas nas quais as mulheres são mais bem acolhidas: no final da década de 1990, a maioria das mulheres engajadas profissionalmente no magistério concentrava-se nos níveis fundamental e secundário de ensino. Contudo, no mesmo período, já era significativa a presença feminina no magistério de nível superior, sobretudo em áreas como a Biologia, Física, Matemática e Química além das chamadas Humanidades, Letras, Pedagogia, História.

As experiências de escolarização proporcionadas pelas políticas sociais e, mais especificamente, pelas políticas educacionais foram em larga medida responsáveis por importantes mudanças no sistema de gênero e das relações sociais entre os sexos, especialmente no que diz respeito à inserção profissional de mulheres no mundo acadêmico e científico. Mesmo quando não tinham explicitamente a intenção de mobilizar as mulheres na direção de uma participação ativa na vida pública, ou até mesmo quando o objetivo explícito de tais políticas era o de mantê-las na esfera doméstica, a dinâmica contraditória da modernização, alterando padrões de sociabilidade, gerando novas expectativas individuais e familiares e impondo novas demandas profissionais, criou condições para que as novas experiências de escolarização fossem sendo apropriadas e ressignificadas pelas mulheres.

> A modernidade simples é moderna no sentido de que a individualização quebrou antigas estruturas tradicionais (grupo familiar amplo, Igreja,

> comunidade da aldeia), mas não é inteiramente moderna porque o processo de individualização foi parcial e um novo conjunto de estruturas (sindicatos, *welfare state*, burocracia de governo, regras básicas tayloristas formalizadas, a classe em si como uma estrutura) assumiu o lugar de estruturas tradicionais. A modernização plena só acontece quando uma maior individualização também liberta a ação até dessas estruturas sociais (simplesmente) modernas. [...] Só se atinge a modernidade reflexiva com a crise da família nuclear e a concomitante auto-organização das narrativas de vida; com o declínio do comportamento, nos padrões de consumo e na participação nos sindicatos; com o deslocamento da produção limitada por regras pela flexibilidade no trabalho com a nova desconfiança ecológica e crítica à ciência institucionalizada. (LASH, 1997, p.139)

Numa perspectiva das relações sociais entre os sexos, agora capacitadas, com níveis de escolaridade significativos, independentes financeiramente e controlando sua capacidade reprodutiva (maternidade reflexiva), as mulheres estão em condições de reflexividade e empoderamento, e demandam transformações inquestionáveis, na forma de estruturação e organização familiar e na divisão social e sexual do trabalho, transitando, entretanto, nos sistemas ideológicos derivados da moral, da ciência, da arte e da religião, consolidados na ideologia do cotidiano que, por sua vez, vai se transformando conforme a direção das forças sociais existentes em cada época.

Aqui, o pensamento sobre ideologia do cotidiano, de Baktin (1992) apud Christina Sêga (2011) torna-se imprescindível. Para Baktin, a ideologia do cotidiano é a totalidade da atividade mental centrada sobre a vida cotidiana, bem como a expressão ligada a esta atividade mental. Neste sentido, as análises sobre a ideologia devem considerar as formas de expressão na vida cotidiana nos termos de Baktin, ou as formas simbólicas, nos termos de John Thompson. O que é totalmente coerente com as perspectivas que direcionam seu olhar para os processos de dominação e poder dos segmentos excluídos da sociedade, ao longo da história e coerente com as perspectivas que analisam as relações sociais entre os sexos, numa perspectiva crítico, dialética e feminista.

Nos termos de John Thompson (1995), são formas simbólicas colocadas à luz das relações sociais estruturadas, articuladas e empregadas para criar, alimentar e reproduzir a ideologia patriarcalista, parte integrante de interesses mais gerais, como o projeto iluminista, patriarcalista e androcêntrico da sociedade ocidental estão ligados às características da ação e da interação cotidianas entre homens e mulheres que estabeleceram e sustentaram relações de poder, dominação e exploração. Resta saber até que ponto estas relações ainda persistem na modernidade reflexiva, o que sofreu deslocamento, e o que de fato foi modificado socialmente.

Numa perspectiva histórica, a seção seguinte abordará o trabalho enquanto atividade profissional e atividade doméstica, desenvolvido em instituições sociais como a universidade e a família da sociedade ocidental, latino-americana, brasileira e nordestina nas quais os sujeitos atuam a partir de sua ideologia e consciência em relação com o outro, com o Estado e consigo mesmo. Trata-se, portanto, de uma análise histórica, cultural e contextualizada sobre o trabalho e a família.

4 TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO

4.1 O TRABALHO PRODUTIVO

A problemática de pesquisa que articula trabalho, família e vida pessoal pauta-se, inicialmente, nas análises teóricas que definem o trabalho, a divisão social do trabalho nas sociedades primitivas e capitalistas, e na divisão sexual do trabalho. Nesta perspectiva, o entendimento sobre o conceito trabalho, sofre uma alteração e articula trabalho remunerado e trabalho doméstico, numa tentativa de compreender as situações vivenciadas pelas mulheres que articulam projeto profissional ao projeto familiar, ultrapassando as explicações focalizadas na esfera econômica, articulando produção e reprodução da vida social.

A seção *4.1 Trabalho Produtivo* o tema é abordado inicialmente na subseção *4.1.1 O trabalho enquanto atividade humana: sociedades primitivas e sociedades capitalistas* demarcando o entendimento do trabalho numa perspectiva da totalidade e como se configurou nas sociedades primitivas e capitalistas industriais; já a subseção *4.1.2 Divisão social e sexual do trabalho,* é apresentada a análise numa perspectiva de gênero na qual os homens foram historicamente designados para a produção e as mulheres para a reprodução; a subseção *4.1.3 Produção e reprodução da vida social* mostra como a lógica do capitalismo é associada à lógica do patriarcalismo enquanto sistemas de poder, dominação e exploração e para uma análise total é necessário conhecer problemas de ordem privada e transformá-los em questões públicas, como no caso da relação entre trabalho profissional e vida familiar. Por fim, na subseção *4.1.4 Divisão sexual do trabalho: aspectos do Bem-Estar Social* as nuances da relação trabalho-família (cuidados e responsabilidades familiares) são analisadas a partir de seu enfretamento em diversos países, na tentativa de apontar como se dá o trato desta questão no Brasil, devido o impacto na permanência e ascensão profissional da mulher.

4.1.1 O trabalho enquanto atividade humana: sociedades primitivas e sociedades capitalistas

O trabalho é uma atividade que altera o estado natural dos materiais da natureza para melhorar sua utilidade. Nesse sentido, a espécie humana partilha com as demais espécies a atividade de atuar sobre a natureza, transformando-a para melhor satisfazer suas necessidades. No entanto, o trabalho humano possui características consideradas exclusivas. Trata-se de um trabalho consciente e proposital, e tem como mecanismo regulador o poder do pensamento conceitual, que tem origem em todo um excepcional sistema nervoso central. O resultado dessa capacidade de construção teórica é a cultura humana, transmitida às gerações seguintes, através da linguagem articulada e dos símbolos.

Nesse sentido, o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é a força que criou a espécie humana e pela qual a humanidade criou o mundo, como o conhecemos. A possibilidade de todas as diversas formas sociais que surgiram e que poderão surgir, depende, em última análise, desta característica distintiva do trabalho humano. Assim, a humanidade é capaz de uma infinita variedade de funções e divisão de funções com base nas atribuições da família, dos grupos sociais. Consequentemente, ao longo da história, podem-se analisar características da divisão do trabalho em sociedades específicas, como as sociedades primitivas e as sociedades capitalistas.

Para Harry Braverman (1987), raramente, há divisão de trabalho entre os povos sem escrita. Tal especialização intraindustrial seria encontrada, apenas, na produção de bens de capital maiores, como casas, embarcações e represas de pesca. Mesmo neste caso, é regra em tais culturas que uma organização deste tipo seja temporária, pois cada trabalhador mesmo dedicando-se a uma tarefa específica é capaz de executar também outras fases do trabalho. Sendo assim, nestes grupos, a divisão primitiva do trabalho em ofícios, se dá de acordo com o papel dos sexos e não há divisão de tarefas dentro dos ofícios. Embora homens ou mulheres possam, usualmente, estar relacionados com a feitura de certos produtos, geralmente, não dividem as distintas operações implicadas na feitura de cada produto.

Essa forma de divisão do trabalho, característica de todas as sociedades é, nos termos de Marx, a divisão social do trabalho, a qual deriva do caráter específico do trabalho humano. Trata-se, portanto, a divisão social do trabalho como uma característica inerente ao trabalho humano, tão logo ele se converte em trabalho executado na sociedade e através dela.

Ainda de acordo com o entendimento de Harry Braverman (1987), já as sociedades capitalistas caracterizam-se pela divisão manufatureira ou pormenorizada do trabalho que é o parcelamento dos processos implicados na feitura do produto em numerosas operações, executadas por diferentes trabalhadores, o que torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. Assim, a divisão pormenorizada do trabalho é produto peculiar da sociedade capitalista. Nesta, maiores quantidades são produzidas com menos trabalho e maior economia de tempo; não apenas as operações são separadas umas das outras, como são atribuídas a diferentes trabalhadores. Temos, no caso, a criação do trabalho parcelado. Em termos correlacionais:

> Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade. (BRAVERMAN, 1987, p.72)

É importante destacar que, neste tópico, os conceitos analisados restringem-se a sua relação com o conceito de classe social. No entanto, o entendimento sobre o trabalho nas análises de gênero sofre uma ampliação que considera a divisão social do trabalho e sua interdependência com as relações de classe e as relações entre os sexos, implicando o questionamento da ordem capitalista e patriarcal e a articulação dos âmbitos da produção e reprodução da vida social.

Bila Sorj (2009) analisa que fenômenos como as contribuições dos estudos de gênero, que contestam tanto os limites daquilo que se considera trabalho, como a visão de que a esfera econômica possa ser tratada de maneira autônoma das demais esferas da vida, e as recentes mudanças nas relações de trabalho que deslocaram a figura do trabalhador masculino em tempo integral na indústria como o arquétipo das sociedades contemporâneas, desestabilizaram a Sociologia do Trabalho e seus consensos ortodoxos. O principal resultado dessas contribuições à Sociologia foi a expansão dos limites da definição de trabalho e o aprofundamento da reflexão acerca do caráter histórico e cultural deste conceito e das atividades que abrange. Tal conceito deixou de ter o significado objetivo, transcendente e autoevidente e seus contornos passaram a ser vistos como fruto de configurações culturais, de contextos cognitivos que constroem certas atividades como sendo trabalho. As abordagens, portanto, complexificam-se, ampliam-se.

Nos termos de Andrée Bulport (1997), o trabalho passa a ser compreendido como atividade profissional e atividade desenvolvida na esfera doméstica, pois é sobre as modalidades concretas da imbricação entre trabalho assalariado e trabalho doméstico que as diferenças se manifestam. Apresenta também o caráter indissociável da reprodução do capital e da reprodução dos seres humanos, a subordinação da reprodução à produção, e a sujeição de um sexo ao outro. Mostram que, em escala mundial, a reprodução ampliada do capital exige a expansão de uma relação social de produção que integra a divisão sexual às novas formas de internacionalização do trabalho. Ilustram a interação entre a esfera familiar e a esfera produtiva ultrapassando as análises focalizadas na economia, inserindo a interdependência dos elementos de ordem econômica, demográfica, social e cultural para análise do trabalho sobre os aspectos de gênero.

Nesse sentido, um entendimento coerente sobre o trabalho é o apresentado por Yves Schwartz (2000) apud Maria Elizabeth Barros ET AL (2006):

> [...] a atividade trabalho entendida no conjunto de atividades humanas compreendidas como o que é realizado por um ser vivente, que carrega consigo valores e regras, mas que, acima de tudo, inventa a todo instante sua relação com o meio em que vive e recria esse meio, num processo de coengendramento sujeito-mundo. Nessa perspectiva, o trabalho, em sua historicidade, está sendo considerado como uma atividade viva, um conceito circunscrito no espaço, no tempo, nos coletivos e no corpo. Há sempre circulações entre a atividade de trabalho e o conjunto das atividades que fazem parte da vida. E são essas circulações que explicam porque, em todo ato de trabalho, estão presentes as questões produzidas na sociedade, nos seus diferentes âmbitos, uma vez que, em cada atividade, o trabalhador é confrontado com a complexidade das relações de força que se efetivam no campo social. (BARROS ET. AL, 2006, p.24).

Nesta pesquisa, o trabalho é entendido não apenas um gerador de renda, mas também um meio de desenvolvimento de necessidades sociais, de autoestima e de espaços próprios. Referenda o pensamento de Claude Dubar (2005) que defende a tese da centralidade do trabalho na vida pessoal e do lugar eminente das identificações profissionais na vida social, na qual o fato de ser reconhecido em seu trabalho, de travar relações, mesmo conflituosas, com os outros e de poder se empenhar pessoalmente em sua atividade é, ao mesmo tempo, construtor de identidade pessoal e de criatividade social. Inversamente, a privação do trabalho é entendida como um sofrimento íntimo, um golpe na autoestima tanto quanto uma perda de relação com os outros: uma ferida identitária geradora de desorganização social. Desse modo, o sociólogo não reduz o trabalho nem a uma simples troca econômica (tempo contra salário) nem a uma simples dimensão “estatutária”, exterior à subjetividade.

O trabalho das mulheres no mundo contemporâneo só pode ser conhecido considerando-se o sistema patriarcal e o sistema capitalista, ambos têm uma imbricação dialética, pois o capital vem se apropriando das habilidades ditas femininas e com isso as mulheres transitam por âmbitos anteriormente não permitidos, por sua capacidade de relacionar-se com o outro. As análises de Manuel Castells (1999), sobre *O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação* são importantes para conhecermos o grau de transformações que vem acontecendo em nível mundial, são suficientes para demarcar uma crise do patriarcalismo, mas não o seu fim.

> A entrada maciça das mulheres na força de trabalho remunerado deve-se, de um lado, a informatização, integração em rede e globalização da economia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, que se aproveita de condições sociais específicas da mulher para aumentar a produtividade, o controle gerencial e, consequentemente, os lucros. As mulheres estão cada vez mais promovidas a cargos multifuncionais que requerem iniciativa e bom nível de instrução, uma vez que as tecnologias exigem uma força de trabalho dotada de autonomia, capaz de adaptar-se e reprogramar suas próprias tarefas. [...] Suas habilidades no relacionamento, cada vez mais necessárias em uma economia informacional em que o gerenciamento de fatos é menos importante do que o gerenciamento de pessoas. Nesse sentido, há uma ampliação na divisão das tarefas de acordo com o sexo, ou seja, entre as tradicionais tarefas masculinas, ligadas à produção, e as tradicionais tarefas femininas, domésticas e sociais, típicas do sistema patriarcal. O que ocorre é que a nova economia exige cada vez mais que as habilidades necessárias às tarefas de relacionamento, antes restritas ao domínio privado, sejam utilizadas no processamento e gerenciamento de informações e pessoas. [...] Como o trabalho feminino tem sido tradicionalmente considerado como complemento ao salário do marido e como as mulheres ainda são responsáveis pelos trabalhos domésticos e, principalmente, pela criação dos filhos, a flexibilidade em relação ao emprego ajusta-se também a estratégias de sobrevivência, para que possam dar conta desses dois mundos que as colocam com frequência, no limite do esgotamento nervoso. Portanto, na União Europeia (assim como em qualquer outro lugar), casamento e filhos são os principais fatores que levam as mulheres a optar por empregos de meio expediente. Logo, o tipo de trabalhador exigido pela economia informacional em rede ajusta-se às necessidades de sobrevivência das mulheres que, sujeitas às condições ditadas pelo sistema patriarcal, procuram compatibilizar trabalho e família, contando com pouca colaboração de seus maridos. Esse processo de incorporação total das mulheres no mercado de trabalho remunerado gera consequências muito importantes na família. (CASTELLS, 1999, p.207-208).

Numa perspectiva de gênero, considerando historicamente que o papel do homem na sociedade foi configurando como provedor e chefe de família, e da mulher dona de casa, a inserção da mulher no mercado de trabalho provocou deslocamentos na cultura patriarcal, o que Castells denomina de crise do patriarcalismo. Através do trabalho remunerado, a mulher

significativamente, conquistou autonomia, maior satisfação com sua vida, poder de negociação no interior da família, assumindo padrões de identidade que repercutiram desenvolvimento do trabalho relacionado às responsabilidades familiares, ao âmbito da reprodução social. Por outro lado, apesar de tantas mudanças, as mulheres que têm uma carreira profissional constituem família, hoje, vivenciam elevados graus de esgotamento, menos horas de descanso o que finalmente produz fortes tensões entre o trabalho remunerado e as responsabilidades familiares, implicando adentrar por um lado, no debate do direito trabalhista, previdenciário e direito de família, das políticas de Bem-Estar Social e, por outro lado, nas questões relacionadas à saúde psicológica da mulher[47], as questões da qualidade de vida.

Implica considerar que outras mulheres abrem mão da função reprodutiva em privilégio da vida profissional e constituem trajetórias de vida diferentes por viverem padrões de sociabilidade[48] diversificados. Da mesma forma, por outro lado, alguns homens também vivenciam conflitos característicos das contradições existentes entre a masculinidade, a paternidade apontando pequenos deslocamentos na cultura patriarcal e na mentalidade dos indivíduos.

Considerando todos esses elementos, é imprescindível demarcar que nesta pesquisa não se tem a intenção de questionar unicamente a sociedade capitalista. Os questionamentos dizem respeito à totalidade da condição de ser homem e mulher na sociedade contemporânea.

---

[47] A seguir um exemplo é relatado para demarcar como a temática carreira profissional-família deve interessar a todos os segmentos da sociedade.
No dia 21 de novembro de 2009 foi noticiado, não pela primeira vez, que a mãe saiu para trabalhar com as duas filhas, deixou uma na escola e como deveria ter sido de costume deixar a outra na creche. No entanto, isso não aconteceu. A mãe seguiu para o trabalho com a filha de cinco meses e quando retornou na hora do almoço, a filha estava morta. A sociedade chocada, logo se apreça em tecer julgamentos como: "ela tinha saído da rotina"; "como pode uma mãe esquecer um filho?! A mãe tem que se esforçar, tem que se sacrificar pelos filhos, não importa se o pai fique de fora"; "Já vi um pai esquecer, mas uma mãe esquecer é inacreditável!" "Ela tem sérios problemas psicológicos, uma mãe pode esquecer de si, mas nunca de um filho"; "É o cúmulo do absurdo! Uma pessoa dessa não deve ser real, só pode. Nossa, eu fico com muita raiva desse tipo de coisa. Sinceramente nem imagino o que essa mãe tem na cabeça". "Eu explico!!! Conheço essa mãe, pouco, mas o suficiente para saber sua rotina de trabalho que é muito estressante, além de ser uma pessoa extremamente dedicada com os seus. Ela é dessas exigentes no trabalho e acredito que deva ser assim consigo mesma. Tenho certeza que ela esqueceu pois deve estar num grau de stress muito alto, além de que mudou sua rotina, costumava levar a neném de 6 meses para a creche e depois a filhinha de 6 anos para a escola, e desta vez deixou primeiro sua filha de 6 anos, ou seja, em seu subconsciente ela já tinha deixado a bebezinha. Que pena gente! Que fatalidade." A mãe tem 40 anos e esteve hospitalizada em estado de choque. Nestes casos, a justiça tende a conceder o perdão judicial, pois entende que a mãe já foi punida severamente e a lei por uma questão de humanidade dispensa a aplicação da pena.

[48] Enfim, tudo o que envolve a sociabilidade e a socialização depende da identificação e da predisposição de cada indivíduo, sendo da natureza humana a necessidade de estar e participar de um grupo social.

4.1.2 Divisão social e sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho é uma forma particular da divisão social do trabalho. Foi Daniéle Kergoat, em 1984, que conceituou as duas relações sociais (relações de classe ou relações de sexo, antagonismo de classe ou antagonismo de sexo), em termos de uma sobreposição parcial de uma pela outra. O pensamento de Daniéle Kergoat expressa os seguintes elementos:

> Que os homens sejam prioritariamente designados para a produção e as mulheres para a reprodução (trabalho assalariado/trabalho doméstico), que as tarefas produtivas sejam reservadas ora aos homens, ora às mulheres... isso é tão comum a todas as sociedades e tão antigo que esses dados apareceram de início como "naturais" e "evidentes", a tal ponto que nenhuma necessidade (objetiva ou subjetiva) de tratar esses fenômenos se manifestou. [...] Foram necessárias às interpelações do feminismo para que essas certezas fossem abaladas. Ao longo desses anos, os papéis no assalariamento e na família apareceram como o que são, isto é, não como o produto de um destino biológico, mas como um "constructo social", resultado de relações sociais; o trabalho também foi requestionado, através da recusa de limitá-lo exclusivamente ao trabalho assalariado e profissional; pouco a pouco se propôs uma definição cada vez mais ampla do trabalho, levando-se em conta, simultaneamente, tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho assalariado. [...] Em suma, a divisão do trabalho entre os sexos se impôs progressivamente como uma modalidade da divisão social do trabalho, da mesma forma que a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou a divisão internacional do trabalho. [...] A divisão sexual não é todavia a única forma de divisão social do trabalho: ela articula-se, interpenetra-se com outras formas de divisão social. (KERGOAT, 1989, p.88-89).

Ainda segundo Daniéle Kergoat (1989), as práticas sociais não são evidentemente dicotomizadas, mas remetem à unidade dos indivíduos. Assim, as diferenças observadas no tratamento que nossas sociedades reservam aos homens e às mulheres devem ser relacionadas às diferenças, contradições entre os dois sexos, ou seja, às relações sociais. Isso significa que não se pode raciocinar unicamente em termos de relações de classe e nem tampouco a partir de uma única categoria de sexo. Deve-se, portanto, segundo Kergoat, esforçar-se para pensar conjuntamente em termos de complexidade e de coextensividade as relações sociais fundamentais: de classe e de sexo.

A partir do conceito de divisão sexual do trabalho, denunciou-se que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres e para os outros (filhos, marido, família) em nome da natureza, do amor e do dever materno. Consequentemente, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho, tanto quanto o trabalho

profissional. Isso permite considerar simultaneamente as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de divisão sexual do trabalho.

No entanto, segundo Helena Hirata e Daniéle Kergoat (2007), inicialmente a divisão sexual do trabalho tinha o estatuto de *articulação* das duas esferas. Porém, essa noção de articulação logo se mostra insuficiente, o que levou a um segundo nível de análise: a conceitualização dessa relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres. E assim, origina-se o que se chama *relações sociais de sexo*. Noção indissociável da teorização em termos de divisão sexual do trabalho. Essa nova maneira de pensar o trabalho fez com que a família, na forma de entidade natural e biológica, fosse esfacelada e ressurgisse como lugar do exercício de um trabalho, que teoricamente, passa a ter, portanto, múltiplas divisões, social e historicamente produzidas.

Helena Hirata (2002b) aponta que existem duas teorias da divisão sexual do trabalho: uma em termos de *vínculo social,* e outra em termos de *relação social*. Nestes termos, trabalhar o conceito de divisão sexual do trabalho permite levar em conta o seu caráter multidimensional, permite também considerar o doméstico e o assalariado, ou seja, os aspectos de classe e de sexo relacionados à vida de homens e mulheres.

> A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; [...] tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem "vale" mais que um trabalho de mulher). [...] Suas modalidades concretas variam grandemente no tempo e no espaço [...] o que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo. [...] Se é inegável que a condição feminina melhorou [...] a distância continua insuperável. [...] Essa distinção entre princípios e modalidades e a insistência sobre a noção de distância é que permitem desconstruir o paradoxo [...] tudo muda, mas nada muda. (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.599-600).

Preocupadas com as tensões existentes no conceito de divisão sexual do trabalho, Helena Hirata e Daniéle Kergoat (2008) esclarecem que na França o conceito tem duas acepções distintas:

1) Acepção sociográfica na qual se estuda a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e analisa-se como ela se associa à repartição desigual do trabalho

doméstico entre os sexos. Esse tipo é indispensável para constatação das desigualdades.

2) Segunda acepção vai além da simples constatação das desigualdades. Busca mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e articula essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos, mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e os sexos; em suma, para criar um sistema de gênero. Procura remontar à nascente dessas desigualdades e, portanto, compreender a natureza do sistema de gênero.

E por fim, as autoras apresentam as novas configurações da divisão sexual do trabalho:

1) Precarização e flexibilização do emprego, de *nomadismos sexuados*. Constatam que a divisão sexual do trabalho molda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo;
2) Dualização do emprego feminino. Constatam a existência por um lado, de altas funcionárias que investem em suas carreiras e profissões intelectuais de nível superior e, por outro lado, a precarização e a pobreza de um número crescente de mulheres;
3) O trabalho doméstico, nem sempre, é levado em conta e considerando que as empresas exigem cada vez mais envolvimento pessoal no trabalho remunerado, as mulheres externalizam o "seu" trabalho doméstico. Com isso, recorrem à enorme reserva de mulheres pobres.

Ratifica-se, portanto, a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social, decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos, numa perspectiva do ser homem e ser mulher. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva, e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Entretanto, na contemporaneidade, dadas a significativa inserção da mulher nos diversos postos e funções do mercado de trabalho; dadas as transformações demográficas características da família atual, na qual a mulher aparece também como provedora financeira; dada sua necessidade de elevados níveis de educação; dada a permanência da divisão sexual

do trabalho em seus princípios da separação e da hierarquia; no contexto atual, os olhares devem ser direcionados para a complexidade do que existe entre a inserção da mulher no mercado de trabalho, e o que estas mulheres que também assumem o trabalho doméstico e as responsabilidades familiares, vivenciam para permanecer e ascender profissionalmente; ao mesmo tempo, em que pertencem a uma família cujas bases patriarcais sofreram deslocamentos, mas ainda existem.

O imprescindível é conhecer as nuances da divisão sexual do trabalho neste novo contexto, pois os processos de dominação e opressão feminina, ao invés de caminharem para extinção podem estar caminhando para o agravamento da qualidade de vida e da saúde, dado a configuração do papel do companheiro, do estado e da iniciativa privada com a questão da articulação trabalho e família, mesmo que seja constatado o empoderamento da mulher. Trata-se de uma questão complexa que demanda análises estruturais, mas também das experiências e das representações dos que vivenciam estas questões, através de relações de poder e de vínculos de afetividade com as consequências da reprodução.

4.1.3 Produção e reprodução da vida social.

Para Monique Combes e Daniéle Hailcault (1997), bem anteriormente à separação entre espaços e tempos da produção e da reprodução introduzida pelo capitalismo, houve uma separação dos agentes da produção e da reprodução com base nos sexos, ou seja, a designação prioritária dos homens para a produção, e a das mulheres para a reprodução, mas para as autoras, essa designação é anterior ao capitalismo. Com essa designação dos papéis, homens e mulheres participam de modo desigual da produção e da reprodução, traduzindo, então, uma divisão sexual, que estrutura as relações entre os sexos sobre uma base tanto política quanto econômica. Com efeito, a designação prioritária das mulheres para a reprodução sempre foi acompanhada de sua exclusão do campo sócio-político.

Se a divisão sexual do trabalho que designa prioritariamente os homens para a produção, e as mulheres para a reprodução é bem anterior ao modo de produção capitalista, é claro, no entanto, que o advento do capitalismo subverte não apenas as condições da produção de bens, mas também as condições da produção dos seres humanos. Assim, novas modalidades da produção de bens desorganizam as formas ou quadros sociais anteriores da

reprodução. E a história do capitalismo será igualmente, e desde o início, a história de uma nova organização da reprodução.

Nessa nova organização da reprodução, a família, tal como a conhecemos, e, mais amplamente, o conjunto dos aparelhos atuais da reprodução são também o resultado de uma delegação crescente de poder dos capitalistas ao Estado para fixar as condições sociais da reprodução. Assim, a família é também, e de forma indissociável, o resultado de um Estado que produz os suportes ideológicos, morais e simbólicos, reforçando a exploração e a superexploração das mulheres indiscriminadamente; permitindo ou facilitando a interiorização das normas sociais de sexo e de classe, particularmente, através de um discurso que, paradoxalmente, valoriza a esfera privada e o individualismo. Talvez seja a esse nível que se manifesta com mais intensidade a osmose capitalismo e patriarcalismo, os quais se produzem e reproduzem mutuamente, enquanto sistema de poder, dominação e exploração.

Nesse sentido e, consequentemente, o Estado, a família, a ciência, as técnicas e as instituições, já não podem ser pensadas, somente, a partir de suas ligações com as classes sociais do sistema capitalista, mas devem ser pensadas, igualmente, ao mesmo tempo a partir de suas ligações com as relações entre os sexos desse mesmo sistema social. Assim, produção social de bens e a reprodução (produção social de seres humanos), são indissociáveis nas análises contemporâneas.

Para Monique Combes e Daniéle Hailcault (1997), partir das relações sociais é romper com os pontos de vista unilaterais, nos quais a família é apenas um instrumento do capital, e como tal, patrulhada pelos aparelhos estatais, constituída, definitivamente, para as necessidades da produção e por elas incessantemente reproduzida. Neste sentido, as autoras pontuam que a especificidade do modo de produção capitalista está nas formas de subordinação da reprodução à produção: na extensão das práticas de dominação de uma classe sobre o conjunto do campo social, na coerência e na imbricação das relações sociais entre sexos e de classes, na extensão das lutas que o processo de exploração provoca.

Assim, a análise estrutural não permite dar conta nem das lutas travadas no interior dessas relações nem do que se passa realmente entre a produção e a reprodução. As lutas de classes e a dos sexos, tanto quanto as relações sociais que as originam estão presentes, permanentemente, na produção e na reprodução; são fundamentais para a análise de práticas sociais que, tanto no que diz respeito à luta de classes e dos sexos, são simultaneamente, elementos de aliança e de oposição, e não são separáveis nem passíveis de se tornarem autônomas. Disso, depreende-se que a relação social antagônica entre os sexos não está circunscrita à família; assim como, a relação social entre o capital e o trabalho não está

circunscrita à produção. Ambas, exprimem-se, indiferentemente, na produção e na reprodução.

Ainda segundo Monique Combes e Daniéle Haicault (1997), o termo luta não se limita às formas coletivas, organizadas, políticas e sindicais. Toda prática que é contra (mas não necessariamente de forma consciente), as formas de dominação que assumem uma ou outra das relações sociais é tributária da luta das mulheres contra a dominação patriarcal e as formas sutis de poder.

Nesse campo, igualmente, homens e mulheres estão, simultaneamente, em relações de oposição e de aliança; numa relação antagônica, na medida em que pertencem a um ou outro sexo (opressor ou oprimido) e, ao mesmo tempo, numa relação de aliança em uma base desigual, pelo fato de pertencerem à mesma classe social e à espécie humana.

Assim, acrescentamos que a utilização ou o apoio do capital sobre o patriarcado não se detém aí, pois se a articulação entre relações de classes e relações entre sexos é complexa na produção, ela não é menos complexa na reprodução, em geral, e na família, em particular. Consequentemente, domado a isso, é particularmente difícil analisar as práticas familiares e, principalmente, as práticas de casal, sem adotar, alternadamente, o ponto de vista da aliança ou o da contradição, e sem abolir o jogo complexo das relações de classes e entre os sexos copresentes e coatuando na produção-reprodução familiar.

O debate subjacente às lutas e reivindicações coloca em pauta, não somente, o problema da articulação entre vida familiar e vida profissional (questionando, de algum modo, a divisão social e sexual do trabalho), mas discute também globalmente a organização social da vida cotidiana e descompartimenta os problemas de ordem privada para transformá-los em questões públicas, coletivas, a serem tratadas enquanto tais, na arena política dos movimentos sociais e sindical (contracepção, aborto, creches), pois essas lutas são passíveis de modificar a natureza e o código do mundo do trabalho e da vida, bem como na arena privada da relação conjugal, independente da orientação heterossexual ou homossexual.

4.1.4 Divisão sexual do trabalho: aspectos do Bem-Estar Social.

Numa perspectiva de análise da divisão sexual do trabalho profissional e do trabalho doméstico, relacionada às teorias e tipologias do Estado de Bem-Estar Social, Andrea Gama

(2011)[49], em seu texto *"Entre o Trabalho e a Família" – contradições das respostas públicas às reconfigurações da divisão sexual do trabalho,* analisa que o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social está assentado no pressuposto de que certos aspectos do bem-estar podem e devem continuar a ser promovidos pelas mulheres em casa, como parte da sua responsabilidade na esfera privada, e não por meio de provisão pública. No entanto, o sistema de proteção social pode atuar efetivamente na redução das vulnerabilidades de gênero, naquilo que atua em detrimento das mulheres promovendo incentivos que alavanquem sua autonomia financeira, familiar e profissional-ocupacional.

Nesse sentido, é essencial integrar a cidadania feminina na arquitetura do sistema de proteção social, de forma a superar os impasses derivados do conflito trabalho e família, vivido, cotidianamente, pelas mulheres.

Para Andrea Gomes (2011), a divisão sexual do trabalho e as ideologias de gênero que a acompanham vêm, crescentemente, sendo incorporadas aos processos de reformas dos Estados de Bem-Estar social, sejam aquelas inspiradas em uma visão maternalista, sejam aquelas inspiradas nos ideais feministas igualitaristas. Destaca-se, portanto, duas perspectivas:

1) *Feminismo maternalista – 1ª Onda* - tem como estratégia o reconhecimento público da maternidade como uma função social. Lutavam pela dignidade da maternidade, pelo seu reconhecimento como trabalho pelo Estado, e pela remuneração total ou parcial. Tal movimento teve um papel decisivo na criação e nas reformas dos sistemas de proteção social contemporâneos, dirigindo suas reivindicações à maternidade, independente da pobreza das mulheres e do seu estado civil ou estatuto profissional. Inspiraram e modelaram uma importante legislação sobre proteção social em diversos países, como licenças e subsídios de maternidades, abono ou salário-família, entre outros. Deram visibilidade à questão de que a atividade que as mulheres realizam como mães, pertence ao domínio do trabalho. Denunciaram que o trabalho da mulher para o marido era uma condição *sine qua non* da empregabilidade deste e, por isso, a sociedade devia o reconhecimento social, político e econômico do seu trabalho doméstico.

2) *Luta por Igualdade – 2ª Onda* – a crescente participação feminina no mercado de trabalho levou ao questionamento das premissas maternalistas. O crescimento da economia industrial, a ampliação do emprego e das condições de trabalho fez com que

[49] Privilegia-se o texto de Andrea Gama por já conter uma análise direcionada aos aspectos característicos da sociedade brasileira, mas que foram iniciados a partir de análises desenvolvidas em outros contextos por autoras como Carole Pateman, M. McIntosh, Esping-Andersen, que devem ser referenciados. Assim, justifica-se o uso do APUD, dado que o que interessa diretamente a esta pesquisa é a análise brasileira.

> as mulheres considerassem mais fácil conseguir a emancipação pelo trabalho assalariado e pela redistribuição de responsabilidades entre o casal, do que por meio do reconhecimento público da maternidade como uma função social. Mesmo assim, o movimento não abandonou a necessidade de provisão estatal, especialmente após as intensas transformações da família e da organização do trabalho.

Andrea Gama (2011) citando Carole Pateman (2000) observa que as implicações democráticas do direito ao trabalho não podem ser compreendidas sem a devida atenção às conexões existentes entre o mundo público do trabalho, e da cidadania e o mundo privado das relações familiares, pois as legislações que conformaram e consolidaram o Estado de Bem-Estar Social, foram oficialmente consagradas a partir da construção do trabalhador masculino como provedor, e da sua esposa como dependente. No debate sobre o Estado de Bem-Estar Social e o salário social, o salário é usualmente tratado como um retorno pela venda da força de trabalho individual. Entretanto, com a intensificação da exploração da força de trabalho e da consolidação do modelo marital provedor/dona de casa, a luta entre capital e trabalho passou a se estabelecer pelo salário, socialmente, necessário para a subsistência do trabalhador e de sua família.

Assim, Andrea Gama (2011) citando M. McIntosh (2000) desenvolve uma contundente crítica ao assalariamento e aos sistemas de bem-estar social que ocultam a separação "patriarcal" entre produção e reprodução social. A característica específica da opressão feminina, até hoje, estaria, segundo essa autora, relacionada à articulação entre o sistema salarial e o sistema familiar ou, em outros termos, à divisão sexual do trabalho. Historicamente, com a separação do âmbito da produção e reprodução social, com a emergência da família nuclear burguesa e da sociedade de mercado, percebemos os dois lados da mesma moeda: o trabalho remunerado das mulheres foi assentado de forma subalterna, ao mesmo tempo, que o trabalho não remunerado ficou invisível. Em outras palavras, o jogo da dependência e da autonomia nas esferas da produção e da reprodução social é permanente e atravessa a estrutura dos sistemas salarial e de bem-estar.

Consequentemente, Andrea Gama (2011) citando Esping-Andersen (2002) defende que a ascensão do emprego feminino esteve fortemente assentada na emergência da economia de serviços, que, por sua vez, foi também alavancada pela entrada da mulher no mercado de trabalho. A economia de serviços, como o resultado de novas tecnologias e de mudanças nas relações financeiras e de produção, também é decorrente das mudanças no comportamento

das famílias pelo quase desaparecimento do modelo da mulher do lar e das empregadas domésticas e pela ampliação do emprego de mães e esposas.

A partir destas análises, Andrea Gama aprofunda o debate sobre as relações entre as transformações do trabalho, as novas formas de produção e emprego e as novas configurações da divisão sexual do trabalho e considera que ter duas fontes de rendimento passou a ser uma necessidade econômica para um número cada vez maior de famílias; o trabalho remunerado exerceu papel determinante na redução da dependência das mulheres em relação aos homens, reforçando seu poder de negociação no interior da família e abrindo novas possibilidades fora do casamento. Por outro lado, constata que a força de trabalho se feminilizou através da explosão do trabalho em tempo parcial, e a flexibilização do tempo e do espaço de trabalho pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações de gênero. Outra manifestação desse processo está relacionada ao fenômeno das desigualdades entre as mulheres, não mais mediadas pelos homens, mas pelas relações de trabalho. Reforçando o pensamento de Helena Hirata e Daniele Kergoat de que:

> Assiste-se ao aparecimento, pela primeira vez na história do capitalismo, de uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não são mais mediados pelos homens: pai, esposo, amante) opõem-se frontalmente aos interesses daquelas que foram atingidas pela generalização do tempo parcial, pelos empregos em serviços muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, de maneira geral, pela precariedade. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.601).

No contexto das mudanças na estrutura das famílias e no mercado de trabalho, existem respostas políticas muito diferenciadas para as demandas de *compatibilidade* entre trabalho remunerado e responsabilidades familiares. Os níveis desse conflito variam com as circunstâncias nacionais, individuais e familiares de famílias com duplo rendimento, presença de crianças no lar, média de horas semanais trabalhadas, classe social, programas de Estado e divisão doméstica do trabalho.

Identificam-se, portanto, algumas variações das políticas sociais e de mercado de trabalho na Europa e nos EUA quanto ao nível de suporte oferecido aos pais e o quanto incentivam as divisões dos *cuidados* e do trabalho remunerado com base na igualdade de gênero. Orloff (S/D apud Andrea Gomes 2011) analisa a trajetória político-institucional das políticas que envolvem o *adeus ao maternalismo*, nos modelos, sueco e americano e destaca que ambos apresentam lacunas no objetivo da igualdade de gênero nas esferas do trabalho e do *cuidado*:

1) *Modelo Sueco* - foi desenvolvida a estratégia política para tornar possível a compatibilização entre a maternidade e a participação no mercado de trabalho. As mulheres contam com uma ampla rede de serviços públicos voltados para o 'cuidado', o que tem contribuído para a "desfamiliarização" do 'cuidado'. Porém, apesar de altas taxas de empregabilidade, as mulheres ocupam cargos menos prestigiosos e estão muito vinculadas ao setor público. Se o sistema de seguridade para os pais na Suécia é bastante "generoso", quando comparado a benefícios similares de outras nações industrializadas, propiciando licenças longas, flexíveis e destinadas a suprir necessidades diversas, oferecendo compensações pelas perdas salariais relativamente altas, parece plausível afirmar que a ênfase no sistema recai mais sobre a possibilidade de se "compatibilizar" a maternidade com o trabalho remunerado do que sobre o declarado objetivo de induzir a criação de uma simetria entre os papéis designados aos pais e às mães. Nesse sentido, a licença para os pais não conseguem fazer com que os homens passem a assumir um papel mais significativo no âmbito doméstico da criação dos filhos, ou seja, os esforços do governo sueco no sentido de promover um compartilhamento mais igualitário das tarefas, ainda não tiveram o sucesso esperado.
2) *Modelo Americano* - desenvolve políticas de gênero orientadas pelo mercado. O grande incentivo ao trabalho remunerado das mulheres faz com que elas recebam uma maior remuneração, haja uma diminuição da distância salarial entre homens e mulheres, além de ocuparem cargos mais altos e reconhecidamente "masculinos". A diversificação do mercado de trabalho entre homens e mulheres tem fortes raízes no feminismo liberal norte-americano, fundamentado nas noções de justiça e direitos individuais e na adoção de políticas de ação afirmativa. Entretanto, o Estado não intervém no trabalho de assistência, pois é entendido como um assunto privado, de escolha individual. Apesar dos altos níveis de empregabilidade feminina e com relativamente menor taxa de emprego de tempo parcial, existe um *gap* nas taxas de emprego de mães de crianças pequenas que, pela compreensão do "cuidado", restrita ao *lócus* do privado e a sua forte mercantilização, enseja grandes desigualdades sociais entre as mulheres e as famílias. Há incentivos à provisão do setor privado de 'cuidados', por meio da dedução de impostos para o cuidado das crianças. O aumento das desigualdades entre as mulheres está, estreitamente, relacionado com os custos do 'cuidado'.
3) *Modelo do "Cuidador Universal"*- Orloff (s/d apud Andre Gama 2011) sugere como alternativa, para homens e mulheres, a transversalização da política do 'cuidado' entre

Estado, família e mercado valorizado como uma atividade humana, como parte intrínseca da vida social e na qual todas as instâncias devem estar envolvidas.

4) *Modelo do Adulto Trabalhador* - Jane Lewis (2001 apud Andrea Carla 2011) propõe a passagem do modelo do homem-provedor para o modelo do adulto trabalhador (*adult-worker model*) e que existem seis possibilidades de transição para esse modelo, em que a posição de homens e mulheres no mercado de trabalho organiza a gestão dos cuidados entre família, Estado e mercado. Jane Lewis sugere Modelos de Estado de Bem-Estar Social, a partir de uma tipologia alternativa: países em que o padrão de homem-provedor (*male breadwinner*) é forte, modificado ou fraco. Os diferentes regimes de Estado de Bem-Estar Social devem ser pensados a partir de variáveis como:
    a) Os Estados de Bem-Estar Social estão fundados no padrão do homem-provedor e da mulher dependente do homem trabalhador, pelas pensões e outros benefícios;
    b) Deve-se colocar no centro da análise das relações de gênero em associação com a relação capital x trabalho;
    c) Trazer a família e o trabalho não remunerado como parte do regime de proteção social;
    d) Nas análises comparativas dos Estados de Bem-Estar Social, considerar a participação feminina no mercado de trabalho e o nível de empregabilidade das mulheres como um indicador do nível de bem-estar;
    e) Deve-se analisar a cobertura dos Estados de Bem-Estar Social para o trabalho de assistência, por meio dos serviços e das provisões gerados pelo Estado, família e mercado para aqueles que necessitam de cuidados.

Para Andrea Gama (2011) há ambiguidades ainda presentes no atual modelo de políticas públicas. Em primeiro lugar, o modelo do adulto-trabalhador abarca o homem e uma mulher provedores, porém com status diverso porque o trabalho não remunerado ainda carece de devida relevância pública. Em segundo lugar, as mudanças na família foram mais acentuadas, em termos das mudanças de gênero, do que aquela no mercado de trabalho, pela maior individualização e pela descomplementaridade dos papéis de homens e mulheres na família. Não obstante, a acentuada mudança da participação feminina no mercado de trabalho, esta, ainda ocorre em situação desfavorável para as mulheres, pois a permanência delas no

trabalho não remunerado impacta desfavoravelmente a sua inserção produtiva e corrobora o atributo do "cuidado" às mulheres.

Andrea Gama (2011) partindo de Jenson (1997) defende a introdução do 'cuidado' como central na definição dos modelos de Estado de Bem-Estar Social, subordinando o trabalho nessa definição e questionando: Quem cuida? Como o cuidado é desenvolvido? Quem financia o cuidado? Quais as consequências de um regime de '*care*' para a equidade de gênero? Para a autora, esses aspectos são obscurecidos pela ausência de um diagnóstico coerente dos custos diferenciados com o cuidado dos dependentes para as famílias, o Estado e o mercado. Isso se deve, em grande parte, à suposição de que as famílias, especialmente as mulheres, provêm serviços sociais gratuitos. Na perspectiva do trabalho não remunerado das mulheres, duas questões são essenciais: de um lado, como avaliá-lo e, de outro, como dividi-lo equitativamente com os homens. Por fim, no entendimento da autora:

> [...] o objetivo da política social deve ser oferecer a possibilidade de uma escolha, por exemplo, como acontece com o conceito de "desmercantilização" em relação aos homens, ou seja, a possibilidade de que eles têm de não exercer um emprego remunerado. O problema vem da relação complexa que as mulheres mantêm com o trabalho não remunerado, com o trabalho remunerado e com o sistema de direitos sociais. Isso nos obriga a levar em consideração não só o seu direito de não exercer um emprego remunerado ("desmercantilização") e, por extensão, o seu direito de exercer um trabalho não remunerado, como também o seu direito de exercer um trabalho remunerado e, consequentemente, o seu direito de não exercer um trabalho não remunerado. (GAMA, 2011, p. 111).

Todo este debate se faz premente na sociedade contemporânea porque aspectos relacionados ao cuidado, não se restringem à maternidade e paternidade, envolvendo também, outros grupos dependentes, como por exemplo, idosos, deficientes, portadores de doenças degenerativas e outros em situação de vulnerabilidade.

Na especificidade desta tese, no âmbito da política de Bem Estar Social brasileiro, a seguridade social possibilita através da licença maternidade a compatibilização com o trabalho remunerado, específica aos primeiros 4 meses ou até 6 meses após o parto. Não se configura, portanto, um modelo de cuidado universal e de transversalização da política do cuidado. O cuidado é considerado preponderantemente um assunto privado para o qual não se constata, ainda, uma simetria entre os papéis designados aos pais e às mães.

No cotidiano dos casais e da conjugalidade, homens e mulheres que trabalham e constituíram família, nas análises de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) existem duas

maneiras de pensar e estudar a divisão sexual do trabalho: como *vínculo social*, vigora a tese da *conciliação* vida familiar/vida profissional e a tese das relações sociais.

Resultantes desses dois pontos de vistas, para os estudos que se preocupam com trabalho profissional e com a família, apresentam-se quatro modelos de análise:

1) Perspectiva de Vínculo Social – a ideia de uma complementaridade entre os sexos está inserida na tradição funcionalista da complementaridade de papéis. Remete a uma conceitualização em termos de vínculo social pelos conteúdos de suas noções (solidariedade orgânica, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão de tarefas). A abordagem em termos de complementaridade é coerente com a ideia de uma divisão entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico. E, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos possibilita a reprodução dos papéis sexuados e aparece de formas diversas.

   a) Modelo Tradicional – papel na família e papel doméstico, assumidos inteiramente pelas mulheres, e o papel de provedor sendo atribuído aos homens;

   b) Modelo de Conciliação – cabe quase exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional. Hoje, certos pesquisadores propõem substituir conciliação, ou mesmo articulação, por conflito, tensão, contradição para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres;

   c) Modelo da Parceira – considera homens e mulheres como parceiros (e, portanto decorre mais de uma lógica de conciliação de papéis que do conflito e da contradição), e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder. Esse paradigma da parceria poderia alimentar uma prática de divisão de tarefas domésticas no casal – no plano individual – porém as pesquisas de emprego do tempo, mostram que a realidade das práticas sociais não confirma a atualidade desse modelo.

2) Perspectiva das Relações Sociais/ Modelo da delegação ou externalização do trabalho doméstico – a emergência desse modelo se deve à polarização do emprego das mulheres e ao crescimento da categoria de profissões de nível superior e de executivas; elas têm ao mesmo tempo a necessidade e os meios de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares, apresentando, portanto, novas soluções para o antagonismo entre responsabilidades familiares e profissionais.

Diante das novas configurações da divisão sexual do trabalho, Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) identificam uma nova forma das relações de gênero interessante para esta

pesquisa e para a realidade brasileira. Trata-se da configuração denominada *externalização do trabalho doméstico*. Através desta, as mulheres recorrem à enorme reserva de mulheres em situação precária para realização do trabalho doméstico, uma nova forma de divisão do trabalho doméstico. A externalização tem a função de apaziguamento das tensões nos casais burgueses e permitem, igualmente, maior flexibilidade das mulheres em relação à demanda de envolvimento das empresas e em seus locais de trabalho. No entanto, para as autoras, essa pacificação das relações sociais nos casais e nas empresas não ajuda a avançar na luta pela igualdade, tendo, portanto, uma função regressiva no nível do mascaramento e da negação da igualdade.

Estudo realizado por Clara Araújo, Felícia Picanço e Celi Scalon (2008) sobre as *Percepções e práticas de gênero em perspectiva comparada*, mostram os padrões de conjugalidade quanto ao maior equilíbrio entre mulheres e homens na divisão e conciliação entre vida família e trabalho, em países industrializados como: Suécia, Estados Unidos, Espanha, Japão, Brasil e Chile. As autoras consideram que renda, emprego e, sobretudo, escolaridade, contam muito para o que pensam os indivíduos sobre suas atitudes, mas há também a mediação dos aspectos culturais e das percepções que são determinadas pelo gênero e contexto. Em termos gerais os modelos identificados são:

1) Modelo mais igualitário que aponta para uma domesticidade compartilhada (identificado na Suécia);
2) Modelo mais dual de homem provedor e mulher provedora e cuidadora, no qual o mercado entra como principal intermediário, mas ainda este modelo é estruturado com base no princípio da domesticidade (identificado nos Estados Unidos);
3) Modelo de transição de homens provedores e de mulheres provedoras e cuidadoras, ou seja, em uma domesticidade feminina ainda forte (identificado na Espanha);
4) Modelo dual de homem provedor e mulher *part-time*, provedora e cuidadora. Ainda marcado por tensões geradas pelo processo de modernização afeta o modelo tradicional de conjugalidade (identificado no Japão);
5) Modelo homem provedor e mulher cuidadora. Neste modelo os papéis ainda são marcados pela dualidade tradicional. Contudo, quando se observa o número efetivo de horas que as mulheres dedicam ao trabalho pago e a proporção das ativas, leva-se a pensar em dois modelos convivendo juntos: o

> de homem provedor e mulher cuidadora, e o de homem e mulheres provedores e de mulher cuidadora (identificados no Brasil e no Chile).

Especificamente relacionado ao Brasil, as autoras constatam a ausência de políticas públicas e estatais de suporte nos cuidados com as crianças. Tendo o país, portanto, um modelo tradicional e conservador, no que diz respeito à conciliação trabalho profissional e vida familiar. Neste polo, homens e mulheres se distanciam no que se refere à percepção sobre satisfação com a conciliação entre trabalho e vida familiar, muito provavelmente porque as expectativas de partilha ou de resolução são baixas e recaiam sobre as mulheres. O desamparo brasileiro no que diz respeito às mediações mais estruturadas, seja através do Estado, seja do mercado, torna a satisfação com a conciliação muito baixa.

Para adentrar no tema conciliação/articulação/compatibilidade entre a vida profissional e os aspectos ligados às responsabilidades familiares/cuidados é imprescindível uma abordagem sobre a família, que na especificidade do Brasil, está totalmente imbricada ao patriarcalismo[50].

4.2TRABALHO REPRODUTIVO: A FAMÍLIA

O tema família é importante para entender a natureza das sociedades, pois a família é uma instituição social fundamental, de cujas contribuições dependem todas as demais. Nos séculos XVIII, XIX, XX e nos dias de hoje, a família continua a desempenhar um papel social de vital importância.

Na subseção *4.2.1 Família: uma abordagem histórica* é apresentada uma abordagem histórica sobre a família, a partir do pensamento de Engels sobre o surgimento do patriarcado e a família na forma monogâmica com base econômica centrada na exploração de um sexo

[50] Segundo Manuel Castells (1999) alguns desafios foram impostos ao patriarcalismo:

1. Transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação.
2. Transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, proporcionando controle cada vez maior sobre a gravidez e a reprodução humanas.
3. O patriarcalismo foi atingido pelo desenvolvimento do movimento feminista, consequência dos movimentos sociais da década de 60.
4. Rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se sobre quase todo o planeta.

pelo o outro; na subseção *4.2.2 A família brasileira na sociedade colonial e urbano-industrial,* apresenta-se análise histórica que considera a família patriarcal como base para o estabelecimento de uma estrutura econômica agrária, latifundiária e escravocrata, na qual o casamento além de ser um contrato, era um sacramento, mas nem toda população constituía famílias legítimas, havia significativa ilegitimidade do casamento, concubinato, celibato e divórcio mostrando a resistência de homens e mulheres ao sistema de dominação, mas no nosso entendimento tal ilegitimidade não é suficiente para questionar a tese do patriarcado, pois representam, simplesmente, formas de resistência ao modelo de casamento imposto pela igreja. Isso significa que as mulheres desenvolveram também processos de resistência à relação de senhor e escrava. Na subseção *4.2.3 Família enquanto núcleo da vida social, transformações demográficas no Brasil,* analisa-se que as constatações demográficas são indicadores de mudanças na família nuclear patriarcal e diversificação dos de arranjos familiares contemporâneos, entretanto, defende-se que os valores patriarcais estão enraizados nas mentalidades dos sujeitos e podem simplesmente ser transpostos para qualquer arranjo familiar, mesmo em uma família monoparental, chefiada por uma mulher. Neste sentido, ainda há muito a percorrer para que valores patriarcais sejam desmoronados, principalmente, em um contexto onde a religião tem desenvolvido sua ofensiva/defensiva. *4.2.4 Maternidade, paternidade, parentalidade: as responsabilidades familiares* são apresentados e discutidos os conceitos de maternidade reflexiva, paternidade e parentalidade

4.2.1 Família: uma abordagem histórica

As análises sobre o pensamento de Engels são feitas a partir do texto: *A Origem da Família e da Propriedade Privada e do Estado*, especificamente sobre a família monogâmica e o patriarcado. Engels (2002)[51] defende que a divisão do trabalho entre os dois sexos depende de outras causas que não condiz com a posição da mulher na sociedade. A senhora civilizada, cercada de aparentes homenagens, estranha a todo trabalho efetivo, tem uma posição social bem inferior à mulher bárbara, que trabalha duramente e, no seio do seu povo, vê-se respeitada como uma verdadeira dama (*lady, frowa, frau = senhora*) e o é de fato por

[51] 2002 é o ano da publicação utilizada nesta revisão bibliográfica. O ano em que Engels discutiu e apresentou suas ideias é 1884. Para esta tese o que importa é a origem da família monogâmica e o patriarcalismo correlacionado ao início da propriedade privada e do Estado.

sua própria posição. Ao introduzirem-se a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte dos tecidos e, por fim, a agricultura, as coisas ganharam outra fisionomia, principalmente, depois que os rebanhos passaram, definitivamente, à propriedade da família, deu-se com força de trabalho o mesmo que havia sucedido com as mulheres, antes tão fáceis de obter e que agora, já tinham seu valor de troca e eram compradas. Ademais, a família não se multiplicava com tanta rapidez quanto o gado. Assim eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação; podia ser utilizado para isso o prisioneiro de guerra.

Convertidas todas essas riquezas em propriedade particular das famílias, no entendimento de Engels, foi abolida a filiação segundo o direito materno e, para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, a mulher é entregue, sem reservas, ao poder do homem. Consequentemente, de acordo com a divisão do trabalho na família de então, cabia ao homem procurar a alimentação e os instrumentos de trabalho necessários para isso. Assim, o pai era, por direito, o proprietário dos referidos instrumentos, e em caso de separação, levava-os consigo, da mesma forma que a mulher conservava os seus utensílios domésticos. Dessa forma, à medida que as riquezas iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição na família mais importante que a da mulher, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida.

Para o autor, esta revolução configura-se como uma das mais profundas que a humanidade já conheceu. Decidiu-se, então, que os descendentes de um membro masculino permaneceriam na *gens*, mas os descendentes de um membro feminino sairiam dela, passando à *gens* de seu pai. Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno. Deu-se assim a passagem ao patriarcado. Com isso, o homem se apoderou também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução.

No patriarcado, a *família monogâmica* baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa, é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, terão, um dia, a posse dos bens de seu pai. Consequentemente, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher. Ao homem, igualmente, se concede o direito à infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume e esse direito se exerce cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade.

Assim, a tese de Engels (2002) é de que a origem da monogamia não foi de modo algum fruto do amor sexual individual. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Aqui, a monogamia não aparece na história como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história.

Para Engels (2002), o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. Em todas as classes dominantes, o matrimônio continuou sendo o que tinha sido desde o matrimônio sindiásmico, coisa de conveniência, arranjada pelos pais. Consequentemente, o casamento burguês assume duas feições:

1) Nos países católicos – os pais são os que proporcionam ao jovem burguês a mulher que lhe convém.
2) Nos países protestantes – ao contrário, a regra geral é conceder ao filho do burguês, mais ou menos, liberdade para procurar mulher dentro da sua classe.

Com isso, Engels entende que em ambos os casos, o matrimônio baseia-se na posição social de conveniência; também nos dois casos, esse matrimônio de conveniências se converte, com frequência, na mais vil das prostituições, às vezes por parte de ambos os cônjuges, porém, muito mais habitualmente, por parte da mulher; esta só se diferencia da cortesã habitual pelo fato de que não aluga o seu corpo por hora, como uma assalariada, e sim que o vende de uma vez, para sempre, como uma escrava.

Com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica, o governo do lar perdeu seu caráter social e se transformou em serviço privado, tendo a mulher como primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só com a grande indústria abriu-se um novo caminho da produção social, embora apenas para a proletária. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram

desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia.

Assim, Engels (2002) conclui que a família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. O caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social *efetiva* entre ambos, não se manifestarão com toda nitidez senão quando homem e mulher tiveram, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.

Estes argumentos explicam como se estruturou o patriarcado ao longo da história da humanidade ocidental, configurando os processos de dominação-opressão dos quais as mulheres foram vítimas nas instituições socializadoras tradicionais. Nestes termos, é prudente recorrer à literatura da historiografia brasileira que trata da família, no intuito de identificar elementos que caracterizem as particularidades desta sociedade, nos diferentes momentos históricos e suas relações com o patriarcado. Na subseção que se segue, apresenta-se como o patriarcado se configurou, na sociedade brasileira colonial e industrial.

4.2.2 A família brasileira na sociedade colonial e urbano-industrial.

A análise é construída a partir do diálogo com as análises de Eni de Mesquita Samara no texto *A família brasileira*, de 1993. Para Eni Samara (1993), a família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerando um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência. No entanto, a descrição da família extensa, característica das áreas de lavoura canavieira do Nordeste brasileiro foi apresentada por Gilberto Freire em suas obras, e segundo a autora, impropriamente utilizada como representativa de toda a sociedade brasileira.

A autora, estudando dados compilados nos recenseamentos e nos testamentos referentes ao século XIX, defende que não foram predominantes no Brasil, as famílias

extensas do tipo patriarcal, sendo mais comuns aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de integrantes; defende que a família patriarcal assumiu configurações regionalmente diferentes (comprovadamente em São Paulo, Minas Gerais), e mudou com o tempo, pois a autora constata que apenas parcela da população realmente optava por constituir famílias legítimas, havendo significativa ilegitimidade do casamento, concubinato, celibato e divórcio e conclui que tais constatações permitem reavaliar os mitos da castidade e da submissão da mulher à autoridade do marido, aceitos plenamente dentro do modelo patriarcal no século XIX.

> A família patriarcal deixou na sociedade resquícios da sua organização, o que não significa que possa ser considerada ainda como o único modelo institucional e válido que sirva para caracterizar a família brasileira de modo geral. [...] Além disso, a família revela uma nova dinâmica nas relações marido-esposa, pois as queixas das mulheres quanto às atitudes dos maridos, à não-aceitação do adultério, das sevícias e as próprias aspirações quanto ao casamento e à vida conjugal tornaram claro que o comportamento feminino muitas vezes divergia do estereótipo da mulher dócil e submissa que vivia reclusa no lar. (SAMARA, 1993, p.84-85)

Enquanto um dos modelos da família da sociedade brasileira, a família patriarcal foi a base para o estabelecimento de uma estrutura econômica de base agrária, latifundiária e escravocrata. Nesse sentido, a família era a base do sistema mais amplo e, por suas características quanto à composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes.

> O chefe da família ou do grupo de parentes cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra familiar, procurando exercer sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob sua influência. (SAMARA, 1993, p.12)

Para o patriarca era importante à manutenção da família, pois significava projeção política em um tipo de sociedade, em que media-se o prestígio pela quantidade de pessoas sob sua influência. Cabia, portanto, estar cercado de parentes, amigos, afilhados, agregados e escravos e manter um vasto círculo de aliados. Esse modelo, necessariamente enfatizava a autoridade do marido, relegando à esposa um papel mais restrito ao âmbito da família, pautado na moralidade e em processos de socialização que preparavam a menina para o desempenho das funções domésticas. As mulheres depois de casadas passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa no desempenho da função doméstica que lhes estava reservada. Para Eni Samara (1993):

> Monocultura, latifúndio e mão-de-obra escrava reforçavam essa situação, ou seja, a da distribuição desigual de poderes no casamento, o que conseqüentemente criou o mito da mulher submissa e do marido dominador, também impropriamente usado como válido para toda a sociedade brasileira até o século XIX. (SAMARA, 1993, p.14)

Nesta sociedade, a mulher era educada para assumir os papéis de esposa e mãe, e quando casada, era esperado dela que tivesse muitos filhos, um atrás do outro. Para a autora, embora seja válido afirmar que as mulheres eram, principalmente, educadas para assumir os papéis de esposa e mãe, isso não significa que todas tenham se casado sempre muito cedo contraditoriamente, algumas situações começavam a afetar os valores tradicionais, embora a autoridade, de modo geral, tivesse permanecido com o marido. Outro fato constatado pela autora é o tipo de família na qual a mulher solteira e agregada com filhos ilegítimos, o que demonstra em muitos casos que a agregada foi concubina do dono da casa. Muitas agregadas também viviam maritalmente com homens solteiros, separados ou viúvos, sem que isso resultasse em uniões definitivas ou mesmo segurança para sua prole.

> As dificuldades para se arranjar casamentos parecem não ter ficado apenas entre as pessoas de posses, pois os mais pobres queixavam-se do mesmo mal. Geralmente o problema vinha associado à falta de recursos, o que reforça a idéia de que o matrimônio, em muitos aspectos, dependia da situação financeira dos noivos. Da parte da mulher, desde que houvesse condições econômicas, existia o dote e o pretendente deveria apresentar provas de que uma sobrevivência, ao menos decente, seria assegurada à mulher, durante a vida conjugal e também na viuvez. O alto custo das despesas matrimoniais era outro entrave à legitimação das famílias, o que favorecia a concubinagem entre as camadas mais baixas da população. [...] os homens pobres relutavam em formar laços legítimos, preferindo viver concubinados, mesmo sob pena de serem recolhidos às cadeias e sentenciados pela Junta da Justiça. [...] A interferência da Igreja é pertinente se considerarmos que o matrimônio não era apenas um contrato, mas também um sacramento, conforme as condições disciplinares impostas pelo Concílio de Trento, que invalidavam, nos seus efeitos, os casamentos não celebrados pela Igreja. A população sofria, portanto, pressões por parte da Igreja no sentido de sacramentar as uniões entre noivos que professassem a fé católica. O casamento com o infiel era desaconselhado. Isso significa que os estrangeiros, desde que católicos, tinham maior acesso aos casamentos com membros das famílias brasileiras, o mesmo não ocorrendo tratando-se de protestantes, anglicanos etc. [...] Diante da complexidade de fatores envolvidos, aparentemente o amor, como estímulo para o casamento, parece ter ocupado lugar de menor importância, surgindo como consequência da vida em comum. (SAMARA, 1993, p. 51-53)

Para Eni Samara (1993) outros modelos coexistiram com o modelo patriarcal e ocorreram variações dos papéis masculino e feminino, principalmente no que diz respeito à estrutura da família e aos seus valores. Segundo a autora, os documentos jurídicos e religiosos referentes ao Brasil e Portugal que tratam de regularizar as questões pertencentes à família e aos cônjuges no casamento, assim como entre os romanos, estão baseados no poder paterno que era legítimo, era a pedra angular da família e emanava do matrimônio, mas isso não significa que essas relações na prática aparecessem dentro da rigidez com que estavam estabelecidas por lei.

> Nas uniões legítimas, a divisão de incumbências entre os sexos, pelo menos na aparência, colocava o poder de decisão formal nas mãos do homem como provedor da mulher e dos filhos, por costumes e tradições apoiados nas leis. Historicamente, e mesmo biologicamente, essa situação seria justificável pela própria natureza física do homem, criado para proteger a mulher, de natureza mais dedicada, nos períodos em que houvesse perigos ou dificuldades. [...] Perfazendo adequadamente seus respectivos papéis, os cônjuges deveriam se completar nos matrimônios tradicionais. A incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família. Percebe-se que ambos preenchiam papéis de igual importância, mas desiguais no teor da responsabilidade. (SAMARA, 1993, p.58-59)

Dessa forma, a divisão de poderes no casamento concedia ao pai a autoridade legítima que era também extensiva à mãe, na falta do mesmo, ou a outras pessoas especialmente designadas para preencher o seu lugar e consequentemente detentoras do pátrio poder. A esposa transformada em "cabeça de casal" por morte do marido deveria, no entanto, justificar juridicamente esse encargo, isso significa que para a mulher manter a guarda dos filhos necessitava comprovar que era cristãmente casada e que se encontrava ainda viúva, honrando a memória do marido.

> Em Mulheres e Costumes do Brasil, Charles Expilly conclui que a desconfiança, a inveja e a opressão resultantes prejudicavam todos os direitos e toda a graça da mulher, que não era, para dizer a verdade, senão a maior escrava do seu lar. Os bordados, os doces, a conversa com as negras, o cafuné, o manejo do chicote, e aos domingos uma visita à Igreja, eram todas as distrações que o despotismo paternal e política conjugal permitiam às moças e às inquietas esposas (EXPILLY, 1935 APUD SAMARA, 1993, p. 61)

> Saint-Hilaire também observou que, em São Paulo, no começo do século XIX (entre 1815 e 1820), as relações sociais, assim como a vida familiar, era ainda essencialmente patriarcais. As mulheres ricas se ocupavam de bordados, arranjos de flores e tocavam música, enquanto as pobres, pela

> própria condição de vida, eram levadas à prostituição. (SAINT-HILAIRE APUD SAMARA, 1993, p. 61).

Eni Samara (1993) argumenta que a frequência do celibato, das uniões ilegítimas e a interferência do sexo feminino em assuntos, aparentemente, relegados ao sexo oposto, revelaram aspectos relacionados que questionam o mito da castidade e da submissão da mulher à autoridade do marido. A autora encontrou testamentos nos quais eram aceitas para o casamento mulheres com filhos naturais, encontrou queixas das esposas levantadas a partir dos processos de divórcio, já existentes no período colonial, apontando que nem sempre o comportamento das esposas se amoldava aos padrões tradicionalmente aceitos. A Igreja e o Estado concordavam com a separação de corpos e bens, mas não permitiam a possibilidade de novas núpcias. Durante o período colonial, o assunto era da alçada da Igreja, que resolvia legitimamente a separação dos cônjuges, e mesmo após a Independência, em 1822, a execução das sentenças ocorria por conta da Justiça eclesiástica. Somente a partir de 1890 que surgem processos encaminhados os Tribunal de Justiça Civil.

A regulamentação veio com o Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890, o qual foi incorporado à constituição de 1891, onde os laços de matrimônio continuaram indissolúveis por pressões da Igreja, de jurisconsultos e de parte da população, significando, apenas, a separação de bens e de vida comum, não abrindo possibilidades para segundas núpcias. Com o advento da República, o que importava na realidade era a decisão do Estado que implicava na divisão do patrimônio e na tutela dos filhos.

Analisando os processos, a autora constata que em todas as camadas sociais ocorreram separações e anulações de casamentos, mas de maneira geral, as mulheres moveram mais ações de anulações de casamento e divórcio que os homens. A anulação era permitida desde que não houvesse consumação do casamento, e a separação era aceita pelos seguintes motivos: religião, adultério, sevícias, abandono do lar, injúria grave e doença infecciosa. Dentre os motivos, o adultério sempre mereceu um destaque, pois se opunha às noções de fidelidade, de coabitação e de ajuda mútua, princípios reguladores do casamento e do equilíbrio do ambiente familiar interno. Adúlteros incorriam em várias penas, e já no antigo direito português o adultério era punido com pena de morte, tanto para a mulher casada, quanto para seu cúmplice, mas o adultério do marido não mereceu tão grave repulsa.

Os Códigos Criminais brasileiros de 1830 e de 1891 mantiveram a mesma distinção em relação aos sexos. Enquanto que para a mulher bastava um desvio, para o marido era necessário o concubinato. Quanto às penalidades, o primeiro Código estabelecia a prisão com trabalho pelo espaço de um a três anos, e o Código de 1891, continha poucas informações

sobre as penalidades. Já a Igreja, punia o concubinato e o adultério não concedendo a comunhão àqueles que viviam publicamente concubinados. A autora defende que as mulheres entrando com ações nos tribunais trouxeram à tona o problema de sua opressão, contrapondo-se ao estereótipo do papel feminino e mostrando a rebeldia quanto à sua submissão, e revelando novas tendências nos padrões de comportamento feminino com relação ao casamento legítimo. Notando-se uma natural evolução nos costumes com as novas gerações, embora as estruturas tradicionais, reguladoras dos papéis femininos e masculino, ainda garantissem a primazia do homem. No entanto, a mulher divorciada não era aceita socialmente, carregava preconceitos e discriminações pela sua condição.

A contra argumentação sobre a tese de que a família patriarcal não pode ser considerada o único modelo institucional que caracteriza a família brasileira, não se sustenta. Entende-se que falta à autora, um melhor entendimento do que seja o modelo patriarcal, pois o modelo, não está unicamente definido pelo casamento enquanto instituição social, e a existência de outras formas de convivência, não invalidam o modelo patriarcal em seus princípios e valores enquanto um sistema econômico, cultural e inscrito na mente das pessoas. Além disso, mesmo que o modelo de família patriarcal, o mito da mulher submissa e do marido dominador tenha sido generalizado para toda a sociedade brasileira de forma inapropriada, não significa que não existiram, e que não permaneceram válidos para analisar aspectos das diversas regiões brasileiras, pois o contexto deve ser considerado e a pesquisa refere-se à região sudeste do país. Mesmo na região nordeste[52], é certo que coexistiram e coexistem a família patriarcal e outros tipos de família, mas a família que o Estado, a Igreja[53] e o Direito Positivo objetivaram instauraram e legitimaram, juridicamente e moralmente, a família monogâmica respaldada no pátrio poder.

Nesse sentido, os argumentos apresentados pela autora só reforçam a tese do patriarcado e da divisão sexual do trabalho no âmbito familiar, sendo que historicamente, as mulheres de todas as classes sociais sempre resistiram, mas claramente os argumentos explicitam a regulação do Estado, da Igreja e do homem ao que era permitido e não permitido à mulher e à família na sociedade colonial, cuja matriz patriarcal da família estruturava-se nas relações hierárquicas entre homens e mulheres, pais e filhos.

---

[52] Ainda na contemporaneidade, a chefia da família centralizada na figura masculina é maioria como comprovou os dados da Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, 2006, em Sergipe, por exemplo, nos arranjos familiares com cônjuge, 95,8% são chefiados pelos homens.

[53] No Brasil, a diversidade de cultos religiosos pode ser contatada nas religiões africanas, protestantes, católicas entre outras.

A família entendida como uma realidade história apresenta momentos históricos relacionados às condições econômicas e sociais, mas também às determinações ideológicas e culturais. Nesse sentido, o momento que marca a consolidação do capitalismo de base urbano-industrial, a partir de um projeto econômico e político-ideológico, a família ganha relevância nos âmbitos da produção e reprodução social, tornando-se peça fundamental para a interiorização de um modo de vida que requeria um conjunto de valores e atitudes afinados com a racionalidade da ordem social emergente[54]. Consequentemente, a família reproduz novas condições para o estabelecimento das relações entre seus membros no que se refere à divisão do trabalho doméstico, às relações de gênero e entre gerações e, ainda, no que se refere aos mecanismos de ajuda mútua e solidariedade.

Monica Alencar (2011) argumenta como a família se constitui, no Brasil, como valor moral e como medida de uma ordem legitima de vida, a partir da qual se tornou possível articular valores, normas e identidades capazes de moldar relações sociais. A autora destaca a centralidade da família, no Brasil, como núcleo da vida social, cujas raízes estão centradas na hegemonia da tradição familista e privativista, constituída em uma espécie de garantia ética, moral e material. No entendimento da autora, o familismo brasileiro tende a persistir no Brasil contemporâneo, ainda que como paradigma de moralidade, ao refundar a matriz patriarcal da família estruturada nas relações hierárquicas entre homens e mulheres, pais e filhos na família nuclear moderna.

Sobre a família nuclear moderna, considerada instância privilegiada de atuação para a reprodução de papéis e funções sociais, incidira formas de sociabilidade, valores, hábitos e condutas. Adquiria forma uma moral familiar calcada numa rígida atribuição de papéis: ao homem cabendo o papel de provedor e chefe da família, e à mulher o papel de mãe, esposa e dona de casa. A organização da produção material exigia a socialização do trabalhador e de sua família por meio da internalização de um modo de vida fundado numa nova ética das relações afetivas, do trabalho, do lazer.

Para Mônica Alencar (2011), o governo brasileiro, sempre considerou a família como elemento importante de proteção social, utilizando-se da participação autônoma e voluntarista da família na provisão do bem-estar dos seus membros, e, mais recentemente, seguindo a lógica neoliberal, tornando-se mais forte a perspectiva da responsabilidade da família, numa relação de corresponsabilidade com o Estado. Inicialmente, a referência da família como importante elemento de proteção social, pressupõe a institucionalização hegemônica da

[54] Como explicitado na seção *3.5.2 Socialização* desta tese.

família nuclear, pautada, sobretudo, na chefia masculina, pressupondo, principalmente, uma sólida inserção no mercado de trabalho e salários condizentes para prover as necessidades de seus membros.

Com a crise do trabalho assalariado, o homem não consegue realizar o papel de chefe provedor, o que passou a inclusive, ser fator de angústia, tensões e conflitos. Consequentemente, pensar a família como elemento central nos esquemas de proteção social é referir-se, sobretudo, ao papel desempenhado pelas mulheres na esfera doméstica, para as quais sempre coube o cuidado com as crianças, idosos, doentes, ainda que, na maioria dos casos, estejam envolvidas no desenvolvimento de atividades para prover o sustento da família.

A família mudou e, dentre as principais mudanças, se situam: a diminuição do seu tamanho, sendo cada vez mais comum famílias com poucos membros; a diversificação dos arranjos domésticos com uma grande diversidade de formatos que não passam, necessariamente, pelo modelo tradicional (homem provedor/mulher, esposa, mãe, dona de casa), com a mulher assumindo um papel central no sustento familiar; a dissolução frequente dos laços familiares, bem como as possibilidades do recasamento, o que estabelece uma dinâmica de relações familiares mais complexas e que repercutem nos padrões de parentesco tradicional. Em termos gerais, no contexto atual da globalização, a família continua a sofrer processos de transformações advindos das mudanças demográficas no mundo do trabalho, relações de gênero e intensificação do processo de industrialização e psicologização da compreensão da vida social.

Sabrina Zacaron (2011), citando Anna Uziel (2002), utiliza como norteadores para seu estudo a definição de famílias segundo o número de pessoas que compõem os laços parentais com a criança (monoparentais[55] ou pluriparentais[56]), a forma de composição da família

[55] Para Anna Uziel (2002) a *monoparentalidade* se expressa basicamente por dois aspectos que conjugam a sobrecarga sobre um dos integrantes do casal e a dessimetria entre as funções materna e paterna da família nuclear, visíveis principalmente mediante separação. Advém de três situações: separação dos pais, abandono durante a gravidez e da decisão da mulher de ter um filho, sozinha. Considerada uma analise reducionista, uma vez que desconsidera o papel do homem da formação familiar; por exemplo, há inúmeros casos em que os pais se vêem com a responsabilidade de criar uma criança após a morte ou separação da companheira, ignora inclusive famílias recompostas por adoção.

[56] Segundo Anna Uziel (2002) a *pluriparentalidade* é uma idéia baseada numa perspectiva aditiva e não substitutiva que desafia a lógica da primazia do biológico sobre o social, servindo como alternativa para aqueles que não podem ter filhos. O debate sobre pluriparentalidade surgiu na França, relacionado ao uso das tecnologias reprodutivas com doador anônimo e adoção por homossexuais. A pluriparentalidade significaria reconhecer os limites da biologia e valoriza os laços construídos com a convivência e a partir do desejo. Mas, segundo Uziel (2002), longe de ser uma visão mais ampla de família, desprendida das amarras da família nuclear burguesa, seria uma forma de controle dos que fogem às regras que outorgam o direito ao exercício das relações parentais, surgindo como alternativa à suposta anormalidade seja devido à infertilidade seja decorrente da orientação social.

(recomposta[57], por adoção) e, finalmente, reflexões sobre a orientação sexual dos pais (homoparentais[58]).

Diante das mudanças encontradas na dinâmica e organização familiar no Brasil, decorrentes dos modos de vida, dos costumes e valores as novas formas de convivência e padrões de conjugalidade, é necessário destacar, na perspectiva do objeto de pesquisa desta tese, que os novos rearranjos familiares contribuem para deslocamentos ou mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, pois tendem a ser pautado na ética dos laços de afetividade, o que favorece o entendimento sobre o cuidado para além dos pressupostos patriarcais, atendendo provavelmente a lógica do cuidador universal, da corresponsabilidade entre Estado, Família e mercado e não mais nos interesses econômicos, arranjos e conveniências.

Entretanto, com foco na heterossexualidade, as práticas sociais apontam traços de permanências no padrão tradicional dos papéis, socialmente, definidos para homens e mulheres, ainda persistindo o desequilíbrio na distribuição do trabalho doméstico e na dinâmica e organização doméstica. De todo modo, a entrada da mulher no mercado de trabalho ainda exige uma redefinição dos padrões de hierarquia e sociabilidade, principalmente quanto à readequação das estratégias de organização doméstica, no cuidado dos filhos, idosos e dependentes. Não houve, portanto, significativas mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, colocando-se o desafio no âmbito das políticas sociais, à articulação de programas sociais com recorte de gênero e voltados para o mercado de trabalho, de forma a atenuar uma condição feminina marcada pela subalternidade na família e no trabalho.

Ratifica-se, portanto, o entendimento de Sabrina Zacaron (2011), de que o modelo de família composta por um casal heterossexual foi construído a partir da ideia do casamento para fins de procriação, de perpetuação da espécie. Essa perspectiva de família, bastante difundida, guarda princípio de fundo econômico, religioso, em que o sexo é concebível

[57] Famílias Recompostas/Reconstituídas, no entendimento de Anna Uziel, configuram-se pela reorganização e a fragilização dos laços conjugais, em decorrência, principalmente, das uniões livres e das praticas de coabitação. As famílias recompostas carecem de normas, sobretudo, jurídicas, o que talvez se dê pela dificuldade que as sociedades ocidentais têm em pensar a família fora das categorias clássicas de parentesco e aliança. Por meio da configuração das famílias recompostas, surgem indagações e questionamentos acerca do significado do "familiar", visto que os papéis parentais, os deveres e as obrigações se multiplicam e se diferenciam. Nessa abordagem de família está implícita a ideia de rede.

[58] A pluriparentalidade se coloca em relação à constituição da *família homoparental*, cujo enfoque analítico é voltado para a orientação sexual dos pais. É sabido que são vários os discursos contra a parentalidade homossexual que associa a identidade sexual à negação da natureza, como algo transgressor da ordem. Além disso, a escolha da parceria do mesmo sexo vai contra o ideal de constituição de família como uma tríade, pai, mãe e filhos.

apenas para a procriação, e a família, para ser considerada como tal, supõe a existência de crianças. Ademais, é fato que os conceitos sobre casal, união estável, parceria civil e família, são bastante plurais e divergentes, atravessando questões no campo cultural, moral e cognitivo, assim como no que se refere às singulares experiências de vida. A instituição familiar e todas as representações que a cercam são socialmente construídas, passíveis das mais variadas mutações, por inscrever-se no contexto sócio histórico e na pisque dos sujeitos. É uma construção dos homens, feita para os homens, portanto eminentemente dinâmica e cultural.

Antony Giddens (1993) enfatiza a dimensão da relação entre família na esfera privada e na esfera pública. Para ele, quanto mais se desenvolve uma sociedade pós-tradicional, mais existe um movimento em direção àquilo que poderia ser chamado de relacionamento igualitário, nas relações sexuais, no casamento e na família. Um relacionamento igualitário é aquele que se estabelece e se mantém por si só, pelas recompensas que a associação com o outro, ou com os outros, pode trazer. Segundo o autor, constituir relacionamentos igualitários e garantir sua continuidade implica uma forma de confiança ativa. Dessa forma, o casamento costuma ser, e, sem dúvida, em muitos exemplos empíricos, um emaranhado de papéis. O que os homens faziam diferia daquilo que as mulheres faziam, de forma que o casamento era intrinsecamente uma divisão de trabalho; e era com frequência, arranjado, não iniciado e mantido pelos indivíduos envolvidos.

Para Antony Giddens (1993) ao longo do último meio século, especialmente nos países ocidentais, o casamento mudou de uma maneira fundamental. É, a menos em princípio, um encontro de iguais e não uma relação patriarcal; é um laço emocional, forjado e mantido com base em atração pessoal, sexualidade e emoção, e não meramente por razões econômicas. Quanto mais o casamento tende a um relacionamento entre iguais, mais ele se torna precisamente um símbolo público desse relacionamento. Daí sua estreita ligação com a democracia dialógica. Existem paralelos notáveis entre o que parece ser um bom relacionamento, na forma desenvolvida na literatura de terapia conjugal e sexual, e os mecanismos formais de democracia política. Ambos dependem daquilo que Giddens, citando David Held, chama de princípio de autonomia. Em uma organização mais ampla ou em relacionamentos, o indivíduo precisa ter a autonomia material e psicológica necessária para entrar em efetiva comunicação com os outros. O diálogo, livre do uso de coerção e ocupando um "espaço público", é, em ambos os casos, o meio não só de resolver disputas, mas também de criar uma atmosfera de tolerância mútua. Ou seja, a própria estrutura do sistema democrático ou do relacionamento está aberta à discussão "pública".

A pergunta que fica é a seguinte: todas estas transformações são suficientes para afirmar o fim do patriarcalismo?

4.2.3 Família enquanto núcleo da vida social e as transformações demográficas no Brasil.

Vivemos um momento de reconfiguração na sociedade, no trabalho, na família e nas relações entre os sexos e intrassexos. Nesta subseção são apresentadas as transformações demográficas relacionadas à família contemporânea brasileira, e as ideias que apontam para a família enquanto núcleo da vida social e homens e mulheres, enquanto cuidadores universais detentores de responsabilidade familiares, nas quais devem garantir direitos dos menores e dependentes.

Para Maria do Carmo Carvalho (2010), a família é um nicho afetivo de relações necessárias à socialização dos indivíduos, que assim desenvolve o sentido de pertença a um campo relacional iniciador de relações includentes na própria vida em sociedade. Como expressão máxima da vida privad, é lugar da intimidade, construção de sentidos e expressão de sentimentos, onde se exterioriza o sofrimento psíquico que a vida de todos nós põe e repõe. Nestes termos, o grupo familiar constitui condição objetiva e subjetiva de pertença através dos vínculos sócios familiares que asseguram ao indivíduo a segurança de pertencimento social.

Para o Direito, família consiste na organização social formada a partir de laços sanguíneos, jurídicos ou afetivos. Neste sentido para Paulo Lôbo (2009), a família associa duas estruturas: os vínculos (vínculos de sangue, vínculos de direitos e vínculos de afetividade); e a partir dos vínculos é que se compõem os grupos que integram a família (grupo conjugal; grupo parental - pais e filhos -; grupos secundários - outros parentes e afins).

A palavra afeto, mesmo não estando presente no texto constitucional de 1988, foi objeto de proteção. Segundo Maria Berenice Dias:

> [...] ao serem reconhecidas como entidade familiar merecedora da tutela jurídica as uniões estáveis, que se constituem sem o selo do casamento, tal significa que o afeto, que une e enlaça duas pessoas, adquiriu reconhecimento e inserção no sistema jurídico. Houve a constitucionalização de um modelo de família eudemonista e igualitário, com maior espaço para o afeto e a realização individual. (DIAS, 2009, p.69)

As expectativas sobre a família, como espaço propício para reinventar a vida, seja da dimensão material ou moral, se reatualizam nas relações sociais. Nestes termos, para esta tese interessa entender os vínculos de afetividade que provavelmente estão ligados aos aspectos da dominação patriarcal e aos ligados às responsabilidades jurídicas e morais existentes na família.

No que diz respeito aos aspectos demográficos da família, segundo resultados e análises da PNAD 2005, algumas tendências podem ser verificadas e apontam transformações na família contemporânea brasileira, são elas: a redução do tamanho da família devido ao processo de redução da fecundidade, e o crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres.

As análises da Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE 2006[59], demarcam que ao final dos anos 1960, e principalmente, durante a década de 1970, as transformações[60] em curso na sociedade brasileira levaram a importantes mudanças no comportamento reprodutivo.

Cresceu a *chefia feminina das famílias com parentesco* (composição daquelas famílias onde figura a presença do cônjuge) de 3,5% em 1995 para 28,3% em 2006. Neste conjunto, 18,5% contam com o cônjuge. Tal indicador sugere uma mudança de padrão na caracterização das famílias, onde a figura do provedor e/ou responsável não está mais somente atrelada ao sexo masculino. Tudo indica que onde o acesso à informação e ao mercado de trabalho apresenta condições mais favoráveis, as mulheres têm maiores condições de assumir a chefia familiar, financeiramente.

Já em 2009, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aumento da presença feminina no mercado de trabalho impulsionou as mulheres à chefia de mais de um terço das famílias brasileiras até 2008. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), esse número subiu de 25,9% há 11 anos para 34,9% em 2008. Mesmo quando há um homem presente, 9,1% das mulheres é considerada a pessoa de referência da casa, contra 2,4% delas em 2008, apontou o levantamento feito com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

---

[59] Apesar dos dados serem de 2006 a intenção nesta tese é apenas identificar os processos em curso, os deslocamentos, as mudanças e as permanências.
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774

[60] Fortes deslocamentos migratórios do campo para a cidade, levando a uma intensificação e diversificação da urbanização; avanços no processo de assalariamento da economia brasileira e engajamento crescente da mulher no mercado de trabalho urbano; disseminação de um modelo econômico voltado para o consumo de bens duráveis em íntima associação com a generalização das relações de mercado e elevação dos custos de reprodução familiar e social.

Reduziu-se o *percentual de casal com filhos* que era de 63,7% para 53,3%, na Região Nordeste, mudança também ocorrida no Sudeste. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE (2006) mais de dois milhões de casais do país não têm filhos, embora marido e mulher trabalhem e tenham condições de sustentar uma criança. Em todas as regiões do país, o grupo dos casados e sem filhos supera os 40% do total na faixa entre 25 e 34 anos de idade. Os dados apontam que entre 1998 e 2008, esse tipo de combinação aumentou de 3,2% para 5,3% dos quase 40 milhões de casais nacionais. Parte da explicação do resultado, segundo o IBGE, está na análise da proporção de mulheres ocupadas no período do levantamento. A presença feminina no mercado de trabalho saltou de 42% para 47,2%, o que as desestimula a terem filhos até que se satisfaçam profissionalmente. Por outro lado, na redução da fecundidade das mulheres, interfere também o aumento da instrução feminina e o uso dos métodos contraceptivos. Numa perspectiva mais aprofundada, é preciso analisar também os conflitos gerados ou demandados pela necessidade de desenvolver o trabalho doméstico/os cuidados com a família e até que ponto isso interfere na decisão das mulheres não terem filhos.

Especificamente com relação ao segmento mulheres com escolaridade mais elevada, os dados apontam que, a partir de 1980, as mais instruídas começaram a ter taxas de fecundidade total abaixo do nível de reposição, sendo que, em 2005, esse valor situava-se em 1,4 filhos, indicativo de um maior controle da reprodução. O fato está indicando que expressivas parcelas da população vêm incorporando, nas últimas décadas, padrões de comportamento reprodutivo típicos, até então, dos segmentos de escolaridade mais elevada. Por isso, é relevante conhecer, neste segmento, o padrão reprodutivo e o trato das questões da articulação trabalho profissional e responsabilidades familiares, na perspectiva das relações sociais entre os sexos.

Por fim, outra mudança constatada é o crescimento das famílias com mulheres com filhos e sem cônjuge na família, o que é conceituado como *monoparentalidade feminina*[61]. No Nordeste, cresceu de 17,4% para 20,1% e no Sudeste de 15,9% para 18,3%. É interessante destacar que não são apresentados dados sobre *famílias recompostas e famílias homoparentais.*

[61] Ver nota 55, nesta o conceito de monoparentalidade foi apresentado.

4.2.4 Maternidade, paternidade, parentalidade: as responsabilidades familiares.

Mudanças mais qualitativas, deste momento de transição, podem ser observadas quando as análises são focalizadas na maternidade, na paternidade e na parentalidade. Segundo Lucila Scavone (2004), as transformações pelas quais os padrões de maternidade vêm passando, nos últimos trinta anos, devem ser pensados em conexão com o avanço da industrialização, da urbanização e com a globalização econômica, que contribuiu para acelerar a difusão de novos padrões de comportamento e consumo. A autora também demarca as mudanças que vem ocorrendo na vida privada, especialmente na família e nas relações de gênero, com a emergência de novos modelos de sexualidade, parentalidade e amor. E principalmente, a partir dos métodos contraceptivos e conceptivos.

> De fato, a maternidade foi considerada durante muito tempo o eixo central da situação – que o feminismo marxista denominava – de opressão das mulheres, pois sua realização determinava o lugar que elas ocupavam na família e na sociedade. Assim, a recusa consciente da maternidade – pela contracepção e/ou aborto – significava muito mais do que negá-la como fatalidade biológica, mas, também, a possibilidade de conquistar a emancipação. (SCAVONE, 2004, p.48)

Os métodos contraceptivos colocados como elementos que proporcionam maior autonomia às mulheres e beneficiaram-nas socialmente dissociando de forma eficaz a sexualidade da reprodução, possibilitam novas escolhas de vida, além da maternidade.

Em termos gerais, queremos demarcar, a partir do entendimento de Lucila Scavone (2004), que de uma maternidade caracterizada pela fatalidade biológica, passamos ao que a autora denomina de *maternidade reflexiva*; de um modelo tradicional no qual a mulher é definida essencial e exclusivamente como mãe para um modelo moderno de maternidade, e também como mãe, entre outras possibilidades; há proles reduzidas e planejadas. Esta seria a maternidade reflexiva, ou seja, a mulher escolhe o momento da maternidade e esta escolha vem exercendo indiretamente seus efeitos sobre o modelo tradicional de paternidade, que vai sendo substituído por um modelo contemporâneo com maior participação do pai (do pai ausente para o pai presente). Nestes termos, segundo a autora, a escolha reflexiva do (a) primeiro (a) filho (a), aparece influenciada diretamente pelo grau de formação da mãe e pelo seu envolvimento na carreira profissional.

A autora também demarca a maternidade como um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas e pela questão de gênero. Em decorrência disso, as mudanças e implicações sociais de vivenciar a experiência da maternidade não atingem da mesma forma todas as mulheres, países e culturas, apesar de existir um modelo de maternidade preponderante nas sociedades ocidentais contemporâneas.

O fato é que a experiência da maternidade na sociedade brasileira está em processo de mudança, e no atual contexto tanto a possibilidade de realizar uma escolha mais reflexiva da maternidade, quanto à valorização da criança, variam em intensidade de acordo com as condições socioeconômicas culturais de cada mulher e homem, sugerindo as múltiplas influências nesse processo de mudança.

Neste contexto, ser ou não ser mãe ou pai, passou a ser uma decisão racional. A escolha da maternidade está ligada a numerosas causas que, isoladas ou conjuntamente, se explicam no ponto de intersecção do biológico, do subjetivo, do afetivo e do social. Em relação aos fatores especificamente sociais, estão as condições econômicas e culturais das famílias; os projetos e as possibilidades profissionais das mulheres. Entretanto as condições materiais não determinam, geralmente, a escolha da maternidade, embora definam suas características e possibilidades.

Entretanto, mesmo sendo fato a maternidade reflexiva, isso não significa que quando a mesma acontece, as responsabilidades familiares com o cuidado já não recaia social, cultural e psicologicamente sobre a mulher. Nesse sentido, a busca pela realização da maternidade não se faz sem conflitos: desde a decisão de querer ou não ter filhos (as), até o assumir os efeitos secundários, à saúde pelo uso das tecnologias reprodutivas disponíveis, as mulheres percorrem uma trajetória que as coloca no clássico dilema trabalho profissional versus responsabilidades familiares, pois continuam sendo as principais responsáveis nesse processo. Se o modelo da maternidade reflexiva pode diminuir a ambiguidade entre vida profissional e vida familiar, para as mulheres não a esgotou. Entretanto, a maternidade continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade feminina pela sua ligação com o corpo e com a natureza.

No entanto, algumas transformações podem se constatadas, por exemplo, nos estudos de Christina Sutter e Júlia Bucher-Maluschke (2008), e seu artigo sobre pais que cuidam de filhos:

> O pai cuidador parece ser, assim, aquele que recupera em si a capacidade de amar, acolher e cuidar, recalcada por um passado patriarcal, que nega ao

> homem essa dimensão própria do seu desenvolvimento humano e psicobiológico. Ao mesmo tempo, percebemos que são homens em transição entre antigos modelos identitários, preestabelecidos, e novas demandas e posicionamentos, embora o fio condutor da masculinidade permaneça apoiado em algum diferencial eleito, tal como ser capaz de proteger e prover a família. (SUTTER e BUCHER-MALUSCHKE, 2008, p.81).

Outra análise apresentada por Lucila Scavone (2004) está relacionada ao *conceito de parentalidade*.

> [...] trata-se de estudar o posicionamento dos atores sociais dos dois sexos no processo de constituição do laço parental e não mais de partir de uma especificação *a priori* deste laço segundo o sexo. (COMBES & DEVREUX, 1991, p.5). Este tipo de análise tem como ponto de partida a relação entre os indivíduos adultos (homens e mulheres) com suas crianças, desconsiderando a priori as noções de maternidade e paternidade. Tais estudos constataram ocorrências de um tipo de parentalidade no qual as mulheres continuam tendo uma relação mais comprometida com os filhos (as) do que os homens, sendo assim elas que assumem a maioria das responsabilidades parentais. Por outro lado, na pesquisa de Combes & Devreux (1991), foi observado que alguns homens assumiam também estas responsabilidades, indicando tendências de transformações nas relações parentais e nas relações de gênero. O estado atual dessas pesquisas reflete tanto as mudanças que estão ocorrendo no interior da família e sociedade, como as ambigüidades de fundo que caracterizam a experiência da maternidade. (SCAVONE, 2004, p.180)

Em síntese, as perspectivas em relação à família, à experiência da maternidade e à paternidade apontam um período de transição para a consolidação de um novo modelo cujo ideal deve ser a busca pela igualdade na *responsabilidade parental*, o que pressupõe uma relação igualitária entre os sexos. Para alcançar esta igualdade, muitos elementos estão em jogo e, entre eles, a emergência de uma nova sensibilidade social que derrube o ideário do determinismo biológico e cultural.

Por outro lado, focalizando nossa análise no controle da reprodução como um elemento de autonomia para as mulheres, evidencia-se que via contracepção, grande parte das mulheres de hoje optam pela não maternidade, adequando-se ao ritmo das sociedades industriais contemporâneas. Lucila Scavone (2004), citando Maria Betânia Ávila (1999), considera que esta saída contraceptiva poderia ser explicada como uma forma de rebelião das mulheres contra as difíceis condições na qual vivem a maternidade. Considerando que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados dos (as) filhos (as) na família e na sociedade, este tipo de escolha pela não maternidade pode estar refletindo tanto a ausência de uma política de saúde reprodutiva que atenda aos interesses das mulheres, como, igualmente, numa esfera mais ampla, as desigualdades sociais existentes no país.

Estudar a articulação entre trabalho, família e vida pessoal, implica conhecer as análises numa perspectiva de gênero, sobre o tempo e os custos dirigidos as responsabilidades familiares para finalmente compreender suas implicações com o trabalho profissional e a vida pessoal.

Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000) analisaram que o conjunto de atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito familiar é definido de variadas formas: trabalho doméstico, não remunerado, reprodutivo, trabalho na unidade doméstica, atividades de cuidado não remunerado aos membros da família. As pesquisas tendem a computar o valor destes serviços ou trabalhos pela mensuração do tempo gasto[62] para realizá-los.

Já em 2009, em estudo realizado sobre a difícil conciliação do trabalho e da família, para mães trabalhadoras urbanas de baixa renda, Maria Cristina Bruschini e Arlene Ricoldi

[62] Segundo a Pesquisa sobre Padrões de Vida, os afazeres domésticos estão entre as atividades que mais consomem tempo dos entrevistados, com uma média semanal de 30 horas, variando segundo o sexo - 36 horas as mulheres, ante 14 horas os homens -, idade, cor, instrução e rendimento domiciliar *per capita*. De acordo com a pesquisa,79% das mulheres se dedicam a esses afazeres, em comparação com 29% dos homens e, para as mulheres, há diferenças relevantes segundo o grupo etário, principalmente quando associado a cor, região, local do domicílio e instrução. [...] Há maior dedicação aos afazeres domésticos com o aumento da idade; mulheres pretas e pardas gastam neles mais tempo do que brancas; mulheres do Nordeste, assim como aquelas das áreas rurais, gastam mais tempo do que as mulheres do Sudeste e as das áreas urbanas porque, como no meio urbano, no Sudeste também há maior presença de domicílios mais bem equipados de eletrodomésticos, que reduzem o tempo dedicado às tarefas domésticas. Finalmente, mais do que a renda domiciliar, a escolaridade das mulheres tem grande efeito sobre o tempo que elas gastam nos afazeres domésticos. Enquanto as que têm de quatro a sete anos de estudo gastam 37 horas semanais, o tempo consumido pelas mais instruídas (doze anos ou mais) cai para 28 horas. Ao levar em consideração o tempo gasto simultaneamente com o trabalho remunerado e os afazeres domésticos, os diferenciais de gênero se intensificam, porque, na população ocupada, enquanto os homens gastam em média 46 horas semanais com as duas atividades, as mulheres consomem ao todo 61 horas. (BRUSCHINI E LOMBARDI, 2007, p. 51).

Conforme dados mais gerais a respeito do tempo de dedicação aos afazeres domésticos, o diferencial de gênero se apresenta com clareza. Enquanto na população total este número foi de 21,9 horas semanais, o das mulheres foi cerca de 27 horas e o dos homens pouco menos de 11 horas. As mulheres costumam ter jornadas mais curtas na atividade produtiva e arranjos de trabalho mais precários que os dos homens, fato já confirmado na literatura sobre gênero. O tempo global gasto, ao somar atividades produtivas ou remuneradas com as reprodutivas, revela que, enquanto os homens gastam um número maior de horas por semana do que as mulheres nas atividades consideradas produtivas (49 horas eles e 43 horas elas), a contrapartida das mulheres é que o tempo delas em atividades domésticas, na esfera da reprodução, é bem maior do que o deles (21 horas elas, 10 horas eles). Ou seja, o tempo total gasto é muito mais elevado entre elas (63,6 horas) do que entre eles (58,6 horas). [...] As trabalhadoras mais jovens, que são chefes de família e tem filhos muito pequenos, são as mais sobrecarregadas, porque não contam nem mesmo com o auxílio dos cônjuges em seu cotidiano doméstico e no cuidado com as crianças. Em contrapartida, aparece um discurso, sobretudo entre algumas trabalhadoras que já foram casadas, que esses cônjuges "dão muito trabalho", na forma da alimentação, da limpeza e arrumação da moradia e no cuidado com as roupas. Para todas as que têm filhos muito pequenos, casadas ou chefes de família, as creches são, sem dúvida, a melhor estratégia de cuidado infantil enquanto trabalham. [...] As trabalhadoras mais velhas, cujos filhos são maiores, descrevem um cotidiano menos pesado, no qual os filhos mais velhos, principalmente as filhas, colaboram, tanto nos afazeres domésticos propriamente ditos, quanto no cuidado com os irmãos menores. As preocupações e os cuidados, entretanto, não são poucos. Concentram-se sobretudo na atividade dos filhos quando não estão na escola, razão pela qual sugerem a adoção das seguintes políticas pelos governantes: escolas em tempo integral, com tempo e ajuda para fazer as lições de casa, lazer nas escolas nos finais de semana, para toda a família, portões fechados e segurança em geral nas escolas, educação física no período escolar, evitando uma circulação indesejável das crianças, a qual poderia acarretar o contato com más companhias, drogas e outros problemas. (BRUSCHINI E RICOLDI, 2009, p. 106)

definem o trabalho doméstico como o conjunto das atividades voltadas para a casa e a família cuja responsabilidade, tradicionalmente, é atribuída às mulheres se não diretamente, ao menos delegando e distribuindo funções, bem como cobrando resultados. São atividades como:

1) Tarefas relativas aos cuidados com a moradia, espaço no qual se passa a vida familiar cotidiana;
2) Tarefas de alimentação e higiene pessoal, como cozinhar, lavar pratos e outros utensílios, costurar, lavar e passar roupas;
3) Prestação de serviços físicos e psicológicos aos membros das famílias, assim como o cuidado com as crianças, os idosos e os incapacitados da família;
4) Administração da unidade doméstica, com atividades que vão desde o pagamento de contas até a administração do patrimônio, bem como a aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família;
5) Manutenção da rede de parentesco e de amizade, que reforçam laços de solidariedade e de convivência.

Ainda segundo as autoras, os estudos sobre o tempo tem tido um papel importante no sentido de desvendar pequenas e fragmentadas atividades que, de outra forma, teriam permanecido invisíveis, ou seja, dão visibilidade ao trabalho doméstico e, geralmente, denunciam que as mulheres trabalhadoras têm um cotidiano exaustivo, com pouco ou nenhum tempo para descanso, lazer e/ou aperfeiçoamento profissional.

Nesta tese, considera-se que o termo trabalho doméstico não é totalmente adequado para definir trabalho geralmente das mulheres, relacionado às responsabilidades familiares. Pois o trabalho doméstico é um termo usual do Direito do Trabalho e se refere a uma profissão, na qual o trabalho doméstico[63] é remunerado, e pode ser externalizado/delegado, nos termos de Helena Hirata e Daniele Kergoat, mas o cuidado de/as responsabilidades para com as crianças/idosos/dependentes são responsabilidades jurídicas e morais dos pais/mães, as quais devem ser compartilhadas entre os cônjuges ou entre pais e mães. Principalmente, quando se quer questionar os âmbitos psicológicos e a dimensão da afetividade da dominação, relações de poder na família. No tocante ao objeto de estudo desta tese, será utilizado o termo

[63] Trabalhador doméstico - Suas atividades se restringem quase exclusivamente ao âmbito da casa, em afazeres que historicamente estiveram ligados às habilidades consideradas femininas, tais como cozinhar, limpar, lavar, passar e cuidar de crianças. Embora seja mais reconhecido pela execução de serviços gerais em domicílio privado, o termo também se refere a cozinheiras, governantas, babás, lavadeiras, vigias, motoristas, jardineiros, acompanhantes de idosos, caseiros, entre outros.

responsabilidades familiares, extrapolando o âmbito do privado para o âmbito público das relações sociais entre os sexos e a conjugalidade.

Em termos legais, trata-se de um momento propício para estabelecer relações sociais entre os sexos, com base na igualdade, pois Constituição Federal de 1988 inaugurou o paradigma familiar fundado nos seguintes pilares: comunhão de vida consolidada na afetividade e não no poder marital ou paternal; igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges; liberdade de constituição, desenvolvimento e extinção das entidades familiares; igualdade dos filhos de origem biológica ou socioafetiva; garantia de dignidade das pessoas humanas que a integram, inclusive a criança, o adolescente e o idoso.

O Projeto de Lei Nº 2.285/2007 – Estatuto das Famílias, No Título III - Das Entidades Familiares, Capítulo I- Das Disposições Comuns defende:

> Art. 15. É dever da entidade familiar assegurar à criança, ao adolescente e ao idoso que a integrem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
> Art. 16. As pessoas integrantes da entidade familiar têm o dever recíproco de assistência, amparo material e moral, sendo obrigadas a concorrer, na proporção de suas condições financeiras e econômicas, para a manutenção da família.

Nesse sentido, pode-se argumentar que os questionamentos devem ser sobre os âmbitos psicológicos da dominação, a dimensão da afetividade, e a dimensão moral do *cuidar de*, ou sobre as responsabilidades jurídicas[64] dos cuidadores que perpassam as relações sociais entre os sexos.

O que é ético nas relações de conjugalidade e nas responsabilidades familiares? A família não confia no Estado para entregar seus filhos aos cuidados da creche; também se submete em alguns casos aos maustratos de profissionais desqualificados quando são contratados para os serviços domésticos; na sociedade brasileira, a iniciativa privada, ainda, caminha a passos lentos nos serviços de cuidados integrais e quando existem são muito caros. Os resultados destes dilemas da família recaem, principalmente, sobre a mulher trabalhadora, mãe que precisa qualificar-se para permanecer e ascender profissionalmente enquanto os

[64] Definidas na legislação social, como por exemplo, no Estatuto da Criança e Adolescente, no Estado do Idoso, entre outros.

filhos são pequenos. Por outro lado, abrir mão da maternidade também se configura como uma situação paradoxal para algumas mulheres.

Para identificar aspectos desta problemática é necessário conhecer como se configura o trabalho profissional, as responsabilidades familiares e a vida pessoal numa perspectiva das relações entre os sexos, na ordem patriarcal. O conceito, principal, que favorece esta analise é basicamente a divisão sexual do trabalho no contexto do trabalho docente onde se encontram mulheres e homens com um nível de escolaridade elevado, economicamente estáveis, produtores do conhecimento científico e, portanto, um espaço supostamente onde a mulher tem um nível de empoderamento mais elevado, favorecendo o conhecimento das nuances da divisão sexual do trabalho neste contexto de profundas mudanças.

5 RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS: PERMANÊNCIAS, DESLOCAMENTOS E MUDANÇAS NO CONTEXTO DO TRABALHO DOCENTE NA UFS/SE.

A apresentação e análise dos dados consideram as transformações contemporâneas no mundo do trabalho na universidade, a partir da neoprofissionalização do sistema de educação superior, a ênfase na produção do conhecimento para o economicamente útil a partir de altos padrões de produtividade, e o cotidiano do trabalho docente a partir da sobreimplicação em um contexto flexível.

Esta seção objetiva através da análise do perfil dos docentes efetivos da Universidade Federal de Sergipe/Campus São Cristóvão identificar se no espaço que se propõe universal, como a Universidade, em pleno século XXI os processos androcêntricos, de dominação patriarcal e discriminação por gênero ainda estão presentes no que diz respeito à inserção, permanência e progressão no trabalho acadêmico, à qualificação profissional, à produtividade e acesso aos espaços de poder na estrutura administrativa. Isto é importante porque diante da maior inserção da mulher no magistério superior, é necessário conhecer quais os espaços ocupados por homens e mulheres.

Desta forma, à medida que são apresentados os dados do perfil, são explicitados conceitos e pontuados dados sobre a constatação da divisão sexual, da segregação horizontal, da segregação vertical e como originalidade desta pesquisa, da identificação da segregação paralela, do fenômeno teto de lona e da precarização do trabalho docente no magistério superior. Tais constatações ratificaram, portanto, a existência dos processos androcêntricos, de dominação patriarcal e discriminação por gênero, na Universidade Federal de Sergipe.

Os resultados constatam como permanência:

1) Divisão sexual e segregação horizontal do trabalho docente.
2) O gueto das ciências exatas.
3) Os estereótipos de gênero.
4) Segregação vertical na carreira do magistério superior e o teto de vidro.

Os deslocamentos identificados não podem ser considerados como favoráveis às condições de igualdade entre os sexos, referendam, entretanto, o agravamento das condições de trabalho feminino, são eles:

1) A segregação paralela e o teto de lona.

2) Salários menores como consequência da segregação paralela, ou seja, a falta de titulação em nível de doutorado.

Da mesma forma, as mudanças identificadas não apontam condições de igualdade entre os sexos, apontam que as mulheres enfrentam e resistem aos processos de dominação e exploração. Assim, as mudanças constatadas são:

1) Algumas mulheres estão abrindo mão da maternidade.
2) Em nível de pós-graduação constata-se a alta produtividade feminina.
3) A precarização do trabalho docente, constatada a partir do trabalho docente substituto, no qual as mulheres são maioria.

Nesta dimensão, considerada institucional e estrutural, os dados comprovam que a universidade não apresenta preocupação com a articulação da vida profissional com as responsabilidades familiares dos docentes e funcionários, como é tratada no Relatório OIT/PNUD 2009, numa perspectiva da conciliação de ambas as esferas, como corresponsabilidade social, entre homens e mulheres, mas também entre Família, Estado, mercado e sociedade em geral, pois não existem espaços como creches, por exemplo; consta-se expressões de preconceito pelos pares para com mulheres e não são privilegiadas áreas de pós-graduação em nível de doutorado que interfiram na segregação paralela, sofrida pelas mulheres que precisam qualificar-se. Inferindo-se, portanto, que não há empenho para que existam processos de equidade de gênero e a igualdade no mundo do trabalho.

Nesta lógica, a intenção é atingir os objetivos da pesquisa, analisando as permanências, os deslocamentos e as mudanças constatadas nos âmbitos do trabalho, da família e da vida pessoal, que dificultam e/ou possibilitam relações mais igualitárias e equitativas entre os sexos e/ou que apontem outros padrões de sociabilidade que favoreçam a articulação carreira e família para mulheres e homens que trabalham na universidade pública brasileira.

5.1 PERMANÊNCIAS

5.1.1 A divisão sexual e segregação horizontal do trabalho docente

Na literatura de gênero, o estudo da divisão sexual dos cursos, áreas e espaços ocupacionais da universidade é elaborado a partir de conceitos como: segregação horizontal, segregação vertical, teto de vidro, síndrome da abelha rainha, síndrome do medo do sucesso, complexo de cinderela, síndrome do impostor, síndrome da exaustão e perfeccionismo; e alguns deles são retomados neste trabalho no intuito de verificar permanências/deslocamentos/mudanças, ainda que quantitativas, nos espaços ocupados por homens e mulheres na academia, mas que constatam a existência dos fenômenos.

Nesta literatura, a universidade enquanto espaço de trabalho docente, também se caracteriza pela divisão sexual dos cursos e retransmite experiências e obstáculos que homens e mulheres enfrentam na sociedade. Apesar de, segundo Eva Blay (2000), já se verificar certa igualdade em alguns cursos. Por ser caracterizada pela divisão sexual dos cursos, é necessário dar visibilidade ao sexo dos docentes como forma de explicitar as diferenciações presentes no espaço da produção entre força de trabalho feminina e a masculina.

Isso significa entender que a presença de mulheres nos espaços da academia é perpassada por fatos históricos característicos do patriarcalismo e do androcentrismo, o que justifica romper o ceticismo quanto à competência técnica e científica de mulheres, tendo que resgatar todo o discurso que há muito, vem sendo historicamente analisado sobre a divisão social e sexual do trabalho no âmbito da produção, e questionada por alguns como não existentes.

Os dados quantitativos são imprescindíveis para comprovação das diferenças entre os sexos nos espaços ocupacionais do magistério superior. O que se busca com esta seção é conhecer através da investigação da realidade específica, o caso da Universidade Federal de Sergipe, como se configura o trabalho docente. Isto é importante porque a entrada da mulher na vida pública, tanto a partir de sua incorporação no mercado de trabalho, como nos visíveis avanços educativos e na incipiente participação política, não foi acompanhada da inserção do homem nas responsabilidades com as tarefas reprodutivas, historicamente femininas.

Com isso, consequentemente, defende-se que a inserção/acesso não é suficiente para afirmar o fim dos processos de dominação, exploração, característica da ordem patriarcal,

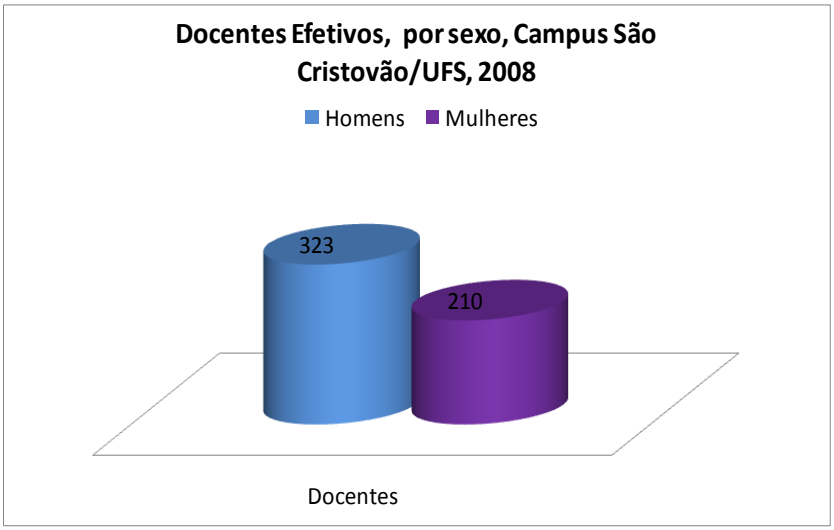
principalmente, em um espaço ocupacional, onde a alta qualificação, a formação continuada, a produção científica, a circulação nacional e internacional são inerentes à progressão e ascensão na carreira e acesso aos melhores salários.

Apesar de, como defende Estela Aquino (2006), por a universidade ser uma instituição pública, onde o acesso se dá por concurso, com menor possibilidade de discriminações entre os sexos; de haver garantia de direitos trabalhistas, como licença maternidade, salários iguais para a mesma função e a estabilidade no emprego, os processos de discriminação e preconceito estão impregnados e devem ganhar visibilidade. Entende-se que a situação é bem mais complexa que a igualdade de acesso, e ratifica-se o pensamento de Laura Pautassi (2007):

> Por um lado se aceita a vigência do princípio de igualdade entre os trabalhadores, por outro se reclama a regulação diferencial para certas condições. Essa dicotomia, que também pode ser considerada uma tensão, ganha especial importância no trabalho feminino, que atravessa os ciclos reprodutivos e as consequentes relações sociais, que, por sua vez, implicam assumir as responsabilidades familiares combinadas com as produtivas. Essa relação se agrava de tal forma que acaba por afirmar a diferença para reclamar a igualdade. No entanto, este reconhecimento normativo da diferença para garantir direitos destinados a dar efetivas condições de igualdade de oportunidades, para as mulheres não considera a divisão sexual do trabalho no lar. Dentro do lar, o trabalhador homem poucas vezes assume uma ativa co-responsabilidade em tarefas reprodutivas, aprofundando, dessa forma, uma divisão entre o público e o privado, sem a suficiente consideração dos antagonismos existentes nos dois âmbitos e relegando à esfera privada as particularidades e diferenças em termos de gênero. Em outros termos, o que é protegido e regulamentado para as mulheres se relaciona com sua responsabilidade sobre o mundo privado, mais do que sobre o *continuum* produtivo-reprodutivo como eixo de análise de relações que incluem homens e mulheres, ou sobre a eliminação de discriminações na vida pública. [...] o reconhecimento de direitos, no campo do direito trabalhista e da seguridade social, nem sempre consistiu em um reconhecimento de direitos próprios das mulheres. Isso significa que, embora tenham sido incorporados normas e princípios que reconhecem a igualdade no emprego, o substrato normativo não inclui a mulher como sujeito de direitos em si. (PAUTASSI, 2007, p.73)

Na Universidade Federal de Sergipe em 2008, do total de 533 docentes, 323 (60,6%) são homens e 210 (39,4%) são mulheres, como mostra o Gráfico 1 e estão distribuídos, por centro e por curso conforme a Tabela 1.

Gráfico 1



FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Tabela 1: Quantitativo de docentes efetivos por centros, cursos, por sexo (2008)

Unidade	Sexo		2008
CCET	**M**	**F**	**Total**
Eng. Civil	15(83,3%)	03(16,7%)	18(100%)
Eng.Química	11(73,3%)	04(26,7%)	15(100%)
C.da Computação	14(73,6%)	05(26,4%)	19(100%)
Física	17(81,0%)	04(19,0%)	21(100%)
Matemática	14(87,5%)	02(12,5%)	16(100%)
Química	09(45,0%)	11(55,0%)	20(100%)
06 cursos /Totais	80(73,3%)	29(26,7%)	109(100%)
CCBS	**M**	**F**	**Total**
Biologia	09(56,2%)	07(43,8%)	16(100%)
Educação Física	16(84,2%)	03(15,8%)	19(100%)
Enfermagem	-	15(100%)	15(100%)
Fisiologia	16(72,7%)	06(27,3%)	22(100%)
Morfologia	06(40,0%)	09(60,0%)	15(100%)
Odontologia	10(45,4%)	12(54,6%)	22(100%)
Eng. Agronômica	12(75,0%)	04(25,0%)	16(100%)
Medicina	43(70,4%)	18(29,6%)	61(100%)
08 cursos/ Totais	112(60,2%)	74(39,8%)	186(100%)
CCSA	**M**	**F**	**Total**
Administração	07(46,0%)	08(54,0%)	15(100%)
Direito	15(68,2%)	07(31,8%)	22(100%)
Economia	19(86,3%)	03(13,7%)	22(100%)
Serviço Social	-	16(100%)	16(100%)
Ciências Contábeis	08(72,7%)	03(27,3%)	11(100%)
05 cursos/ Totais	49(57,0%)	37(43,0%)	86(100%)
CECH	**M**	**F**	**Total**
Educação	05(21,7%)	18(78,3%)	23(100%)
História	13(92,8%)	01(7,2%)	14(100%)
Geografia	10(52,6%)	09(47,4%)	19(100%)
Letras	11(35,4%)	20(64,6%)	31(100%)
Ciências Sociais	11(68,7%)	05(31,3%)	16(100%)
Psicologia	10(47,6%)	11(52,4%)	21(100%)
Filosofia	12(92,3%)	01(7,7%)	13(100%)
Artes e Com. Social	08(57,1%)	06(42,9%)	14(100%)
08 cursos/ Totais	80(52,9%)	71(47,1%)	151(100%)
27 cursos =Total Geral	320(60,1%)	212(39,9%)	532(100%)

FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

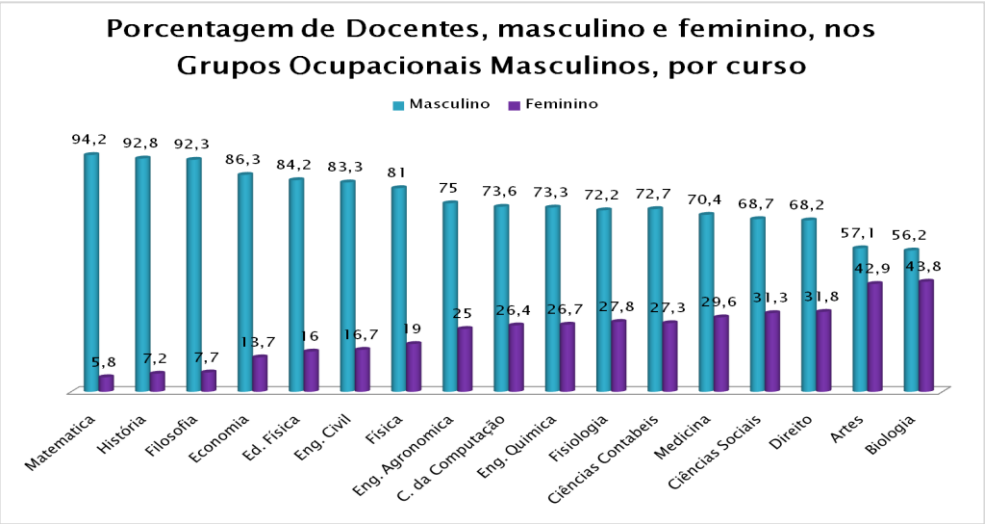
Para analisar a configuração dos departamentos e centros da Universidade Federal de Sergipe, quanto ao trabalho docente por sexo, consideramos as seguintes categorias analíticas:

1) Grupos ocupacionais masculinos ou femininos = proporção de docentes de um sexo ou outro igual ou superior a 56%;
2) Grupos ocupacionais pouco sexuados = proporção docente entre 45% e 55%;
3) Grupos ocupacionais equitativos = proporção de 50% entre ambos os sexos.

Entre os 27 cursos analisados, 17 (62,9%) dos cursos foram considerados *grupos ocupacionais masculinos*. Só com esta análise, já podemos considerar que a universidade tem seus espaços de trabalho docente ocupados pelo sexo masculino, e pode também ser constatada a *divisão sexual do trabalho*, o princípio da separação no qual existem áreas de trabalhos de homens e áreas de trabalhos de mulheres.

A partir desta categorização foi possível constatar que, dentro dos critérios estabelecidos, 03 centros são considerados Grupos Ocupacionais Masculinos. São eles: o CCET (80=73,3% masculino), o CCBS (112=60,20% masculino) e o CCSA (49=57% masculino). Já o CECH é considerado um Centro Pouco Sexuado (80=52,90% masculino), mas nele se encontram 04 cursos considerados grupos ocupacionais masculinos; dos quais, 02 (História e Filosofia) de maior concentração, onde mais de 92% do corpo docente é masculino, como mostra o Gráfico 2.

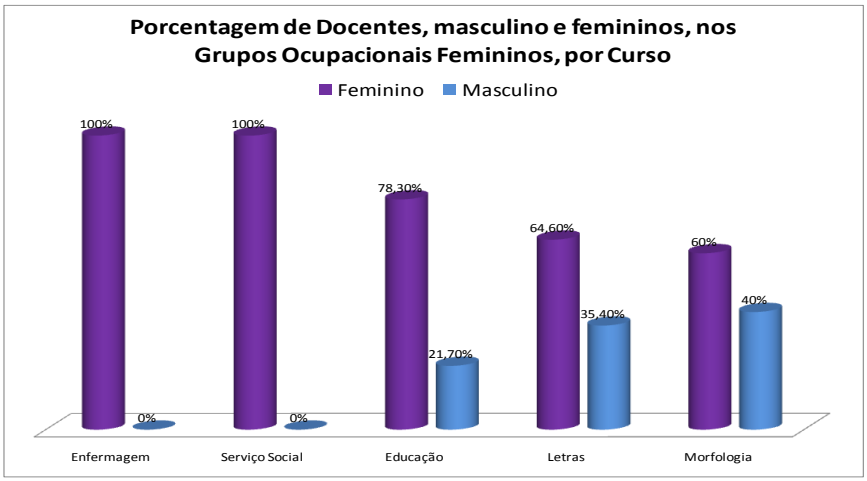
Gráfico 2



FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Os dados comprovam a concentração de mulheres nos seguintes cursos: em 02 cursos no CECH (Educação, Letras); em 02 cursos no CCBS (Morfologia e Enfermagem) e em 01 curso no CCSA (Serviço Social), como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3



FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Dentre estes cursos, três deles são voltados ao cuidar do outro (Enfermagem, Serviço Social, Educação[65]) e, historicamente, reforçam as habilidades, biologicamente, definidas como femininas, confirmando-se, portanto, a segregação horizontal enquanto naturalização de determinadas ocupações femininas, a partir das especificidades de gênero biologicistas e demarcando os efeitos das políticas de escolarização implantadas, no país, a partir da Era Vargas. Reforça, também, o que Diana Maffia (2002) denomina de mecanismos ideológicos/pseudocientíficos de exclusão, impregnados nas mentes dos homens e das mulheres:

> [...] os que se naturalizam em uma falta de condições cognitivas que as expulsam necessariamente de todos os lugares de produção de conhecimento, por exemplo, não podemos ser boas para a matemática, nem para a física e nem para as ciências exatas.[...] Isto é, toda essa produção de conhecimento, que conta com o aval da ciência, serve de argumento para determinar de maneira rígida os lugares sociais que nós mulheres podemos esperar ocupar. (MAFFIA, 2002, p. 33).

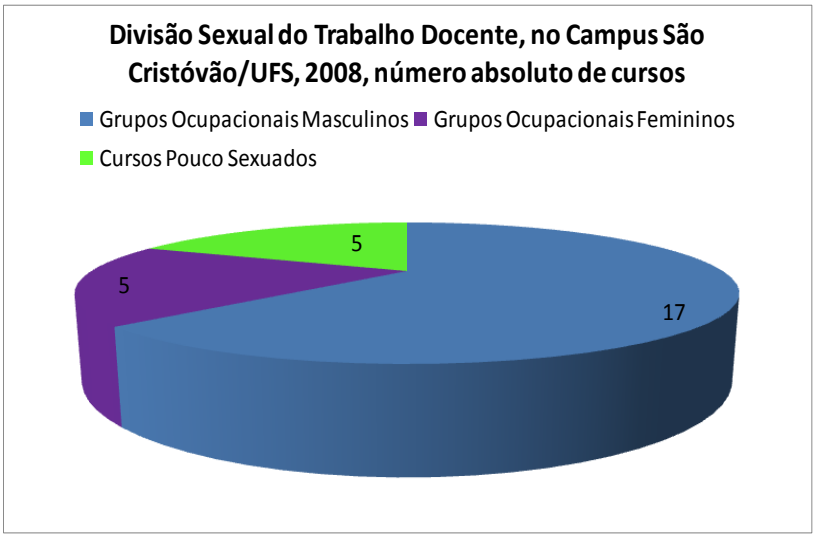
Somado a isso, existe grande disparidade entre presença masculina e feminina nos diversos cursos. Apesar da inserção da mulher na Universidade brasileira ser recente, (só se tornou mais intensa depois dos anos de 1940), provavelmente, ainda existem mecanismos que direcionam o acesso, dificultam a permanência e impedem a ascensão profissional. São

[65] É fato que a área da educação, historicamente, os homens só se inseriram no ensino superior. Os outros níveis sempre foram atribuídos as mulheres.

mecanismos que estão dentro e fora da universidade, aos quais buscaremos conhecer através desta pesquisa.

Na particularidade da Universidade Federal de Sergipe, confirma-se, a *divisão sexual do trabalho* no que se refere ao princípio da separação, aqui identificados como *grupos ocupacionais masculinos, grupos ocupacionais femininos, grupos ocupacionais pouco sexuados e nenhum grupo ocupacional equitativo*, distribuídos conforme evidencia o Gráfico 4.

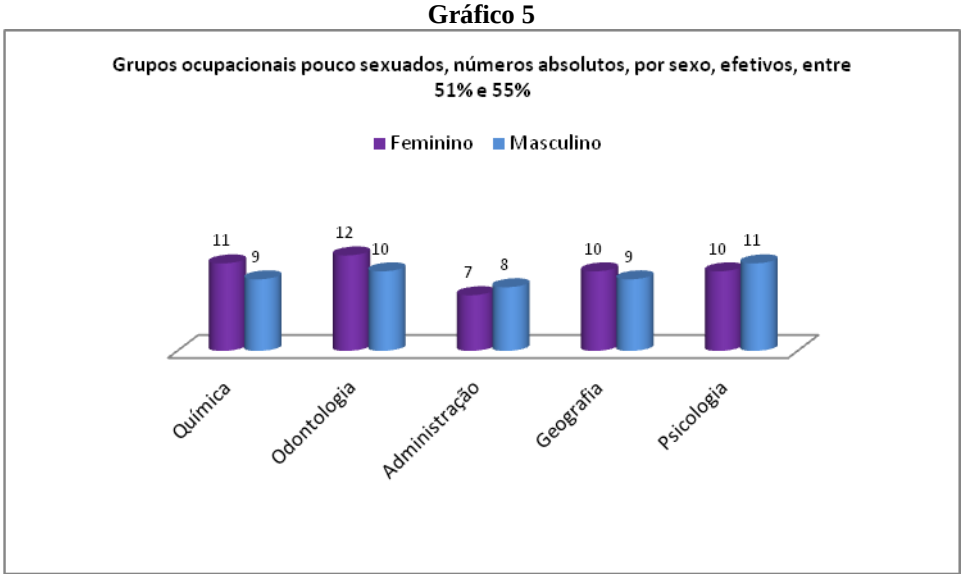
Gráfico 4



FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Por outro lado, analisando as possibilidades de deslocamentos, um dado interessante se apresenta na análise dos cursos classificados como *Pouco Sexuados*. Na particularidade da UFS, os cursos de Química, Odontologia, Administração, Geografia e Psicologia são apresentados como Cursos Pouco Sexuados, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5

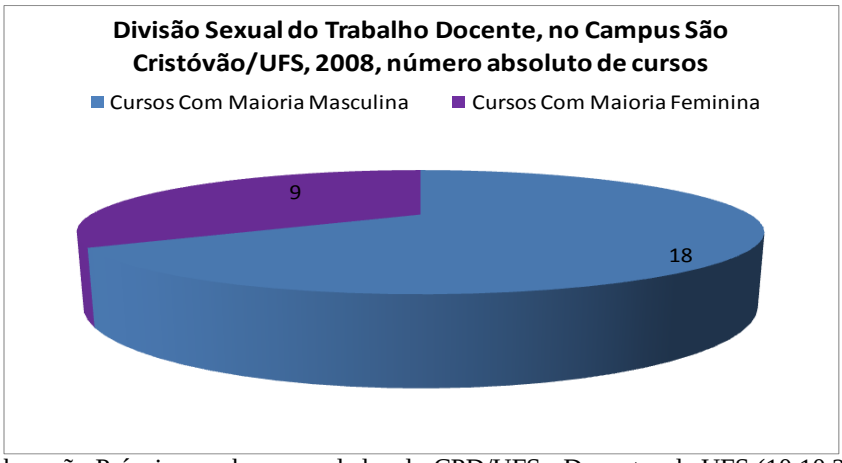


FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Constata-se que nos grupos ocupacionais, poucos sexuados, prevalecem mulheres docentes nos cursos de Odontologia, Química, Psicologia e Administração. A única exceção é o curso de Geografia, no qual prevalecem docentes do sexo masculino. Através desses dados, analisam-se as possíveis mudanças quanto à inserção feminina nos espaços de trabalho docente da academia.

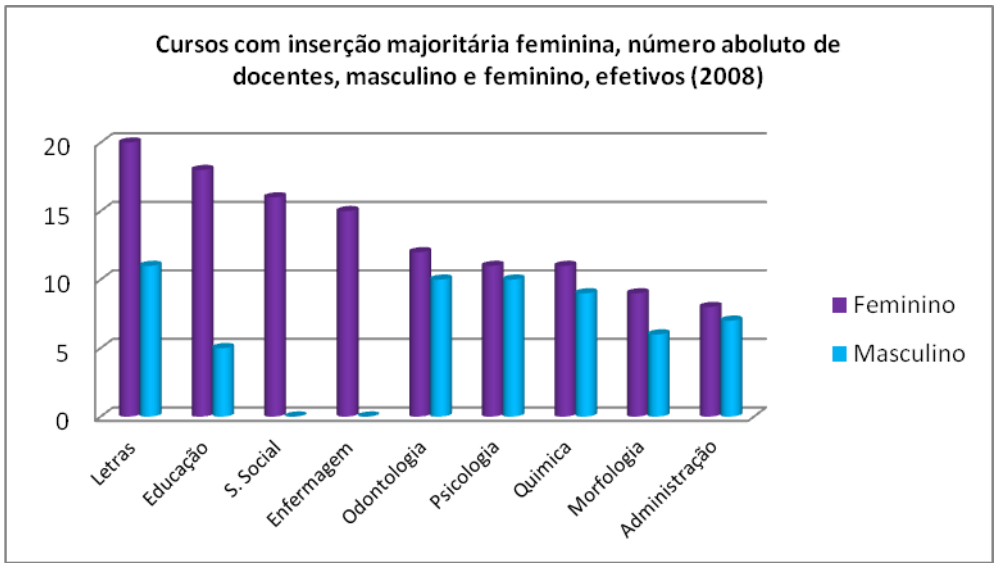
No momento histórico da realização desta pesquisa, considerando a maioria de homens ou mulheres, sem considerar a categorização de grupo ocupacional masculino ou feminino, ou seja, independente do percentual de diferença, ainda permanece e/ou aumenta a divisão sexual do trabalho docente entre os cursos do Campus São Cristóvão da UFS, como mostram os Gráficos 6,7 e 8. No parâmetro maioria de homens e maioria de mulheres, 66,66% (18 cursos têm maioria masculina) e 33,33% (9 cursos têm maioria de docentes do sexo feminino). Esse aumento porque de 60,6% vai para 66,66% cursos com maioria do corpo docente composto por homens; e 33,33% para 39,4% cursos com maioria do corpo docente composto por mulheres.

Gráfico 6



FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Gráfico 7



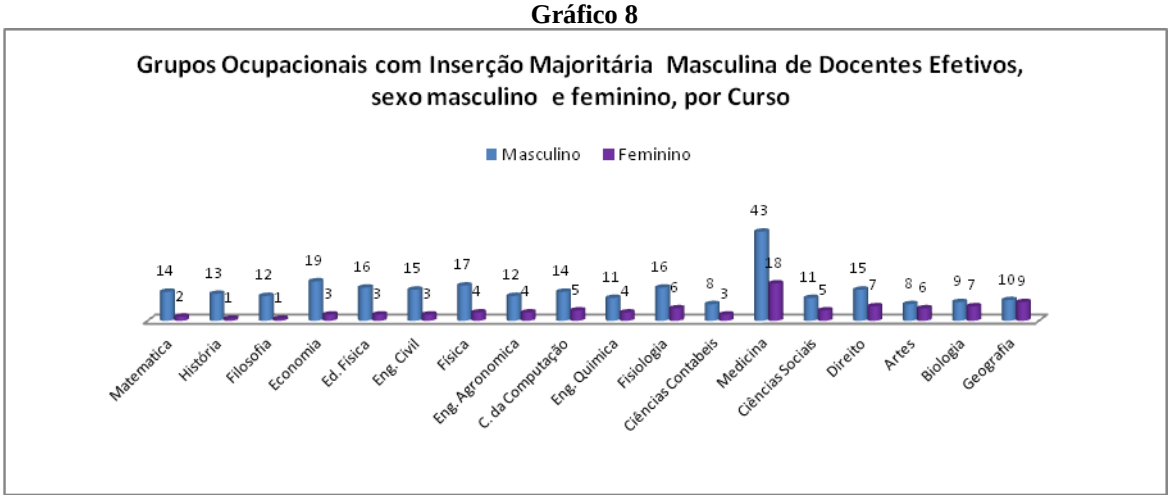
FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

A análise do Gráfico 7, apresenta que os cursos mais sexuados são: Enfermagem e Serviço Social por não ter nenhum docente efetivo do sexo masculino, demonstrando, provavelmente a falta de interesse dos homens por áreas ligadas aos arquétipos e estereótipos femininos. Entretanto, em nível de inserção de homens nos cursos de graduação, recentemente tem havido uma expressiva inserção, o que denota como perspectiva de no futuro o trabalho docente nestas áreas apresentar alguma modificação.

Analisando os cursos nos quais as mulheres são maioria, quanto ao centro pode-se constatar que 03 cursos estão no CCBS (Enfermagem, Morfologia, Odontologia), 03 no CECH (Educação, Letras, Psicologia), 02 no CCSA (Serviço Social e Administração) e 01 no

CCET (Química). Os dados demonstram que as mulheres docentes têm pouca inserção no CCET. A exceção do curso de Química (55%), considerado curso pouco sexuado.

Gráfico 8



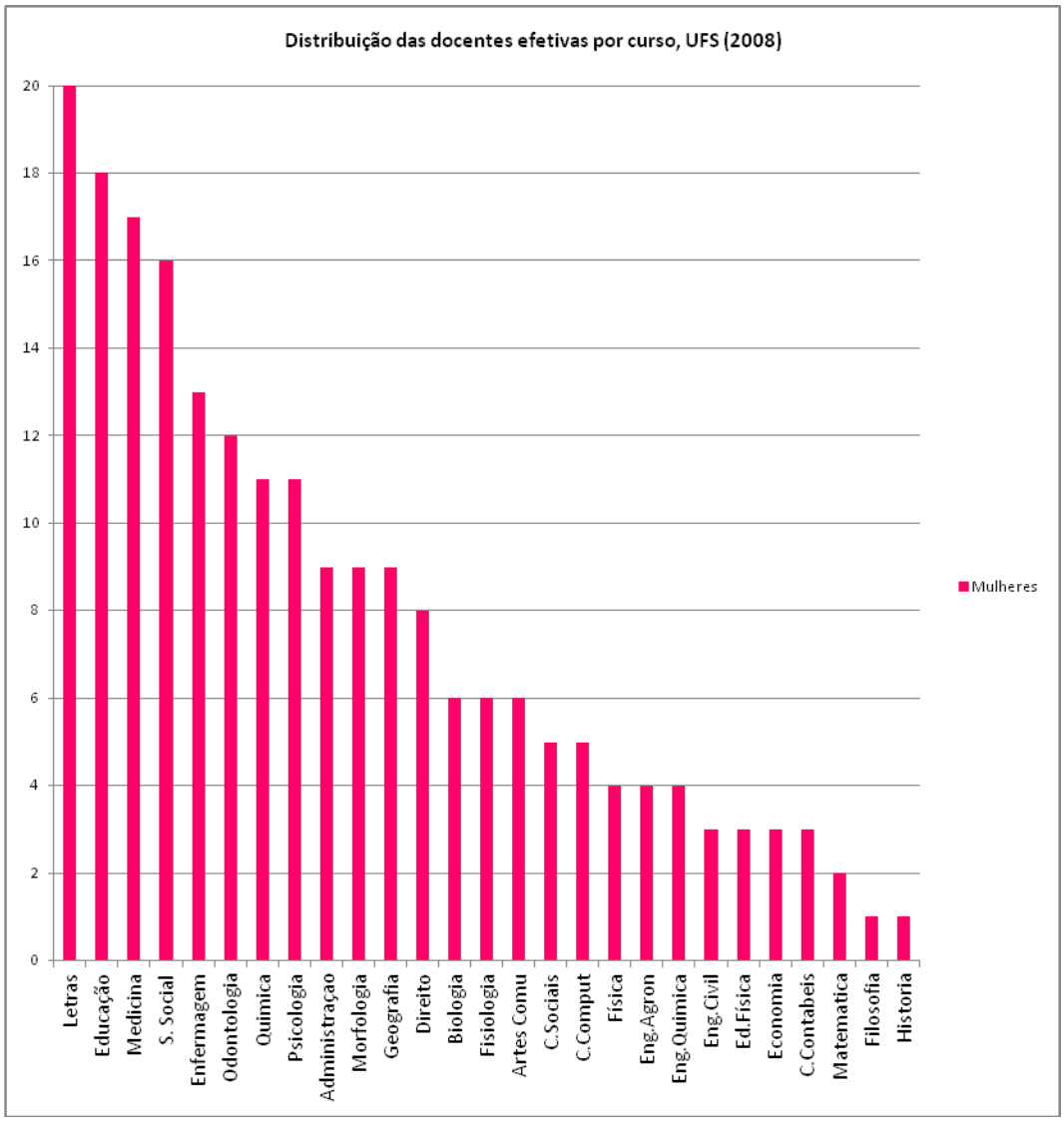
FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Já o Gráfico 8, aponta os cursos de Historia e Filosofia como sexuados (maioria masculina), porque em cada um só existe 1(uma) docente efetiva do sexo feminino e em terceiro lugar o curso de Matemática por apresentar apenas 2(duas) docentes. No entanto, os cursos mais sexuados são Serviço Social e Enfermagem, os quais carregam estereótipos cujas habilidades e competências profissionais estão ligadas ao cuidar do outro.

Referendando as análises dos processos de socialização no Brasil, de Nara Azevedo e Luiz Ferreira (2006), de que as profissões foram implantadas no Brasil a partir das políticas públicas educacionais da Era Vargas, articuladas ao novo estilo de vida urbano e burguês. Tais políticas direcionaram e contribuíram para a redefinição da função materna que deixa de ser confinada ao lar e é estendida à esfera pública, principalmente, para as mulheres provenientes das camadas urbanas, médias e altas que foram preparadas para dirigir a educação escolar, a educação sanitária e a assistência social, segundo os preceitos técnico-científicos.

Em termos gerais, proporcionalmente, as mulheres estão alocadas nos 27 cursos da Universidade Federal de Sergipe, na ordem evidenciada no Gráfico 9.

Gráfico 9

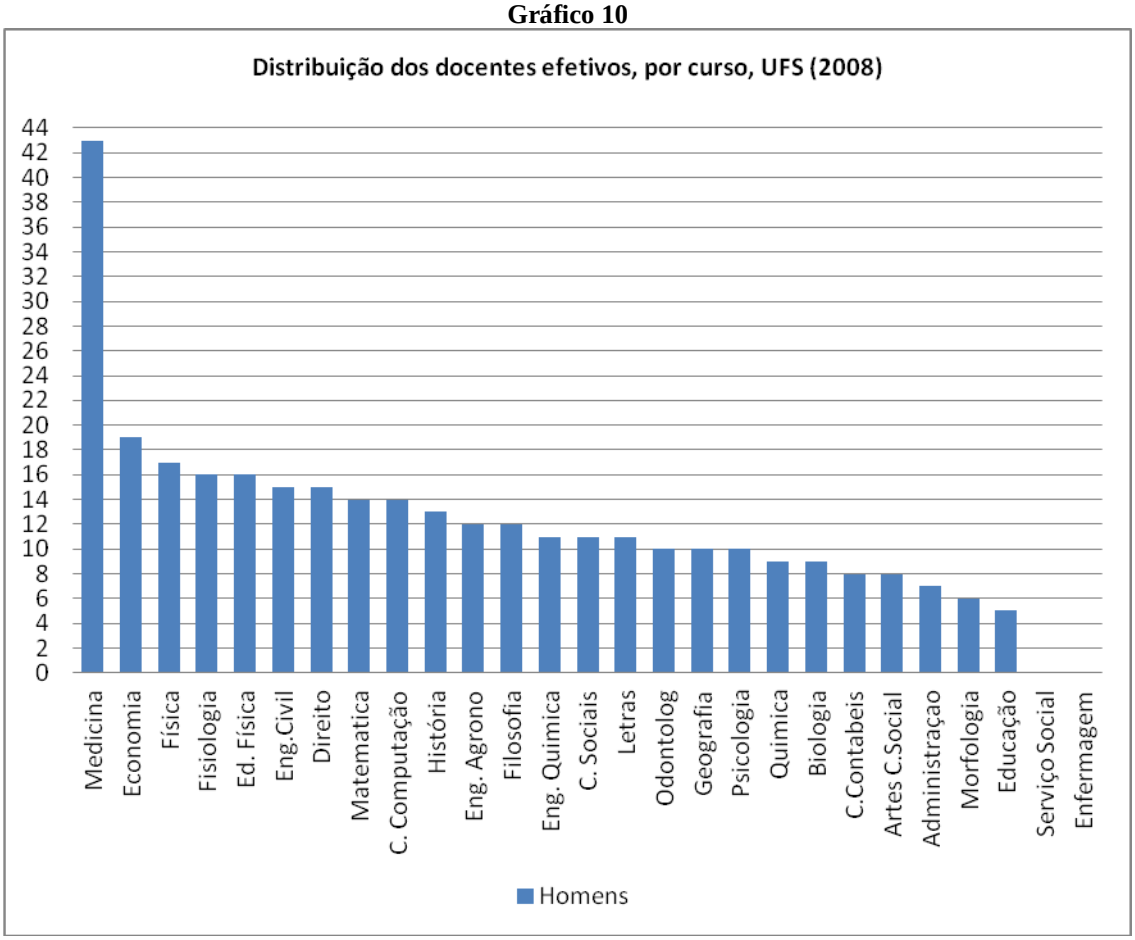


FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

É interessante constatar que os cursos de Letras (11=35,4% homens e 20=64,6% de mulheres) e Medicina (43=70,4% homens e 18=29,6% mulheres), aparecem com um número elevado de professoras, mas só o curso de Letras foi considerado Grupo Ocupacional Feminino. Isso se dá porque o número de docentes do curso de Medicina ultrapassa a média de docentes dos outros cursos, com 61docentes, conforme o gráfico 10 trata-se de uma área com características específicas, pois a docência, aparentemente, não se apresenta como a principal profissão, pois poucos aderem à dedicação exclusiva.

Ainda no Gráfico 10, podemos constatar a ordem de alocação dos docentes masculinos, nos 27 cursos da Universidade Federal de Sergipe.

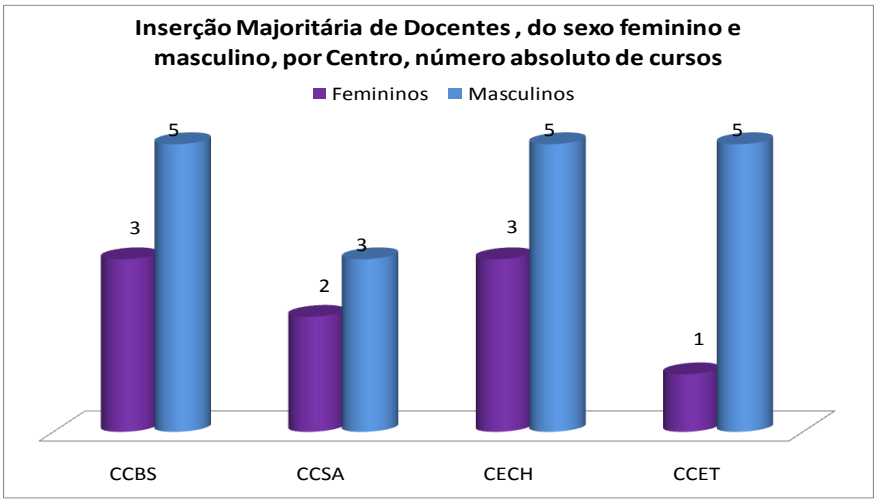
Gráfico 10



FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

O Gráfico 11 mostra a inserção majoritária de docentes do sexo feminino e do sexo masculino, por centro, por curso, constatando a hegemonia masculina no trabalho docente em todos os centros da UFS.

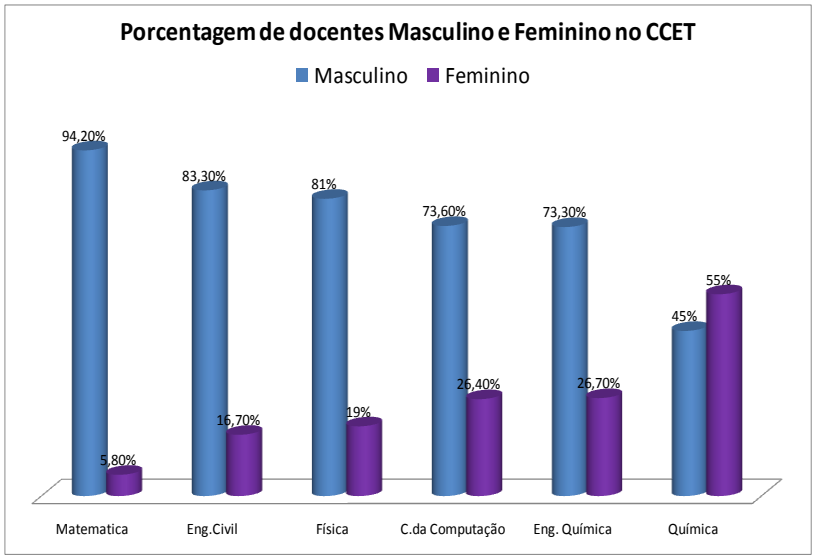
Gráfico 11



FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Os dados demonstram a incipiente inserção de mulheres no trabalho docente do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFS, composto por cursos com predominância masculina, como: Matemática (94,2%), Engenharia Civil (83,3%), Física (81%), Ciências da Computação (73,6%), Engenharia Química (73,3%), Química (45%), como mostra o Gráfico 12. Comprovando as mulheres ao contrário dos homens, buscaram a inserção nos espaços ocupacionais masculinos carregados de estereótipos ligados ao masculino, como a área de exatas e tecnológicas, já os homens não se interessaram pelos grupos ocupacionais femininos, como analisado, anteriormente. O que provavelmente está ligado aos processos de socialização brasileira definidos na ordem patriarcal.

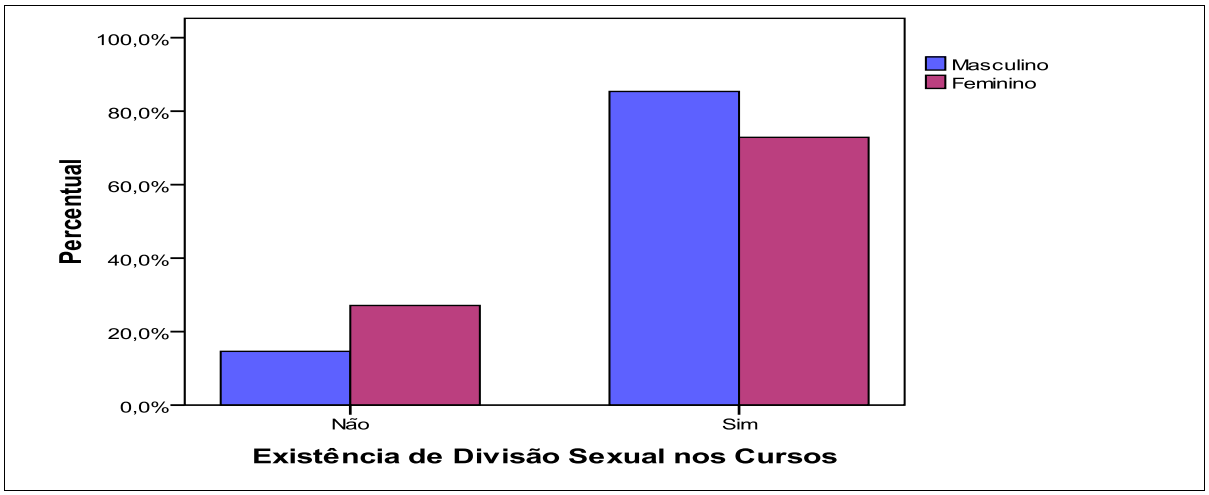
Gráfico 12



FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Quando questionados sobre a divisão sexual dos cursos na Universidade, os docentes reconhecem a existência da divisão sexual, como mostra o Gráfico 13 abaixo:

Gráfico 13. Representação gráfica do percentual entre a Existência de divisão sexual e o Sexo, na UFS



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

O Gráfico 13 mostra a representação gráfica e a análise bivariada entre as variáveis, a existência de divisão sexual e o sexo relacionados aos docentes da UFS. O que chama atenção é o alto percentual de docentes do sexo masculino afirmando existir uma divisão sexual nos cursos, e um alto percentual do sexo feminino afirmando a não existência de divisão sexual. Hipoteticamente, pode-se sugerir que as mulheres não reconhecem a divisão sexual porque buscaram e conquistaram a inserção nos grupos ocupacionais masculinos e consequentemente não se veriam como vítimas da divisão sexual do trabalho, pois conseguem elaborar resistências à ordem patriarcal, mesmo não tendo consciência que desenvolvem processos de empoderamento. Já os homens, ao que parece não se interessam pelas áreas femininas e reconhecem a divisão sexual.

Em termos gerais, os dados mostram que o sexo difere na opinião sobre a existência de divisão sexual nos cursos. Isso significa que os docentes têm consciência da divisão sexual existente nos cursos, tem as ciências exatas e tecnológicas como o principal reduto masculino.

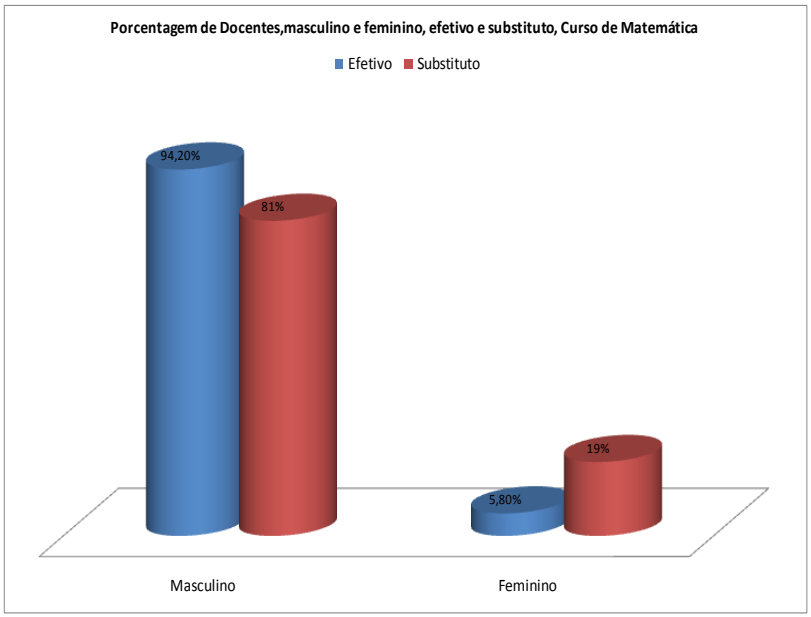
5.1.2 O gueto das ciências exatas

No intuito de identificar alguns elementos que aprofundem as explicações sobre a divisão sexual, a segregação horizontal e a inserção feminina no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, caracterizado como área masculina, analisam-se detalhadamente especificidades quanto ao sexo, titulação, tempo de serviço e estado civil dos cursos de Matemática, Engenharia Civil e Física, considerados significativos por ter um percentual de docentes do sexo masculino acima de 80%.

No entanto, nestes cursos faz-se necessário inserir docentes efetivos e substitutos para uma melhor compreensão dos dados, pois a inserção feminina nesta área pode estar atrelada à precarização do trabalho docente (docência substituta), ou a elevada titulação docente, como forma de acesso ao trabalho docente em contraposição ao docente masculino.

Os dados comprovam a predominância masculina no Departamento de Matemática da UFS. Dos 39 docentes (efetivos e substitutos) que participam do quadro em 2008, 85% é do sexo masculino. Entre os 17 docentes efetivos, 01 (5,8%%) é mulher e 16 (94,2%) são homens. Já entre os 21 docentes substitutos, 04 (19%) são mulheres e 17 (81%) são homens. Comprova-se, portanto, a existência do *grupo organizacional* masculino, como mostra o Gráfico 14. E destacadamente, comprova-se que a presença feminina é maior no trabalho substituto, apontando que a mulher vivencia maiores barreiras para inserção nos postos efetivos que nos postos substitutos, comprovadamente precarizados.

Gráfico 14

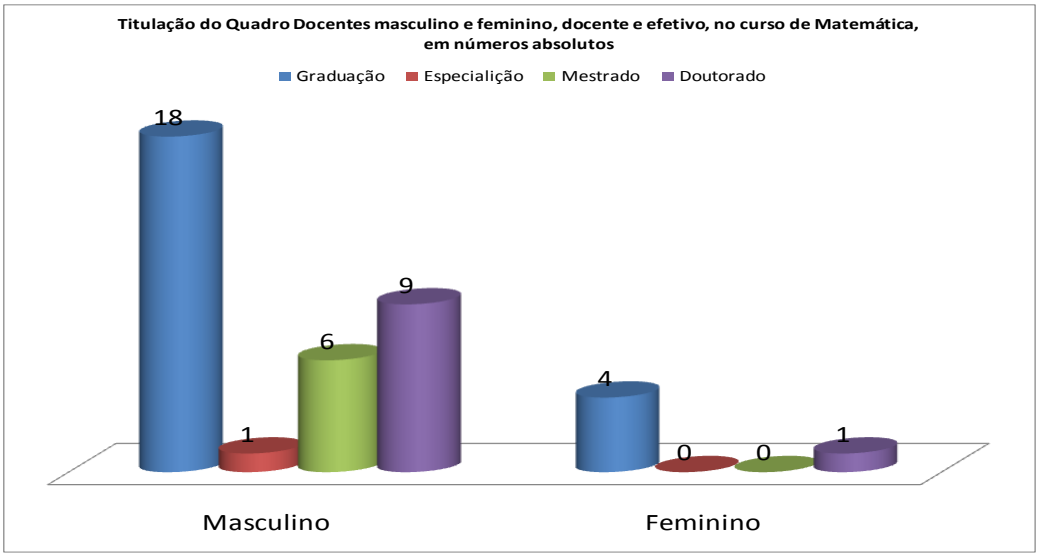


FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

No que diz respeito à categoria Cargo, os dados evidenciam que entre as mulheres 80% (04 mulheres) são professoras substitutas e 20% (1 mulher) professora efetiva. Os dados evidenciam a predominância de docentes substitutos, entre as mulheres e entre os homens também, 53% (18 homens) são substitutos e 47% (16 homens) são efetivos. Isso significa que dos 39 docentes, homens e mulheres, 22 (56,4%) são substitutos e 17 (43,6%) são efetivos, ou seja, mais de 50% do quadro docente é composto por professores/as graduados (22) evidenciando uma precarização da formação e da falta de titulação o desenvolvimento da função ou dificuldade de acesso aos processos de qualificação *stricto sensu* na área.

Quanto à titulação, no Departamento de Matemática em 2008, das 05 professoras, 20% (01) possui a titulação de doutora e 80% (04) possui a graduação e tem contrato de trabalho temporário. Os dados mostram um extremo entre a baixa titulação e a alta titulação, ou seja, não existem entre as mulheres, mestres ou especialistas em Matemática. Em contraposição ao quadro dos docentes masculinos, constata-se: 53% tem graduação, 3% especialização, 17,6% mestrado e 26,4% doutorado. Hipoteticamente, pode-se apontar também que possam existir entraves para a qualificação das mulheres.

Gráfico 15



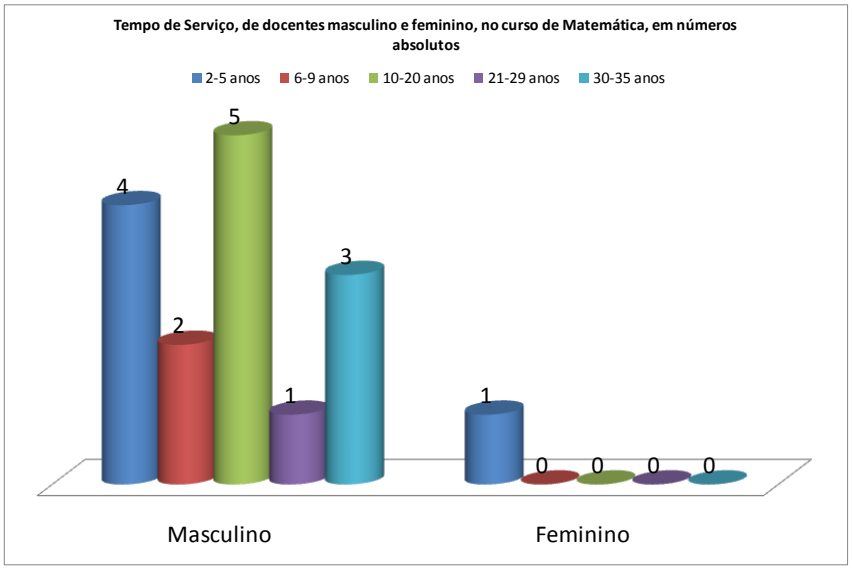
FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

O que chama atenção é a diversificação, entre os homens, do acesso às diversas titulações, enquanto as mulheres apresentam-se nos extremos da titulação, ou doutorado ou graduação, levando ao seguinte questionamento: seria uma questão de dificuldades de acesso aos programas de pós-graduação em Matemática para mulheres?

Quanto à análise da variável tempo de serviço dos docentes do curso de Matemática, entre 2001-2004 encontram-se registros de 06 mulheres como professoras substitutas. A primeira professora substituta ingressou na UFS em 2001. Já a inserção da mulher como professora efetiva do Departamento de Matemática só se deu em 2006.

Evidencia-se que a inserção da mulher[66] docente efetiva no Departamento de Matemática é recente, tem apenas 05 anos, como mostra o Gráfico 16, que apresenta o tempo de serviço dos docentes do curso de matemática.

Gráfico 16



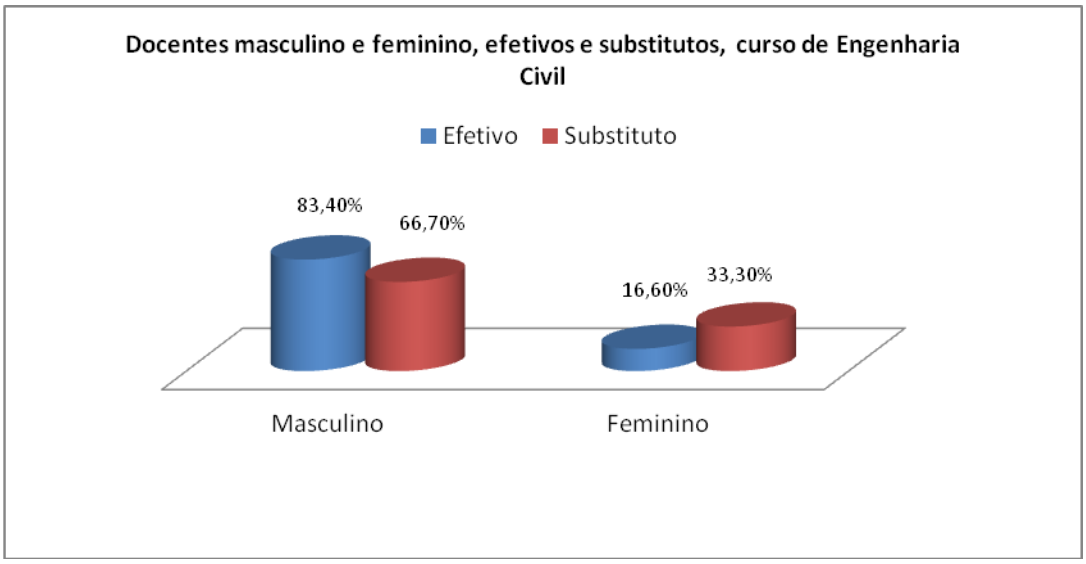
FONTE: Elaboração Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Já o professor mais antigo do departamento tem 32 anos de tempo de serviço, é graduado e mestre em Engenharia Química e doutor em Engenharia Mecânica cursados no estado do Rio de Janeiro.

No Departamento de Engenharia Civil, os dados comprovam também, a existência de mais um *grupo ocupacional masculino*, conforme Gráfico 17. Dos 27 docentes (efetivos e substitutos) que participam do quadro em 2008, 78% são do sexo masculino. Entre os docentes efetivos, são 3(16,6%) mulheres e 15(83,4%) homens. Entre os docentes substitutos, 03(33,3%) mulheres e 06(66,7%) homens.

[66] A professora graduou-se em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Sergipe (1984), graduação em Bacharelado em Matemática pela Universidade Federal de Sergipe (1986), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (1998) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Tem experiência na área de Educação e pesquisa sobre os seguintes temas: educação matemática, ensino de matemática, história da educação, história do ensino de matemática, história da Educação Matemática, entre outros. É interessante perceber que a professora não se especializou na área da matemática pura, mas na área da educação matemática.

Gráfico 17

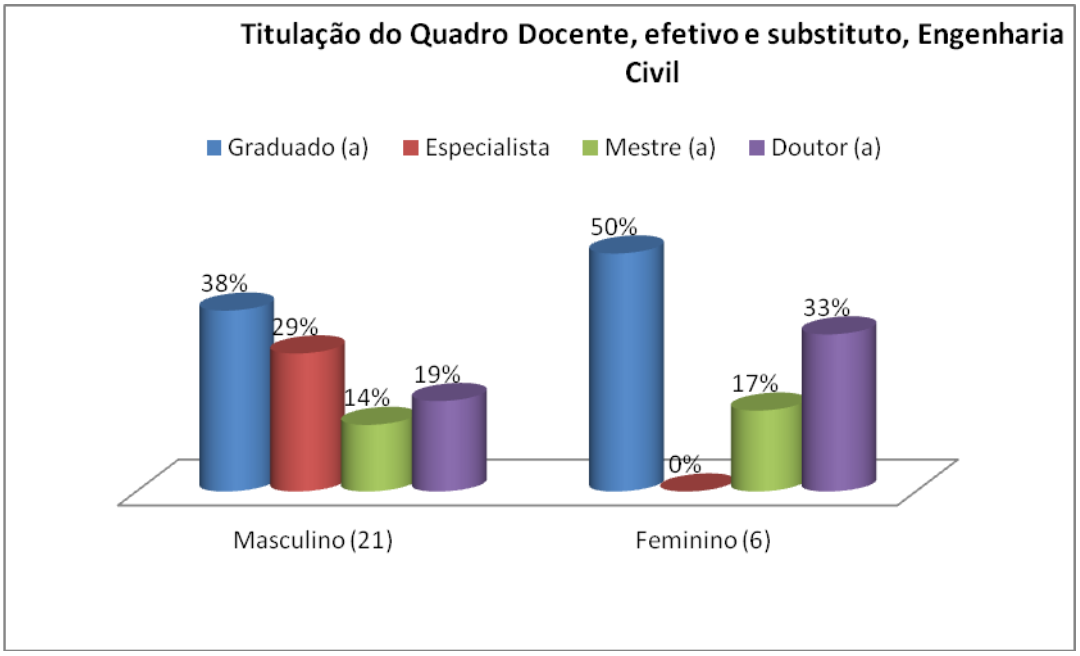


FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Diante dessas informações constata-se que do total de 06 professoras, 50% tem cargo efetivo e 50% tem cargo substituto. Entre os 21 homens, 15(71,42%) tem cargo efetivo e 6 (28,57%) tem cargo substituto. Em relação ao curso de Matemática, as docentes da Engenharia Civil tiveram maior acesso aos postos efetivos.

Já no tocante a variável titulação do quadro docente, efetivo e substituto, cruzada com a variável sexo, no Curso de Engenharia Civil, o Gráfico 18 retrata que na Engenharia Civil da UFS em 2008, das 06 professoras, 03(50%) possuem a titulação de graduada. O que, hipoteticamente, pode-se inferir que nesta área, o grau de resistência ao acesso feminino é menor, pois mesmo sem titulação as mulheres têm maior acesso. Não se pode afirmar que seria falta de interesse das mulheres pela Matemática, pois elas estão nos postos substitutos.

Gráfico 18



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

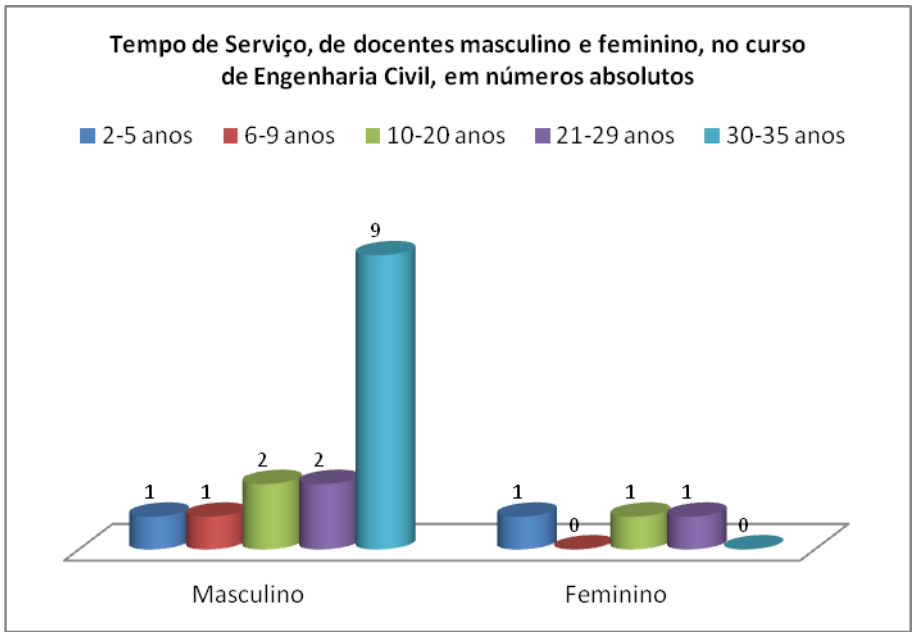
Por outro lado, entre os docentes masculinos do curso de Engenharia Civil da UFS em 2008, dos 21homens, 8 (38%) possui a titulação de graduado. Já na titulação Especialista, são 6 (29%) homens e nenhuma mulher. Na titulação Mestre, são 3(14%) homens e 1(17%) mulher. E na titulação Doutor (a) são 4 (19%) homens e 2(33%) mulheres. Também constata-se que 81% dos homens e 67% das mulheres, ainda, precisam qualificar-se para ocupar a função docente.

Em termos gerais, no Departamento de Engenharia Civil, os homens, por representar 78% do quadro docente, também apresentam maior índice de titulação 7 contra 3. Além disso, o somatório de mestre e doutores de ambos os sexos corresponde a 47,61% (10 docentes).

Quanto à variável tempo de serviço do quadro docente do curso de Engenharia Civil da UFS, o Gráfico 19 evidencia que a presença feminina no curso de Engenharia Civil da UFS só se deu em 1986[67] e a subsequente, só em 1998[68], ou seja, 12 anos após. Existiam à época 11 professores.

[67] A professora graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Sergipe (1985), especializou-se em Gerenciamento da Construção Civil pela Universidade Federal de Sergipe (1993), mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (2001) e doutorado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2006). Constata-se que a professora é casada, 02 dependentes, tem um intervalo de tempo entre a graduação para a especialização de 08 anos; da especialização para o mestrado também 08 anos; e do mestrado para o doutorado, um espaço de tempo de 5 anos, só durante o doutorado deslocou-se para o Rio de Janeiro, mas durante o mestrado, que cursou em Sergipe, teve que inserir em o Programa de Pós-Graduação do curso de Geografia, prejudicando a aderência[67] do currículo a sua área de origem, a Engenharia Civil.

Gráfico 19



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Os professores mais antigos ingressaram em 1976, um momento histórico no qual a mulher brasileira ainda consolidava sua inserção no espaço público universitário. Tais professores têm, portanto, 32 anos de tempo de serviço, um com ingresso aos 25 anos e o outro com ingresso aos 27 anos de idade. Sendo assim, 61,11% do corpo docente efetivo são homens com tempo de serviço entre 32 anos e 21 anos. Entre os docentes efetivos com menos de 10 anos de tempo de serviço, encontra-se 02 homens casados, com filhos; uma mulher[69], solteira, 34 anos, sem filhos.

É interessante constatar que as professoras casadas não conseguiram manter a aderência nos seus currículos, fazendo mestrado e/ou doutorado em outras áreas, isso implica que na falta de aderência[70] ao currículo pode levar a dificuldade para prestar concursos para

---

[68] A professora graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia (1988) e mestrado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992). Atualmente é Professora Assistente Nível 4 da Universidade Federal de Sergipe. Constata-se que a professora é casada, 02 dependentes, tem um intervalo de tempo entre a graduação e o mestrado de 4 anos, e também deslocou-se para o estado do Rio de Janeiro e manteve a aderência da formação a sua área de origem, mas ainda não cursou o doutorado, tendo concluído o mestrado há 18 anos.

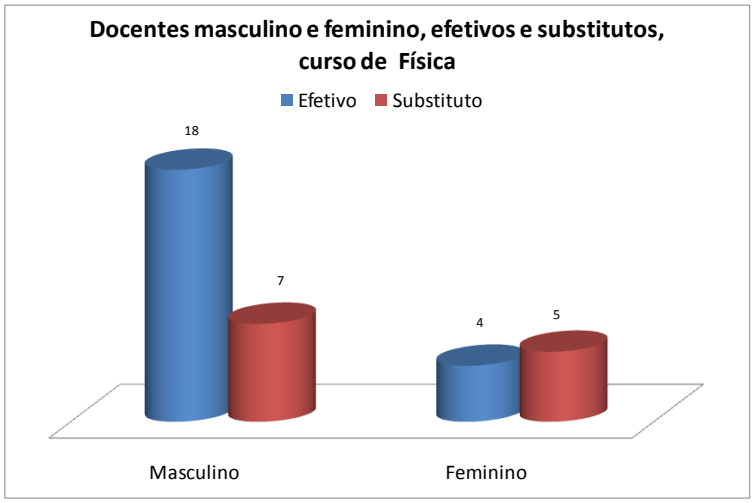
[69] A professora solteira graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Sergipe (1998), mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe. Constata-se que a professora é solteira e deu sequência ao seu processo de formação profissional sem intervalo de tempo entre as titulações, mas deslocando-se para a região sul do país.

[70] A aderência é a lógica de qualificação dos currículos tendendo à qualificação em uma só área, seguindo a lógica da ciência patriarcal e androcêntrica, distante da tão propagada interdisciplinaridade. Ou seja, graduado

docência efetiva ou para progressão na carreira acadêmica, significa também estancamento no processo de qualificação profissional, apontando o fenômeno da segregação vertical.

Quanto ao Departamento de Física da UFS, os dados comprovam a predominância masculina, conforme Gráfico 20. Dos 34 docentes (efetivos e substitutos) que participam do quadro em 2008, 74% são do sexo masculino. Entre os 22 docentes efetivos, 04 (18,2%) são mulheres e 18 (81,8%) são homens. Entre os 13 docentes substitutos, 05 (38,4%) são mulheres e 07 (61,6%) são homens.

Gráfico 20



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

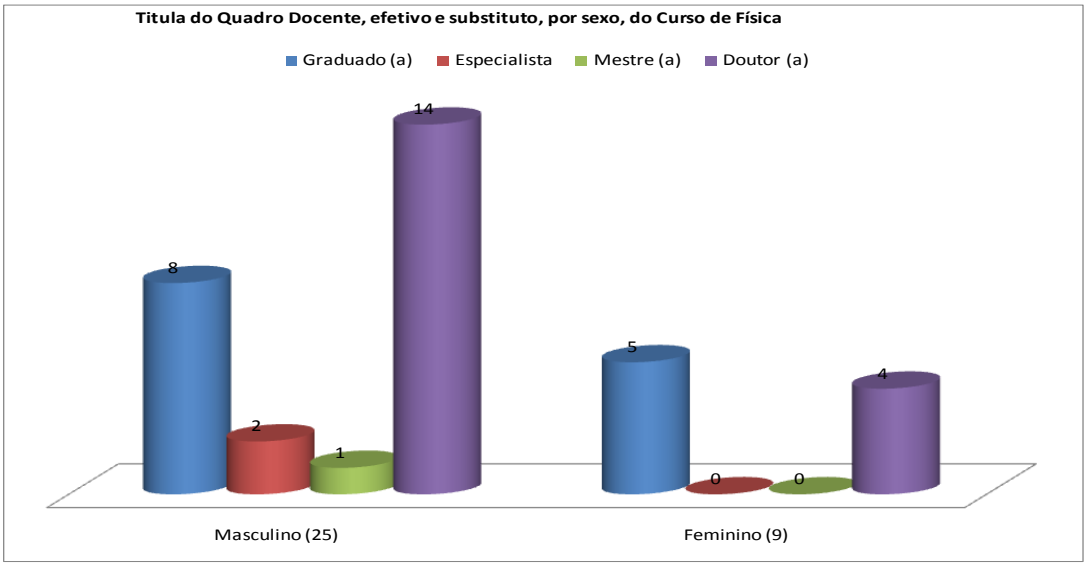
No tocante à titulação no Gráfico 21 visualiza-se que das 09 professoras, 56% possui a titulação de Doutora e 44% de graduada. Confrontando com a categoria Cargo, evidencia-se que as doutoras, evidentemente, são professoras efetivas, 30 anos (casada, sem filhos), 37 anos (casada, sem filhos), 42 anos (casada, sem filhos) e 43 anos (solteira, sem filhos). Já entre os doutores do Curso de Física da UFS em 2008, 12 são casados, 01 solteiro e 01 divorciado. Entre as mulheres nenhuma tem filhos e entre homens 12 têm filhos. Aqui, apresenta-se um elemento que precisa ser aprofundado, a relação entre a maternidade e as oportunidades profissionais das mulheres, pois estas em sua maioria são casadas ou solteiras, mas não têm filhos. Outra evidência é o maior quantitativo de doutoras na física (4) em relação à Engenharia Civil (2) e a Matemática (1).

---

em pedagogia, mestre e doutor em educação; graduada em serviço social, mestre e doutora em serviço social; graduada em enfermagem, mestre e doutora em enfermagem; graduada em letras, mestre e doutora em letras, como é exigido na maioria dos concursos públicos federais para nível superior. Em serviço social e em letras, por exemplo, se as professoras mestras quiserem se graduar doutoras devem se deslocar para o estado de Alagoas, provavelmente, o programa mais próximo (aproximadamente 300 km de distância).

O que levaria essas mulheres, cuja maioria é casada, a não ter filhos? Teria relação com a vida profissional? Será que os processos de qualificação interferem na opção pela maternidade? Ainda aqui, constata-se o fenômeno da *maternidade reflexiva*, definida por Lucila Scavone (2004).

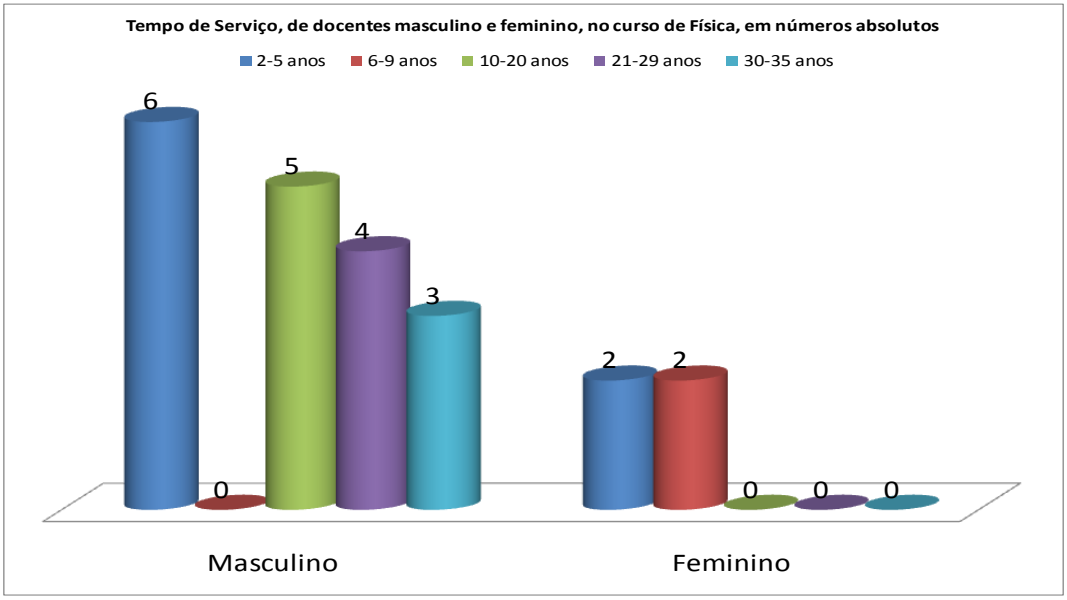
Gráfico 21



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Quanto ao tempo de serviço, o Gráfico 22 mostra que a inserção feminina no quadro docente é recente com tempo de serviço abaixo de 10 anos.

Gráfico 22



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

No curso de Física, a presença feminina se deu em 1998[71] e a subsequente[72]. Já com relação ao professor com maior tempo de serviço ingressou em 1975, aos 22 anos, graduado, tendo, portanto, 33 anos de instituição. Enquanto 38,8% dos docentes masculinos têm mais de 20 anos de tempo de serviço, a docente[73] com maior tempo de serviço tem 10 anos. Trata-se, também de uma inserção recente.

O que se pode deduzir é que as professoras foram atraídas para o estado de Sergipe, pois se graduaram em São Paulo e em Pernambuco e alternaram a continuidade da qualificação, mestrado e doutorado, entre estes estados. Este elemento demarca uma análise relacionada à regionalidade, pois as nordestinas não conseguem manter a aderência, e as professoras que conseguem manter a aderência tem naturalidade em outros estados brasileiros.

Em termos gerais, as análises confirmam a divisão sexual, a segregação horizontal do trabalho docente, a maternidade reflexiva no CCET; são áreas sempre demarcadas como de difícil inserção feminina; dada a falta de programas de pós-graduação, principalmente na Matemática e Engenharia Civil, o que provavelmente pode interferir no acesso aos postos efetivos, principalmente, para as docentes substitutas da Matemática, pois as mulheres apresentam-se entre os extremos da baixíssima qualificação (graduadas), e a alta qualificação (doutoras), as primeiras no trabalho temporário e as últimas no trabalho efetivo, as primeiras em maior proporção. A partir deste fato pode-se inferir que as mulheres só conseguem inserção efetiva quando provam sua competência através da alta titulação, ao contrário dos homens, processo que pode ser demarcado pelos estereótipos de gênero.

Evidencia-se também que a inserção da mulher na área de Exatas e Tecnológicas é recente, uma média aproximada de 10 anos. Outro fato que chama atenção é a falta de aderência no currículo, o grande espaçamento de tempo entre uma titulação e outra, a estagnação do processo de qualificação profissional. Ainda destaca-se o fato da opção destas

[71] Professora, 32 anos de idade, possui doutorado em Física (2003) pelo IFSC-USP (São Carlos), mestrado (1993) e graduação (1989) em Física pelo IF-USP (São Paulo). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal de Sergipe. Coordena o Programa de Pós-Graduação em Física da UFS.

[72] Professora, 34 anos de idade é Licenciada em Física pela Universidade Católica de Pernambuco (1989), Bacharel em Física pela Universidade Federal de Sergipe (1994), Mestre em Física na Universidade Federal de Sergipe (1997), doutora em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (2002).

[73] Professora possui Bacharelado em Física pela Universidade Federal de Pernambuco (1999), mestrado em Tecnologias Energéticas Nucleares pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e doutorado em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (2005).

mulheres por não ter filhos, apontando a necessidade de análises mais aprofundadas sobre a relação entre o projeto de vida familiar e o projeto de vida profissional acadêmica. Nesta área, também se constata o deslocamento de mulheres oriundas de outras regiões e estados da federação, fixando-se como professoras efetivas em Sergipe. O que leva a suposição de que as sergipanas matemáticas, por terem baixa titulação, não conseguem inserção através de concurso federal, para os cargos efetivos.

Depois de analisada a área (Exatas e Tecnológicas) é relevante que sejam analisados, independente da área, os cursos considerados Grupos Ocupacionais Femininos, Masculinos e Pouco Sexuados e mais adiante o perfil das docentes quanto ao estado civil e ao número de filhos.

5.1.3 Os estereótipos de gênero

Os estereótipos têm a força de moldar a mente de homens e mulheres, como afirma Heleieth Saffiote:

> Os estereótipos têm, realmente, a força do molde. Quem não entrar na fôrma corre o risco de ser marginalizado das relações consideradas "normais". O conceito de "normal" é socialmente construído pelo costume. As inovações são temidas, porque nunca se sabe aonde levarão. Este lado frágil do medo existe quer nos homens, quer nas mulheres. (SAFFIOTE, 1987, p. 39).

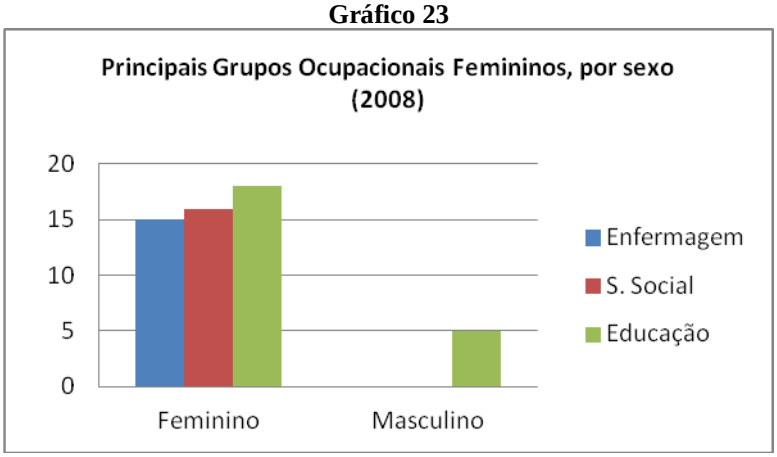
E esse medo também se dá durante a escolha das profissões e por onde se "aventuram" homens e mulheres em suas profissões, como por exemplo: homem no balé, homem assistente social, homem enfermeiro, homem professor de educação infantil. Ou ainda, mulher engenheira civil que vai lidar com peões, mulheres matemáticas. São medos ligados sempre à masculinidade ou a feminilidade dos indivíduos. Segundo Heleieth Saffiote:

> A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em pode atuar o homem. (SAFFIOTE, 1987, p.08).

Na universidade, identificar grupos ocupacionais sexualizados comprova que as características da sociedade nordestina e sergipana como: patriarcal, dicotômica, androcêntrica, essencialista e diferenciada pelos sexos no que diz respeito às escolhas das áreas de atuação profissional, de homens e mulheres. No entanto, verifica-se timidamente, a inserção de homens e mulheres em áreas do trabalho docente com estereótipos ligados ao sexo oposto.

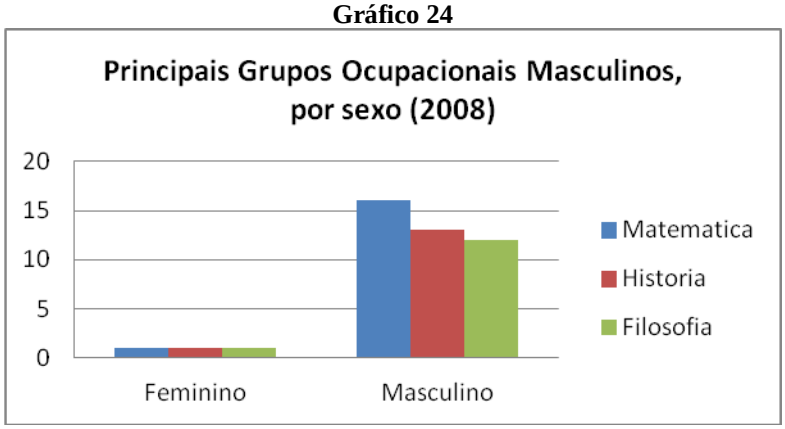
Nesta subseção são analisados os principais grupos ocupacionais femininos (Enfermagem – 100%, Serviço Social – 100%, Educação – 78,3%), os masculinos (História – 92,8%, Filosofia – 92,3%, Matemática- 87,5%) e os principais grupos ocupacionais pouco sexuados (Administração – 54% Feminino, Geografia – 52,6% Masculino e Psicologia – 52,4% Feminino,) quanto às variáveis: sexo, titulação, faixa etária e tempo de serviço. Trata-se de uma análise mais ampla e direcionada para os cursos que referendam a divisão sexual do trabalho acadêmico e a segregação horizontal no ambiente acadêmico da Universidade Federal de Sergipe a partir dos Gráficos 23, 24 e 25.

Gráfico 23



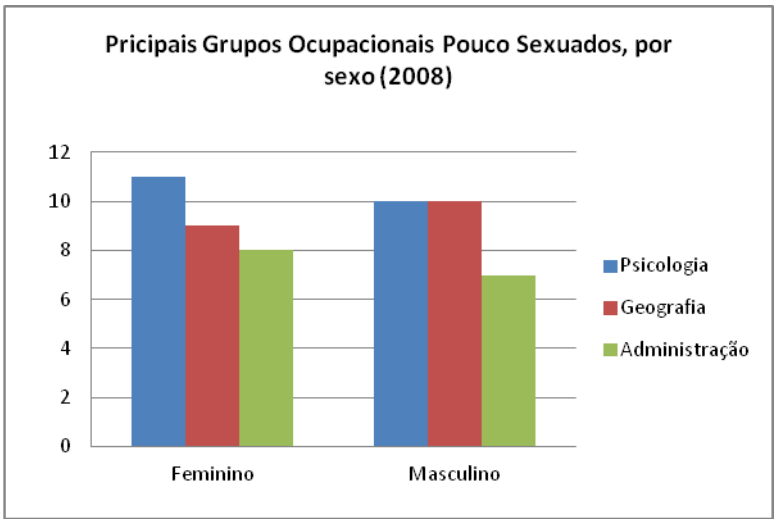
FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 24



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 25



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Aqui são constatados os estereótipos de gênero numa perspectiva biologicista e naturalista, dos primórdios da socialização ocidental, nos quais as mulheres são direcionadas/direcionam-se às habilidades do cuidado, do afetivo, do sensível; e na sociedade industrial às áreas como enfermagem, serviço social e educação; e, na contemporaneidade, as habilidades de comunicar, negociar, resolver conflitos desenvolvendo suas habilidades tácitas (administração e psicologia) enquanto os homens direcionados/direcionam-se à lógica e a razão pura e objetiva (história, filosofia e matemática).

Tal lógica demarca o lugar de homens e mulheres no pensamento ocidental e iluminista e reforça o pensamento de Paulaim de La Barre (séc. XVII) de que as desigualdades sociais entre homens e mulheres são frutos de uma visão cultural e politicamente criada e, acrescenta-se, incutida nas mentalidades de homens e das próprias mulheres, através dos processos de socialização. Como defende Heleieth Saffiote:

> [...] a ideologia machista, que considera o homem um ser superior á mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas idéias e as transmitem aos filhos. (SAFFIOTE, 1987, p.34).

Com isso, constata-se que os valores patriarcalistas ainda estão presentes na sociedade nordestina e podem coexistir com outras lógicas, deslocando alguns valores, pois homens

começam a inserir-se em áreas femininas e mulheres a inserir-se em áreas masculinas, demonstrando uma nova tendência ou formas de resistência aos valores patriarcalistas.

A lógica androcêntrica e patriarcalista, explicitada através do pensamento de Kant quando afirmava que a mulher é naturalmente incapaz para as questões do intelecto, para as grandes reflexões e para os conhecimentos complexos e abstratos. Sua sabedoria não consistiria em raciocinar, mas em sentir. E quando as mulheres ousam equiparar-se aos homens no campo intelectual, enfraquecem seus charmes naturais. Nesse sentido, na ideologia patriarcalista as mulheres estão para as boas disposições do coração, tais como os sentimentos de piedade e de complacência que são paixões benéficas, mas conduzem a resultados apenas aparentemente virtuosos porque entram em conflito com as regras universais da razão, como afirmava Kant.

Como isso, depreende-se que as mulheres inseridas na Matemática, na Física, na Engenharia, precisam comprovar e referendar diante de todos/as que têm competência e habilidade para ocupar um espaço historicamente masculino e os homens quando optam por inserir-se na enfermagem, no serviço social, na educação devem comprovar sua masculinidade. No caso da UFS, a inserção masculina no trabalho docente só acontece na área da educação, no período analisado, não se constatou a presença masculina na docência em enfermagem e serviço social. Este é um viés de análise relacionado a este objeto de pesquisa.

Entretanto, a confirmação dos estereótipos de gênero constatada entre os cursos também referenda a tese de Nara Azevedo e Luiz Ferreira (2006), de que os processos de escolarização/socialização no Brasil redefiniram a função materna que deixou de ser confinada ao lar e foi estendida ao âmbito público durante os processos de industrialização e urbanização da sociedade que ultrapassava a sociedade agrária, e estabelecia outros padrões de convivência e sociabilidade no trabalho, na família. Apesar disso, sempre houve na história da sociedade ocidental, processo de resistência aos processos de dominação-exploração patriarcal, capitalista e racista.

Nesse sentido, as habilidades tidas como femininas foram e são usadas para coagir e atingir os objetivos determinados do sistema de dominação exploração. E aqui, tem-se um viés de análise mais complexo, pois a liberação da inserção feminina em postos anteriormente direcionados para os homens levanta questões para além da igualdade de oportunidades. Apontando, neste momento histórico, a demanda sobre as diferenças entre homens e mulheres, pois a complexidade de articular profissão e responsabilidades familiares torna-se visível e demanda políticas públicas e específicas, na perspectiva de garantia de direitos de cidadania das mulheres.

Nesta subseção, foi possível constatar que as escolhas das áreas de atuação profissional respaldam os estereótipos ligados ao sexo, característicos da sociedade patriarcal, diferenciada pelos sexos incutidos na mentalidade de homens e mulheres.

Para as mulheres docentes a inserção nestes postos significa um avanço, mas resulta em dificuldades para dar continuidade aos processos de qualificação profissional, sendo que o direito civil, o direito trabalhista e as políticas de seguridade social não consideram o trabalho doméstico como de responsabilidade da mulher e não consideram a complexidade trabalho produtivo-reprodutivo.

Se os processos de socialização direcionaram a mentalidade de homens e mulheres, para a ideologia da ordem patriarcal de que o espaço doméstico é atribuição feminina, quando a sociedade abre-se para a inserção da mulher na esfera pública, no mundo do trabalho e do trabalho docente no magistério superior, permanece a lógica de que as funções/responsabilidades do âmbito doméstico são das mulheres, estas, provavelmente, estão em situação de desvantagem diante de tamanha complexidade. Heleieth Saffiote diz que:

> Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm interesse em instaurar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sócio-cultural. Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos "naturais" destas funções. (SAFFIOTE, 1987, p. 11).

Isso é de extrema relevância, pois continua a tratar-se de questões de cidadania e de direitos humanos:

> [...] o machismo presente tanto na cabeça dos homens quanto na das mulheres, contribui enormemente para a preservação do estado de coisas vigente no Brasil, pleno de injustiças, qualquer que seja o ângulo do qual for examinado: das relações homem-mulher, das relações entre etnias, das relações entre as classes sociais. (SAFFIOTE, 1987, p. 67)

No entanto, a partir da análise destes dados, também foi possível verificar timidamente, a inserção de homens e mulheres em áreas com estereótipos ligados ao sexo oposto demarcando uma tendência/resistências a tais valores. Neste sentido, os estereótipos continuam a influenciar as escolhas da profissão e os processos de qualificação profissional.

Conclui-se, portanto que houve uma feminização no trabalho do magistério superior que não pode ser silenciada, mas essa feminização é diferenciada, pois varia de acordo com a divisão sexual dos cursos, com a segregação horizontal (diferenciação das ocupações) e com

os estereótipos de gênero. Houve também, recentemente, a inserção de homens em alguns cursos tradicionalmente femininos, bem como a inserção de mulheres em cursos tradicionalmente masculinos, mas isso ainda não é suficiente para identificar o fim da divisão sexual no trabalho docente e a presença dos estereótipos de gênero, afirma-se igualdade nas condições de acesso, mas não é possível afirmar que os processos de dominação exploração da ordem patriarcal deixaram de existir; é suficiente apontar a complexidade de tal inserção e evidenciar as dinâmicas que contribuem para a manutenção, os deslocamentos ou a atenuação das diferenças e das expressões dos preconceitos expressos nestes espaços.

5.1.4 Segregação vertical na carreira do magistério superior e o teto de vidro.

Segundo Estela Aquino (2006), a segregação vertical é a que dificulta a progressão das mulheres aos cargos mais elevados da hierarquia profissional e, mesmo quando essa ocupação chega a acontecer, acontece mais tardiamente do que para os homens e, portanto, não tendo acesso aos cargos mais elevados também não tem acesso aos salários mais elevados. Para Catherine Marry:

> O mundo acadêmico não escapa ao fenômeno descrito há muito tempo a propósito do setor privado: o do "teto de vidro" (glass celling) ou desaparecimento das mulheres à medida que se avança em direção às altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações. Essas constatações põem em dúvida o pressuposto segundo o qual o mundo acadêmico garantiria maior igualdade de carreira entre os homens e mulheres em razão de seu modo de recrutamento por concurso mais "meritocrático" e universal. (MARRY, 2008, p.403).

Nesse sentido, o fenômeno do teto de vidro está diretamente relacionado à segregação vertical, chegando mesmo a se confundirem. Catherine Marry (2008) distingue duas grandes abordagens ou modelos de interpretação da sub-representação das mulheres nas posições de poder (segregação vertical), e de sua manutenção em certos segmentos da prática do trabalho, geralmente menos visíveis e reconhecidos, tais como funções administrativas mais ingratas e invisíveis (segregação horizontal), no caso do trabalho docente a divisão sexual entre os cursos.

Já de imediato, a segregação vertical pode ser analisada conhecendo os dados relacionados ao acesso às instâncias de poder de instituições e entidades representativas da área da Ciência e Tecnologia, no Brasil, conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Acesso das mulheres aos cargos das instituições e entidades representativas da área de ciência e tecnologia no Brasil

	Homens	**Mulheres**
Ministério da Ciência e Tecnologia	11 ministros	-
CNPQ	19 presidentes	-
CAPES	16 dirigentes	03 dirigentes
SBPC	14 presidentes	01 presidenta
ANDIFES	14 presidentes	03 presidentas
Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação	19 dirigentes	02 dirigentes

Fonte: Elaboração própria

O Ministério da Ciência e Tecnologia, desde a sua criação, teve 11 ministros e nenhuma ministra. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) de 1951 até os dias de hoje, sempre foi presidido por um total de 19 homens. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em 1948, já teve em seu quadro dirigente 14 (92,9%) presidentes e 01 (7,1%) presidenta, Carolina Bori (1987 a 1989). A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), criada em 23 de maio de 1989 tem em seu quadro de ex-presidentes, 14 (82,4%) homens e 03 (17,6%) mulheres. No Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das IES Brasileiras, das 21 gestões desde a sua criação, 02 (9,5%) mulheres fizeram parte.

Estes dados dão visibilidade ao pouco acesso das mulheres às instâncias de poder, ligadas à Ciência e Tecnologia e ao universo acadêmico levando aos seguintes questionamentos: o que dizer das reitorias, das chefias de centro, de departamento, das coordenações de pesquisa, ensino e extensão, instâncias de poder e decisão política das universidades públicas brasileiras?

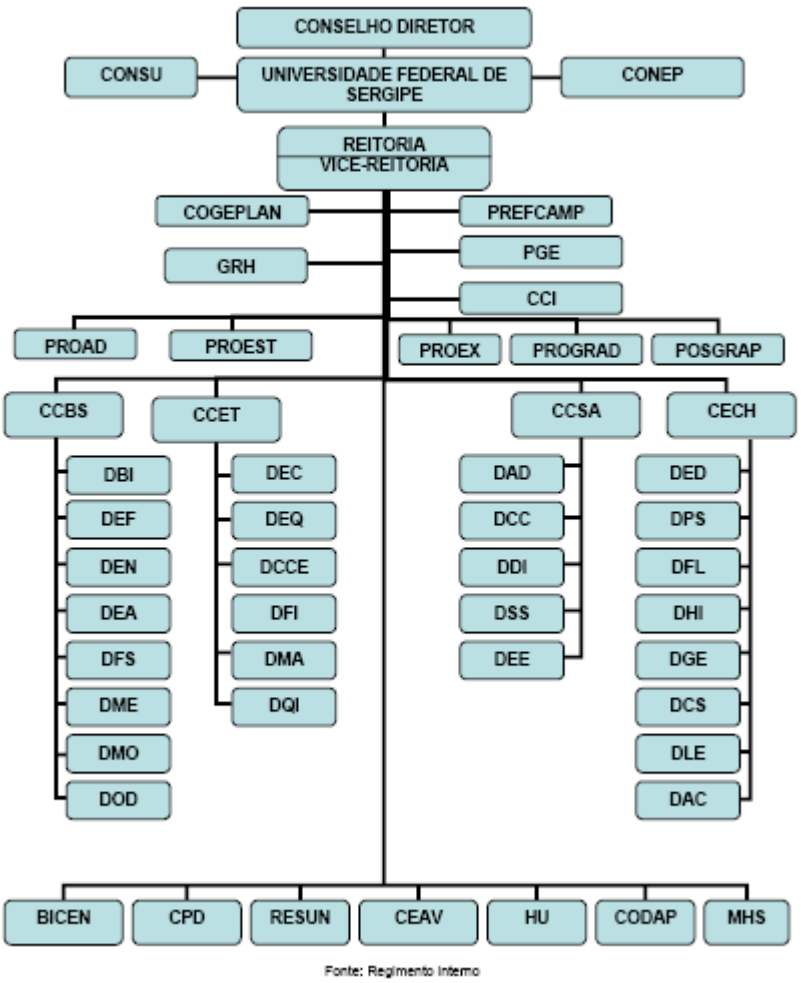
Ratifica-se, portanto, o pensamento que de:

> A representação dos homens que detém o poder nas organizações pode ser compreendida como um grupo psicológico que age com o intuito de diferenciar-se dos demais e assim manter a sua auto-estima. A teoria do poder complementa essa abordagem ao afirmar que as decisões tomadas por esse grupo tenderão a seguir a lógica do interesse próprio, criando e alterando estruturas que sustentem sua necessidade de diferenciação enquanto grupo. Além de configurar-se no arcabouço estrutural, mais os padrões de interação, a estrutura organizacional é também um sistema interconectado com intenções, aspirações e propósitos que refletem os valores e as crenças dos membros-chave da organização. A estrutura

> organizacional é, então, parcialmente determinada pelos valores dos que possuem poder para influenciá-la. (STEIL, 1997, p.68)

Segundo o PDI 2005-2009, a Universidade Federal de Sergipe, em termos de organização acadêmica e administrativa, está organicamente constituída por dois subsistemas interdependentes: o Subsistema de Administração Geral (SAG) e o Subsistema de Administração Acadêmica (SAA). O primeiro é formado por três órgãos normativos, deliberativos e consultivos: o Conselho Universitário (CONSU), instância superior em matéria administrativa e de política universitária; o Conselho do Ensino e da Pesquisa (CONEP), que trata de questões relativas ao ensino, pesquisa e extensão; e a Reitoria, órgão diretivo e executivo máximo da UFS. Para uma visão total, a figura 1 expõe a estrutura organizacional e as instâncias de decisão da UFS e de fato está colorido numa tonalidade que faz jus aos ocupantes dos cargos, os homens.

FIGURA 1: Estrutura Organizacional da UFS



Fonte: Regimento Interno

A partir de um levantamento dos nomes que compõem administração da universidade no ano de 2009, constatamos a presença de apenas duas mulheres. Na Tabela 3 identifica-se que as posições de mando e poder dentro da universidade são ocupadas, em sua maioria, pelo sexo masculino.

TABELA 3 – Estrutura hierárquica da UFS, por sexo, 2009.

CARGO	SEXO (2009)
Reitoria	M
Vice-Reitoria	M
Coordenação Geral de Planejamento	F
Pró-Reitoria de Administração	M
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	M
Pró-Reitoria de Assuntos de Extensão	M
Pró-Reitoria de Graduação	M
Pró-Reitoria de Pós-Graduação	M
Gerência de Recursos Humanos	M
Prefeitura do Campus Universitário	M

Fonte: www.ufs.br. Elaboração própria

A análise que se faz é que os cargos são de confiança e indicação política, cujas indicações se dão por relações de amizade e não por eleição direta, principalmente as chefias de Centro, de Departamento e de Coordenações de Pós-Graduação, aqui também, provavelmente, os estereótipos de gênero tem interferência. Se histórica e culturalmente o lugar na mulher é o espaço privado, com ampliação para o espaço público com a urbanização das cidades e os processos de modernização no trabalho e na educação, os cargos confiados às mulheres estão ligados principalmente ao cuidar do outro, como a área da saúde. Diante de uma cultura machista, patriarcalista e coronelista torna-se difícil para os pares homens e mulheres confiarem em mulheres para assumirem postos políticos e de poder, as que ascendem têm que mostrar um diferencial de qualificação mais elevado que seus pares homens, em termos de competência profissional ou ligações coronelistas típicas da politicagem brasileira.

Confirma-se, portanto, o pensamento de Powell e Butterfield apud Andrea Steil (1997) para quem o fenômeno teto de vidro pode ser parcialmente suprimido quando decisões sobre contratações e promoções são abertas e procedimento sistemático é utilizado. Por outro lado, quando os procedimentos não são padronizados ou quando os critérios utilizados são vagos, existe maior abertura para tendenciosidades pró-gênero masculino.

Quando questionadas sobre a participação em função gratificada na estrutura organizacional da universidade, os docentes responderam conforme Tabela 4 e aparecem as exceções, ou seja, as mulheres que se destacam.

TABELA 4. Função gratificada na estrutura organizacional, UFS/SE, 2011

	Masculino	Feminino
1. Não	33	39
2. Sim	05	22 Só chefia de departamento (12) Só presidência de colegiado (01) Diretoria/vice-diretoria de centro (03) Diretoria do DAA (02) Coordenação de Núcleo de Pós-graduação (01) Coordenação do PIBID (01) Coordenação da CODAE/PROEST (01) Pró-reitoria de pós-graduação (01)
3. Não respondeu	05	04
Total	43	62

Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

Uma mulher doutora destaca-se por ter assumido a diretoria do CCET no período de 1993-1996 com 30 anos de idade, trata-se de uma engenheira civil, área extremamente caracterizada pela divisão sexual do trabalho, considerada um gueto masculino. Outra mulher da Engenharia Química destaca-se por ter assumido a função de Pró-reitora de pós-graduação no ano de 1997, mesmo só tendo a titulação de mestre. Duas outras doutoras destacam-se por assumirem a vice-diretoria do CCSA. Uma professora com mestrado nos USA, graduada em Administração, destaca-se por ter assumido o Departamento de Administração Acadêmica, com 30 anos durante 6 anos, separada judicialmente, 3 filhos, hoje na faixa-etária acima de 61 anos; outra doutora pela PUC-RJ, da área de Letras também assumiu o Departamento de Administração Acadêmica com menos de 30 anos, casada, faixa etária acima de 61 anos.

Diante destes destaques, esclarece-se que o fenômeno *Teto de Vidro*, que impede o acesso das mulheres às mais altas responsabilidades, seja nos empregos públicos ou nos empregos privados, pode ter duas origens distintas: consequência dos obstáculos impostos do lado da demanda de trabalho, caso se confirmasse que a discriminação contra as mulheres é praticada amplamente (as mulheres sendo excluídas dos "bons" circuitos ou das "boas" posições e impedidas de promoção ao mais alto nível); consequência de obstáculos do lado da oferta, se as mulheres optassem mais por não participar de uma competição pelos melhores cargos, por julgarem que isso não seria compatível com sua vida familiar.

Com isso, infere-se que o conhecimento aprofundado da divisão sexual do trabalho profissional e das responsabilidades familiares pode apontar respostas para este debate. Até

aqui, os entraves identificados estão relacionados aos aspectos estruturais presentes no sistema e aos estereótipos de gênero presentes nas relações entre os sexos ou aos processos obscuros corporativistas e politiqueiros.

Ratificando o pensamento de Ana Alice Costa (2000), de que a prática do poder é tipicamente masculina, também no caso do trabalho docente, identifica-se nas posições de *staff* (as pró-reitorias) a irrisória inserção feminina; já nas posições de execução e produção direta (diretorias de centro, chefias de departamento) as mulheres tem maior inserção.

Para um processo de mudanças significativas no trabalho destas mulheres, são necessárias condições (salário, oportunidade de capacitação, diminuição da excessiva carga de trabalho produtivo e reprodutivo) e necessárias mudanças nas posições/status ocupadas por estas mulheres. Neste sentido, as mudanças qualitativas só acontecerão quando ocorrerem mudanças na divisão sexual do trabalho e na distribuição das funções/responsabilidades familiares.

Neste espaço ocupacional, o fenômeno *Teto de Vidro* tem relação direta com a divisão sexual, a segregação horizontal, vertical e paralela, os estereótipos, aos menores salários que impedem o investimento na qualificação profissional, dificuldades de acesso às maiores titulações. Entretanto, por se tratar de um espaço ocupacional no qual as mulheres são empoderadas econômica e politicamente, não se pode pressupor sua condição de subordinação, pode-se inferir com mais segurança sua condição de escolhas conscientes e reflexivas sobre seus projetos profissionais, familiares e pessoais, ou seja, como sujeitos de suas próprias vidas.

5.2 DESLOCAMENTOS E MUDANÇAS

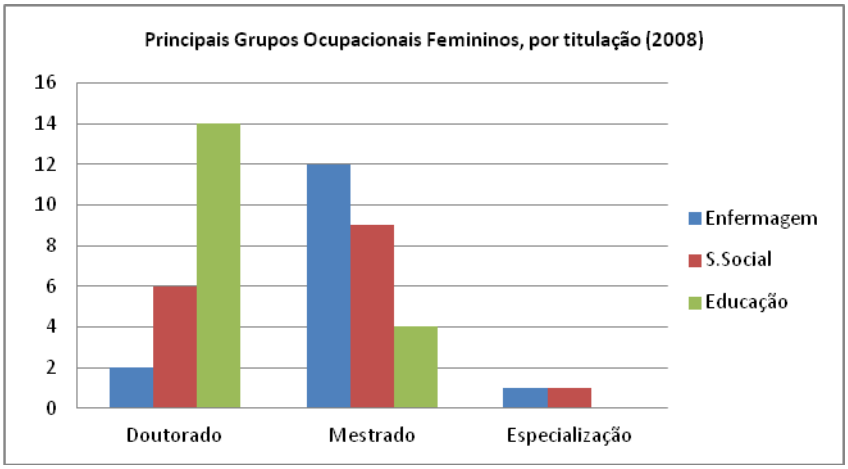
5.2.1 A segregação paralela e o teto de lona

Em termos de requisitos legais, a Lei de Diretrizes e Bases estabelece que a preparação para a docência superior se fará em nível de pós-graduação (mestrado e doutorado). A qualificação e a competência para a produção do conhecimento científico e acesso aos editais de financiamento para a produção da pesquisa, ou mesmo o acesso a grande maioria dos

concursos federais para o ensino superior, tem como exigência a titulação em nível de doutorado.

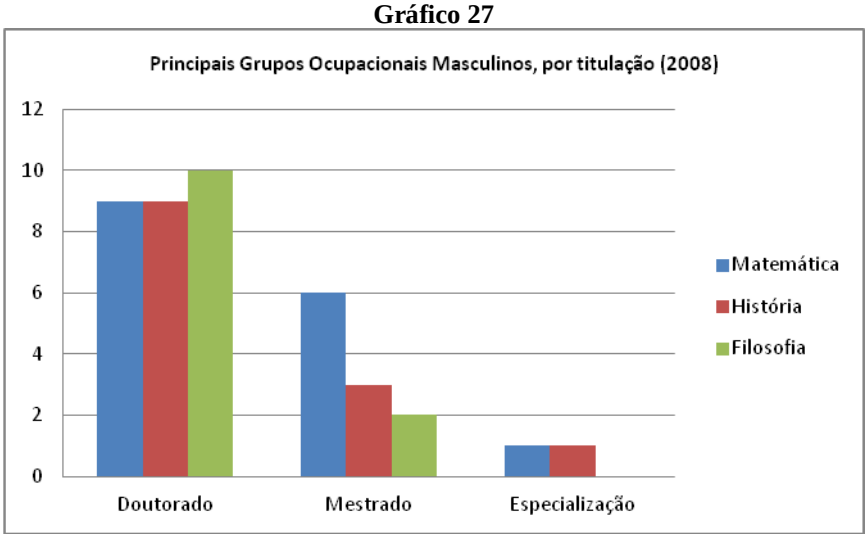
Quanto à titulação dos grupos ocupacionais femininos e masculinos foi constatado, conforme dos Gráficos 26 e 27, entre os cursos que só têm mulheres docentes, enfermagem e serviço social, predomina a titulação de mestre; nos cursos do grupo ocupacional masculino, cada curso com apenas uma docente, predomina a titulação doutorado. Indicando que existe algum entrave para a continuidade da formação profissional das mulheres ou as escolhas destas mulheres estão direcionadas para outros projetos, que não o profissional.

Gráfico 26



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 27

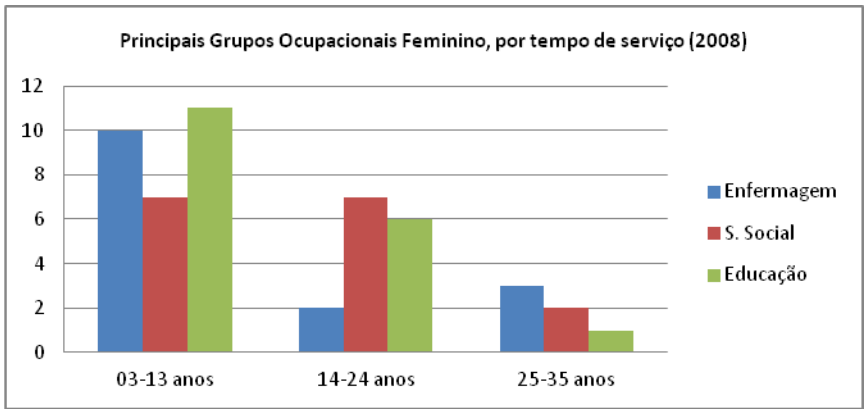


FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

No caso da Educação, confirma-se que a primeira admissão no departamento foi no ano de 1977 de um homem, e a segunda admissão também de um homem especialista no ano de 1979. As explicações para esse fato são históricas, pois o trabalho docente na educação superior brasileira surge como espaço masculino. A mulher é inserida no trabalho docente inicialmente com crianças. Assim, a primeira admissão da mulher no Departamento de Educação da UFS, só de deu no ano de 1982.

Quanto à titulação que prevalece é a titulação de mestrado. Mais um indicativo de que algum fenômeno interfere na continuidade da qualificação profissional.

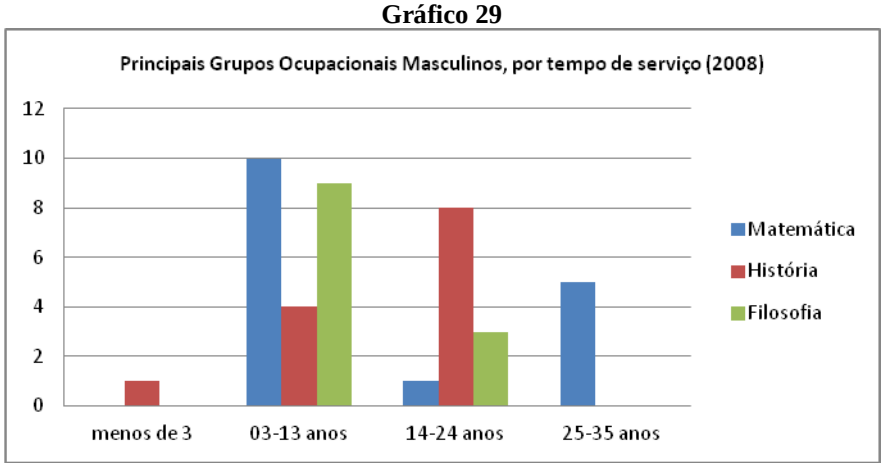
Gráfico 28



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS – Docentes da UFS, 2008.

Já no grupo ocupacional masculino, verifica-se alta titulação (doutorado) indicando que os homens não encontram dificuldades para continuidade dos processos de qualificação profissional ou tem suas escolhas, prioritariamente direcionadas para os projetos profissionais.

Gráfico 29



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

É fato que a progressão na carreira acadêmica tem total relação com o nível de titulação e, portanto, com o nível de qualificação profissional. Segundo Diana Maffia (2002), existem diversas barreiras que impedem tal progresso. No entanto, as mulheres que conseguem progredir tendem a "culpar as outras mulheres pelo abandono, pela falta de paixão a sua carreira, por preferirem a vida familiar e/ou por falta de talento" (MAFFIA, 2002, p. 31).

Nesse sentido, para Diana Maffia, o que leva algumas mulheres a abandonarem seus projetos profissionais são:

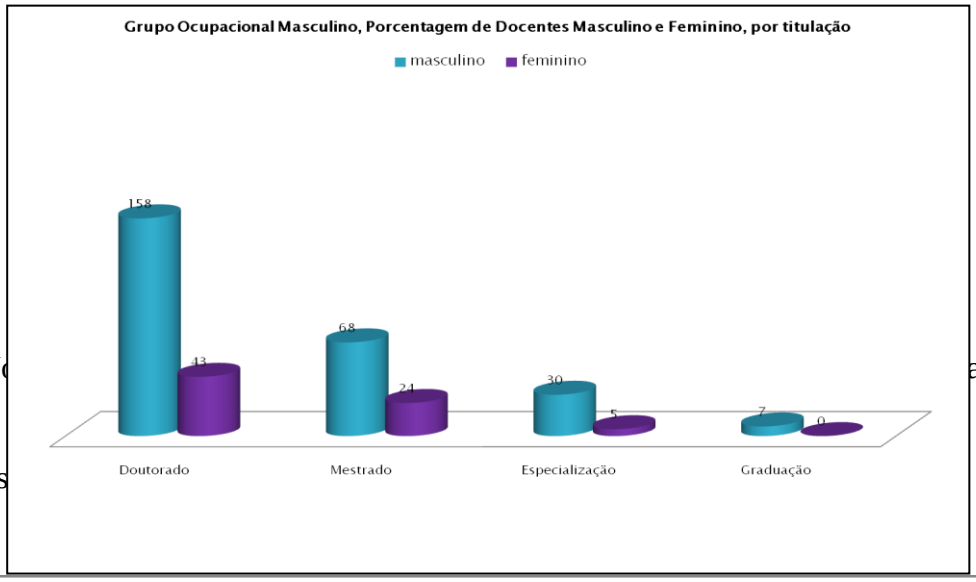
> Os preconceitos de gênero (que impedem uma participação igualmente frutífera e que não permitem mudanças, não só na vida das mulheres como também no resultado da própria ciência) seriam uma parte da base do problema. [...] Apesar dos esforços realizados pelas mulheres para se incorporarem às estruturas científicas e tecnológicas, um bom número delas decide abandoná-las. O problema não parece ser só na escolha da carreira ou na formação, senão, principalmente, na incorporação e retenção profissional. (MAFFIA, 2002, p. 31).

Nos termos desta pesquisa, defende-se que os fenômenos que interferem preponderantemente nos processos de formação e qualificação profissional das docentes estão relacionados às responsabilidades familiares e as áreas priorizadas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade, ou simplesmente, as prioridades das escolhas com relação aos seus projetos de vida. Na primeira hipótese, por ser nordeste e ser ainda, na Universidade Federal de Sergipe, incipientes os programas de formação *stricto senso*, sendo escassos ou recentes, demandam para aquelas/es que optaram por um projeto profissional acadêmico, o deslocamento para outras regiões do país. E isso, não se dá da mesma forma para homens e mulheres, principalmente, para aquelas que são casadas, separadas e tem filhos. Na segunda hipótese, se as mulheres que trabalham na academia, assumiram concomitantemente o projeto familiar, podem vivenciar paradoxos/conflitos relacionados às suas responsabilidades familiares.

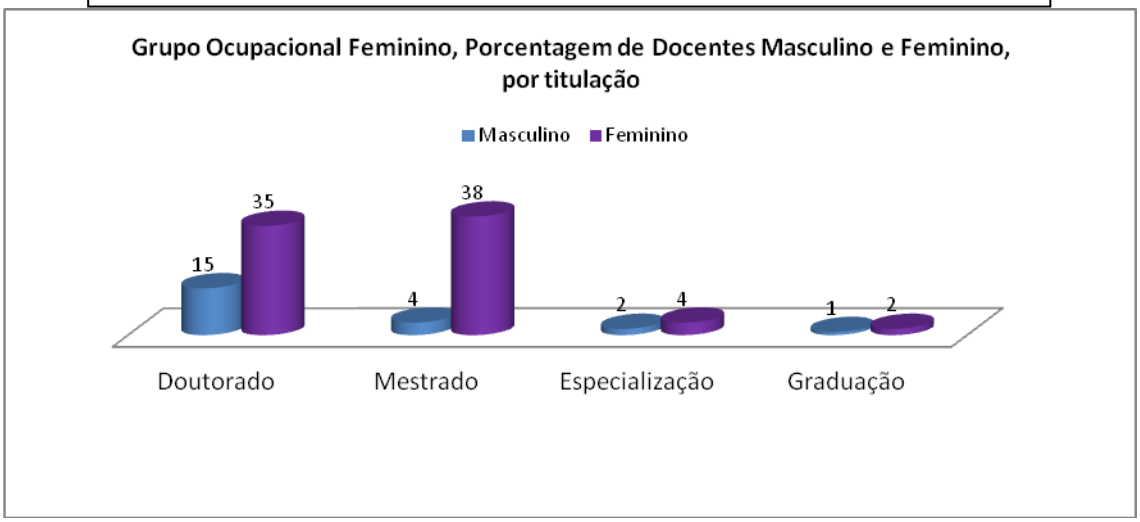
Em termos de qualificação docente, o PDI 2005-2009 da UFS, traça duas linhas de desenvolvimento: a primeira, ampliar para 70% do quadro efetivo o percentual de doutores, a fim de que a UFS possa investir fortemente na criação e consolidação dos programas de pós-graduação. Nesta é preciso demarcar, numa perspectiva das relações entre os sexos, quais áreas e cursos serão priorizados nestes investimentos. Pois poderemos ampliar o quadro de doutores e a universidade desenvolver formas veladas de segregação. Ampliar para 70% o

quadro efetivo deveria significar qualificar os mestres existentes na UFS em doutores. Como os dados apontam no Gráfico 30, dos 263 docentes homens existentes nos *grupos ocupacionais masculinos*, 60,07% tem titulação de doutorado; 25,85% dos docentes são mestres; 11,40% docentes homens são especialistas e 2,66% é graduado.

Gráfico 30



N a. Das 79 docentes 5,06% é especialis



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

As mestras estão nos grupos ocupacionais femininos. Sendo assim, considerando as diferenças sociais, os grupos ocupacionais femininos deveriam receber um olhar específico para a criação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal de Sergipe.

Analisando os programas e planos de qualificação docente e os cursos de formação *stricto sensu* existentes na UFS, constata-se que na Universidade Federal de Sergipe, em 2009 foram lançadas 537 vagas para mestrado e doutorado; foram 435 vagas em 18 cursos de

mestrado, 15 em mestrado profissional e 102 em doutorados. A Tabela 5 apresenta os cursos de graduação e os cursos de pós-graduação existentes na UFS.

TABELA 5 - Graduação e Pós-Graduação, por sexo, na UFS, 2009

CURSOS DE GRADUAÇÃO		CURSOS DE POS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
CCET	*	**CCET**
Eng. Civil	(GOM)	Ciência e Engenharia de Materiais (M/D)
Eng.Química	(GOM)	Ciência e Engenharia de Processos Químicos (M)
C.da Computação	(GOM)	
Física	(GOM)	Física (M/D)
Matemática	(GOM)	
Química	(GOPS)	Química (M)
CCBS		**CCBS**
Biologia	(GOM)	Biotecnologia em Recursos Naturais (M) Biotecnologia (D)
Educação Física	(GOM)	Ecologia Conservação (M)
Enfermagem	(GOF)	Ciências Farmacêuticas (M)
Fisiologia	(GOM)	Ciência e Tecnologia de Alimentos (M)
Morfologia	(GOF)	
Odontologia	(GOPS)	
Eng. Agronômica	(GOM)	Agroecossistemas (M)
Medicina	(GOM)	Ciências da Saúde (M/D)
CCSA		**CCSA**
Administração	(GOPS)	
Direito	(GOM)	
Economia	(GOM)	
Serviço Social	(GOF)	
C. Contábeis	(GOM)	
CECH		**CECH**
Educação	(GOF)	Educação (M/D) e Ensino em Ciências Matemáticas
História	(GOM)	Antropologia (M)
Geografia	(GOPS)	Geografia (M/D)
Letras	(GOF)	Letras (M)
Ciências Sociais	(GOM)	Sociologia (M/D)
Psicologia	(GOPS)	Psicologia Social (M)
Filosofia	(GOM)	Desenvolvimento e Meio Ambiente (M)
Artes e Com. Social	(GOM)	

FONTE: Pesquisa nos Editais da COPGD/UFS

*GOM (Grupo Ocupacional Masculino)
*GOF (Grupo Ocupacional Feminino)
*GOPS (Grupo Ocupacional Pouco Sexuado)

Especificamente, sobre os programas de doutorado da Universidade Federal de Sergipe, a tabela evidencia que os cursos não contribuem para manter a aderência dos currículos das mulheres docentes que precisam qualificar-se doutoras.

TABELA 6: Programas de Pós Graduação, em nível doutorado, da Universidade Federal de Sergipe.

CURSOS	ANO DE CRIAÇÃO
Geografia	2003,2009
Biotecnologia - Renorbio	2006
Educação	2008
Ciências Sociais	2009
Desenvolvimento e Meio Ambiente	2010
Ciências da Saúde	2011
Física	2011
Ciências e Engenharia de Materiais	2012

FONTE: Elaboração própria (2012)

Ampliando a análise, ratifica-se a ordem patriarcal e androcêntrica e a necessidade de entender a lógica que determina a reforma universitária brasileira, a partir do Projeto de Lei que estabelece normas gerais da educação superior e regula a educação superior no sistema federal de ensino, que em seu Art. 6º determina que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES quando a elaboração do plano nacional de pós-graduação, a cada cinco anos, contemplará:

> IV - a consideração das áreas do conhecimento a serem incentivadas, especialmente aquelas que *atendam às demandas de política industrial e comércio exterior* (grifo nosso), promovendo o aumento da competitividade nacional e o estabelecimento de bases sólidas em ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica;

Com isso, consequentemente ratifica-se a parceria entre o capitalismo e o patriarcalismo enquanto sistema dominação exploração. No caso estudado, comprova-se que os homens que ocupam os setores hierárquicos (pró reitorias) enquanto estrutura administrativa da UFS, seguem a risca essas orientações, basta considerar as Tabelas 5 e 6, apresentadas anteriormente, nas quais se apresentam os cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Claro que os critérios para apresentação de propostas para novos cursos *strito sensu* definidos pela CAPES, merecem ser conhecidos e o primeiro deles chama a atenção, qual seja:

1) adequação da proposta ao plano de desenvolvimento institucional da proponente e comprometimento dos dirigentes da instituição com a iniciativa;

Este elemento apresenta-se como responsável pela manutenção da coerência ideológica entre aos planos nacionais, os planos institucionais das instâncias de poder, cujo enfretamento só acontecerá a partir da participação política nos órgãos colegiados, responsáveis por traçar o futuro das instituições. Entretanto, esta participação exige que estas mulheres mobilizadas tenham consciência e compromisso político na perspectiva de garantia de condições de igualdade que respeitem as diferenças entre os sexos, que eliminem os processos de dominação, exploração e opressão existentes ainda na ordem patriarcal e que se concretizam nas barreiras existentes para compatibilizar projetos profissionais, familiares e pessoais numa universidade reformulada e reestruturada a partir de critérios produtivistas e mercadológicos.

Segundo análises de Deise Mancebo (2004), além disso:

> No atual contexto, a ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, ou seja, deixaram de ser suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Com essa mudança, os cientistas e técnicos tornaram-se econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio do conhecimento e da informação. Desse modo, os progressos técnico-científicos podem reverter em melhorias socioeconômicas para o país e para o conjunto da população, mas também podem desenvolver-se em sentido inverso, ampliando os mecanismos de diferenciação social e acumulação de riqueza. A esses "progressos" a universidade deve responder positivamente, não só se reformulando para o atendimento das novas necessidades como também e principalmente fazendo a crítica dessas novas realidades. [...] Nessa lógica tem-se privatização da agenda científica, com a restrição da autonomia acadêmica com relação a decisões sobre linhas de pesquisa, temas de investigação, conteúdos e formas das pesquisas, prazos para conclusão de investigações, avaliação de métodos e de resultados, intercâmbios internacionais, entre outros; (MANCEBO, 2004, p.13-14).

Isso significa que, prioritariamente, a lógica do desenvolvimento econômico que direciona as escolhas das áreas de pós-graduação a serem incentivadas, é uma lógica que deixa de lado o desenvolvimento social e humano da sociedade, principal lócus de atuação das mulheres docentes e em nada contribui para a transformação dos processos de exclusão-dominação por raça, classe e gênero vigentes na sociedade ocidental, simplesmente, reforçam os processos de exclusão e deixam de lado o desenvolvimento da sociedade numa perspectiva e garantia de direitos de cidadania e dos direitos humanos.

Nesse sentido, ou as mulheres vão qualificar-se em outras regiões quando são solteiras ou divorciadas sem filhos, ou contentam-se, no máximo com o mestrado, os baixos salários e a falta de acesso aos editais de pesquisa; ou quando são casadas negociam com seus filhos e maridos o seu deslocamento durante no mínimo três anos, o que não será fácil, considerando que os valores patriarcalistas ainda estão muito arraigados, e as responsabilidades familiares recaem prioritariamente ou exclusivamente sobre as mulheres; ou no caso da monoparentalidade feminina, adiam ao máximo ou estagnam na carreira profissional esperando os filhos crescerem.

A este tipo de segregação identificado nesta pesquisa, denomina-se *Segregação Paralela,* pois não está relacionada somente ao acesso aos postos da hierarquia, mas ao acesso aos melhores salários e aos financiamentos para produção do conhecimento. Assim, a segregação paralela é definida pela falta de acesso aos programas de qualificação profissional e, consequentemente, falta de acesso à titulação que interfere na progressão profissional, imprescindível para permanência e ascensão na carreira docente e produção científica. Por

isso denominada *Segregação Paralela* à *Segregação Vertical*[74] e à *Segregação Horizontal* que tem relação com o fenômeno identificado como *Teto de Vidro*[75], mas difere deste porque está exclusivamente ligada à falta de titulação.

Neste sentido, é imprescindível demarcar que a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, CEDAW, destaca o direito das mulheres as mesmas oportunidades que o homem ao trabalho, à ascensão e à estabilidade no emprego. No caso destas mulheres, têm-se condições de igualdade para acesso e estabilidade, entretanto, existem barreiras veladas ou explícitas inerentes às oportunidades que favorecem a ascensão profissional (titulação e melhores salários) e a participação nas estruturas de poder.

Analisando as variáveis, estado civil e número de filhos, os dados evidenciam que aproximadamente 65% das mulheres docentes da UFS são ou já foram casadas. Isso aponta que as mulheres não abrem mão de constituir família, ou seja, buscam articular trabalho e família. Por outro lado, as análises dos dados evidenciaram que existem entraves para dar continuidade aos processos de qualificação profissional, pois 44,5% (93 mulheres docentes) ainda não avançaram neste processo.

A partir do fenômeno *Segregação Paralela*, mulheres docentes em processos de qualificação *stricto sensu*, num ritmo de progressão/ascensão profissional em determinado momento de suas carreiras não conseguem continuar, elas estacam, confirmando o fenômeno do Teto de Vidro.

No entanto, nesta tese defende-se que a segregação paralela tem relação direta com as áreas priorizadas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* que dificultam para as mulheres a saída para outras regiões do país, relação direta com as responsabilidades familiares e a falta de corresponsabilidade assumida entre Estado, Empresa e maridos como defende o Relatório da OIT/PNUD. Com isso, como agravante define-se que tais mulheres vivenciam barreiras suficientemente fortes para impedi-las de ter acesso aos melhores salários nas categorias de professoras adjuntas, seu teto seriam, portanto, de lona.

---

[74] A *Segregação Vertical* é a que dificulta a progressão das mulheres aos cargos mais elevados da hierarquia profissional e, mesmo quando essa ocupação chega a acontecer, acontece mais tardiamente do que para os homens e, portanto, não tendo acesso aos cargos mais elevados também não tem acesso aos salários mais elevados. A *Segregação Horizontal* é verificada através na naturalização de determinadas ocupações femininas a partir das especificidades de gênero biologicistas.

[75] Segundo Andrea Steil (1997), O conceito de teto de vidro foi introduzido na década de 80 nos Estados Unidos, para descrever uma barreira que de tão sutil, é transparente, mas suficientemente forte para impossibilitar a ascensão de mulheres a níveis mais altos da hierarquia organizacional. Tal barreira afetaria as mulheres como grupo, impedindo avanços individuais exclusivamente em função do seu gênero, e não pela inabilidade de ocupar posições no todo da hierarquia organizacional. Uma das características deste fenômeno é a perversidade (STEIL, 1997, p. 62).

Em termos de universalidade, numa sociedade onde cada vez mais são exigidos elevados níveis de qualificação, as mulheres do contexto nordestino estão em desvantagem. Entretanto, se um dos objetivos do PDI/UFS 2005-2009 é elevar o perfil de qualificação dos docentes para atender as demandas de pesquisa e de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, estas mulheres deverão ganhar uma atenção especial para que este objetivo seja atingido. Caso contrário, estarão fatalmente excluídas dos programas de pesquisa e da inserção como docente nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, acirrando ainda mais o caráter androcêntrico da academia.

Esses investimentos também são importantes, porque nos grupos ocupacionais masculinos, as mulheres só têm acesso aos postos docentes com elevado índice de qualificação profissional, como comprovado na matemática[76].

Numa perspectiva de alcançar maior equidade de gênero dentro da academia, a pesquisa aponta que deveriam ser priorizadas, quando da elaboração dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, para as docentes que já trabalham na UFS, as seguintes áreas em nível de doutorado: Enfermagem, Serviço Social, Letras, Psicologia, Administração, Odontologia, Direito, exatamente nesta ordem. Como mostrou a Tabela 6, uma demanda ainda em aberto.

Por outro lado, fica evidente que a implantação de novos cursos de pós-graduação em nível de mestrado acadêmico trata-se de uma política de governo, que vem expandindo a universidade pública, principalmente quando analisamos a Tabela 7. Principalmente a partir do ano de 2008, constata-se a ampliação da oferta de mestrados, ratificada enquanto política de governo através da Portaria nº 193, de 4 de outubro de 2011 da CAPES, que fixou as normas e procedimentos para a apresentação e avaliação de propostas de cursos novos de mestrado e doutorado. São cursos que com certeza favorecerão as estudantes de graduação dos dias de hoje, e as docentes que apenas possuem graduação e especialização.

TABELA 7: Programas de Pós Graduação, em nível mestrado acadêmico, da Universidade Federal de Sergipe, por ano de criação.

ANO DE CRIAÇÃO	CURSOS Mestrado Acadêmico

[76] No ano de 2011, foi implantado do Mestrado em Matemática da Universidade Federal de Sergipe, atendendo a necessidade explicita na proposta de necessidade crucial da região nordeste e, em particular, do Estado de Sergipe, com impacto direto sobre todos os níveis de ensino. O PROMAT da UFS, em nível de mestrado, teve suas atividades iniciadas em outubro de 2010, com o objetivo de qualificar os professores da rede básica de ensino e atender a demanda de ofertar aos egressos da matemática o mestrado favorecendo que continuem seus estudos em Sergipe, precisando sair apenas para cursar o Doutorado. Esta fala demarca o comprovado anteriormente de barreiras exigentes na qualificação das substitutas da graduação e matemática na UFS. O texto informa inclusive para onde se direcionavam os alunos graduados na matemática: IMPA, UFPE, UFAL, UFC, USP, UFPB, Unicamp, UFMG e UNB.

2012	Administração Ciência e Engenharia de Materiais Comunicação Filosofia História Odontologia Recursos Hídricos
2011	Agroecossistemas Arqueologia Ciências da Saúde Ciências Fisiológicas Direito Educação Física Engenharia Civil Engenharia Elétrica Geociências e Análise de Bacias Matemática Serviço Social
2010	Biologia Parasitária Ciência da Computação Zootecnia
2009	Antropologia Ensino de Ciências e Matemática
2008	Biotecnologia de Recursos Naturais Ciência e Tecnologia de Alimentos Ciências Farmacêuticas Ecologia e Conservação Letras Psicologia social
2007	Engenharia Química
2003	Química
2001	Ciências Sociais
1995	Desenvolvimento e Meio Ambiente
1994	Educação Física
1985	Geografia

FONTE: Elaboração própria (2012)

Uma etapa foi ultrapassada para estas mulheres, está dada a possibilidade de cursar mestrado para muitas das áreas de (Serviço Social, Letras, Psicologia, Administração, Odontologia, Direito), mas, não ainda, em nível de doutorado, o que atingiria principalmente as docentes da instituição.

Em nível de doutorado, os cursos recentemente criados na UFS: Ciência e Engenharia de Materiais, Biotecnologia e Sociologia privilegiam os grupos ocupacionais masculinos. A exceção do doutorado em Ciências da Saúde que poderá beneficiar as mestras em Enfermagem.

Trata-se de um passo importante, pois contar com programas de qualificação para as mulheres, em médio ou longo prazo é apenas vencer o primeiro obstáculo dos muitos que terão que enfrentar se por ventura optarem por conciliar profissão, estudo e família. Isso é resultante da ideologia adotada pela universidade pública brasileira e pelas representações de

classe profissional que ainda não visualizam a articulação trabalho-família como uma questão social, principalmente, nos processos de seleção das bolsas para estudo em nível de mestrado e doutorado. Nestas, o fato de declarar ser estudante, profissional e mãe funcionaria como um elemento de dificuldade/eliminação/exclusão da seleção.

Busca-se aqui, os argumentos utilizados por Laura Pautassi (2007), de que para se criar sistemas mais equitativos, aqueles nos quais o acesso se dê em função da qualidade de cidadã é preciso distinguir os conceitos de discriminação e desigualdade, e analisar os pressupostos sobre a igualdade e a diferença de gênero, só assim é possível apresentar políticas públicas e projetos institucionais que revertam às situações de iniquidade, atualmente vigentes. Proibindo práticas discriminatórias e medidas que permitam combinar as responsabilidades trabalhistas e familiares das mães/pais.

> A maternidade, no quadro da flexibilização trabalhista, passa a ser uma fonte de desvantagem para as mulheres. [...] A maternidade deixa de ser uma função social, protegida pelo Estado, e passa a ser uma questão individual que, agravada pela negação dos serviços sociais estatais, na maior parte dos países latino-americanos, torna ainda mais complexa a situação das mulheres trabalhadoras. [...] A situação atual na América Latina se caracteriza também pela persistência da cultura onde a responsabilidade do cuidado do lar e dos filhos recai principalmente sobre as mulheres, e não sobre os casais. [...]Muito embora seja um problema cultural, é muito significativo que o Estado o reforce por meio da legislação e das políticas, e destine às mulheres uma dupla função, no mesmo ato em que regula as relações entre trabalhador e empregador. [...] É precisamente no Âmbito das políticas de conciliação entre tarefas produtivas e a criação dos filhos (trabalho reprodutivo), que devem concentrar-se ações afirmativas nas regulações trabalhistas, a fim de promover um verdadeiro avanço no princípio da igualdade. (PAUTASSI, 2007, p.77)

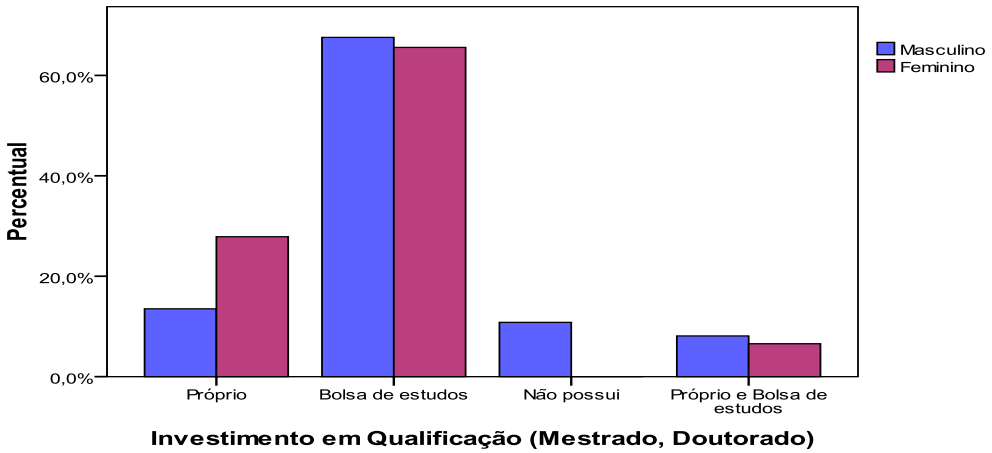
Partindo do entendimento de que o sistema dominação exploração é um nó entre capitalismo, patriarcalismo e racismo defende-se que ações afirmativas[77] que busquem

[77] A título de observação: O Programa de Ações Afirmativas, instituído pela Resolução nº 80/2008/CONEPE foi apresentada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), demandada pela Portaria 1110/2007 na qual o reitor cria uma comissão responsável por pensar um modelo de Programa de Ações Afirmativas, composta por: 02 representantes do NEAB, 01 representante da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe, 01 representante de cada Centro da UFS, 02 representantes da Pró-Reitoria de Graduação da UFS, 01 representante da Coordenação de Concurso Vestibular, 01 representante do Colégio de Aplicação da UFS, 01 representante do Diretório Central dos Estudantes, 01 representante do sindicato dos funcionários (SINTUFS), 02 representantes do Departamento de Educação da UFS, sendo coordenada pelo NEAB. O modelo apresentado e implantado abrange procedimentos para acesso e a permanência de alunos deficientes, alunos oriundos de escola pública e alunos pardos, pretos e indígenas. O sistema reserva 50% das vagas totais de todos os cursos de graduação para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio e pelo menos quatro anos do ensino fundamental em instituições públicas estaduais e municipais de ensino; reserva 70% das vagas reservadas para os alunos da Cota Social de todos os cursos de graduação para candidatos que se auto-declararem pardos, negros ou indígenas; reserva 01 vaga para portadores de deficiência.

diminuir as desigualdades sociais devem ter como diretrizes as diferenças de classe, raça e entre os sexos, pois um processo não acontece separado do outro.

Ao grupo de respondente do questionário da pesquisa foi perguntado sobre investimento em qualificação profissional, o Gráfico 32 mostra que as mulheres têm um maior percentual de investimento próprio, mas a grande maioria de homens e mulheres contou com bolsas de estudos para desenvolver seus processos de qualificação profissional.

Gráfico 32. Investimento em Qualificação Profissional, por sexo, UFS/SE, 2010.



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

No Brasil, os dados do CNPQ[78] mostram que desde 1998 as mulheres já são maioria nas concessões de bolsas de mestrado (52,1%). No doutorado, no entanto, em 1995 os homens dominavam: além de o número de concessões serem maior para eles, tal realidade se manteve inalterada ao longo de toda a década de 90, com 69,5% de bolsas. Ainda de acordo com as análises do CNPQ, a menor presença feminina nessas bolsas pode ser atribuída à inserção tardia das mulheres no sistema, mas o fato de as mulheres serem maioria nas universidades e nas bolsas de iniciação científica (52,8%) e de mestrado faz supor que, no futuro, a participação feminina na carreira científica em todos os níveis será alterada.

Os dados do CNPQ (2001-2007) sobre o número de bolsas-ano de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil e no Exterior mostram que: nas bolsas concedidas para qualificação em mestrado, doutorado e pós-doutorado, as mulheres, desde 2006 apresentam percentuais de 52%, 50% e 52%, respectivamente.

---

[78] Fonte: www.cnpq.be/estatística/docs/pdf_bolsas/tab_2.9.1.pdf. Acesso em 31 de maio de 2008.

No entanto, as bolsas concedidas para processos de qualificação no Exterior nos níveis, Doutorado, Doutorado Sanduíche e Pós-Doutorado, constata-se um alto índice de desigualdade. No nível de Doutorado, de 2001-2007, os homens apresentam percentuais sempre superiores a 59%, chegando a 72%. No doutorado-sanduíche, as mulheres, no período de 2001-2004, tiveram um percentual entre 51% e 53%; e no Pós-Doutorado entre 2001-2007, os homens tiveram percentuais de acesso entre 60% a 71%.

Os dados relevam o fato de que as mulheres inserem-se, principalmente, na modalidade doutorado sanduíche, provavelmente pelo menor tempo de permanência no exterior. Trata-se de uma informação importante na medida em que a qualificação e a competência para a produção do conhecimento, só tem reconhecimento a partir da titulação de doutorado; bem como o acesso aos editais de financiamento para a produção da pesquisa, ou mesmo o acesso, a grande maioria dos concursos federais para o ensino superior e aos melhores salários, da categoria adjunto.

5.2.2 Salário na carreira do magistério superior e a segregação paralela.

As universidades e demais instituições federais de ensino superior tem um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente definido na Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008, a qual assegura o princípio da isonomia salarial e a uniformidade dos critérios, tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor. A lei define que integram o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, os cargos efetivos e empregos permanentes e as funções de confiança (atividades de direção, chefia e assessoramento).

Quanto ao salário, a Lei 11.344, de 8 de setembro de 2006, art. 20 estabelece que a partir de 1º de fevereiro de 2009, a remuneração do professor de magistério superior passou a ser composta de:

I – Vencimento Básico (A)

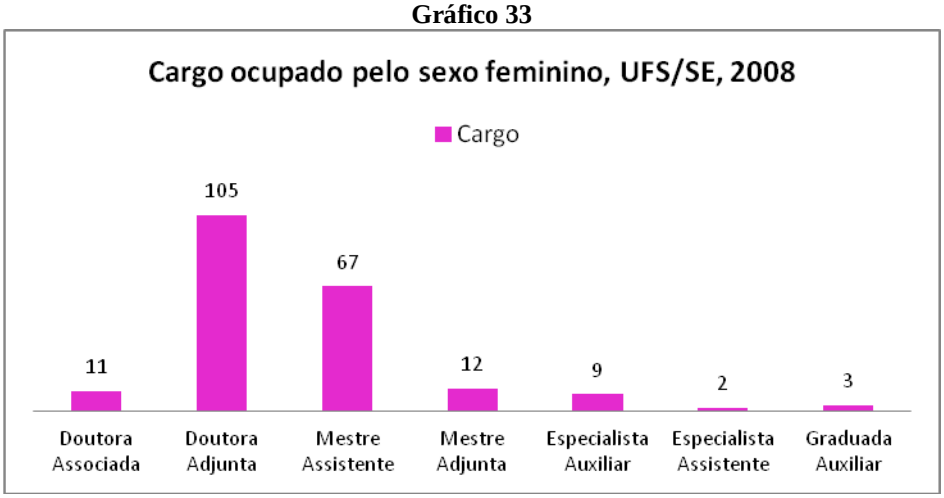
II – Retribuição por Titulação – RT (B)

III – Gratificação Específica do Magistério Superior – GEMAS (C)

Isso significa que o salário do professor de magistério superior é composto por três valores, ou seja, salário=A+B+C. “A” é o vencimento básico, “B” é a retribuição por titulação, conforme regime de trabalho, cargo e titulação e “C” é a gratificação específica do magistério superior, também conforme seu regime de trabalho (20h, 40h ou DE), cargo, (titular, associado, adjunto, assistente e auxiliar) e titulação.

Constata-se que as mulheres ocupam os cargos docentes, principalmente, como doutora adjunta e mestre assistente, como mostra o Gráfico 33.

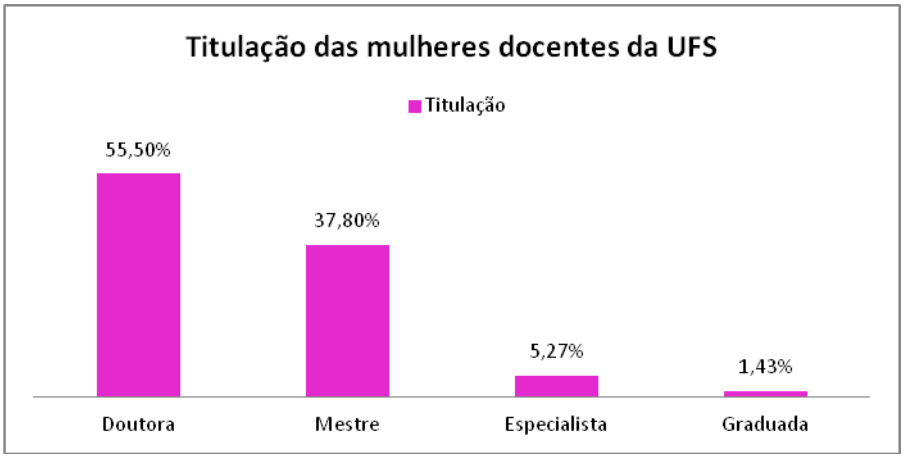
Gráfico 33



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

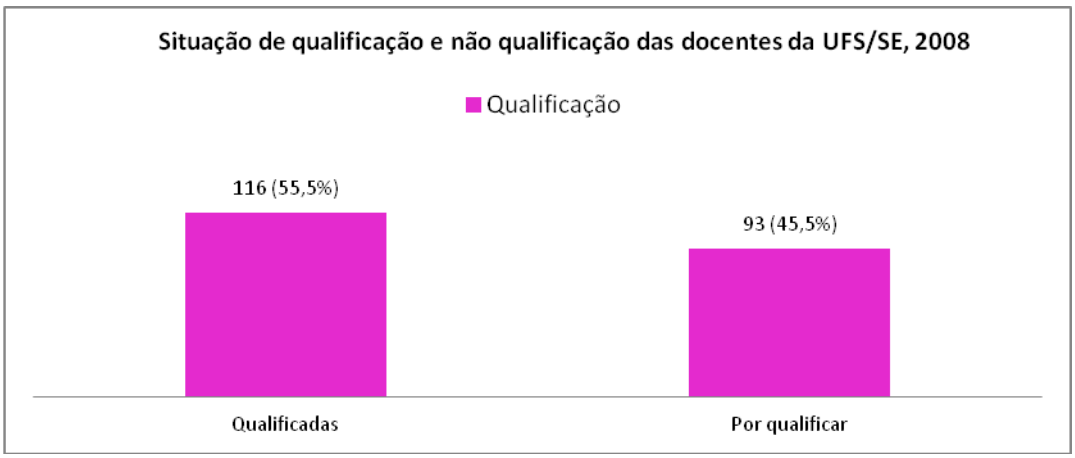
Entretanto, se cruzamos esta análise com o processo de qualificação docente, no qual só a partir da titulação doutorado, os profissionais terão acesso aos melhores salários e aos editais de financiamento de pesquisa, constata-se, como mostra o Gráfico 34 e 35, que 55,5% das mulheres docentes da UFS têm titulação em doutorado (116 mulheres docentes), mas somente 5,26% as doutoras associadas têm os maiores salários; somando as que ainda precisam obter a titulação doutora constata-se que nada menos que 44,5% do quadro docente feminino, 93 mulheres docentes entre mestre, especialistas e graduadas ainda precisam qualificar-se e obviamente, tem menores salários. Em termos da universalidade, essa constatação também remete à análise das políticas qualificação profissional e das ofertas dos cursos de pós-graduação em nível doutorado na UFS, como analisado anteriormente.

Gráfico 34



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 35



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Falar em qualificação para as mulheres, principalmente, estas mulheres, demanda falar também em deslocamento para outras regiões do país, onde se concentram os programas de pós-graduação em nível de doutorado em suas áreas de atuação. Nesse sentido, o aprofundamento das análises sob uma perspectiva das relações entre os sexos está relacionado aos processos de qualificação profissional, que levam ao acesso ao título e às gratificações específicas. Se constatamos que os grupos ocupacionais femininos, a titulação que prevalece é a de mestre, consequentemente, relacionadas aos seus pares doutores dos grupos ocupacionais masculinos e as próprias mulheres doutoras subentende-se que o salário da maioria das mulheres é menor.

Esta constatação demarca que: se o salário de 45,5% das mulheres é menor, por ainda não terem titulação de doutorado; se os doutorados ofertados nos programas da UFS não atendem suas demandas; como podem deslocar-se para outras regiões do país para ter acesso

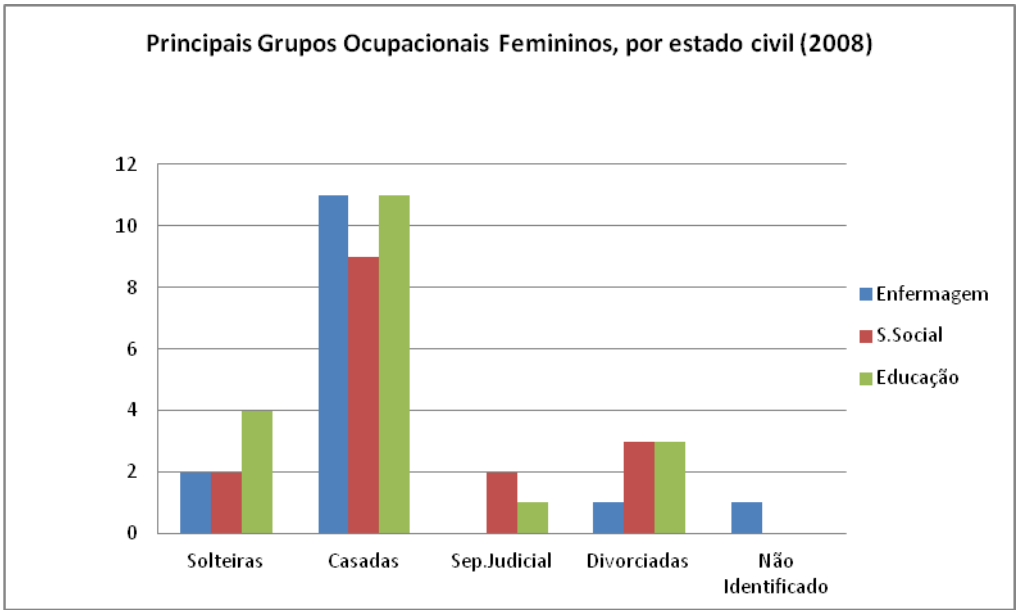
à titulação doutorado, se o maior número de investimentos próprio está no grupo feminino? Aqui, mais uma vez, confirma-se o processo de segregação paralela, definido acima. Portanto, para estas mulheres seu teto é denominado *Teto de Lona*, fazendo uma analogia ao Teto de Vidro e ao contexto nordestino brasileiro.

Esta constatação remete à discussão sobre o exercício da autonomia universitária esclarecida no Art. 14 do Projeto de Lei principalmente quanto à autonomia administrativa para elaborar normas próprias, escolher seus dirigentes e administrar seu pessoal docente, discente, técnico e administrativo e gerir seus recursos materiais, pois se tomado como exemplo a UFS os cursos de pós-graduação em nível doutorado, que estão sendo incentivados são de áreas predominantemente dominadas pelos homens. De toda sorte, ainda, se considerado o sexo de quem ocupa os postos de decisão e o corporativismo existentes no espaço acadêmico, ratifica-se que as mulheres estão em desvantagem. Consequentemente, aponta-se que a autonomia da universidade seja mobilizada por seus dirigentes numa perspectiva mais justa, de garantia de direitos de igualdade e equidade entre os sexos, considerando o nó entre capitalismo, patriarcalismo e racismo.

5.2.3 Solteiras ou casadas, mas sem filhos.

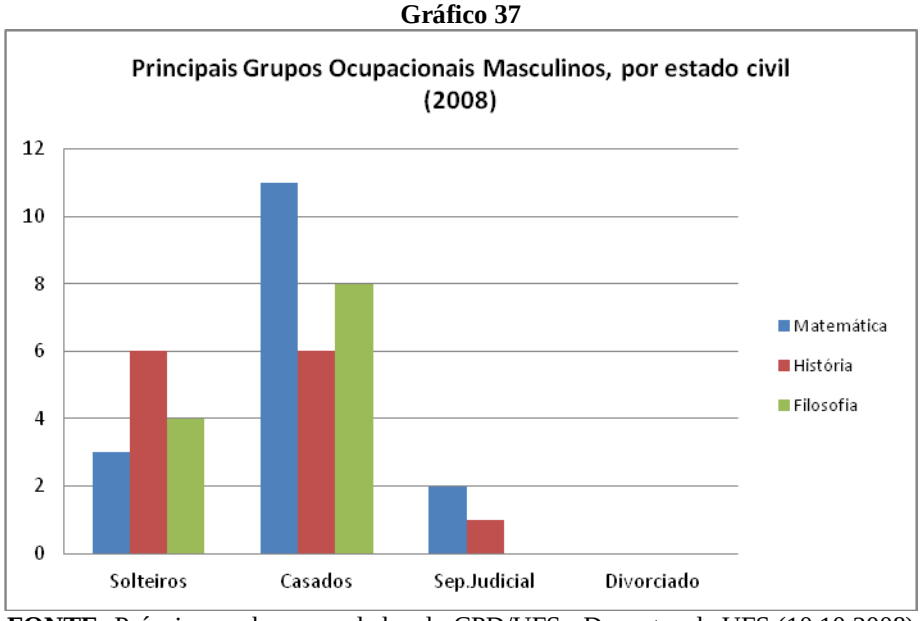
Analisando a variável, estado civil, nos grupos ocupacionais, feminino e masculino, foi possível elaborar os Gráficos 36 e 37.

Gráfico 36



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 37



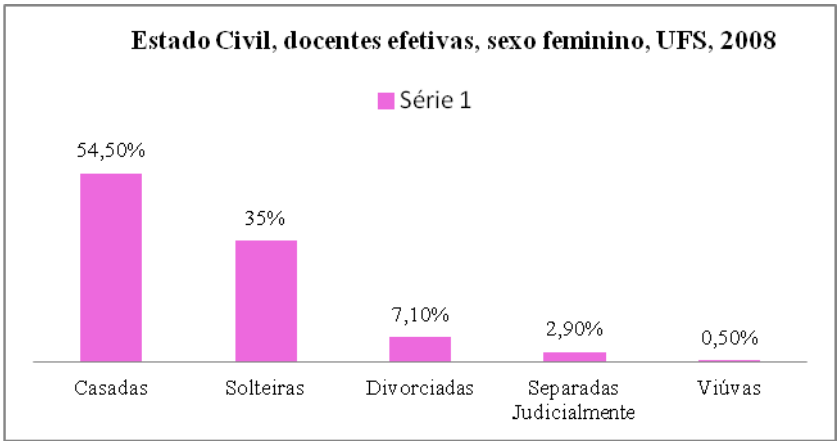
FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS (10.10.2008)

Os gráficos evidenciam que nos dois grupos ocupacionais prevalece o estado civil casado. No entanto, o maior índice de separação judicial/divórcio está no Grupo Ocupacional Feminino. O que indica que quando as mulheres não estão satisfeitas em suas relações conjugais demandam a separação judicial/divórcio, oferecendo elementos que rompem ou minam os valores patriarcais, principalmente, neste momento histórico no qual a mulher divorciada já não é mais isolada e discriminada pela sociedade. Apesar de ainda continuar assumindo o ônus direto do cuidar dos filhos, na articulação profissão-família, mesmo com o

elemento jurídico da guarda compartilhada, ainda não se verificam as responsabilidades compartilhadas no que diz respeito aos filhos dos casais separados. O que pode provavelmente, interferir na continuidade dos processos de qualificação profissional.

Em termos gerais, durante as análises dos dados do perfil docente identificamos que 35% das docentes da UFS são solteiras e têm inserção recente nos departamentos inclusive naqueles considerados grupos ocupacionais masculinos, mas para que tal inserção aconteça as mulheres devem ir em busca da mais alta titulação. Com relação ao estado civil, 209 mulheres que constituem a população pesquisada apresentam o perfil conforme o Gráfico 38.

GRÁFICO 38

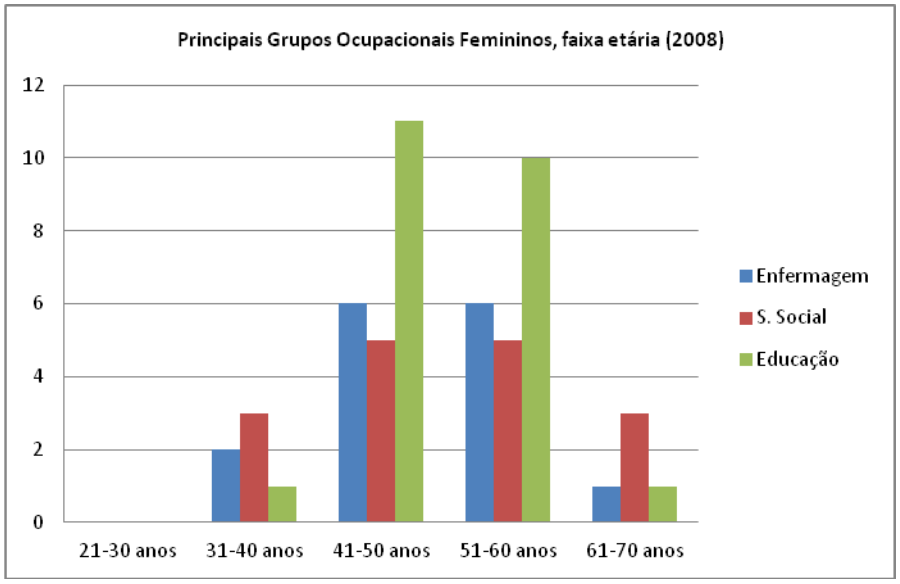


FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

O Gráfico 38 mostra que aproximadamente, 65% das professoras da UFS são ou já foram casadas; e as solteiras representam 35% do total analisado. Em termos gerais, 65% das mulheres estariam em condições de vivenciar os conflitos da articulação trabalho-família, ou para deslocar-se em busca de qualificação profissional, mesmo não tendo filhos.

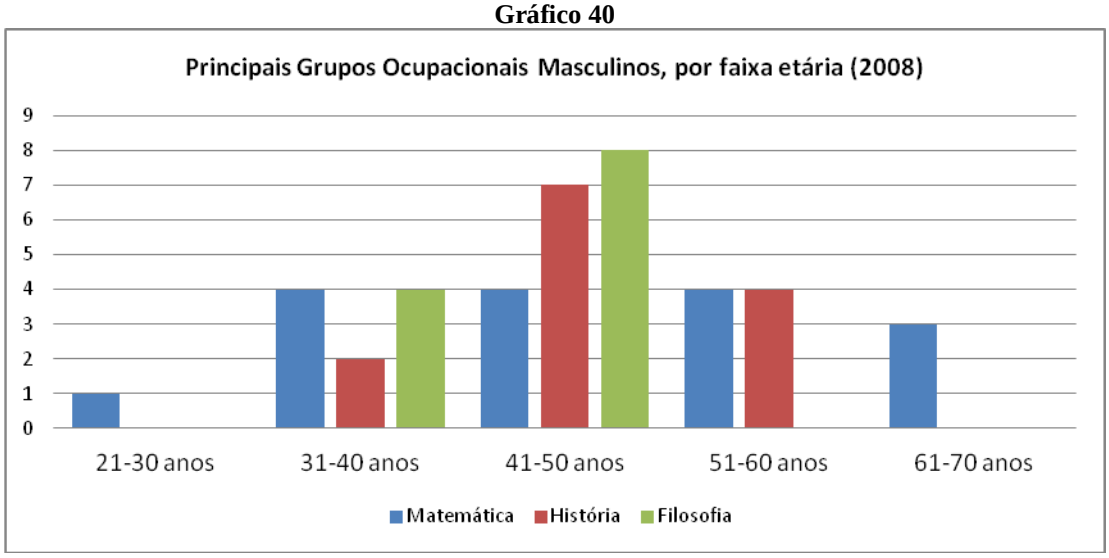
No tocante à faixa etária, os Gráficos 39 e 40 evidenciam que prevalece a faixa etária entre 41-50anos, no Grupo Ocupacional Feminino e no Grupo Ocupacional Masculino também.

Gráfico 39



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 40



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

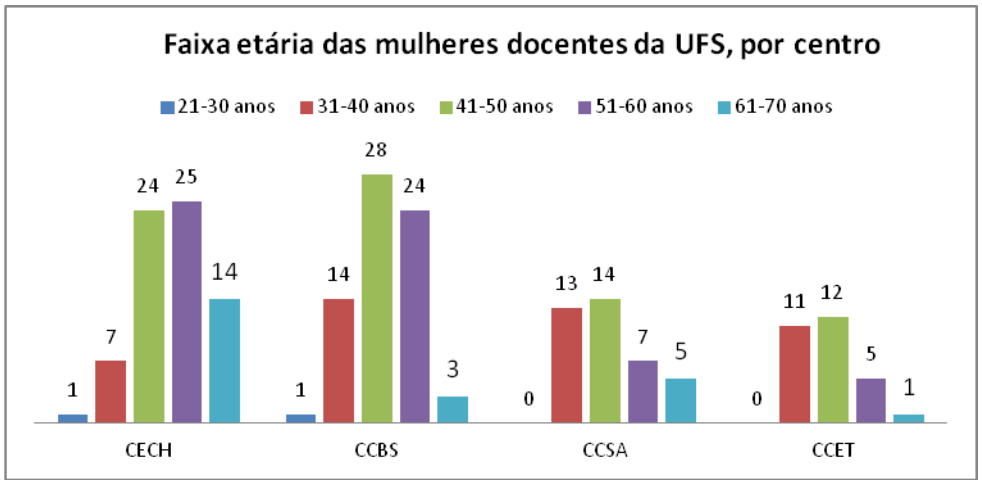
As análises da variável, faixa etária, são essenciais quando cruzadas com o tempo de serviço para conhecermos o período da inserção dos homens e das mulheres no trabalho acadêmico.

Stephen G. Brush apud Lima (2002) aponta que a atribuição do mundo privado como responsabilidade prioritária ou exclusiva das mulheres faz com que a sua trajetória profissional seja condicionada às demandas familiares. Quando uma mulher chega ao cargo de professora assistente, é provável que esteja beirando os 30 anos. Tem então cinco ou seis anos para produzir excelentes artigos em quantidade suficiente para obter estabilidade. Se tiver filhos, deverá atender às obrigações familiares enquanto compete com outros cientistas

que trabalham pelo menos 60 horas por semana. Se adiar a maternidade, o relógio biológico se esgotará quase ao mesmo tempo em que o relógio da progressão ou ascensão profissional. Daí, advém provavelmente, a constatação de que as mulheres casam-se, mas optam por não ter filhos, confirmando os dados demográficos apresentados em âmbito nacional.

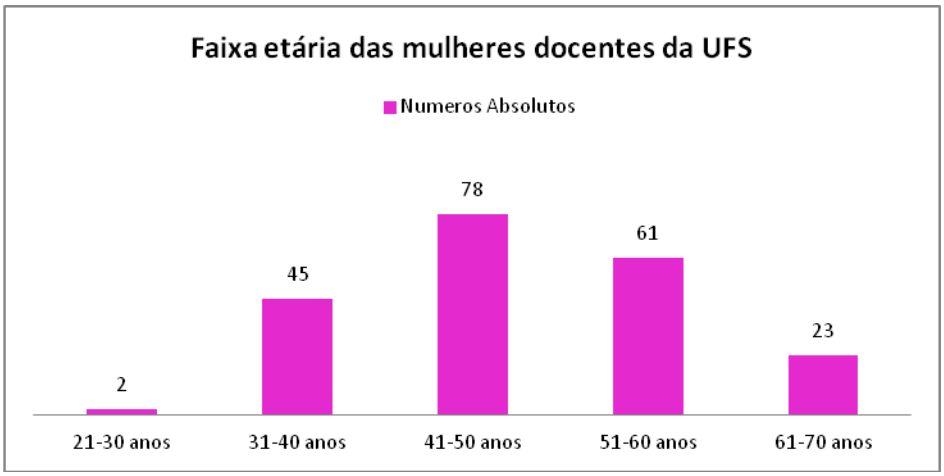
Com relação à faixa etária, nos centros onde as mulheres predominam prevalecem as faixas-etárias de 41-50 anos e 51–60 anos. Já nos centros (CCSA e CCET) onde as mulheres têm pouca inserção, prevalecem as faixas-etárias de 31-40 anos e 41-50 anos e tem maior índice da titulação doutorado. Comprovando que nestes (CCSA e CCET) a inserção é bem mais recente que no CECH e no CCBS e exige das mulheres a mais alta titulação, conforme Gráficos 41 e 42.

Gráfico 41



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 42

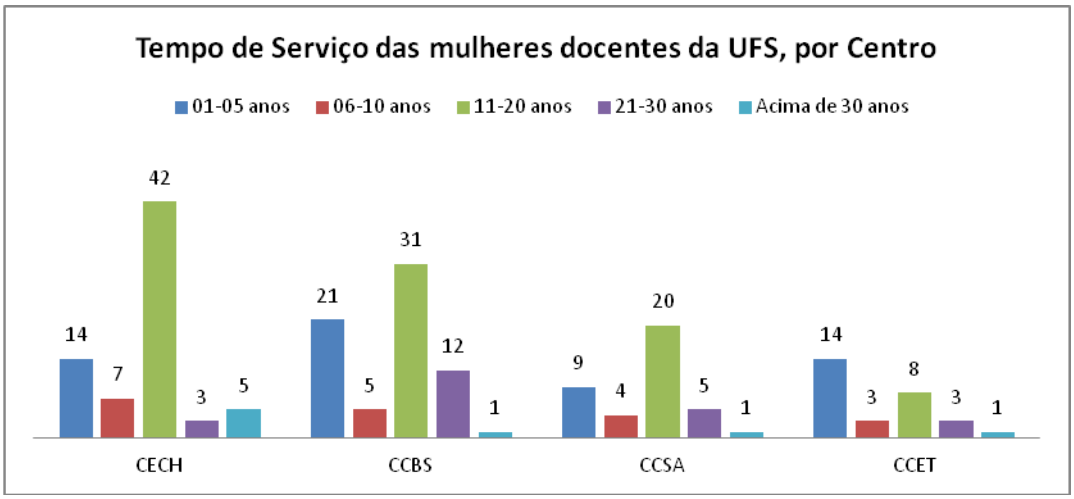


FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Nesse sentido, é interessante o cruzamento desta análise com a variável, tempo de serviços destas professoras, por centro. Nos centros onde prevalecem, as mulheres com faixa-etária acima de 41 anos de idade, o tempo de serviço predominante entre as docentes é de 11-20 anos. Isso indica que as mulheres inseriram-se na docência superior da UFS, principalmente, a partir de 1989. E se, hoje, estão na faixa etária de 40 anos de idade, na época estavam na faixa etária de 20 anos de idade. Trata-se de uma conjuntura onde para a inserção no quadro docente não era exigida alta titulação.

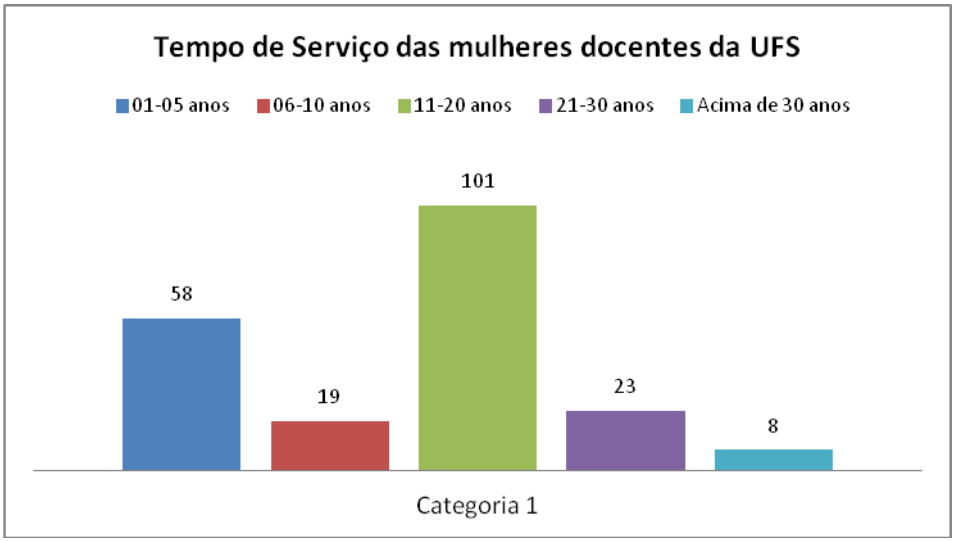
Note-se que o tempo de serviço acima de 30 anos, se comparado aos demais centros, só é predominante no CECH. Já no CCET, prevalece o tempo de serviço na faixa de 01-05anos. O que indica concursadas recentes, muitas ainda em estágio probatório, iniciando a carreira docente. Isso aponta que as mulheres estão procurando inserirem-se nos chamados grupos ocupacionais masculinos.

Gráfico 43



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 44



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Em termos gerais, a análise dos dados comprova a inserção recente do trabalho docente em nível superior, elevada faixa etária e necessidade de aprofundamento quanto à opção entre as docentes pela não maternidade e, provavelmente, quanto às dificuldades/possibilidades para articulação entre projeto profissional e projeto familiar e acesso aos programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

5.3 TUDO MUDA GARANTINDO A IGUALDADE DE ACESSO, MAS NADA MUDA SEM CONSIDERAR AS DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES. A ORDEM PATRIARCAL PREVALECE.

5.3.1 Tudo muda: a produtividade é feminina.

Segundo Nádia Lima (2002), as universidades continuam a reproduzir o androcentrismo e a representar seus espaços como masculinos, principalmente, em se tratando da pesquisa, da direção e administração institucional dos centros acadêmicos. Tanto pela linguagem, como pelas imagens veiculadas, o que nos chega é essa construção simbólica de cientista como correspondente à imagem de um homem, branco e aburguesado, seja pela sua

própria origem de classe, seja por estar bem perto dela, como *pequena burguesia,* classe média.

No entanto, a autora usa os dados do levantamento sobre os pesquisadores brasileiros divulgados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), os quais sugerem um perfil diferente do profissional dedicado à ciência. Constata-se uma mudança de gênero, pois as mulheres representam 44% do total dos pesquisadores brasileiros. Apesar dessa arrancada feminina no mundo da ciência, ainda, se evidencia que essa participação vem acontecendo de modo dicotomizado, ou ainda está aquém da presença masculina.

Mesmo após vencerem as barreiras de acesso a alguns espaços da carreira acadêmica, as mulheres não estariam avançando dentro deste espaço da mesma maneira e na mesma velocidade que os homens, sendo utilizada para tanto a explicação tradicional de *que as mulheres produzem, cientificamente, menos*. Nesse sentido, esta seção propõe conhecer o debate sobre a produtividade e apresentar a realidade do campo empírico desta pesquisa.

Eva Blay e Rosana Conceição, no artigo intitulado *A mulher como tema nas disciplinas da USP* (1991), apontam para o fato de haver uma produção científica igualitária no corpo docente da USP, o que desbancaria o argumento apresentado por Léa Velho e Elena Léon de que as mulheres produzem menos. Entretanto, no ranking da ciência, realizado em 1999 no Brasil, constatou-se que a produção da cientista estava aquém da de seus colegas homens.

Nadia Lima (2002) analisa que, na Suécia, país considerado pela ONU como o de maior igualdade sexual no mundo, uma mulher cientista tem que ser 2,5 vezes mais produtiva do que seu colega homem, para ser avaliada igualmente a este e receber financiamento para projetos de pesquisa. Neste sentido, os processos de dominação exploração complexificam-se.

No âmbito internacional, as pesquisas americanas de Zuckermand (1992) apud Marry (2008) mostram que mulheres e homens superestimam a incompatibilidade dos encargos familiares com um intenso trabalho científico. Já as pesquisas Alemãs de Bochow e Joas (1987) apud Marry (2008) mostram que essa relação é identificada apenas para os homens: com a experiência controlada, os pais de família publicam muito mais do que os que não têm filhos, enquanto que entre as mulheres não há diferença de produtividade conforme tenham filhos ou não. As pesquisas de Xie e Schauman (2004) mostram que o estatuto familiar (casamento, presença de filhos) não tem uma influência significativa na produtividade. Na França, Turner (2003) apud Marry (2008), constata uma produtividade um pouco inferior das mulheres (em termos de número de artigos por ano) e os artigos das mulheres são menos

citados. Pesquisas francesas recentes sobre as carreiras de pesquisadores e professores-pesquisadores sugerem deslocar a atenção das mulheres e de sua família para os mecanismos institucionais e as culturas que geram ou não a discriminação sexual. A atenção seria dirigida aos modos e aos processos de avaliação entre os pares.

No contexto brasileiro, são interessantes as análises de Cecília Coimbra (2004), para quem os recursos e financiamentos alocados na educação superior pública, tem sido irrisórios devido à política neoliberal de Estado. A situação se agrava ainda mais quando a análise refere-se aos recursos direcionados às ciências humanas e sociais, pois estas vêm sendo subalternizadas, desqualificadas e inferiorizadas em relação às outras áreas do conhecimento. Numa perspectiva das relações entre os sexos, acrescentamos que os recursos e financiamentos para a pesquisa e pós-graduação têm endereço prioritário, ou seja, o destino são as ciências exatas e tecnológicas, que priorizam os interesses mercadológicos, o ideário racionalista e são os espaços masculinos de atuação na ciência. A autora demarca ainda que na lógica androcêntrica, patriarcalista, racionalista e neoliberal:

> Existiria uma tensão e, mesmo oposição entre ciência (representada pelas áreas tecnológicas) e política (representada pelas "humanidades"). Diante da "objetividade", "racionalidade", "cientificidade" e "previsibilidade" presentes nas áreas das ciências exatas e biológicas teríamos em oposição a subjetividade, a pouca racionalidade e cientificidade e nenhuma previsibilidade por parte das ciências humanas [...] Entretanto, cabe perguntar: quem determina e como são determinados os temas que deverão ser pesquisados pela academia? O que é legitimo de ser pesquisado? Como se produz essa legitimidade? [...] Quem define as possíveis aplicações do conhecimento à realidade, à sociedade? Quem define as necessidades dos lugares e momentos em que o conhecimento é produzido? Quem define a tal demanda social que o conhecimento e a universidade deveriam atender? (COIMBRA, 2004, p.91).

Um debate já enfrentado na subseção *5.2.1 A segregação paralela e o teto de lona*. Entretanto, Cecília Coimbra (2004), destaca a necessidade de voltar o olhar para os modos e processos de avaliação entre os pares. Isso acontece, por exemplo, nas avaliações para as *bolsas de produtividade de pesquisa do CNPQ*.

Com relação às bolsas de produtividade em pesquisa, Estela Aquino (2006) expõe que a grande maioria (67,8%) é destinada aos homens, o que se acentua na medida em que aumenta o nível hierárquico. A partir desta constatação, a autora questiona: Quais os fatores que explicam tal discrepância? Seria um fenômeno de corte, com as mulheres mais jovens ainda com menor acesso à formação em nível de doutorado e com menor acúmulo para concorrer às bolsas de produtividade? Seria de fato menor a produtividade dessas

pesquisadoras em relação aos homens, ou existiriam mecanismos discriminatórios que as excluiriam mais? Para a autora, os estudos sobre esta questão são escassos no Brasil, mas Velho e Leon (1998), Leta e Lewison (2003), Santos (2004) evidenciam dificuldades para as mulheres na progressão em carreiras científicas, com menor acesso a cargos acadêmicos e a recursos para pesquisa, além de mais baixos salários.

Ainda em termos nacionais, no que diz respeito aos Grupos de Pesquisa, cadastrados no CNPQ, o censo 2008 mostra que 49% dos pesquisadores são mulheres e 51% são homens e mais de 60% são doutores. Quando a liderança dos grupos é analisada, a participação feminina cai para 45%. Apesar disso, os números indicam uma evolução da presença feminina na realização de pesquisas, mas não como líderes dos grupos de pesquisa. Nos grupos de pesquisa, as áreas de predominância feminina são a Fonoaudiologia, a Enfermagem, o Serviço Social e a Nutrição. Já as engenharias ainda continuam sendo as áreas de predominância masculina.

De toda forma, o que fica evidente com a revisão da bibliografia é que o contexto deve ser considerado. No Brasil, a produtividade no meio acadêmico é medida pelos indicadores de publicação, projetos de pesquisa financiados, orientações de monografia/dissertação/tese, liderança em grupos de pesquisa entre outros; deve ser considerada a importância da produtividade para a promoção na carreira docente; devem ser consideradas as particularidades regionais, por exemplo, o norte/nordeste brasileiro no qual a tradição de pós-graduação *stricto sensu* é recente, se comparada às regiões sudeste e sul. Considerado o contexto, no aspecto produtividade é relevante conhecer:

1) Se a mulher produz menos que o homem;
2) Se o estatuto familiar (casamento, presença de filhos) tem uma influência significativa na produtividade, dado que no Brasil não existem políticas de governo e serviços ofertados pelo mercado que se preocupem com a articulação trabalho profissional e família;
3) Se os modos e os processos de avaliação entre os pares podem interferir na classificação das mulheres;
4) Recursos e financiamentos são direcionados para quais grupos ocupacionais.

No intuito de conhecer como se configura a produtividade entre homens e mulheres docentes da Universidade Federal de Sergipe, foram analisados os *currículos lattes*, dos docentes inseridos na pós-graduação *stricto sensu doutorado* quanto aos indicadores de

produção C,T&A[79] do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, dos anos de 2008, 2009 e 2010 dos programas de doutorado em Educação (GOF), Física (GOM), Geografia(GOPS) e Ciências e Engenharia de Materiais (GOM), todos com conceito 4 na avaliação da CAPES, nos quais se existem bolsistas produtividade do CNPQ[80]. Aqui, uma evidência interessante: se 55,69% das mulheres docentes dos grupos ocupacionais femininos da UFS tem a menor titulação e não tem doutorado, fatalmente não podem apresentar propostas para bolsas de produtividade em pesquisa.

Para análise da produtividade, foram selecionados os programas citados acima, por considerar-se que nos programas de doutorados encontram-se os maiores produtores do conhecimento científico, formadores de recursos humanos na pesquisa. É preciso destacar que nos programas de Ciências e Engenharia de Materiais, Geografia e Física foram encontrados docentes classificados como colaboradores, voluntários e visitantes. Diante disso, as análises envolveram apenas os docentes efetivos destes programas, sendo excluídos os demais.

No Programa de Doutorado em Física, considerado Grupo Ocupacional Masculino, existem em 2011, 20(83,3%) professores e 04(16,7%) professoras. Entre os homens estão

[79] É bom demarcar que com esses dados apenas conheceremos os aspectos quantitativos da produção sem entrarmos nos aspectos qualitativos da mesma.

[80] A Bolsa de Produtividade em Pesquisa é concedida individualmente, em função do mérito da proposta, a pesquisador que satisfaça os pré-requisitos estabelecidos pelo CNPq e os critérios de qualificação definidos pela RN16/2006. É interessante destacar os requisitos e os critérios mínimos para enquadramento e classificação, com esse intuito, transcrevo o texto da Resolução Normativa:

Por categoria

- Pesquisador 1: 8 (oito) anos, no mínimo, de doutorado por ocasião da implementação da bolsa;
- Pesquisador 2: 3 (três) anos, no mínimo, de doutorado por ocasião da implementação da bolsa.

Por nível

- Para a categoria 1, o pesquisador será enquadrado em quatro diferentes níveis (A, B, C ou D), com base comparativa entre os seus pares e nos dados dos últimos 10 (dez) anos, entre eles o que demonstre capacidade de formação contínua de recursos humanos.

A diferenciação entre os níveis A, B, C e D é baseada nos critérios relacionados no item 1.3.4, que deverão ter peso maior, e em outros que cada CA julgar importantes para a área de pesquisa, devendo no todo privilegiar a qualidade e o conjunto da obra do pesquisador. Espera-se ainda que esses pesquisadores tenham gradual inserção nacional e internacional, por meio de palestras e assessorias *ad hoc* a revistas nacionais e internacionais e de órgãos de financiamento à pesquisa, bem como envolvimento em atividades de gestão científica, incluindo a organização de eventos, participação em comitês assessores estaduais ou nacionais, sociedades científicas, revistas científicas, assessoria de órgãos de governo estaduais ou nacionais, e conferências proferidas a convite e/ou em plenárias de congressos.

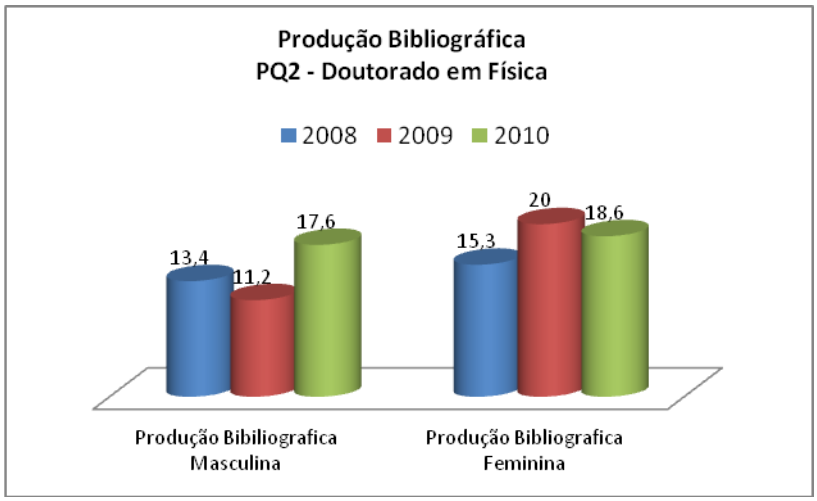
Para os níveis C e B, além de uma crescente contribuição à formação de recursos humanos e à produção de ciência e tecnologia, será avaliada a contribuição na organização de grupos de pesquisa e programas de graduação e pós-graduação de sua instituição. Destes pesquisadores, espera-se que participem de forma significativa em atividades de pesquisa em suas instituições e, no caso dos pesquisadores B, em órgãos de fomento à pesquisa.

O nível A é reservado a candidatos que tenham mostrado excelência continuada na produção científica e na formação de recursos humanos, e que liderem grupos de pesquisa consolidados. O perfil deste nível de pesquisador deve, na maior parte dos casos, extrapolar os aspectos unicamente de produtividade para incluir aspectos adicionais que mostrem uma significativa liderança dentro da sua área de pesquisa no Brasil e capacidade de explorar novas fronteiras cientificas em projetos de risco.

- Para a categoria 2, em que não há especificação de nível, será avaliada a produtividade do pesquisador, com ênfase nos trabalhos publicados e orientações, ambos referentes aos últimos 5 (cinco) anos.

classificados, 05 PQ2 e 02 PQ1; entre as mulheres 03 PQ2. Constata-se que a produção bibliográfica média do homem é de 8,44 trabalhos e da mulher é de 17,96 trabalhos, conforme Gráfico 45. Isso significa que a mulher produz aproximadamente duas vezes mais que o homem. Entre estes homens, 04 são da categoria, adjunto e 01 associado; entre as mulheres, 02 são da categoria associado e 01 adjunta.

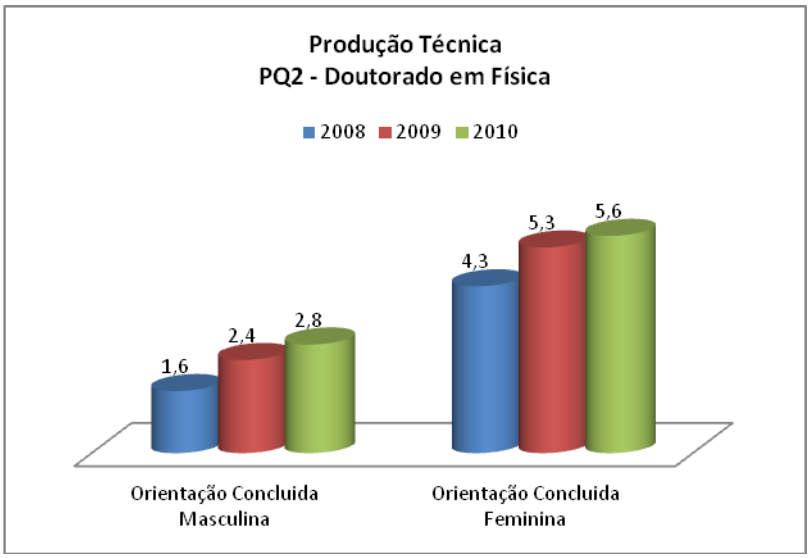
Gráfico 45



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011).

Já a média de produção técnica entre os docentes classificados como PQ2 no CNPQ, também é maior entre as mulheres. A produção técnica média do homem é de 1,12 e da mulher é de 3,63, aqui, também a mulher produziu aproximadamente, três vezes mais que o homem, como representado no Gráfico 46.

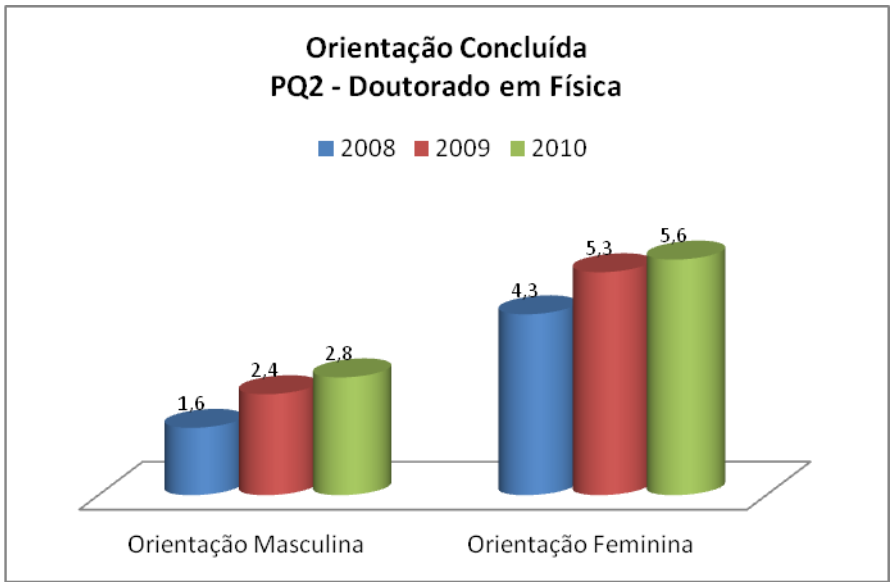
Gráfico 46



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011).

No que diz respeito à orientação concluída, visivelmente a mulheres também produziram mais. O homem orientou em média 1,36 trabalhos e a mulher orientou 5,06 trabalhos, conforme Gráfico 47. Isso significa que a mulher orientou aproximadamente quatro vezes mais que o homem.

Gráfico 47



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011)

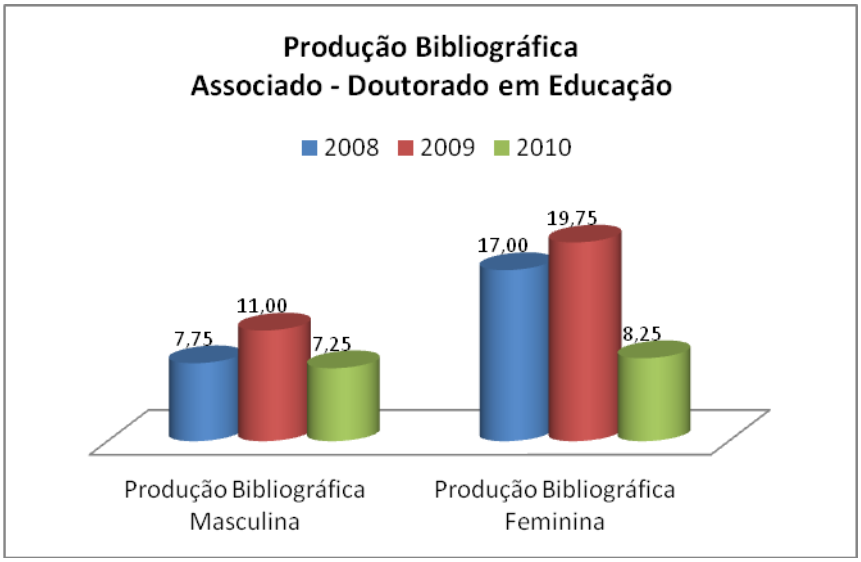
Sendo a Física uma área caracterizada como Grupo Ocupacional Masculino, a maior produtividade da mulher, provavelmente, está relacionada ao fato de que nestas áreas as mulheres devem provar dia a dia que são competentes e excelentes para trabalhar na área, vencendo os estereótipos de gênero; provavelmente abrindo mão da maternidade, pois foi constatado que são mulheres casadas que não têm filhos ou solteira, acima de 40 anos de idade. Identifica-se, portanto, um indício de que a articulação trabalho profissional e vida familiar deve ser investigada.

A Educação na graduação é considerada uma área do Grupo Ocupacional Feminino (78,3% docentes mulheres) e (21,7% de docentes homens). Já na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o quadro docente em 2011 é composto por 11(44%) homens e 14(56%) mulheres. Continua caracterizado como Grupo Ocupacional Feminino, mas sofre um aumento de 22,3% entre os docentes do sexo masculino. Entre os homens encontram-se 02 PQ2 e nenhuma mulher bolsista produtividade do CNPQ. O que inviabiliza a comparação da produtividade com base na bolsa produtividade. Por outro lado, encontram-se 04 professores associados e 04 professoras da categoria associada e os professores PQ2 são associados. Diante da situação,

no Doutorado em Educação, optou-se por analisar a produtividade entre os docentes através da categoria associado.

Pode-se constatar que, quanto à produção bibliográfica, o homem produziu em média 6,5 trabalhos e a mulher 11,25 trabalhos, conforme dados do Gráfico 48. Isso significa que a mulher produziu aproximadamente duas vezes mais que o homem.

Gráfico 48

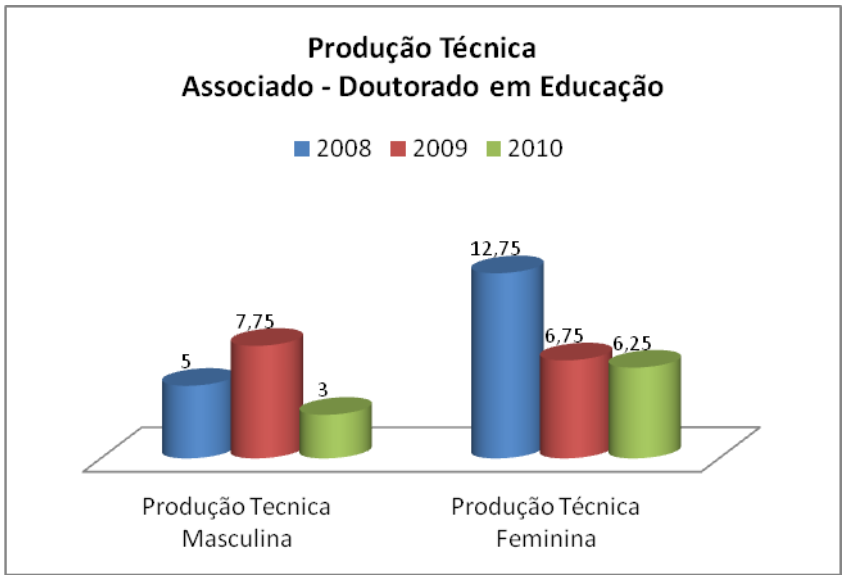


FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011)

O Gráfico 48 comprova que as mulheres produziram mais. No entanto, considerando que não estão classificadas como bolsista produtividade no CNPQ, subentende-se que não solicitaram, ou solicitaram e não obtiveram a concessão da bolsa, ou sua produção não tem circulação internacional, mas favorece a sua progressão na carreira acadêmica, pois são da categoria associada. Aqui, há indícios de que os estereótipos de gênero podem provavelmente interferir no julgamento dos pares ou as áreas de pesquisa destas mulheres que não são consideradas como prioritárias para os investimentos de pesquisa. Entre elas, 02 são casadas e têm filhos; uma é solteira e não tem filhos, com faixa etária acima do 50 anos; e uma é divorciada e tem filhos. Todas com mais de 15 anos de tempo de serviço.

No que diz respeito à produção técnica, os homens produziram em média 3,93 trabalhos e as mulheres 6,43 trabalhos, isso significa que a produção técnica das mulheres em média aproximadamente duas vezes maior que a dos homens, como mostra o Gráfico 49.

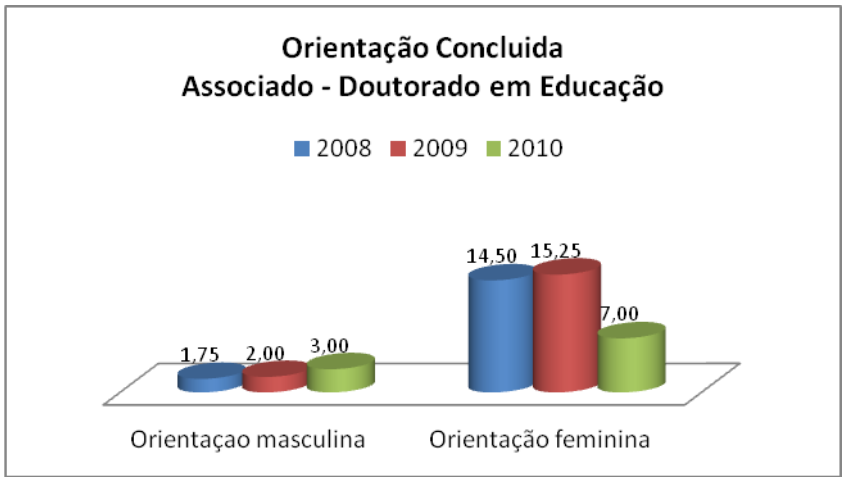
Gráfico 49



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011).

No que diz respeito às orientações concluídas, os homens orientaram em média 1,68 trabalhos e as mulheres 9,18 trabalhos, conforme dados do Gráfico 50. Isso significa que as mulheres orientaram aproximadamente seis vezes mais que os homens.

Gráfico 50



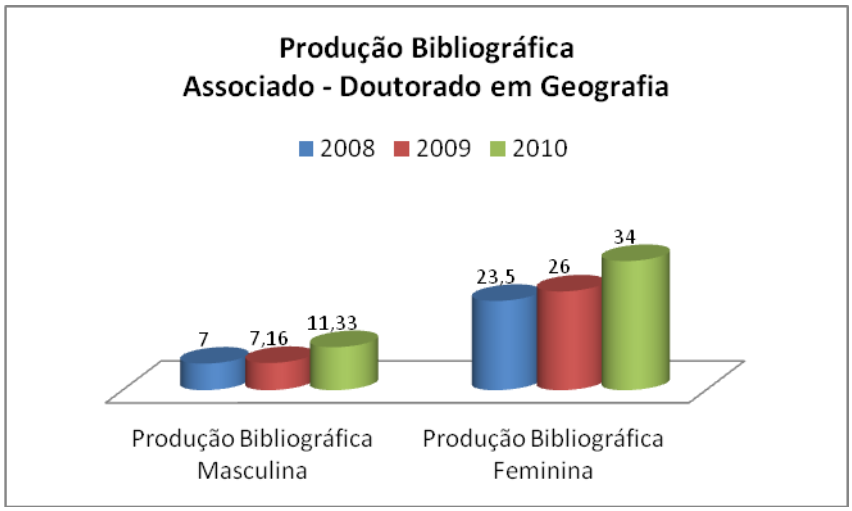
FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011)

Para análise de uma área considerada Grupo Ocupacional Pouco Sexuado na graduação, apresenta-se os dados relacionados ao Doutorado em Geografia. O quadro docente em 2011 é composto por 06 (42,85%) homens e 08(57,14%) mulheres o que o torna um curso na categoria Grupo Ocupacional Feminino. O interessante é constatar que os todos os homens estão na categoria associado e somente um é PQ1; entre as mulheres somente 02 são

associadas e uma é PQ2, as demais, 06 mulheres são adjuntas. Neste grupo, também se optou por fazer a média da produtividade a partir da categoria associado.

No tocante à produção bibliográfica, os homens produzem em média 4,24 trabalhos e as mulheres 41,75 trabalhos, conforme dados do Gráfico 51. Isso significa que as mulheres produziram aproximadamente dez vezes mais que os homens.

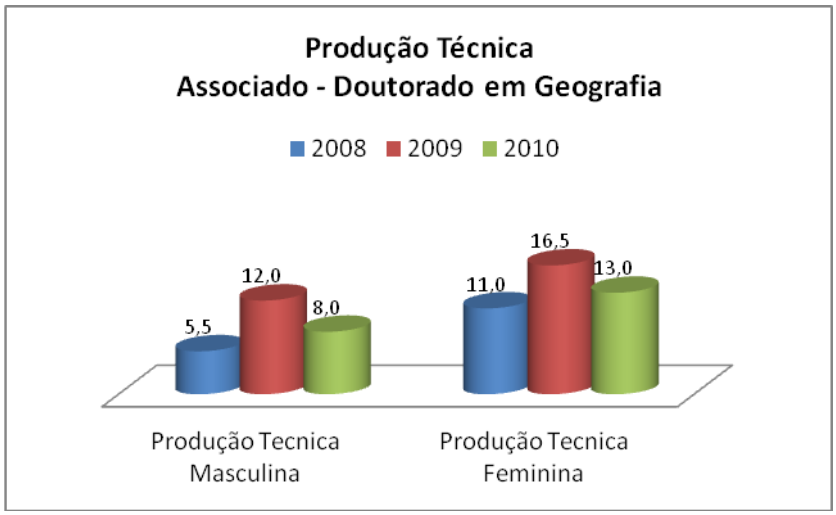
Gráfico 51



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011).

No tocante à produção técnica, os dados mostram que os homens produziram em media 4,25 trabalhos, e as mulheres 20,25 trabalhos, conforme dados do Gráfico 52. Isso significa que as mulheres produziram aproximadamente cinco vezes mais que os homens.

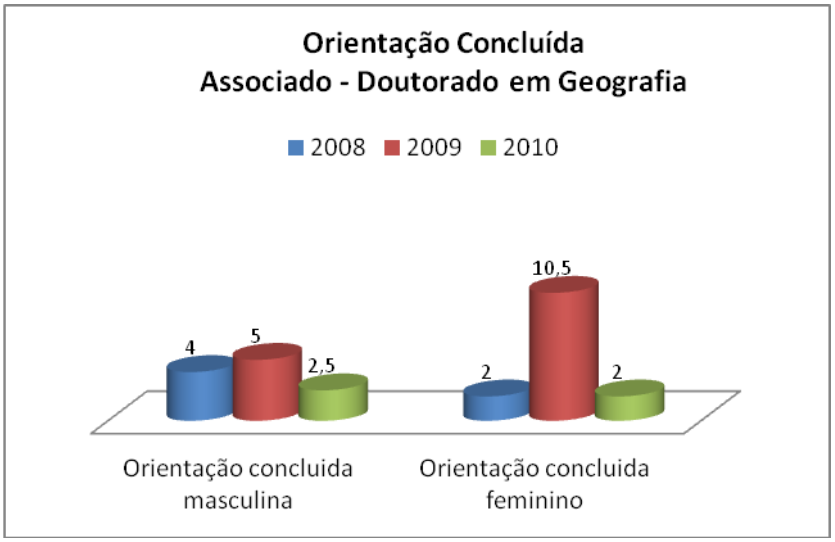
Gráfico 52



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011).

No que diz respeito à orientação concluída, os homens orientaram uma média de 1,91 trabalhos e as mulheres uma média de 7,25 trabalhos orientados, conforme dados do Gráfico 53.

Gráfico 53

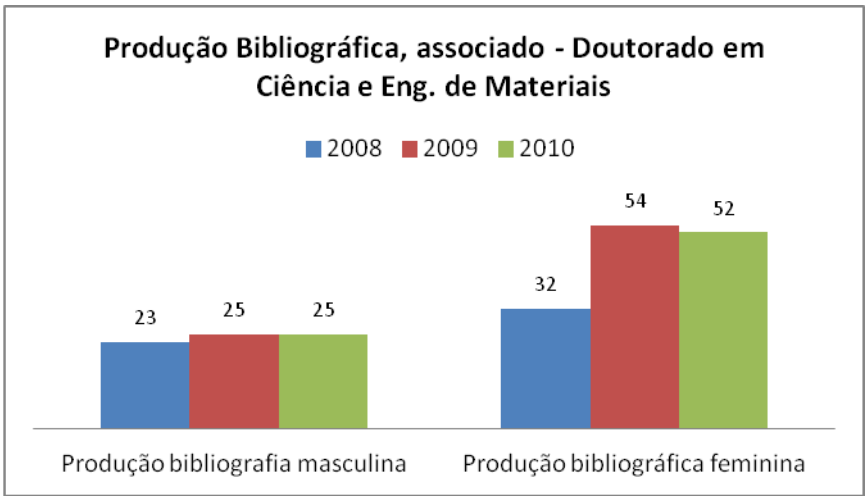


FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011).

Ainda nesta seção, foi considerado como programa significativo para a análise, o doutorado em Ciências e Engenharia de Materiais, pois a engenharia é uma área predominantemente masculina. No programa analisado, foram identificados 15 docentes: 11(73,33%) homens e 04(26,67%) mulheres, portanto, foi caracterizado como grupo ocupacional masculino. Entre os homens 04 (36,36%) são bolsistas de produtividade do CNPQ, 02 PQ2 e 02 PQ1; entre as mulheres 100% são bolsistas produtividade PQ2. Também neste grupo, optou-se fazer as análises da produtividade a partir da categoria associado.

No que diz respeito à produção bibliográfica, a média de trabalho entre os homens é de 14,6; entre as mulheres 34,5 trabalhos no período, conforme dados do Gráfico 54. Isso significa que as mulheres produziram aproximadamente duas vezes e meia mais que os homens.

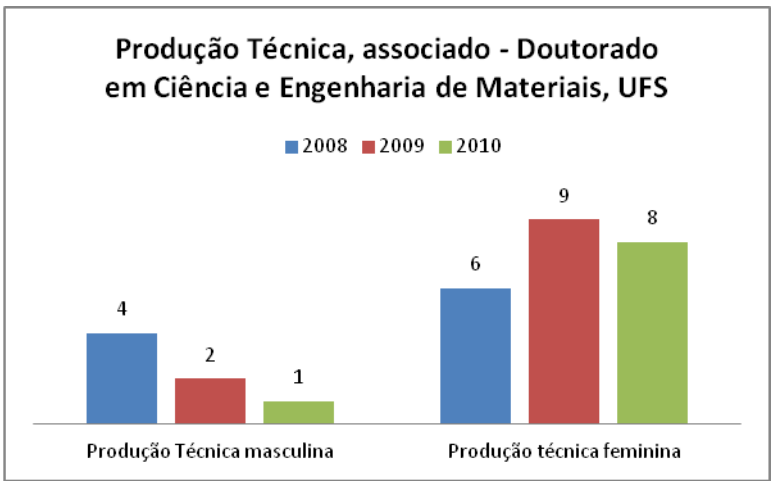
Gráfico 54



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011).

Quanto à produção técnica, os homens produziram em média 1,4 trabalhos no período, e as mulheres produziram 5,75 trabalhos, conforme dados do Gráfico 55. Isso significa que as mulheres produziram aproximadamente quatro vezes mais que os homens. 02 casadas sem filhos, 01 solteira sem filhos com faixa etária acima dos 45 anos e 01 não identificado.

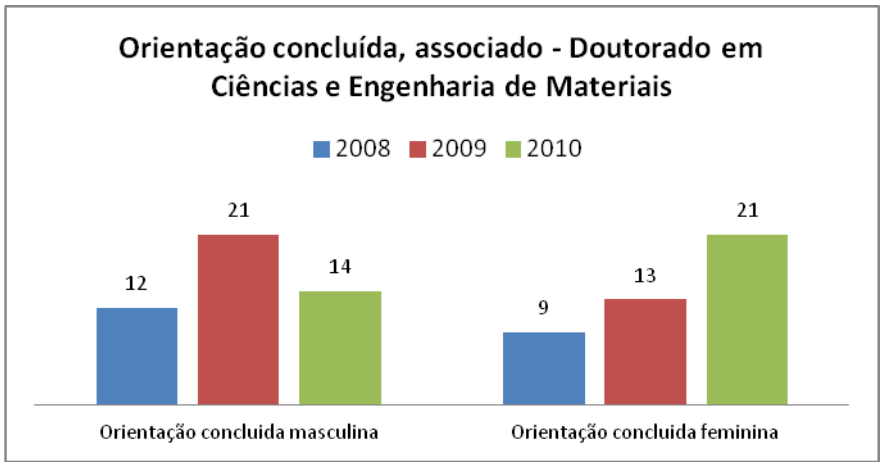
Gráfico 55



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011).

Relacionado à orientação concluída, os homens orientaram em média 9,4 trabalhos e as mulheres orientaram em média 10,75 trabalhos, conforme dados do Gráfico 56. Aqui a menor disparidade entre todas as produtividades dos programas, pois a produção feminina só foi uma vez maior que a masculina, mesmo assim, ainda foi superior.

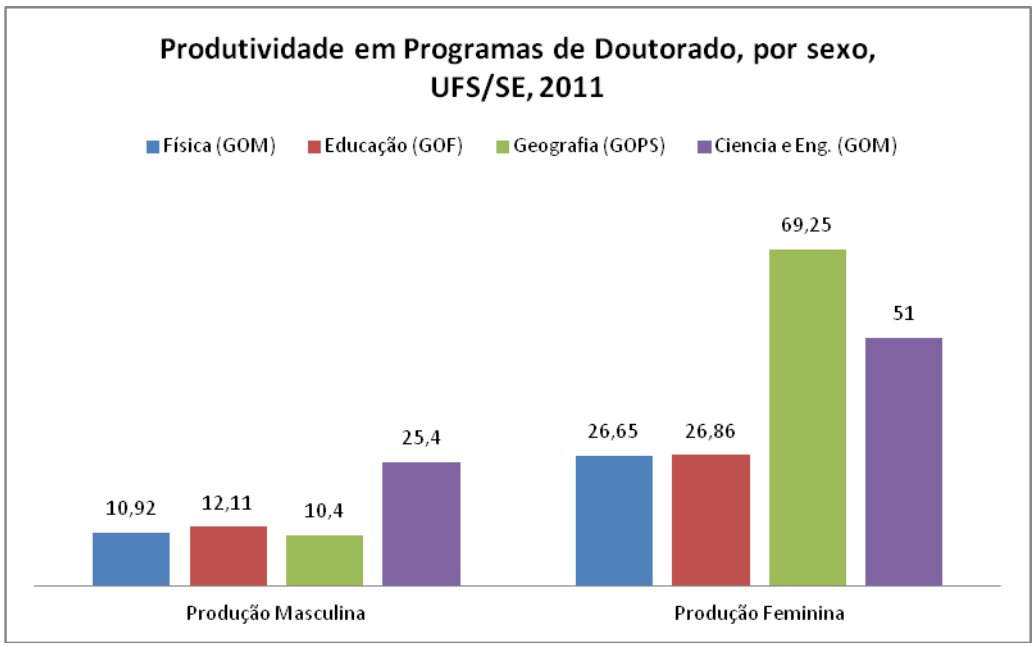
Gráfico 56



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011)

Fica claro e evidente que, nos programas de doutorado analisados, a média de produtividade da mulher é superior à produtividade do homem em todos os programas, conforme dados do Gráfico 57.

Gráfico 57

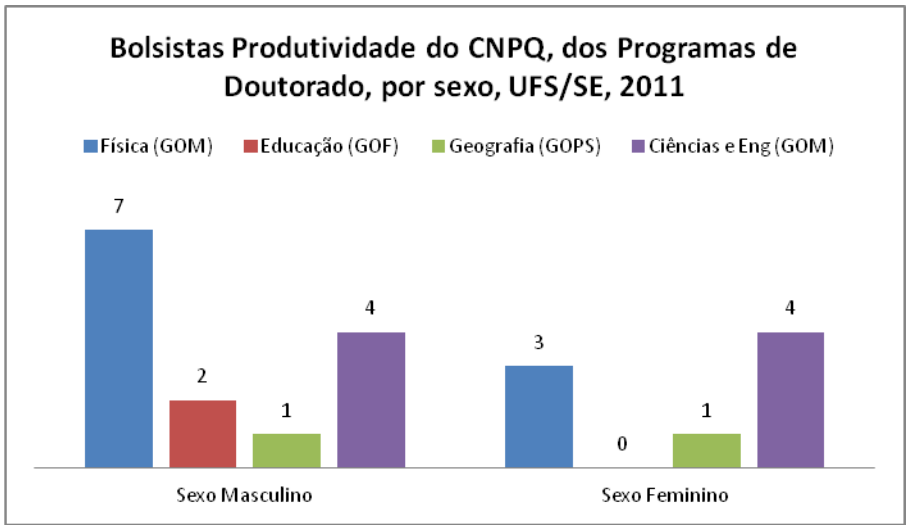


FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011)

Quanto as Bolsas de Produtividade no CNPQ existentes entre os docentes dos doutorados analisados, foram identificados, entre homens e mulheres: 10 bolsistas na Física, 02 bolsistas na Educação e 02 bolsistas na Geografia e 08 bolsistas em Ciências e Engenharia de Materiais; entre os 22 bolsistas, 08 (36,37%) mulheres e 14 (63,63%) homens. Os dados

comprovam que mesmo sendo em número menor bolsistas de produtividade no CNPQ, estas mulheres produzem mais.

Gráfico 58



FONTE: Elaboração própria com dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011)

Se a produtividade tem um peso relevante sobre os conceitos dos cursos de pós-graduação e as mulheres são as maiores produtoras, poderíamos inferir que o trabalho desenvolvido pelas mulheres tem relevante significado para avaliação dos cursos com conceito 4. A frente da batalha seria das mulheres, mas os altos postos e/ou os louros da produtividade ficariam para os homens. O problema da ascensão aos postos por baixa produtividade das mulheres, mas provavelmente, esta produção não tenha alcançado o âmbito internacional ou as mulheres ainda não transitam tanto quanto os homens nas redes de contatos que definem os processos avaliativos e a liberação das bolsas das agências financiadoras.

Por outro lado, quando doutoras, mesmo não existindo políticas que se preocupem com a articulação trabalho-família, se são mais produtivas, ao que tudo indica, as mulheres arcam com os custos ou abrem mão de ter filhos e buscam mostrar sua eficiência e eficácia através da produtividade no "chão da academia" sem grandes acessos à estrutura hierárquica das Pró-Reitorias e Reitorias e das bolsas de produtividade.

Consequentemente, no mundo acadêmico, não se reafirmaria a tese de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2008), de que pela primeira vez na história do capitalismo assiste-se ao aparecimento de uma camada de mulheres, cujos interesses diretos não são mediados pelos homens. No mundo acadêmico os interesses produtivos das mulheres, continuariam mediados,

como no modelo tradicional patriarcal, pelos homens; neste caso, os pares acadêmicos líderes dos grupos de pesquisa e bolsistas de produtividade e os pares avaliadores dos financiamentos, ou seja, os detentores do poder, homens, capitalistas, brancos imbuídos da lógica neoliberal, patriarcal e racista. Isso pode ser comprovado, pois quanto à liderança dos grupos de pesquisa, na Física, 75% dos grupos são liderados por homens; e na Geografia 62,5% dos grupos de pesquisa são liderados por homens. A exceção estaria no Doutorado em Educação, no qual 55,55% dos grupos são liderados pelas mulheres. Consta-se que as mulheres são minoria entre os doutores, entretanto produzem mais, mas não são em geral, as líderes dos grupos de pesquisa ou bolsistas de produtividade.

Ganha força, portanto, a tese do capital cultural e social, caracterizados por Pierre Bourdieu como simbólico, cuja função específica é diferenciar/distinguir os agentes no campo, mas também de funcionar como moeda de conhecimento e reconhecimento partilhado dentro do mesmo espaço social e de diversos campos. Pejorativamente, no meio acadêmico, isso se configura como as *panelinhas* e os corporativismos.

Conclui-se, portanto, que em nível do trabalho docente na Pós-Graduação, as mulheres adentram nos espaços públicos (através do trabalho, da titulação e alta produtividade), mas ainda não conseguiram alterar os níveis hierárquicos das instâncias de poder, pois no mundo acadêmico no caso específico da Universidade Federal de Sergipe, ainda não são visualizadas alterações significativas no acesso aos níveis hierárquicos das pró-reitorias. A alta produtividade das mulheres representa uma mudança, mas significa aumento dos níveis de dominação-exploração do trabalho das mulheres, típicos da ordem patriarcal. Por outro lado, reafirma que as mulheres, apesar dos processos de dominação-exploração criam formas de empoderamento, fazem escolhas e mudam os prognósticos de vida, da condição de vítima. Ao que parece, as transformações, portanto, estariam principalmente, no âmbito do individual.

5.3.2 Nada muda: precarização do trabalho docente na UFS, o sexo do trabalho substituto é feminino.

Ainda no âmbito do trabalho profissional docente, objeto desta pesquisa, na subseção que se segue analisa-se a precarização do trabalho docente na categoria substituta, como um achado da pesquisa que reforça a precarização do trabalho da mulher de forma geral e, na especificidade, no magistério superior como um fenômeno recente decorrente da reforma do

ensino superior no Brasil. Um dado que não pode deixar de ser analisado, pois todas as pesquisas de gênero reforçam que entre a categoria mulher/mulheres ainda existem outros processos de exclusão que precisam ganhar visibilidade. Mesmo que o foco desta pesquisa sejam as mulheres em condição de trabalho efetivo, a pesquisa encontrou condições de desigualdades entre as próprias mulheres, no caso as professoras substitutas.

A conjuntura atual, de mercado global e reestruturado, traz exigências mais acentuadas de formação e qualificação dos trabalhadores. Essa conjuntura caracteriza-se como uma nova *performance* dirigida ao processo de produção, na qual o sistema de produção identificado por taylorista/fordista não mais corresponde, e o sistema toyotista vai se expandindo.

Pautada numa lógica neoliberal, o contexto atual caracterizado pelo avanço tecnológico e científico cria novas profissões, destrói outras; traz outras exigências de qualificação da mão-de-obra que demarca a dura realidade da exploração radical da força de trabalhadores. Trata-se de um cenário que interfere em todas as esferas da vida em sociedade, estabelece novas formas de relações sociais, direcionam novos papéis e novas práticas para o Estado, para a sociedade e para os indivíduos.

Nestes termos, a Universidade enquanto espaço de trabalho e prestação de serviços, também é afetada diretamente pela lógica neoliberal, global, da flexibilização das relações trabalhistas que afeta diretamente trabalhadores homens e mulheres. Numa perspectiva de gênero, perguntamos: será que a terceirização dos serviços e a flexibilização das relações trabalhistas afetam de modo igual homens e mulheres trabalhadores do setor do magistério superior?

É evidente que a Universidade é uma instituição pública, cujo acesso principal ao trabalho se dá por concurso. Por outro lado, as ideias neoliberais de flexibilização das relações trabalhistas e desconstituição das garantias legais dos direitos trabalhistas, também podem ser analisadas no âmbito do trabalho docente das universidades públicas, pois nesta lógica os objetivos e as demandas postas pelo mercado global e da reestruturação produtiva devem ser atendidos mesmo que trabalhadores vivam do trabalho e tenham o ritmo de exploração aumentado; mesmo que esses trabalhadores tenham sua saúde comprometida pelos altos níveis de *stress* da vida moderna. Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar a precarização do trabalho docente através dos contratos temporários, assumidos por professores/as substitutos/as sob a perspectiva das relações entre os sexos.

Os advogados do ANDES e da ADUSP, respectivamente, Inácio e Lorena (2003), entendem que a precarização do trabalho docente das universidades públicas envolve: achatamento salarial, redução das verbas para pesquisa, promíscua difusão das fundações de

apoio, contratação de cooperativas para prestação de serviços terceirizados tanto para a atividade principal quanto para as de apoio, o trabalho voluntário e o trabalho temporário.

Especificamente quanto ao trabalho "precário" ou temporário dos docentes os advogados analisam que:

> A forma de ingresso dessa parcela de docentes nas universidades e na carreira acadêmica se realiza por meio de um simples procedimento seletivo, que termina com a adoção de um contrato de trabalho por prazo determinado, ao cabo do qual, podem ser sucessivamente renovados ou rescindidos. [...] Embora carregue este título, que indica provisoriedade, são sucessivamente renovados [...] a contratação por meio dos processos seletivos que originam os "contratos precários", é inconstitucional por violação ao artigo 37, IX, CF – "A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público". [...] É tempo de se exigir dos docentes que ocupam cargos administrativos, a responsabilidade de administrador público, posto que são agentes públicos, investidos de responsabilidade sobre a ***res publica***, cientes que devem ser do risco de que o desvio de seus atos, diga-se, contratação decorrente de ato irregular da Administração Pública, pode acarretar, além de conseqüências na esfera trabalhista para a instituição, a pena de improbidade administrativa. (INÁCIO E LORENA, 2003, p.123-124).

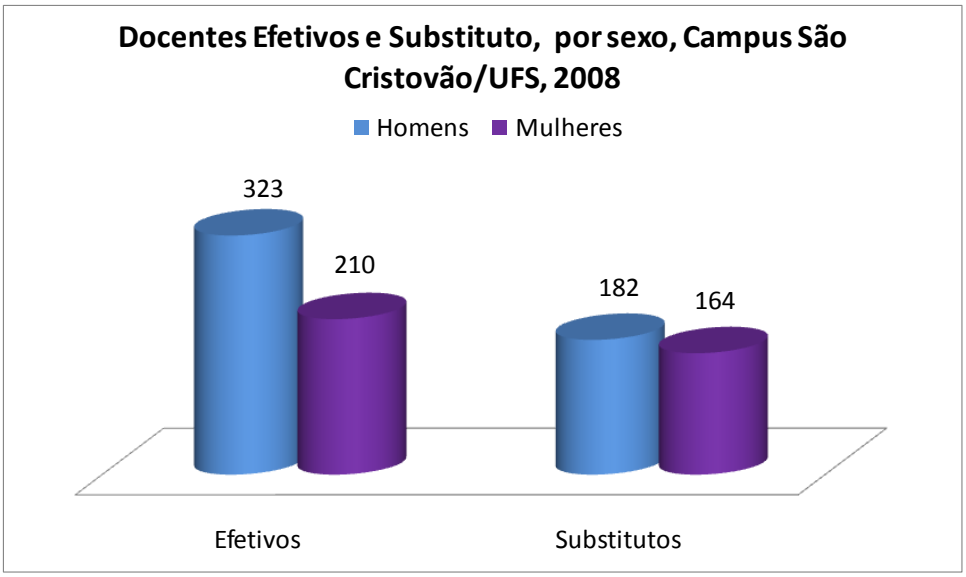
Entendemos, portanto, o trabalho temporário no setor de serviços, que envolve professores/as substitutos/as, como uma forma de precarização do trabalho na universidade. Sendo assim, em qualquer universidade pública brasileira, na conjuntura atual é possível identificar trabalhadores/as que desenvolvem a mesma função, mas com salários, condições e direitos trabalhistas diferentes.

Assim, em um mesmo segmento, trabalhadores/as da educação superior, existem: trabalhadores/as concursados/as e trabalhadores/as temporários/as (substitutos/as), com salários e direitos diferenciados, muitas vezes com a mesma titulação, submetidos a precárias condições de trabalho, por falta de investimento do Estado em concursos públicos, no intuito de enxugar a máquina governamental atendendo a lógica da reforma educacional.

Diante desta constatação, quais elementos poderão ganhar visibilidade se olharmos o trabalho docente, efetivos e substitutos, da Universidade Federal de Sergipe, sob a ótica das relações entre os sexos?

Analisando o Gráfico 59 constata-se que o quadro docente efetivo é categorizado como Grupo Ocupacional Masculino.

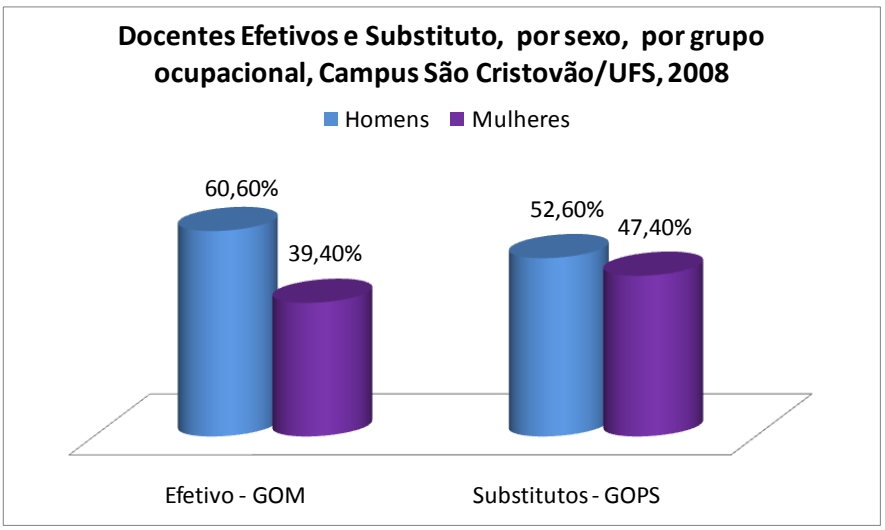
Gráfico 59



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Já o quadro docente substituto é categorizado como Grupo Ocupacional Pouco Sexuado, como mostra o Gráfico 60.

Gráfico 60

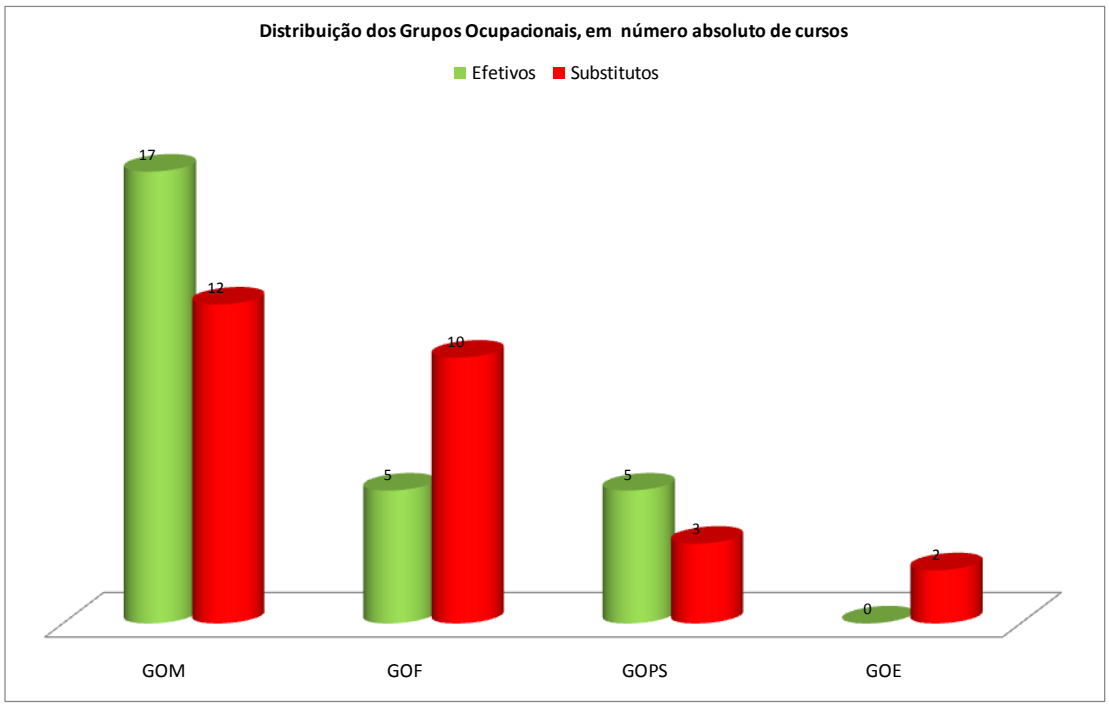


FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Analisando o quadro de docentes efetivos de 27 cursos da UFS, identificamos 17 (62,9%) cursos classificados no Grupo Ocupacional Masculino (GOM); 05 (18,5%) cursos classificados no Grupo Ocupacional Feminino (GOF); 05 (18,5%) cursos classificados no Grupo Ocupacional Pouco Sexuado (GOPS) e nenhum curso Equitativo. Por outro lado,

fazendo a mesma análise, mas considerando o quadro de docentes substitutos dos mesmos 27 cursos, constatou-se: 12 (44,5%) cursos classificados Grupos Ocupacionais Masculinos (GOM); 10 (37,0%) cursos classificados Grupos Ocupacionais Femininos (GOF); 03(11,1%) Grupos Ocupacionais Pouco Sexuados (GOPS) e 02 (7,4%) cursos classificados como Grupos Ocupacionais Equitativos (GOE). Como mostra o Gráfico 61.

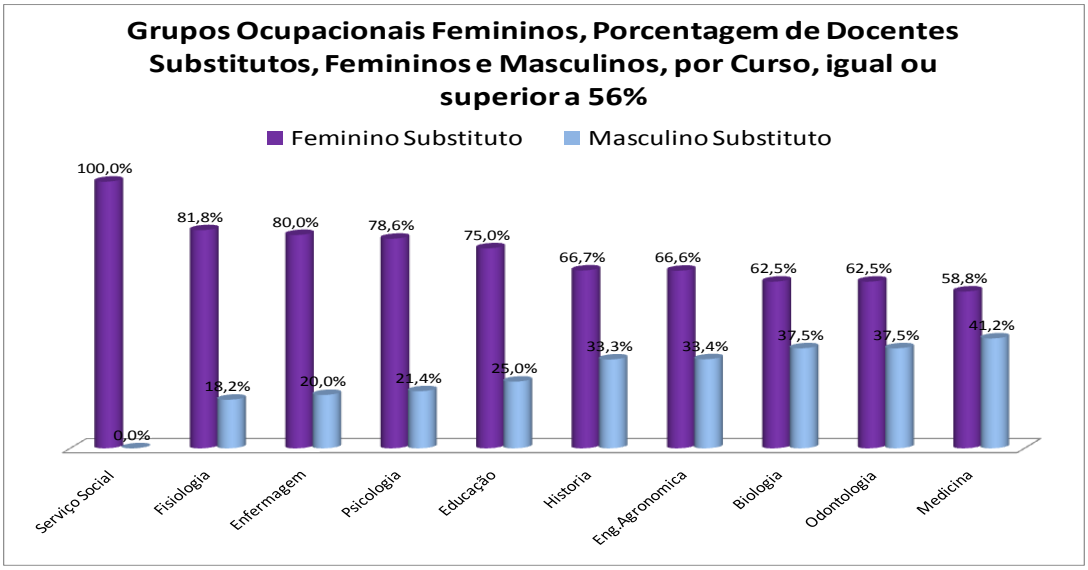
Gráfico 61



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

A constatação interessante apontada pelo cruzamento dos dados, docente efetivo x substituto, é a seguinte: os cursos de Fisiologia, Engenharia Agronômica, Medicina e História saem da categoria Grupo Ocupacional Masculino enquanto docentes efetivos e passam para a categoria Grupo Ocupacional Feminino, quanto aos docentes substitutos. Os cursos de Odontologia e Psicologia saem da categoria Grupo Ocupacional Pouco Sexuado enquanto docentes efetivos e passam para a categoria Grupo Ocupacional Feminino, quando considerado o quadro docente substituto, como evidenciado no Gráfico 62.

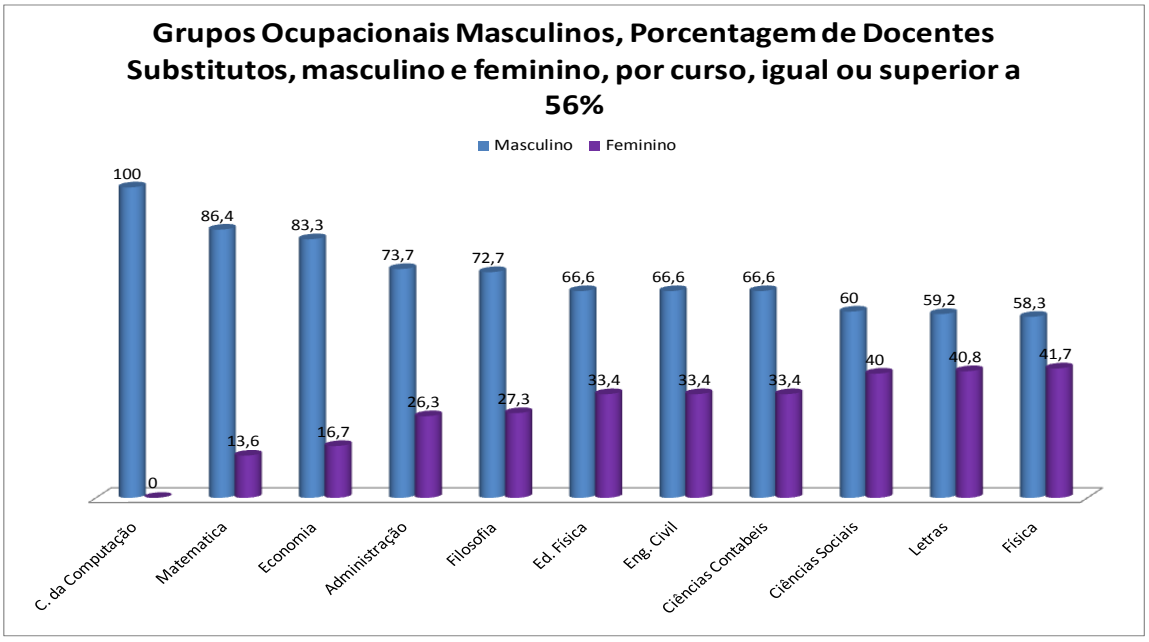
Gráfico 62



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

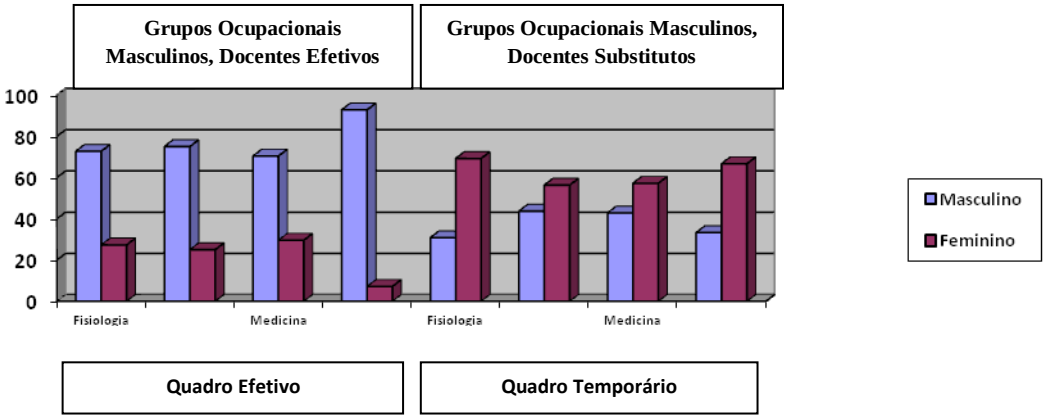
Já do Grupo Ocupacional Masculino saem os cursos de Fisiologia, Engenharia Agronômica, Medicina e História enquanto docentes efetivos e entra o curso de Administração classificado como Grupo Ocupacional Pouco Sexuado e o curso de Letras classificado como Grupo Ocupacional Feminino.

Gráfico 63



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

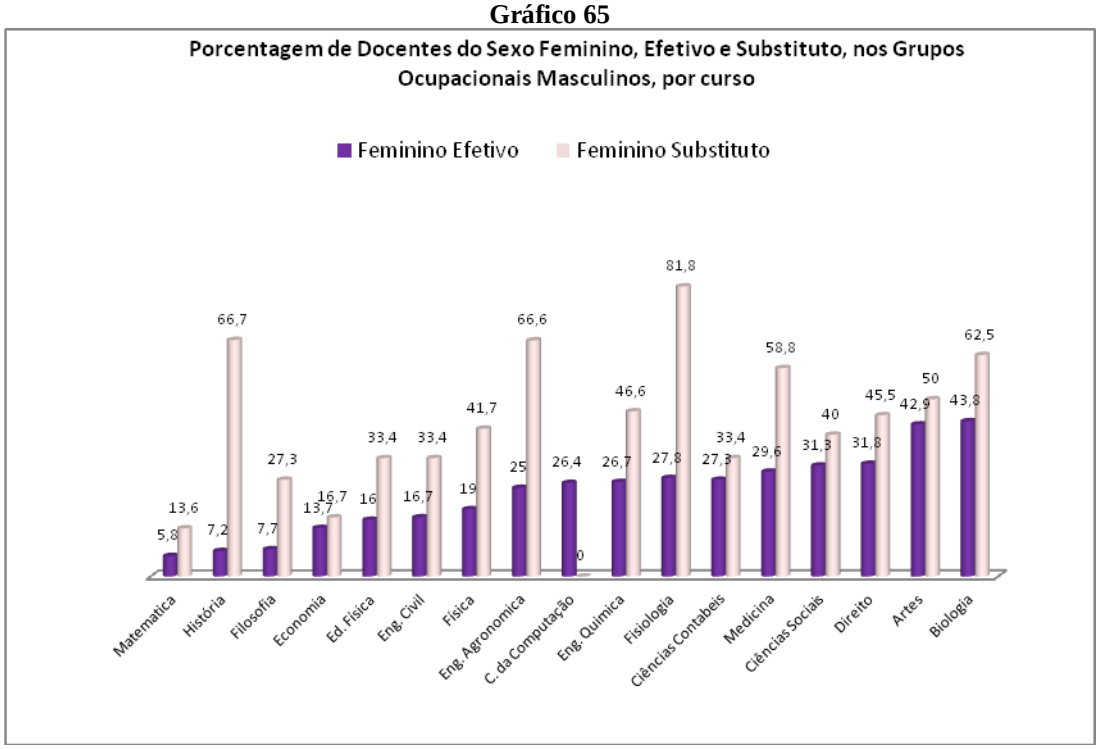
Gráfico 64 – Comparativo nos grupos ocupacionais masculinos, quadro efetivo e substituto



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Assim, conclui-se: o sexo da contratação temporária é feminino. Uma mulher que pode ser demitida a qualquer hora e sem ônus para a Universidade, não tem estabilidade e está sujeita a critérios obscuros, arbitrários, fundados em questões pessoais ou políticas quando da renovação ou rescisão de seus contratos. O sexo do quadro efetivo é masculino. Como evidenciado nos gráficos 64 e 65.

Gráfico 65

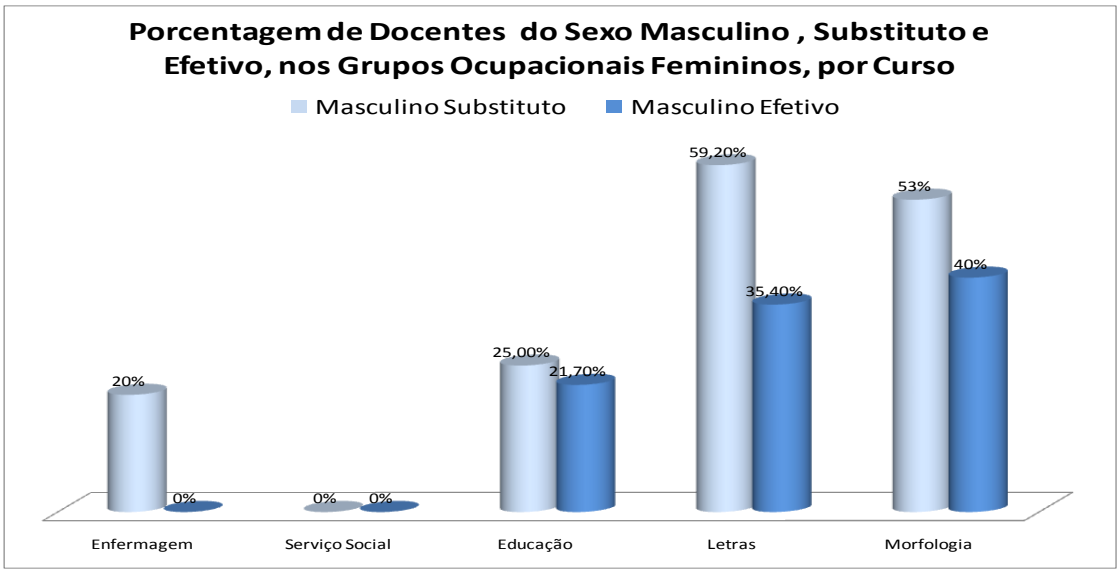


FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

É interessante observar que nos 17 cursos que compõem o Grupo Ocupacional Masculino, o número de professoras substitutas ultrapassa o número de professoras efetivas. E

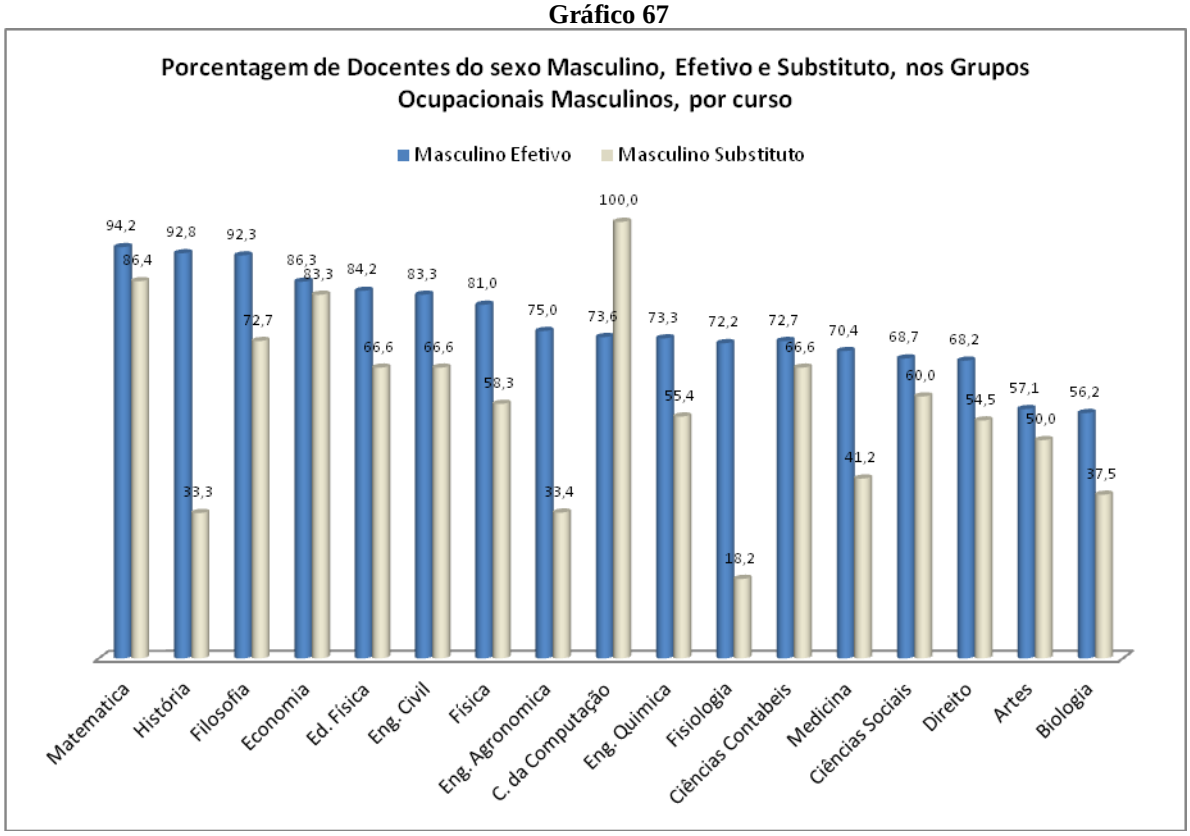
nos 05 cursos que compõem o Grupo Ocupacional Feminino, o número de professores substitutos também é maior que o número de professores efetivos, mas não na mesma proporção que nos Grupos Ocupacionais Masculinos, como mostram os Gráficos 66 e 67.

Gráfico 66



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

Gráfico 67



FONTE: Própria com base nos dados do CPD/UFS - Docentes da UFS, 2008.

É fato que a precarização do trabalho atinge homens e mulheres, mas comprovadamente atinge maior quantidade de mulheres. Por outro lado, o ponto positivo do acesso de homens e mulheres à docência substituta é a aquisição da experiência profissional, através da qual se reafirma um projeto profissional acadêmico.

Nos cursos historicamente masculinos, principalmente os cursos das Ciências Exatas e Tecnológicas, a inserção da mulher é recente e inicialmente se dá como professora substituta; a titulação vai do extremo, da pouca titulação como graduada e professora substituta a pouca inserção como professora efetiva e doutora. Isso indica que nesta área as mulheres só conseguem acesso aos postos efetivos quando têm alta qualificação e experiência profissional. O que não acontece com os homens quando o grupo ocupacional é masculino, ou seja, mesmo sem a qualificação necessária o acesso ao quadro efetivo acontece.

Há concordância de que o concurso público para o quadro efetivo é a primeira forma de barrar a precarização do trabalho destas mulheres. Mas, tudo indica que a dificuldade de acesso aos Programas de Pós-Graduação em nível de doutorado dentro do próprio estado, tem dificultado às mulheres a inserção na docência como professora efetiva, o que já foi comprovado através da segregação paralela.

Por outro lado, quando a expansão das universidades se dá numa lógica neoliberal, o fato de constatarmos a abertura de 1740 vagas de concurso federal para o magistério superior, anunciadas no Diário Oficial, n.125, de 3 de julho de 2009 precisa ser acompanhado para quais cursos são essas vagas, relacionar com a expansão da universidade e a ampliação do número de cursos. Só assim não teremos a falsa impressão de que contratos temporários estão deixando de existir e que os cursos estão tendo o número de docentes, efetivos, ampliado e que as mulheres estão tendo a oportunidade de ascenderem aos quadros de docentes efetivos.

5.3.3 Segregação tridimensional

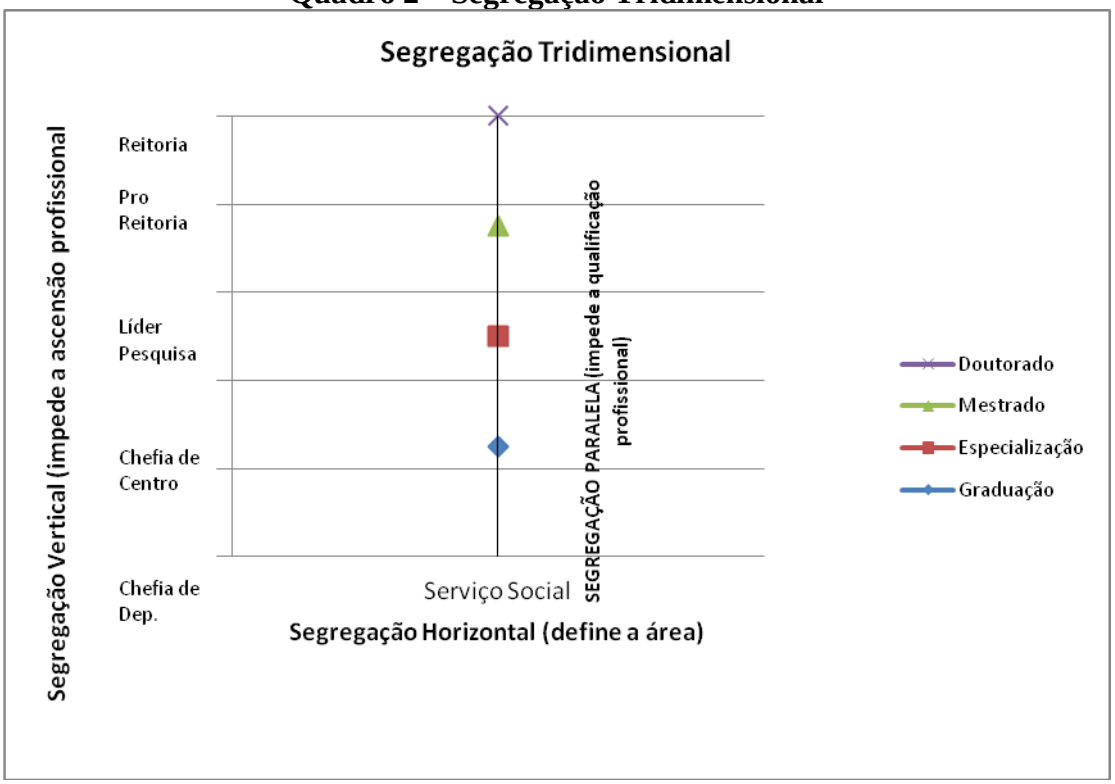
Com a exposição do perfil dos docentes efetivos, homens e mulheres, do Campus São Cristóvão da UFS, comprovou-se que os processos androcêntricos, de dominação patriarcal e discriminação por gênero estão presentes na Universidade Federal de Sergipe.

No âmbito da carreira do magistério superior, quanto aos processos de qualificação, os dados evidenciaram que 44,5% das mulheres (mestres, especialistas e graduadas), professoras da UFS, provavelmente, tiveram e tem dificuldade para continuar seus processos de

qualificação profissional, ou seja, o teto delas é de lona, pois vai se desgastando a cada dia por não suportar as altas "temperaturas do sol", por dificuldades/falta de acesso à qualificação profissional em nível de doutorado ou porque simplesmente não quiseram. Reforçando a tese de que existem barreiras internas e externas que dificultam para as mulheres a ascensão profissional.

A *Segregação Paralela* articulada à *Segregação Horizontal* e à *Segregação Vertical* compõe o processo aqui denominado de *Segregação Tridimensional* existente para as mulheres que estão na carreira do magistério superior, constatado através desta pesquisa.

Quadro 2 – Segregação Tridimensional



FONTE: Elaboração Própria

A *Segregação Tridimensional* configura-se como particularidade de uma universidade nordestina e um composto que envolve a divisão sexual do trabalho docente, a segregação horizontal definidora da área de trabalho a partir dos estereótipos de gênero, somadas às barreiras encontradas por mulheres para acesso à qualificação profissional, pela falta de programas *stricto sensu* nos grupos ocupacionais femininos, ou seja, a titulação em nível doutorado que interfere diretamente no acesso a melhores salários, acesso aos financiamentos de pesquisa, as bolsas de produtividade e a liderança nos grupos de pesquisa, coroada pelas relações de poder que impedem a ascensão aos postos hierárquicos da estrutura organizacional. A Segregação Tridimensional define o lugar ocupado pelas mulheres, os

salários e as categorias (assistente, adjunto, associado); exige dos dirigentes da Universidade que as políticas de pós-graduação *stricto sensu* sejam definidas numa perspectiva das relações sociais entre os sexos, considerando as áreas nas quais as mulheres estão inseridas, ou seja, os grupos ocupacionais femininos. E exige pensar em políticas de ações afirmativas para a pós-graduação brasileira enraizada no nó do sistema capitalismo, patriarcalista e racista.

Como agravante, na realidade da Universidade Federal de Sergipe, não se apresentam perspectivas de redução da *Segregação Paralela* é, portanto, fator interveniente de outras formas de segregação relacionados ao âmbito do trabalho profissional e, consequentemente, ao fenômeno do estancamento da carreira das mulheres, o teto de lona. O que poderia se dá através de investimentos nas políticas de pós-graduação *stricto sensu*, *nos grupos ocupacionais femininos* da UFS, pois os cursos priorizados estão diretamente relacionados aos grupos ocupacionais masculinos e quem define tais investimentos são os homens que dominam a estrutura-administrativa da UFS, cujos postos ocupam por indicação a partir dos estereótipos de gênero. Isso significa que a lógica pautada não favorece as condições de igualdade entre homens e mulheres que desenvolvem o trabalho acadêmico e, provavelmente, precisam articular trabalho-família.

Devido à falta de cursos de doutorado nos grupos ocupacionais femininos para acesso aos processos de qualificação profissional, faz-se necessário o deslocamento para outras regiões do país, o que tem levado algumas mulheres a adotarem outras formas de enfrentamento, qual seja: abrir mão da maternidade, mesmo sendo casadas ou adiar ao máximo o projeto de constituir família provocando transformações identificadas na configuração da família, e na vida pessoal de homens e mulheres; tem levado outras mulheres à falta de aderência no currículo ou ao grande espaçamento de tempo entre uma titulação e outra, para as mulheres casadas e sem filhos; ou a estagnação do processo de qualificação profissional.

Na universidade, identificar grupos ocupacionais sexualizados comprova que as características da sociedade nordestina e sergipana como: patriarcal, dicotômica, androcêntrica, essencialista e diferenciada pelos sexos podem ser constatadas no que diz respeito às "escolhas" das áreas de atuação do magistério superior, de homens e mulheres, a segregação horizontal. No entanto, verifica-se timidamente, a inserção de homens e mulheres em áreas com estereótipos ligados ao sexo oposto.

Conclui-se, ainda que, houve uma feminização no trabalho do magistério superior que não pode ser silenciada, ou seja, alguma coisa mudou. Mas essa feminização é diferenciada, pois varia de acordo com a divisão sexual dos cursos e a segregação tridimensional, ou seja,

nada mudou com relação à divisão sexual do trabalho profissional e agravou-se, na medida em que, o trabalho docente substituto, com menores salários é feminizado e as docentes efetivas têm alta produtividade, mas não são líderes de pesquisa e não são bolsistas de produtividade, isso não é suficiente para afirmar a extinção ou menor agravamento dos processos de dominação exploração, permanece viva a ordem patriarcal. Metaforicamente, a docente doutora produtiva seria a Mulher Maravilha em reunião na sala da Liga da Justiça, a Universidade.

Alguma coisa mudou porque houve também, recentemente, a inserção de homens em alguns cursos tradicionalmente femininos, bem como a inserção de mulheres em cursos tradicionalmente masculinos e a elevada produtividade feminina, mas isso ainda não é suficiente para identificar o fim da divisão sexual no trabalho docente, são mudanças na mentalidade dos indivíduos que fazem escolhas profissionais diferenciadas, ou seja, são deslocamentos ou mudanças em nível dos sujeitos singulares, da individualidade e não da coletividade. Esta mudança é suficiente para apontar a complexidade de tal inserção e evidenciar as dinâmicas que contribuem para a manutenção, os deslocamentos ou a atenuação das diferenças e das expressões dos preconceitos expressados nestes espaços.

As expressões dos preconceitos e da discriminação de gênero podem ser evidenciadas na seguinte situação, emitida pelos próprios pares da academia, na qual a fala de uma mulher chefe de programa de pós-graduação expressa em reunião de colegiado, que nas seleções de mestrado e doutorado deveria existir um *kit* anticoncepcional para as mulheres (pílula e camisinha) e todas/os riem. Esta situação respalda a defesa de Andrea Steil de que:

> [...] referências tendo como base o gênero estão encrustradas em quase todos os aspectos da vida organizacional incluindo brincadeiras, políticas administração ou programas de marketing, metáforas utilizadas, linguagem das cartas formais, utilização do espaço, ambiente, uso do tempo, linguagem corporal e comunicação face a face. (STEIL, 1997, p.63)

Andrea Steil (1999) sugere que o conflito entre os gêneros nas organizações é frequentemente encoberto ou escondidos nas entrelinhas do que as pessoas falam e fazem, de maneira análoga às formas mais sutis de discriminação racial. Segundo a autora, a supressão desses conflitos é fácil de negar, difícil de detectar e ainda mais difícil de estudar. O mais fácil é atribuir às mulheres a falta de empoderamento, a falta de vontade de produzir e buscar a progressão na carreira docente. Trata-se, portanto, de um assédio moral.

Esses exemplos reforçam como a lógica patriarcal e androcêntrica é incrustada nos espaços da universidade e, facilmente, põe em cheque a competência, a permanência e a

ascensão das mulheres na carreira do magistério superior e nos processos de qualificação profissional.

Agravante, é constatar que ainda no Brasil, as bolsistas dos programas de qualificação *stricto sensu* (alunas de doutorado e mestrado que incluem geralmente professoras das universidades públicas em fase de qualificação) têm juridicamente direito à licença maternidade enquanto estudante, mas não tem esse tempo descontado do período de conclusão dos estudos; que não existem creches nas universidades que atendam discentes, docentes e corpo técnico-administrativo, numa perspectiva das responsabilidades compartilhadas.

Essas diferenciações interferem nos espaços da formação, da qualificação e do trabalho na academia e tem implicação direta na permanência e ascensão profissional das mulheres, pois a qualificação profissional do docente tem relação direta com a progressão na carreira e acesso a maiores salários. Ratifica, portanto, a distância entre os grupos de sexos no trabalho docente, a divisão sexual do trabalho e o paradoxo utilizado por Helena Hirata e Daniele Kergoat, de que "tudo muda, mas nada muda".

Eva Blay (2006) analisa que a entrada das mulheres na Universidade brasileira só se tornou mais intensa depois dos anos de 1940, algo mudou. Além de ser um passo social recente, demandou mais anos de estudo, o que levou as mulheres a se depararem com empecilhos dentro da própria universidade e fora dela, pouco mudou. O fato é que a mulher atua em dois, três ou quatro caminhos, profissional, estudante, mãe e mulher.

Quanto ao objeto desta tese, conclui-se, portanto, que o trabalho na carreira do magistério superior no contexto da UFS continua sexuado, com barreiras de acesso aos processos de qualificação e nestes termos, na contemporaneidade, ainda é preciso lutar por igualdade entre os gêneros, mas também é preciso demarcar o espaço da diferença/diversidade no mundo do trabalho profissional entre as próprias mulheres e suas características de alteridade e empoderamento, de quererem investir em suas carreiras e de consciência política que possibilitem a transformação. Numa perspectiva das relações de poder e dominação, constata-se que os processos de segregação permanecem e sofrem agravamento, na especificidade de uma universidade nordestina como a Universidade Federal de Sergipe. Os bons prognósticos estão direcionados às transformações da individualidade, neste ambiente organizacional, com mulheres mais autônomas e empoderadas.

6 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS SUJEITOS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS: TRABALHO DOCENTE, RESPONSABILIDADES FAMILIARES E VIDA PESSOAL.

> [...] se linguagem é consciência que existe na prática para os demais e, por conseguinte, para si mesmo, é evidente que a palavra tem um papel destacado não só no desenvolvimento do pensamento, mas também no da consciência em seu conjunto [...] A consciência se expressa na palavra assim como o sol se expressa em uma gota d'água. A palavra é para a consciência o que o microcosmo é para o macrocosmo, o que a célula é para o organismo, o que é o átomo para o universo. É o microcosmo da consciência. A palavra significativa é o microcosmo da consciência humana.
> (VYGOTSKI, 1992, pp. 346-347)

Os sujeitos desta pesquisa são homens e mulheres trabalhadores do magistério superior, têm perfil diferenciado (nível de escolaridade elevado, rendimento, grau de instrução, número de filhos etc.), são profissionais com alta qualificação profissional, em relação a outros homens e mulheres, são considerados empoderados; são de um público considerado instruído, elite pensante do país e, por isso, interessa conhecer suas representações sobre a prática do trabalho docente, sobre as responsabilidades familiares e aspectos de sua vida pessoal.

A visibilidade do sujeito sempre foi defendida pelas perspectivas feministas, inicialmente, como forma de denunciar sua invisibilidade e a dominação sofrida, em favor da busca da consciência e atuação política enquanto sujeito, pois o momento histórico exigia que assim o fosse. Consequentemente, não se pode negar a importância daquele momento para os processos de denúncia e de conquistas, principalmente em termos legais e jurídicos.

Contemporaneamente, numa sociedade onde a mídia interfere, diretamente, no cotidiano através de seus processos ideológicos diversificados, os sujeitos alcançam processos de autorreflexão sobre suas ações e sua condição causando mudanças concretas em suas vidas e consciência, mas não necessariamente levando à participação política para transformação das questões de dominação exploração. Sendo as relações sociais dialéticas, tanto o homem quanto a mulher mudaram, mas ainda não se pode dizer o mesmo das estruturas e instituições, pois as transformações estruturais exigem dos sujeitos a participação política.

Neste contexto, não podem ser desconsiderados os processos de socialização, bem como, a construção da identidade enquanto metamorfose, uma totalidade contraditória,

múltipla e una ao mesmo tempo, a qual tem assumindo uma dinâmica de crise de identidades que ora insistem na permanência de antigos modelos e ora entram em evolução para novos modelos, inclusive sobre as questões que perpassam as relações entre os sexos.

Assim, ratifica-se o pensamento de Claude Dubar (2005), no qual as identidades são entendidas enquanto construções sociais, nas quais implicam interações entre trajetórias individuais e sistemas e constituem formas sociais de individualidades, a cada geração e em cada sociedade. Mas, neste momento histórico, os indivíduos ganham mais autonomia e através dos processos de reflexividade trabalham intimamente o que são, o que querem, e como se relacionam com o outro nas diversas esferas da sua vida (profissional, familiar, pessoal, social, política), expressando suas mentalidades e alguns casos, níveis de consciência política. Estas constatações levam aos debates sobre alteridade que defende a existência de um eu só é possível via relações sociais e, ainda que singular e sempre marcada pelo encontro com muitos outros que representam a cultura.

Nesta lógica, as pesquisas não podem restringir-se às análises estruturais. Faz-se necessário conhecer o cotidiano das vidas privadas para conhecer as singularidades das relações entre os sexos que são, simultaneamente, relações de contradição e aliança, antagônicas e complexas, em alguns momentos e em outros são de parceria e complementaridade. São estas relações que podem levar ao conhecimento do nível de consciência do sujeito.

Com este caminho, referendou-se o pensamento de Heleieth Saffioti (2001), de que o poder é atribuído à categoria social homem, no entanto, este pode utilizá-lo ou não, ou ainda delegá-lo. Nesse sentido, as próprias mulheres podem funcionar como instrumentos do patriarcalismo expressando violência e preconceitos de gênero, contra um homem ou contra uma mulher, agindo através de mecanismo de dominação-exploração por gênero. Entendendo exploração-dominação como um único processo, com duas dimensões complementares (coletividade e individualidade), pois a autora reconhece a dominação simbólica.

Confirma-se o pensamento de Heleieth Saffioti (2004), de que o gênero participa do processo de construção dos sujeitos através de sistemas de representação e autorrepresentação, que indicam as condutas aceitas para homens e os comportamentos admitidos para mulheres, constituindo, portanto, diferenças entre homens e mulheres. Ou seja, as indicações não se fazem apenas a partir da sociedade em relação aos indivíduos, mas também estão *inscritas na própria psique dos seres.* Isso significa dizer que, o gênero não é tão somente uma construção sociocultural, mas também um aparelho semiótico que através do

discurso atribui significados. Consequentemente, são as relações sociais que definem o eu em relação ao outro, destacando suas similitudes e diferenças.

Nesta seção, são apresentados os depoimentos coletados através de formulário aplicado pela pesquisadora e questionário aberto entregue aos sujeitos da pesquisa. Tais instrumentos apreenderam suas representações sobre o trabalho docente no magistério superior, sobre as responsabilidades familiares, o descanso e o lazer enquanto aspectos da vida pessoal, sobre a divisão sexual do trabalho e sobre o feminismo.

O tratamento e análise dos dados coletados articulam o uso de gráficos para apresentação das variáveis identificadas nas representações que permitiram categorizá-las e o uso dos depoimentos escritos no questionário aberto.

Assim, na subseção *6.1 O trabalho docente* são apresentados os depoimentos sobre o trabalho na Universidade Federal de Sergipe; a subseção *6.2 As responsabilidades familiares e a vida pessoal: a divisão sexual do trabalho* aborda o âmbito da vida familiar e pessoal dos sujeitos da pesquisa como orçamento doméstico, chefia familiar, número de filhos, atividades domésticas, horas por dia dedicadas ao trabalho e ao descanso; na subseção *6.3 Do singular ao coletivo: representações sobre o feminismo.*

O intuito é conhecer as mudanças e permanências relativas à divisão sexual do trabalho a partir das representações sociais dos docentes e suas implicações nos valores patriarcais, quanto às prováveis mudanças e permanências.

6.1 O TRABALHO DOCENTE.

A temática, trabalho docente foi abordada no questionário aberto a partir dos temas: trabalho docente no magistério superior, qualificação profissional e ascensão às instâncias de mando e decisão (chefia de departamento, centro, pró-reitoria, reitoria entre outros). Estes dados foram coletados através do questionário aberto, enviado aos docentes via link https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dG9DZGF1Tkg1MkpzTEJaTVlyVnRfUWc6MQ, criado no Google Docs, entre os meses de novembro e dezembro de 2011. Foram respondentes da pesquisa 14 docentes, 9 (64,28%) do sexo feminino e 5 (35,72%) do sexo masculino; 8 doutores e 6 mestres; 9 casados, 2 solteiros, 2 separados 01 união estável.

O trabalho acadêmico é visto pelos respondentes a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão. Entre as respostas foram encontrados significados como competitividade,

produtividade, meritocracia, desvalorização salarial e falta de estrutura contrariamente ao que deveria prevalecer (colaboração, cooperação, lugar de encontro com o outro e dialogo) por ser um ambiente educacional. Os depoimentos selecionados apresentam as lógicas encontradas nas representações:

> "O desafio maior do trabalho acadêmico é provar aos alunos e colegas que a universidade não é feita de paredes, mas é feita de pessoas. O elemento mais importante da universidade ainda é a aula, ocasião de encontro e diálogo entre acadêmicos, que amadurece e media ideias, constrói conteúdos. Seja esta aula uma atividade síncrona e presencial, ou assincrona e distâncial, ainda é aquele mesmo encontro que começou no jardim de Academus, com todas as oportunidades e mudanças na vida das pessoas que lá estão." (respondente 4, feminino, doutora, adjunta, 46 anos, casada, sem filhos).

> "O cotidiano é duro. Temos muitas aulas na graduação, temos o mestrado e temos de publicar. Em universidade pequena sem estrutura um professor produtivo é muito penalizado." (respondente 8, feminino, doutora, adjunta, 57 anos, casada, 2 filhos).

> "Competitividade. Onde deveria imperar a colaboração." (respondente 10, masculino, doutorando, assistente, 41 anos, casado, 2 filhos).

> "Tento integrar tais atividades, no entanto há um jogo de poder e competitividade entre os colegas que ás vezes parece limitante. Raramente há possibilidades de cooperação que transcorrem tranquilamente." (respondente 11, masculino, doutor, adjunto, menos de 40, solteiro, sem filhos).

Os depoimentos confirmam que a cultura acadêmica está pautada no individualismo, na competição na qual o docente é configurando enquanto trabalhador de um sistema produtivo industrial que trazem mudanças a partir da precarização e flexibilização do trabalho, intensificação do tempo do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo. Contrastando estas informações com as análises sobre a produtividade, pode-se inferir que este sofrimento atinge inigualavelmente as mulheres que são mais produtivas que os homens.

Outro fato que chama atenção é a competitividade aparecer entre os homens como uma negatividade, numa perspectiva uma crítica. Trata-se de uma transformação na medida em que está sempre foi uma característica/essência atrelada ao sexo masculino. Ao que parece, as mulheres doutoras da pós-graduação da UFS, sendo mais produtivas estão mobilizando de forma mais concreta a competitividade. Seja para permanecer ou para ascender no espaço docente e na produção do conhecimento, mesmo sendo penalizadas como afirma uma docente.

Quanto ao significado do trabalho, os docentes apresentam como, positividades: a liberdade, autonomia intelectual, estabilidade profissional, poder de decisão e possibilidade de contribuir para formação acadêmica dos jovens que irão inserir-se no mercado de trabalho e por ser uma universidade pequena, a possibilidade de conhecer o trabalho dos colegas. Enquanto negatividades, os depoimentos apresentam dificuldades de recursos, baixos salários, burocracia, competitividade, as influências e a dificuldade de lidar com diferentes concepções.

> "Positividades: há facilidade em conhecer o que os colegas trabalham; Negatividades: por ser uma instituição pequena, há dificuldades de recurso." (respondente 1, feminino, doutoranda, assistente, 27 anos, união estável, 1 filho).

> "Positividade: Carreira, Estabilidade, Poder de decisão Negatividade: baixo salário." (respondente 6, feminino, mestre, assistente, 54 anos, separada, 3 filhos).

> "Participar da formação acadêmica de gerações de jovens que irão por sua vez interferir na sociedade em que vivemos todos nós é um trabalho profícuo e cíclico, pois nossos filhos terão nossos alunos como Mestres e "assim caminha a humanidade". O negativo são as influências negativas vindas de onde não sabemos ou não temos controle e as consequências também são imprevisíveis. Temos que acreditar e trabalhar para que haja um saldo positivo." (respondente 9, masculino, mestre, adjunto, 60 anos, casado, 3 filhos).

> "Positivo: liberdade, autonomia intelectual, possibilidades de crescimento e de apoio aos alunos e á comunidade. Negativo: dificuldades em lidar com as diferentes concepções dos colegas." (respondente 11, masculino, doutor, adjunto, menos de 40 anos, solteiro, sem filhos).

Identifica-se a falta de investimentos no setor, dada à retirada gradativa do Estado da manutenção das universidades, repassando à iniciativa privada a ampliação e expansão do ensino superior, o que dificulta o trabalho docente pela falta de condições de trabalho e de recursos, configurando-se como negatividade no trabalho; outra negatividade apontada está relacionada ao uso de influências para obtenção de benefícios e privilégios. Tal fato apontaria para processos de corrupção existentes no âmbito do trabalho, ou seja, a utilização do poder ou autoridade para obter vantagens e fazer uso do dinheiro público para interesses próprios ou de amigos. Tal fato poderia acontecer nos processos seletivos, acesso às bolsas de estudo/pesquisa, por exemplo; caracterizando, portanto, o tráfico de influência, tal fato demanda ações de transparência nas ações dos setores e da universidade como um todo. Trata-

se de um fenômeno identificado no Brasil que tem margem de confiança entre 37-41% e ocupa o 54º em nível de corrupção.

> "Os doutorados têm seus donos. Só entram aqueles que eles permitem. São muitas as dificuldades. Este processo deveria ser mais aberto e tranquilo para o pessoal da casa." (respondente 6, feminino, mestre, assistente, 54 anos, separada, 3 filhos)

As relações interpessoais e os conflitos, as dificuldades em lidar com as diferenças ratificam a ânsia dos/as docentes do que deveria prevalecer no espaço de trabalho (colaboração, cooperação, diálogo e não de competitividade). Trata-se de uma temática discutida nas organizações particulares e relegada nas organizações públicas, principalmente, em um espaço de trabalho como a universidade pública.

As representações sobre a ascensão às instâncias de mando e decisão na UFS (chefia de departamento, centro, pró-reitoria, reitoria entre outros) apontam três lógicas relacionadas à divisão sexual do trabalho. A primeira lógica reconhece as diferenças de gênero e só foi citada por mulheres; a segunda lógica que crê na igualdade de oportunidades e na inexistência de diferenças de gênero a qual é exposta por todos os homens respondentes e por algumas mulheres; a terceira defende que a falta de interesse pelos cargos de chefia se dá pelos poucos benefícios obtidos para os que ingressam nestes postos.

Fica evidente que é difícil para os homens reconhecerem processos de dominação e exploração se não os vivenciam; fica evidente também que os estereótipos de gênero estão impregnados nas mentalidades de homens e mulheres e que o seu reconhecimento demanda a vivencia dos conflitos e um nível de consciência política sobre a questão.

> "Só tenho uma coisa a dizer: POUQUÍSSIMAS MULHERES OCUPAM ESTES CARGOS. Além disso, a UFS é muito provinciana e os ocupantes de cargos de chefia pensam ser donos de tais lugares. Lamentável!" (respondente 1, feminino, doutoranda, assistente, 27 anos, união estável, 1 filho)

> "O mundo acadêmico é masculinizado. Já vemos, de antemão, as representações imagéticas com as quais temos de conviver, com aquela profusão de bustos e fotos masculinas, para poucas e apagadas figuras femininas. O homem quando grita na academia é um revolucionário, um visionário, a mulher quando grita está histérica, não sabe trabalhar em equipe, sente falta de fogão e tanque. Por isso, vivo o conflito de conservar minha característica feminina e, ao mesmo tempo, transitar em espaços de poder masculino, sem que meu gênero signifique fraqueza ou sedução. Algumas acadêmicas de minha convivência se masculinizam, outras ficam excessivamente agressivas, pois são presas fáceis da predominância das

> ideias neste ambiente.” (respondente 4, feminino, doutora, adjunta, 46 anos, casada, sem filhos)
>
> “Não vejo diferença. Todos têm igualdade de condições.” (respondente 6, feminino, mestre, assistente, 54 anos, separada, 3 filhos)
>
> “Participar mais ou menos intensamente deveria ser dado a todos a oportunidade para assenhorear-se das problemáticas e participar das soluções. Como meta de poder e ganho financeiro é "uma pobreza".” (respondente 9, masculino, mestre, adjunto, 60 anos, casados, 3 filhos)
>
> “Minha representação é que não há grande interesse nos cargos de chefia, especialmente pelo fato de que o ônus é muito maior do que os benefícios.” (respondente 11, masculino, doutor, adjunto, menos de 40, solteiro, sem filhos)

Esta pesquisa vem mostrando, ao longo da apresentação da seção 5, que há igualdade de condições de acesso, mas não condições de permanência e ascensão; não há igualdade de posições, nos termos de Ana Alice Costa (2000); nem as diferenças entre homens e mulheres para os processos de qualificação profissional são consideradas.

No que diz respeito às trajetórias para qualificação profissional, os depoimentos dos homens não reconhecem as diferenças entre os sexos para obtenção da titulação e apontam que dependem dos objetivos e esforços de cada indivíduo como superação, persistência, confiança e boas oportunidades, pensamento típico da sociedade capitalista individualista[81].

Apenas um homem, declara existir diferenças para uns e não para outros, entretanto, não cita se estas diferenças seriam entre homens e mulheres. Por outro lado, entre as representações das mulheres, as diferenças entre os sexos são citadas e exemplificadas como constatam os depoimentos abaixo:

> “Fui estudante profissional durante a graduação, inserida em diversos projetos de pesquisa, extensão e monitorias. No mestrado, grávida, tinha que trabalhar (professora substituta da UFS), estudar e cuidar de casa. Como eu

[81] O individualismo na cultura moderna é caracterizado pela liberdade, singularidade e autorresponsabilidade, que parecem um tanto contraditórios se tomarmos como base o discurso neoliberal do sistema capitalista. Ao mesmo tempo em que a liberdade é tida como direito de todo indivíduo, e podemos então fazer nossas escolhas e prover os nossos desejos, estamos presos ao “Deus da modernidade” que media todas as ações entre sujeitos e objetos. Neste sentido, o homem é “livre” se possuir a quantia de dinheiro que possa pagar seus desejos. E aqui a competitividade explica sua razão de ser. Já a singularidade é enfatizada como forma de se impor distintamente, e desta maneira manifestar a sua liberdade e dessemelhança perante os outros indivíduos e o sistema. Este discurso, porém, se torna vago se considerarmos que o próprio sistema capitalista é quem dita os moldes culturais a que os mesmos devem se enquadrar. Ou, quando realmente um indivíduo se mostra de forma singular, distinto do sistema e dos outros indivíduos, ele sofre com os preconceitos de uma sociedade que aparenta zelar pela liberdade e singularidade. São os processos que denominamos de resistências. Quanto à autorresponsabilidade é capacidade de usar a liberdade para melhor gerenciar a vida, com o fim primeiro de acumular o tanto de dinheiro possível quanto possa garantir a minha singularidade. É comum na cultura moderna os homens se distinguirem pela quantidade de dinheiro que os mesmos possuem. A despeito de tudo isso, o inquestionável na cultura moderna como defende Marchall Sahlins (1997) é que as culturas modernas estão passando por transformações e ressignificações que os antropólogos não estão conseguindo acompanhar.

> era bolsista, precisei ainda manter boa publicação e defender antes do tempo. No doutorado, escolhi mais o que eu queria. Nos primeiros meses me dediquei exclusivamente a ele, mas, depois, tive que assumir uma vaga de efetiva na UFAL, o que me fez me dividir entre as duas instituições. Em janeiro deste ano, fui chamada pela UFS e estou mais tranquila com a escrita da tese." (respondente 1, feminino, doutoranda, assistente, 27 anos, união estável, 1 filho)
>
> "A trajetória profissional, iniciada aos treze anos de idade, por ocasião no ingresso no primeiro emprego público concursado, foi sempre marcada pela administração da situação social desafiadora, em busca da realização de minhas potencialidades. Já que sabia possuir a capacidade, acreditei em mim mesma e busquei a capacitação. A sociedade, pelo contrário, sempre buscou me dissuadir de meus objetivos junto a academia, por ser mulher, pobre, vinda de um grupo social sem tradição universitária. Mas, egressa de escola pública, fiz graduação, mestrado e doutorado numa das melhores universidades da América Latina, a Universidade de São Paulo, não sem grandes sacrifícios e renúncias. Hoje, sou respeitada no Brasil e na Espanha, onde cumpri parte de meu doutorado, tendo sido convidada para prosseguir meus estudos após o período de estágio probatório. O tempo corre de forma diferente para estudantes, em conformidade com o gênero, pois nem a universidade, nem os empregadores, nem as famílias, nem os equipamentos públicos apoiam a mulher em sua questão reprodutiva. Assim, fica subentendido para a mulher que seu sucesso acadêmico e profissional será comprometido pela presença de crianças. Quando grávidas, as mulheres são preteridas em processos de seleção, e as famílias (egoístas e ingratas) se comprazem muito disso. Em seguida, a sociedade pressiona a mãe a desistir de seus sonhos e viver para cuidar do filho, e assim o Brasil perde suas mentes mais privilegiadas e preparadas, já que sabemos que as mulheres são as que tem melhor aproveitamento em todos os níveis de educação... O machismo nos tira, acima de tudo, a chance de escapar do círculo vicioso do atraso social." (respondente 4, feminino, doutora, adjunta, 46 anos, casada, sem filhos)
>
> "De fato as mulheres lutam mais para conseguir se qualificar do que os homens, pois tem de conciliar muitos interesses familiares." (respondente 8, feminino, doutora, adjunta, 57 anos, casada, 2 filhos)
>
> "Ter que ausentar-se dos seus familiares e cotidiano para pós graduar-se em outro Estado ou mesmo país é bem mais difícil para uns que para outros." (respondente 9, masculino, mestre, adjunto, 60 anos, casado, 3 filhos)
>
> "VEJO OPORTUNIDADES IGUAIS." (respondente 10, masculino, doutorando, assistente, 41 anos, casado, 2 filhos)

A análise dos depoimentos constata a dificuldade entre as mulheres para articular trabalho, qualificação profissional e as responsabilidades familiares, principalmente, se a obtenção da qualificação exige deslocamento para outras regiões do país ou para outro país, consequência da divisão sexual dos papéis reprodutivos que recaem sobre as mulheres. Mantém-se com isso, a ordem patriarcal e ratifica-se a tripla/quádrupla jornada de trabalho entre as mulheres que têm filhos. E é importante frisar que se fala de dificuldades e não de

impedimentos, pois também é fato que as mulheres não desistem, resistem e em muitos casos, solitariamente.

Para aprofundamento do entendimento sobre a divisão sexual do trabalho, na produção e reprodução, as/os docentes foram questionadas/os sobre os papéis atribuídos às mulheres e homens que por ventura, interferem na inserção, permanência no trabalho acadêmico, no processo de qualificação e na ascensão às instâncias de poder. As respostas dividem-se entre mulheres, em sua maioria, que acreditam existir interferência, e homens e uma mulher que acreditam não existir interferência. Como os exemplos explicitados abaixo:

> "Por experiência pessoal, falaria que é muito mais difícil encarar os percalços acadêmicos, tendo tantas responsabilidades em casa. Mas quero dizer ainda mais: há a ideia de que as mulheres (essencializadas como dóceis, organizadas e maternas) devem ser destinadas à docência (principalmente em departamentos como o de educação); já os homens (essencializados como líderes e racionais) devem ocupar cargos de chefia. Acho que essa minha reflexão não é apenas por experiência pessoal e profissional, existem diversas pesquisas em gênero que denunciam isso!" (respondente 1, feminino, doutoranda, assistente, 27 anos, união estável, 1 filho)

> "Com certeza, além dos enormes preconceitos que afastam a mulher dos cargos diretivos, existe a questão já abordada da reprodução. A sociedade espera que a mulher desista de sua vida pública assim que tenha seu filho, e pressiona de todas as formas para que isso ocorra. Desta forma, grandes talentos são desperdiçados, nesta grande conspiração, na qual as outras mulheres participam e cooperam muito para que isso ocorra. Tanto as colegas de trabalho quanto as mães em casa, que educam seus filhos homens e lhes instruem para preservar a superioridade masculina na vida pública." (respondente 4, feminino, doutora, adjunta, 46 anos, casada, sem filhos)

> "No caso da mulher, acredito que maternidade interfira um pouco." (respondente 5, feminino, mestre, assistente, 32 anos, casada, sem filhos)

> "Não interfere." (respondente 6, feminino, mestre, assistente, 54 anos, separada, 3 filhos)

> "Como a mulher assume mais intensamente o papel de mãe e educadora, ela tem menor interesse em competir por cargos, pois o tempo fica muito ocupado." (respondente 8, feminino, doutora, adjunta, 57 anos, casada, 2 filhos)

> "Existem semelhanças: Administrar uma cozinha e um laboratório de alimentos são parecidos, mas as motivações podem ser bem diferentes e levar cada um ao oposto o que é em casa." (respondente 9, masculino, mestre, adjunto, 60 anos, casado, 3 filhos)

> "NÃO VEJO IMPEDIMENTOS." (respondente 10, masculino, doutorando, assistente, 41 anos, casado, 2 filhos)

> "Não acredito que os papéis atribuídos aos sujeitos sejam empecilho para inserção, permanência no trabalho acadêmico e no processo de qualificação, o que percebo é que os homens têm menos motivação em busca da qualificação." (respondente 12, feminino, mestre, assistente, 40 anos, separada, sem filhos)

As representações sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres reforçam que as mulheres assumem as consequências da reprodução e estas têm interferência nos processos de qualificação e acesso às instâncias de poder. Neste sentido, as mulheres sofrem preconceitos e são vítimas. Reforçam também que as diferenças entre os sexos não se fazem, apenas, a partir da sociedade, não podendo reafirmar o determinismo social, pois estão também inscritas na *psique* inclusive das mulheres que educam filhos/filhas a partir dos valores machistas e patriarcalistas, portanto, as mulheres também participam e contribuem para a existência das desigualdades entre os sexos.

As representações sobre o trabalho docente com foco nas relações entre os sexos denunciam a existência de estereótipos ligados ao masculino e ao feminino, mas que em sua maioria só são reconhecidos por aquelas que vivenciam estes processos. Outro elemento apontando que pode reforçar tais estereótipos são as relações de influência, ligadas aos grupos que ocupam os cargos de decisão. Isso reforça a tese de Ana Alice Costa (2000), de que, a mobilização do poder não se faz exclusivamente na hierarquia funcional ou nas esferas de decisão, estão também no cotidiano do trabalho, nas relações interpessoais; consequentemente, o poder pode ser visto nas relações econômicas, sociais e pessoais.

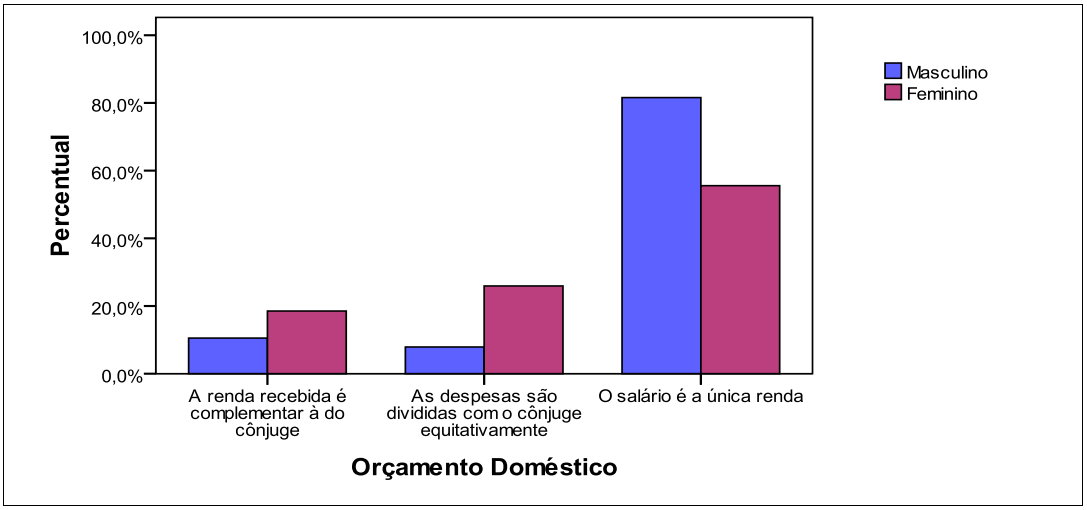
As mudanças nas mentalidades/consciência sobre as relações entre os sexos precisam também ser entendidas a partir dos processos de relações do eu com o outro, ou seja, a partir da alteridade. Os processos de resistência à divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo acontecem prioritariamente a partir do empoderamento da mulher que vivencia os processos de preconceito e exclusão, ou de homens e mulheres que têm consciência crítica da configuração da sociedade, enquanto ordem capitalista, patriarcalista e racista. O que se constata é que a principal transformação está se processando no âmbito da individualidade de homens e mulheres.

6.2 AS RESPONSABILIDADES FAMILIARES E A VIDA PESSOAL: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Nesta subseção, apresentam-se os dados e as análises coletadas a partir da aplicação do questionário fechado, iniciada em 2010 e concluída em 2011, a 107 docentes da Universidade Federal de Sergipe no intuito de conhecer as representações dos sujeitos sobre temas como: orçamento doméstico, turno de trabalho, filhos, atividades domésticas, horas/dia dedicadas ao trabalho profissional, ao descanso/lazer, maternidade, conjugalidade, cuidados entre outros.

De acordo com o Gráfico 68, verificou-se que ***o salário*** das/os docentes é a única fonte de renda no orçamento familiar; para alguns docentes, (homens e mulheres) sua renda é vista como completar a de seu cônjuge, o que no caso da mulher representa uma permanência e para os homens, uma mudança pois, historicamente, a renda para o homem nunca foi vista como complementar a da mulher; para outros docentes (homens e mulheres) as despesas com o orçamento doméstico são dividas equitativamente, historicamente isso significa que tanto para a mulher quanto para o homem ocorrem mudanças confirmando a tese de que as famílias têm dois provedores. Outra mudança constatada é o salário da mulher como única renda familiar. Este fato representa na sociedade patriarcalista, uma inversão dos parâmetros e deveria significar uma inserção do homem no âmbito da vida familiar, assumindo também como consequência, as atividades domésticas e ou o cuidado com os filhos, as crianças, mas se não representa maior inserção no âmbito da vida familiar, agrava-se os processos de dominação exploração, apesar da independência financeira da mulher e de sua inserção no mercado de trabalho.

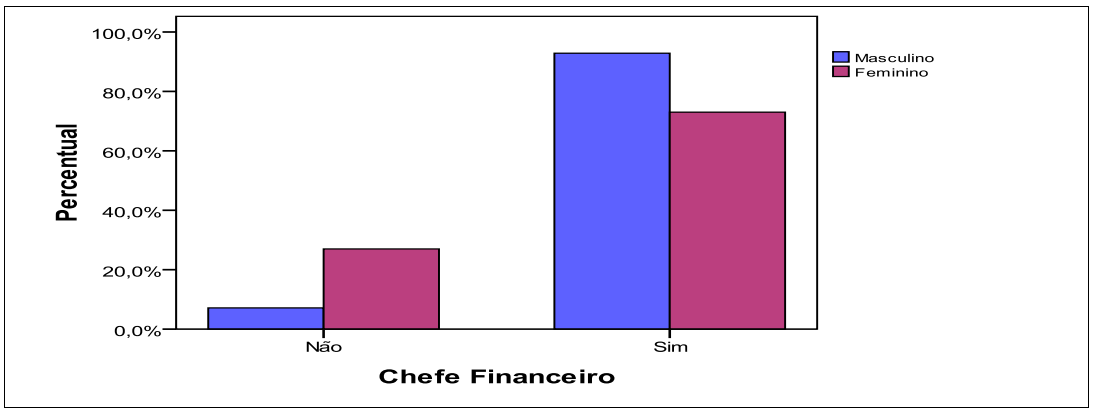
Gráfico 68. Percentual entre o Orçamento Doméstico e o Sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

No Gráfico 69, verificou-se que o grupo masculino obteve um percentual maior do que o das mulheres no sentido de considerar-se o ***chefe financeiro*** da família. No entanto, este número de mulheres docentes tem um percentual bem próximo com o dos homens, mostrando que a renda da mulher é muitas vezes a principal renda familiar. Trata-se de um deslocamento das questões relacionadas ao patriarcalismo, pois aproximadamente 80% das mulheres casadas, na faixa etária entre 31 e 40 anos, posicionadas eticamente como pardas são responsáveis pelo sustento financeiro da família. Confirmando também a tese da existência de dois provedores da família na qual a mulher é a chefe da família.

Gráfico 69. Percentual entre Chefe Financeiro e o Sexo, na UFS/SE, 2011.



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

O homem não conseguindo realizar o seu papel de chefe/provedor pode ser um fator de angústia, tensões e conflitos no interior da família. Entre estas mulheres, há inversão assumindo o papel de provedora, entretanto, é necessário que seja verificado se isso implica em redistribuição das atividades ligadas ao cuidado e à administração doméstica.

O fato é que o modelo tradicional de homem provedor e mulher, esposa, mãe, dona de casa foi posto em xeque. E a inserção no mercado de trabalho representa para a mulher, possibilidades de negociação destas atividades, dependendo da mentalidade de homens e mulheres e do grau de introjeção dos valores patriarcais.

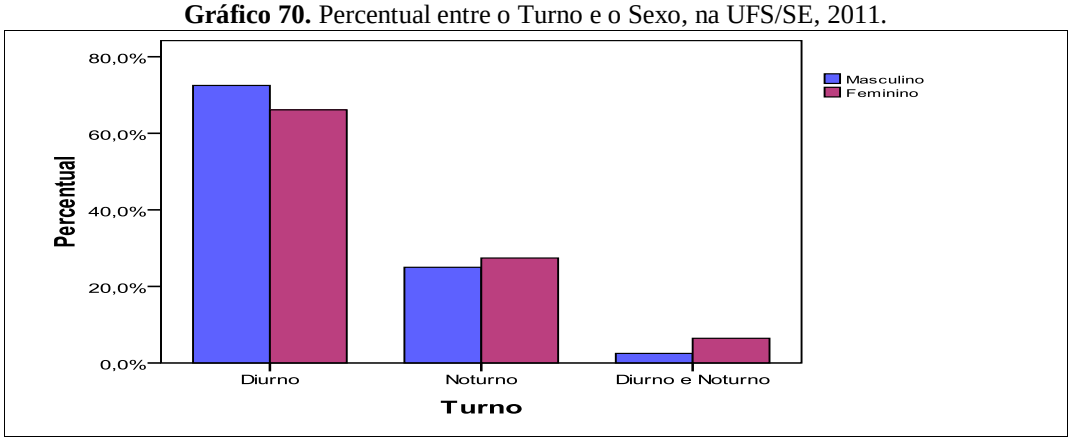
A perspectiva é de que no âmbito da conjugalidade, prevaleça o entendimento sobre o cuidado para além dos pressupostos patriarcais, pautados na ética dos laços de afetividade. Entre o grupo de docentes sujeitos desta pesquisa, constata-se o modelo dual de homem provedor e mulher *part-time*, provedora e cuidadora, marcado por profundas tensões.

Outra evidência a partir das análises dos dados vem da variável ***turno de trabalho***, cujo olhar numa ótica das relações entre os sexos deve ser direcionado para as especificidades

destas mulheres quanto à composição familiar. De acordo com o Gráfico 70, foi observado que o principal turno de trabalho é o diurno tanto pelos docentes do sexo masculino quanto pelas docentes do sexo feminino.

Entretanto, o percentual de mulheres que trabalham no turno noturno é maior do que o percentual de homens. Confrontando com a variável composição familiar, no geral, sem considerar o estado civil, 34 mulheres não têm filhos e 29 têm filhos; nenhuma delas declara ter dificuldades para viajar a trabalho ou para trabalhar em horário noturno, mas nos depoimentos a dificuldade é relatada, mostrando que em alguns momentos as mulheres se contradizem.

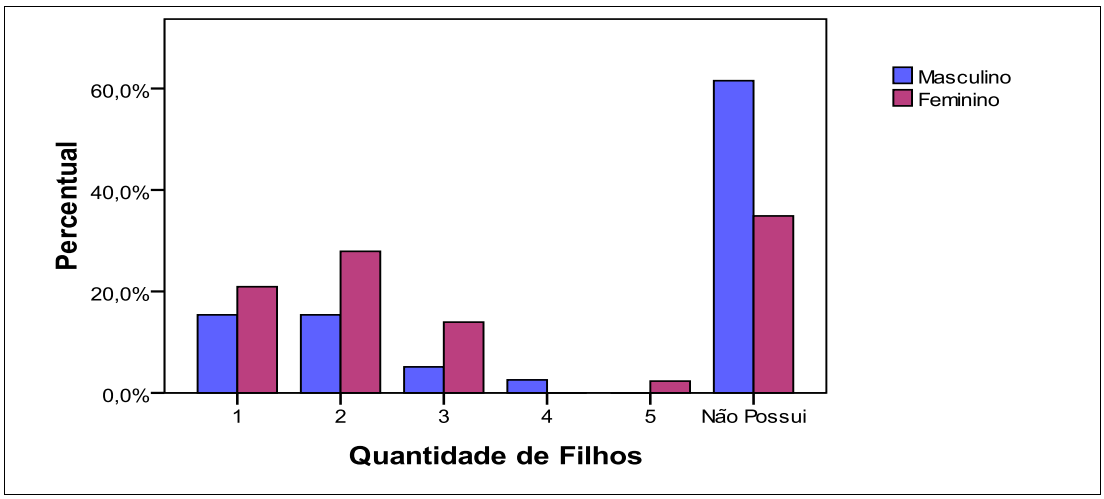
Gráfico 70. Percentual entre o Turno e o Sexo, na UFS/SE, 2011.



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

De acordo com o Gráfico 71, observou-se que aproximadamente 47,6% do total das/os docentes não possuem ***filhos***. Constatando a tendência dos casais terem poucos filhos ou não terem filhos, são casados ou tem companheiros o que confirmaria a ideia da maternidade reflexiva e a comprovação de mais uma mudança na estrutura patriarcal. Considerando a variável sexo, mais de 60% das mulheres possuem filhos e aproximadamente 50% dos homens possuem filhos.

Gráfico 71. Percentual entre a Quantidade de filhos e o Sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.

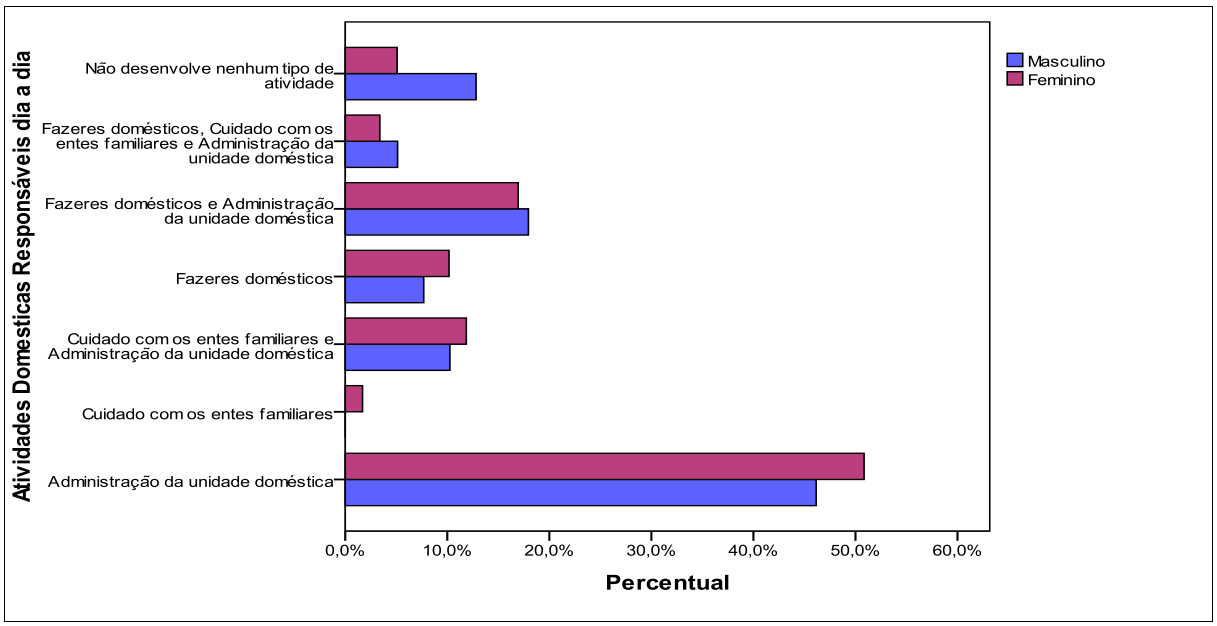


Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

Quanto às análises gerais sobre as ***atividades domésticas***, o Gráfico 72 representa que para a maioria das/os docentes, a principal atividade doméstica sob a sua responsabilidade no seu dia a dia, é a administração da unidade doméstica, ou seja, o pagamento de contas, a administração do patrimônio e dentre outras atividades que está para mais de 50% sob a responsabilidade das mulheres. Isso significa que a mulher, paga outra mulher para desenvolver as rotinas de limpar, lavar, cozinhar, passar, configurando a externalização do trabalho doméstico.

Trata-se de um fato importante, na medida em que ratifica que a através do salário a mulher trabalhadora consegue realizar seus projetos profissionais através da externalização do trabalho doméstico. Ratifica-se o pensamento de Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), que para as/os docentes a externalização do trabalho doméstico funciona como um fator que favorece o apaziguamento das tensões nos casais burgueses, permitindo maior flexibilidade das mulheres para o envolvimento com seu trabalho profissional. A despeito, alguns homens (solteiros e casados) já configuram outros padrões na realização das tarefas domésticas, com evidenciado abaixo. É preciso destacar que 44,4% do total das/os docentes que participaram desta pesquisa são solteiras/os e 47,6% não possuem filhos e estavam incluídos na análise desta variável.

Gráfico 72. Percentual entre as Atividades domésticas responsáveis dia a dia e o Sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.

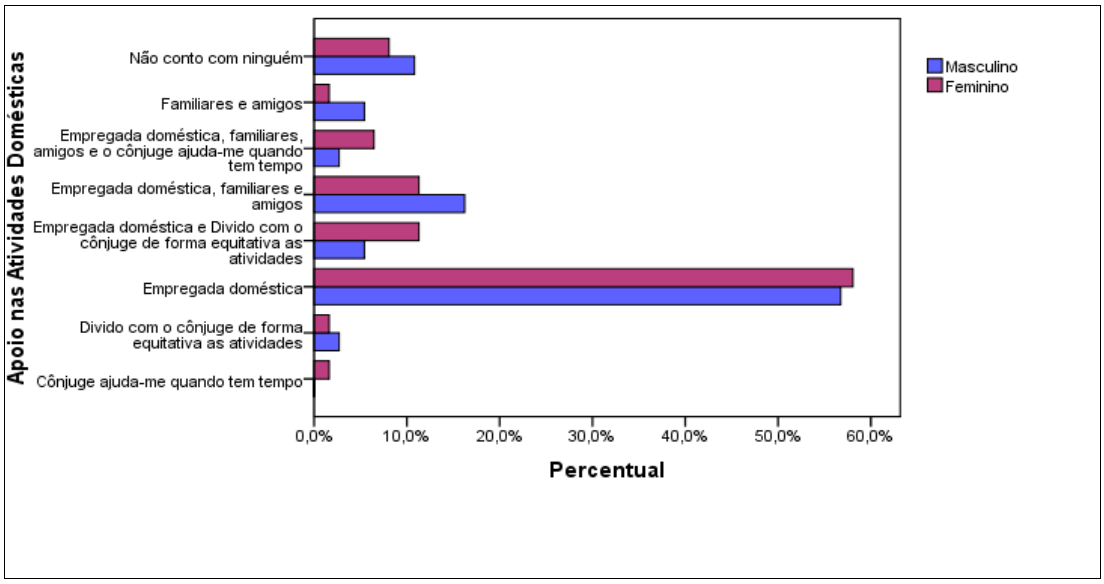


Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

O Gráfico 72 ainda evidencia que 10% dos homens e 12% das mulheres ocupam-se com as tarefas de limpar, lavar, cozinhar e passar; 20% dos homens e 19% das mulheres ocupam-se tanto da administração, quanto da realização das tarefas de limpar, lavar, cozinhar e passar, evitando visivelmente assumir o custo com empregadas domésticas tendendo a dividir estas atividades com os cônjuges. Provavelmente estes estão entre as/os solteiras/os sem filhos.

Por outro lado, de acordo com o Gráfico 73, foi observado que a maioria das/os docentes conta para o desenvolvimento das atividades domésticas, com o trabalho da ***empregada doméstica***, mas o cuidado com os entes familiares são desenvolvidas principalmente pelas mulheres, e alguns homens já desenvolvem tais atividades. O que configuraria um deslocamento, pois historicamente, as atividades do âmbito doméstico eram desenvolvidas preponderantemente pelas mulheres, principalmente, aquelas ligadas aos cuidados.

Gráfico 73. Percentual entre o Apoio nas atividades domésticas e o Sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.



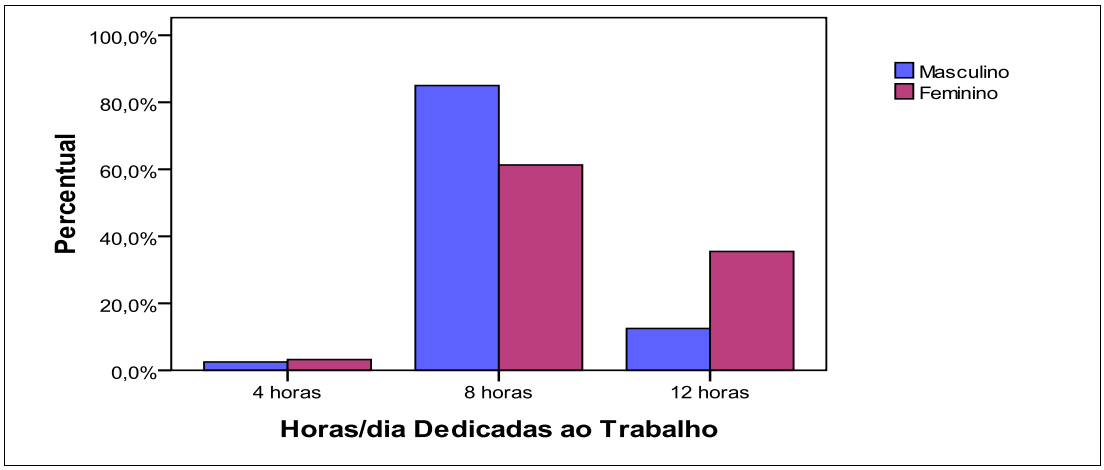
Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

Em termos gerais, verifica-se aqui, a tese defendida por Helena Hirata e Danièle Kergoat sobre divisão sexual do trabalho doméstico e a existência da externalização do trabalho doméstico; a reconfiguração da composição familiar e os novos tipos de arranjos familiares; a mulher como principal renda familiar e como chefe de família; o provável uso de flexibilização dos turnos de trabalho, na medida em que as mulheres trabalham mais no turno noturno; tanto por parte dos homens quanto das mulheres a opção por não terem filhos e/ou não casarem; os homens participando das atividades do cuidado com os entes familiares e algumas mulheres declarando que o cônjuge ajuda nas atividades domésticas, quando tem tempo ou que dividem de forma equitativa as atividades com o cônjuge.

Se há externalização do trabalho doméstico por parte das mulheres, é interessante conhecer sua dedicação em hora/dia ao trabalho profissional e horas/dia e ao descanso/lazer.

De acordo com o Gráfico 74, foi observado que 80% dos homens e 60% das mulheres, dedicam 8 ***horas/dia ao trabalho profissional***, incluídas as horas trabalhadas em casa; em compensação, aproximadamente 35% das mulheres e 10% dos homens dedicam 12 horas/dia ao trabalho profissional. Logo, podemos dizer que além das mulheres cumprirem suas cargas horárias de trabalho na UFS, também as cumpre ao chegar a seu lar, comprovando que o trabalho docente ultrapassa o tempo dedicado dentro da instituição. Disso pode-se depreender que as mulheres têm maior compromisso com o trabalho profissional e reforça-se a tese de que a professora vai fisicamente para casa, mas o dia de trabalho não termina, pois as inovações tecnológicas possibilitam a derrubada das barreiras entre o mundo pessoal e o mundo profissional, o que reflete em sua alta produtividade.

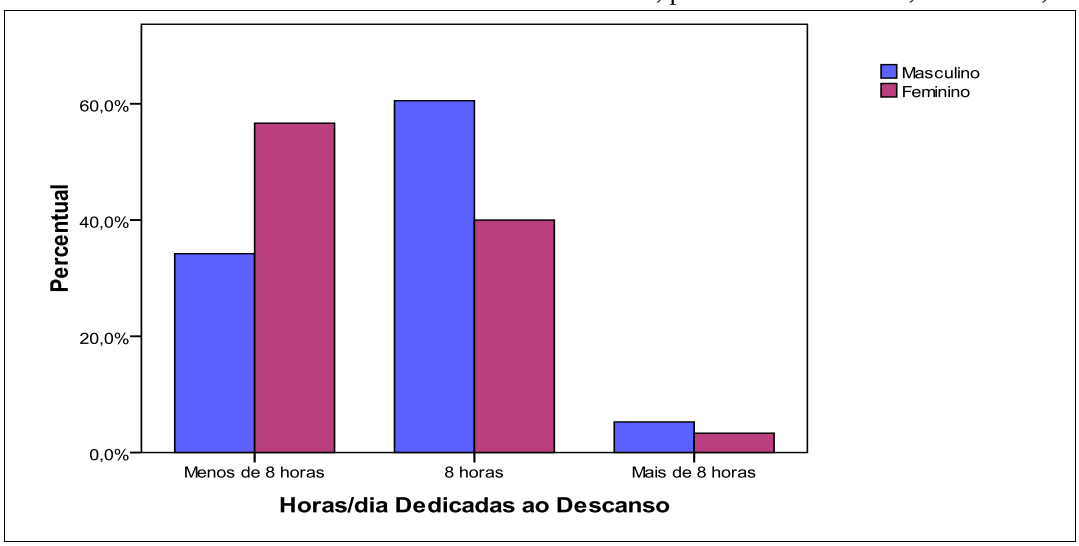
Gráfico 74. Percentual entre as Horas/dia Dedicadas ao Trabalho, por Sexo, na UFS/SE, 2010.



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

De acordo com o Gráfico 75, foi observado que aproximadamente 58% das mulheres dedicam menos de 8 ***horas/dia ao descanso***; em contrapartida, aproximadamente 60% dos homens dedica 8 horas por dia às atividades ligadas ao descanso e o lazer. Pode-se constatar, portanto, uma sobrecarga de trabalho, na medida em que as mulheres dedicam mais horas ao trabalho profissional, menos horas ao descanso. E os homens mais horas ao descanso e menos horas ao trabalho profissional. Pode-se inferir que alguns homens estão se poupando da sobrecarga de trabalho, buscando qualidade de vida.

Gráfico 75. Percentual entre às Horas/dia dedicadas ao descanso, por Sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.



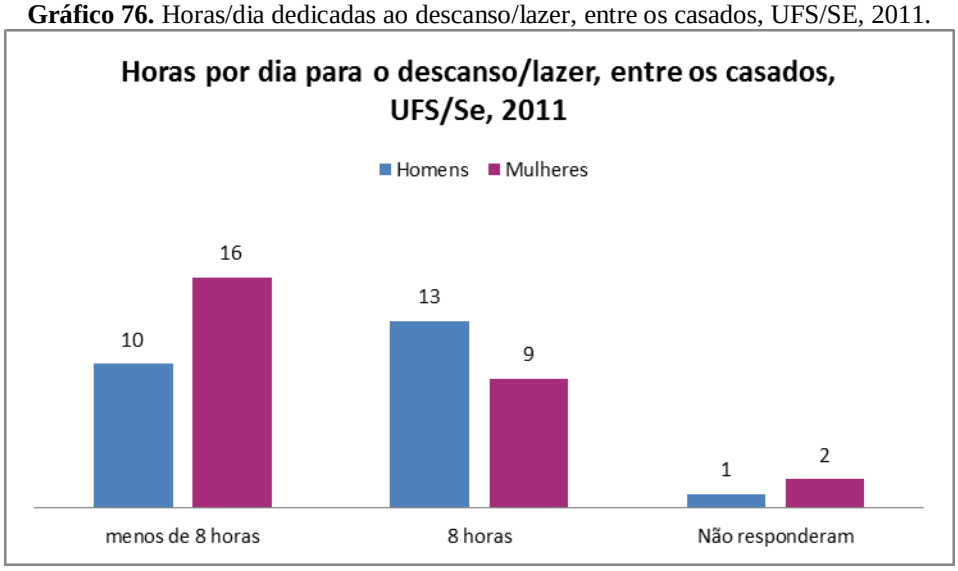
Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

Uma análise significativa para conhecer aspectos relacionados à vida pessoal dá-se através das representações sobre o descanso e o lazer.

> "Normalmente só sobra mesmo as horas para o sono, mas nos finais de semana consigo relaxar em almoços com amigos, praia onde também juntamos amigos, a maioria professores e uma vez por ano (nas férias em fevereiro, viagem à São Paulo ver a família". (casada, 51-60anos, mestre, 01 filho).
>
> "Somente aos finais de semana, aos domingos com cinema, passeio de bicicleta, leitura de livros, visita aos amigos, etc" (casada, 41-50 anos, doutora, dois filhos).
>
> "Brincando com minha filha, vendo TV ou buscando informações na internet". (casada, 31-40anos, mestre, 02 filhos).

Nesse sentido, através dos depoimentos foi possível constatar que as mulheres docentes do nível superior, casadas com filhos, apresentam compromisso com o trabalho docente, tem suas horas de descanso e lazer também associadas ao cuidado dos filhos e de si mesmas.

Gráfico 76. Horas/dia dedicadas ao descanso/lazer, entre os casados, UFS/SE, 2011.

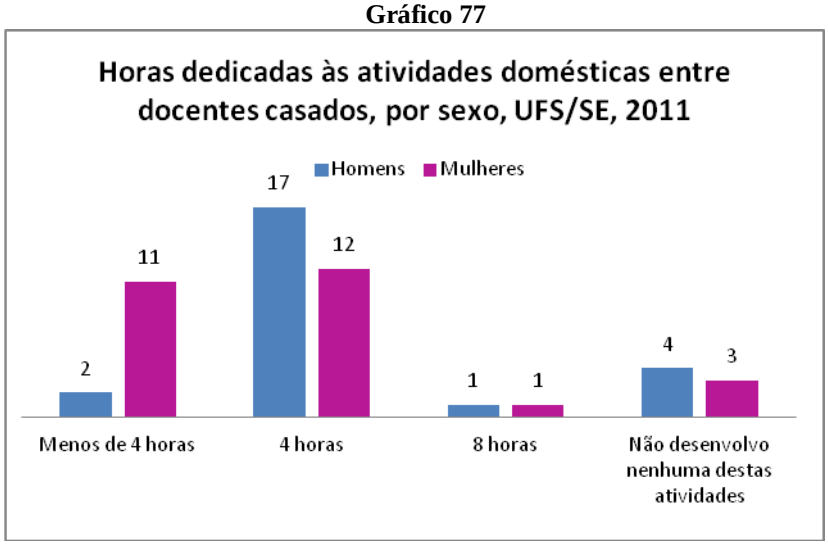


Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

Ratifica-se, portanto, a pesquisa de Christian Barbosa de que as mulheres tendem a abandonar as atividades que lhes dão prazer em função dos deveres, enquanto os homens sabem se colocar em primeiro lugar, e curtir os momentos de lazer. Reforça-se, também, a tese de que as mulheres avançaram no âmbito público, mas não tiveram divididas as funções relacionadas ao âmbito privado e nem todas estão dispostas a arcar com os custos/consequências dos dois projetos.

Neste caso, é interessante contrastar os dados com o número de ***horas/dia dedicadas às atividades domésticas entre os casados***, que provavelmente envolveriam a administração doméstica e o cuidar dos entes familiares, já que as atividades de lavar, passar, arrumar são externalizadas. O Gráfico 77, comprova entre os casados, que um deslocamento significativo se apresenta na medida em que a maioria das/os docentes dedica 4 horas ou menos de 4 horas às atividades domésticas. O que demonstra que as/os docentes mantem-se na média de horas dedicadas a estas atividades, em comparação à média de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas no Brasil que é de 20,9 horas para as mulheres e 9,2 horas para os homens.

Gráfico 77



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

No tocante às ***responsabilidades familiares/cuidados***, dois subtemas foram abordados, como o exposto abaixo:

1) Responsabilidades com prestação de *serviços físicos e psicológicos aos membros da família*, assim como o cuidado com as crianças, os idosos e os incapacitados da família.

As representações sobre a temática seguem lógicas diferenciadas. Há o reconhecimento de que as atividades relacionadas ao cuidar do outro (filhos, idosos e incapacitados), recaem preponderantemente sobre as mulheres:

> "Sem dúvidas, isso recai fortemente nas mulheres!" (respondente 1, feminino, doutoranda, assistente, 27 anos, união estável, 1 filho).

> "Quando as minhas filhas eram crianças eu assumia quase tudo, creio que essa é a realidade na maioria das famílias brasileiras." (respondente 8, feminino, doutora, adjunta, 57 anos, casada, 2 filhos).

Há aqueles que já vivenciam modelos diferenciados reconhecendo a participação do pai, mas a preponderância do papel da mulher com relação ao cuidar:

> "Divisão igualitária." (respondente 7, masculino, doutor, adjunto, 30 anos, casado, sem filhos).

> "Os costumes ditam alguns modelos. Por exemplo, quem cozinha é a mulher e quem conserta o carro é o homem. Mas vai depender muito do nível de esclarecimento da família bem como de suas aptidões. Tem homem que gosta de cozinha e mulher que detesta!" (respondente 9, masculino, mestre, adjunto, 60 anos, casado, 3 filhos).

> "Vejo os pais com grande participação e apoio à família, muito maior que em épocas passadas. Hoje os pais são mais carinhosos e compreensivos. As mães ainda exercem papel principal, mas os pais estão com maior participação." (respondente 10, masculino, doutorando, assistente, 41 anos, casado, 2 filhos).

Entre os que identificam a existência da participação do pai no cuidado com o outro, relaciona este fato ao nível de esclarecimento da família, ou seja, haveria condições de alcançar níveis mais igualitários entre os casais com o aumento do nível de acesso à informação, educação. Fica evidente o potencial da Educação para transformação da sociedade.

2) Responsabilidade com as tarefas de alimentação e higiene pessoal, como cozinhar, lavar pratos e outros utensílios, lavar e passar roupas.

> "Nossa, aqui a diferença é ainda mais gritante!" (respondente 1, feminino, doutoranda, assistente, 27 anos, união estável, 1 filho)

> "A responsabilidade está a cargo do sexo feminino no controle dessas atividades ainda que haja participação do sexo masculino". (respondente 2, feminino, doutora, adjunta, 47 anos, casada, 3 filhos)

> "Praticamente de minha esposa". (respondente 7, masculino, doutor, adjunto, 30 anos, casado, sem filhos)

> "Sempre a mulher assume mais essas tarefas, os homens são geralmente mais egoístas e acomodados". (respondente 8, feminino, doutora, adjunta, 57 anos, casada, 2 filhos)

> "Desde que nos casamos, temos uma excelente relação com eletrodomésticos. Assim, os pratos são lavados em lavadora, assim como as roupas. Nenhum dos dois gosta ou tem pendor para cozinha, mas ambos nos submetemos a esta tarefa [...] A regra é sempre manter a ordem e limpeza em casa, para não acumular sujeira. A única tarefa exclusiva é a de passar roupa. [...]. Quando não tínhamos empregada, recorríamos uma vez por mês a

> faxineiros profissionais (que podiam ser mulheres ou homens)". (respondente 4, feminino, doutora, adjunta, 46 anos, casada, sem filhos)
>
> "Cozinhar é aptidão. Não adianta querer sem saber, mas participar é possível. Da lavagem das louças, forrar camas, limpar banheiros, passar a ferro as roupas etc." (respondente 9, masculino, mestre, adjunto, 60 anos, casado, 3 filhos)

Através destes depoimentos constata-se a permanência das tarefas de cozinhar, lavar, passar, sendo desenvolvidas por algumas mulheres, e em alguns casos com a participação do homem. Entretanto, também se constatou que estas são atividades delegadas à mulheres contratadas como empregadas domésticas e também podem ser desenvolvidas a partir dos eletrodomésticos, e que só esporadicamente os casais assumiriam estas atividades.

Estas docentes negociam com seus maridos quando têm ***necessidade de viajar por motivos de trabalho*** havendo, portanto limitações, pois se a negociação não for favorável, pode haver impedimento de viajar. Quanto a este aspecto os depoimentos apresentam que:

> "Para viajar tem que haver um acordo com meu esposo com relação aos cuidados com a nossa filha". (casada, 31-40anos, 02 filhos, mestre).
>
> "Período que meu filho (ainda criança) mais me exige". (casada, 51-60anos, doutora, 01 filho).

Reforça-se, portanto, a tese de que as ***consequências da maternidade*** recaem principalmente sobre as mães a ponto de limitar deslocamentos cotidianos por motivos de trabalho, enquanto os filhos são pequenos, assim como de seus horários e encargos profissionais em função da responsabilidade com os filhos.

Perguntadas/os sobre se há interferência dos papéis atribuídos no âmbito da família sobre a inserção, permanência no trabalho acadêmico, no processo de qualificação e na ascensão profissional e acesso às instâncias de poder. As/os respondentes declaram:

> "Com certeza, além dos enormes preconceitos que afastam a mulher dos cargos diretivos, existe a questão já abordada da reprodução. A sociedade espera que a mulher desista de sua vida pública assim que tenha seu filho, e pressiona de todas as formas para que isso ocorra. Desta forma, grandes talentos são desperdiçados, nesta grande conspiração, na qual as outras mulheres participam e cooperam muito para que isso ocorra. Tanto as colegas de trabalho quanto as mães em casa, que educam seus filhos homens e lhes instruem para preservar a superioridade masculina na vida pública". (respondente 4, feminino, doutora, adjunta, 46 anos, casada, sem filhos).
>
> "Como a mulher assume mais intensamente o papel de mãe e educadora, ela tem menor interesse (grifo nosso) em competir por cargos, pois o tempo fica

> muito ocupado". (respondente 8, feminino, doutora, adjunta, 57 anos, casada, 2 filhos).
>
> "Não acredito que os papéis atribuídos aos sujeitos sejam empecilho para inserção, permanência no trabalho acadêmico e no processo de qualificação, o que percebo é que os homens têm menos motivação em busca da qualificação". (respondente 12, feminino, mestre, assistente, 40 anos, separada, sem filhos).

As consequências da reprodução preponderantemente ainda recaem sobre as mulheres, mas já existem processos de negociação entre os casais. No que diz respeito à inserção e permanência no trabalho acadêmico, nos processos de qualificação para a ascensão profissional, entende-se que as consequências da reprodução levam algumas mulheres a um estancamento em suas carreiras enquanto os filhos são pequenos, e aos menores salários na carreira do magistério superior, dado que não tenham titulação em doutorado, restringindo também suas participações e circulação em eventos e meios científicos; para outras mulheres pode haver desistência de prosseguir ou buscar titulação em nível de mestrado e doutorado, principalmente se houver a necessidade de deslocamento para outras regiões do país, aceitando os menores salários; também nesta articulação trabalho docente e responsabilidades familiares, muitas mulheres podem ser vítimas e sofrer preconceitos expressos pelos próprios pares diante da dedicação diferenciada/limitada à vida acadêmica e científica. Estes elementos configuram-se, portanto, como barreiras para estas mulheres.

Mas algumas mulheres resistem a tais processos e criam ***estratégias para conciliar o trabalho docente com as responsabilidades familiares*** e competentemente tem produtividade científica maior que os colegas homens, demonstrando seu compromisso com o trabalho sem abrir mão do projeto familiar, mas abrindo mão de si.

As estratégias utilizadas para conciliar o trabalho reprodutivo na esfera privada da família e do trabalho produtivo remunerado na esfera pública, são declaradas nas seguintes falas:

> "Divido-me em 4 (mãe, dona de casa, professora/pesquisadora/extensionista e doutoranda) e durmo muito pouco" (respondente 1, feminino, doutoranda, assistente, 27 anos, união estável, 1 filho).
>
> "Divisão não equitativa, muitas vezes a família está sendo prejudicada uma vez que professor trabalha em casa e nos finais de semana". (respondente 2, feminino, doutora, adjunta, 47 anos, casada, 3 filhos).
>
> "Tudo deve levar a uma única direção que é a do crescimento e satisfação pessoal". (respondente 9, masculino, mestre, adjunto, 60 anos, casado, 3 filhos).

> "Divisão de horários mais ou menos definidos para sair com a família, para brincar com os filhos, para estudar, produzir e preparar aulas". (respondente 10, masculino, doutorando, assistente, 41 anos, casado, 2 filhos).

Neste item, diante da constatação da tripla/quádrupla jornadas de trabalho e relacionado-as à questão das horas dedicadas ao sono, ao lazer e ao cuidar de si própria, inevitavelmente surgem preocupações sobre o comprometimento da qualidade de vida e da saúde, na medida em que fisiológica e fisicamente a mulher não esteja dedicando o tempo necessário ao cuidar de si; e, por outro lado, o comprometimento do seu psicológico, dadas às pressões de ter que se dividir em quatro (mãe, professora/ pesquisadora, estudante e mulher/esposa), ou seja, sua tripla ou quádrupla jornada de trabalho.

Sobre a questão saúde, pesquisa divulgada em 02 de março de 2012, constatou que as mulheres são as pessoas mais atingidas pelos transtornos mentais (depressão, ansiedade, transtorno de conduta, ataques de raiva, déficit de atenção, hiperatividade). "As mulheres têm quase três vezes mais depressão, mais ansiedade, duas vezes mais do que os homens", Laura Helena Andrade, coordenadora da pesquisa. No Brasil e nos países desenvolvidos, a primeira causa de incapacitação para o trabalho e de morte precoce é a depressão. Numa perspectiva de gênero, pode-se apontar que as mulheres morrem mais.

Por outro âmbito, identifica-se a autolimitação e a interiorização de seu papel de mãe mesmo que esta mulher tenha escola maternal e uma empregada doméstica para assumir uma parte das tarefas de cuidar e de educar; o que estaria relacionado aos ***aspectos afetivos e psicológicos da dominação patriarcal***, da interiorização do seu papel de mãe, através do qual, todas as mulheres afirmam sentir-se realizadas por fazê-lo. Se as mulheres realizam-se sendo mães, os aspectos psicológicos da dominação levariam, inevitavelmente, ao debate moral, ético e jurídico sobre o cuidar dos dependentes e sobre as consequências da maternidade e paternidade ultrapassando os valores típicos da cultura patriarcal.

No entanto, esta interiorização da maternidade/paternidade deveria ser vista no sentido da corresponsabilidade de pais e mães para com os dependentes, visto que estes têm também direitos garantidos em lei e que devem ser obedecidos, pois são passíveis de penalização jurídica; os vínculos afetivos do cuidar dos filhos não deveriam comprometer ou limitar a atuação profissional da mulher, coisa que só será resolvida no âmbito do respeito da conjugalidade e do respeito aos filhos e de corresponsabilidade entre Estado e Instituições empregadoras.

A maternidade, consequentemente, pode levar à relativa estagnação do projeto de qualificação e atuação profissional, se houver necessidade de deslocamento para outras regiões do país, colocando dificuldades, barreiras e em alguns casos total impedimento. Numa

perspectiva de garantia da igualdade e dos direitos humanos, caberia às instituições e ao Estado criar ações afirmativas e dividir o custo social, numa perspectiva de solidariedade social para com as mulheres trabalhadoras que se propõem a promover a existência de novos seres humanos.

Identifica-se, portanto, com a transição nos padrões de família e de conjugalidade a perspectiva de um momento favorável para que as mulheres alcancem níveis mais igualitários na divisão sexual do trabalho doméstico e das responsabilidades familiares, pois alcançaram a autonomia econômica através dos seus projetos profissionais, e de sua entrada no mercado de trabalho. No entanto, falta ao Estado, às instituições, aos maridos e às próprias mulheres um olhar específico para esta questão.

Por outro lado, para entender os processos de dominação exploração, como defende Heleieth Saffioti pode-se voltar o foco para os ***aspectos do contrato matrimonial e da conjugalidade***. Segundo a autora, a consciência que as mulheres têm de si mesmas deriva da sua inserção como mulheres e esposas na estrutura social e não somente da socialização. Consequentemente, nas relações entre os sexos, o homem age como marido, com acesso ilimitado ao corpo de sua mulher, assim como desfrutando de poder socialmente legitimado para fazer imperar sua vontade, sempre destacando que onde há dominação exploração há resistência e consentimento. Com isso, o foco das relações entre os sexos deveria estar no contrato matrimonial definido entre homens, cujo objeto são as mulheres, através do qual a diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Na contemporaneidade, o contrato matrimonial não significa necessariamente sujeição, pois o divórcio configura-se de outra forma e, geralmente, é demandado pela mulher.

Quanto aos ***aspectos da conjugalidade***, os depoimentos evidenciam que prevalecem o diálogo e o companheirismo conduzidos, principalmente, pela mulher para resolução dos conflitos. Como mostram os depoimentos abaixo:

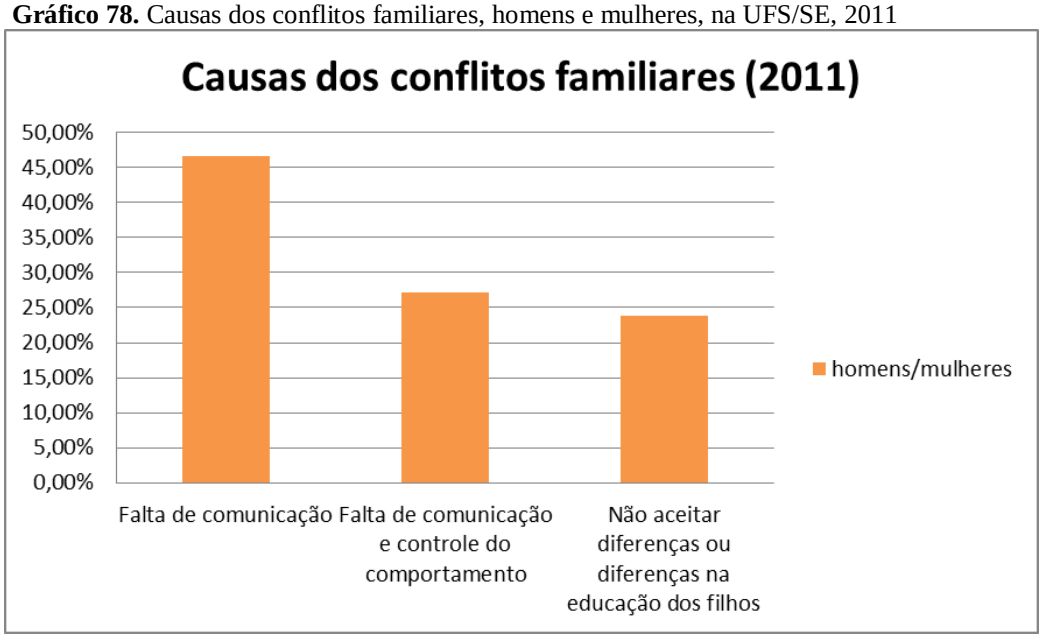
> "Para cada fase da relação a dois há um período de necessidade de diálogo e de acordos entre as partes, só briga dois quando os dois querem. Em geral a mulher que assume a tarefa de conduzir a relação para dar certo, quando ela desiste então tudo se acaba. O homem não desiste, arranja outra e aumenta o problema." (casada, 51-60anos, doutora, 04 filhos).

> "Diálogo e companheirismo. Saber se colocar no lugar do outro também". (casada, 31-40anos, mestre, 02 filhos).

Reforça-se, portanto, a tese da negociação entre os casais para resolução dos conflitos familiares, havendo, portanto, um deslocamento no tocante ao âmbito privado, onde em outros momentos históricos apenas o homem determinava, e a mulher submetia-se. Entre estas/es docentes as causas dos conflitos familiares são decorrentes, principalmente, da falta de comunicação, mas a mulher sempre acaba conduzindo para que a relação dê certo. Retomando a ideia de que se o "poder pode estar presente no leito conjugal..." (COSTA, 2000, p.2), neste momento histórico no qual as mulheres apresentam um grau mais elevado de empoderamento, no âmbito da conjugalidade, a mulher assume o papel de mediadora da resolução dos conflitos pra manter o casamento, até quando é válido permanecer na relação.

Diante deste maior empoderamento e autonomia conquistados, as mulheres têm demandado processos de negociação para as responsabilidades com os filhos e com as obrigações da conjugalidade, entretanto, quando isso não é possível, os casais optam pela dissolução da união. Fato que pode ser constatado através das taxas do IBGE sobre o divórcio[82].

Gráfico 78. Causas dos conflitos familiares, homens e mulheres, na UFS/SE, 2011



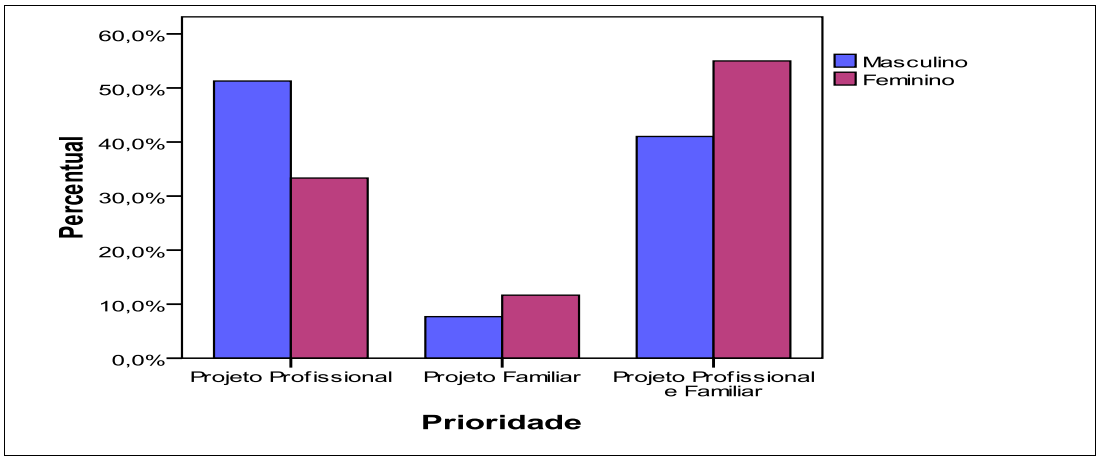
Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

[82] Os divórcios aumentaram 36,8% em um ano, passando de 174.747 casos em 2009 para 243.224 em 2010, aumento da taxa de 0,4 pontos percentuais, conforme as Estatísticas do Registro Civil divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As estatísticas do Registro Civil mostraram igualmente que as mulheres seguem sendo as que mais obtêm a custódia dos filhos após o divórcio, com 87,3% dos casos em 2010, enquanto a custódia compartilhada representa 5,5%. Além disso, a participação dos casais sem filhos entre os que se separam subiu de 30% em 2000 para 40,3% em 2010.

A análise considerando o sexo evidencia que mais de 15% dos homens e aproximadamente 5% das mulheres apresentaram que a necessidade de controle dos comportamentos é o motivo dos conflitos. Infere-se, aqui, que a reclamação parte dos homens sobre as mulheres que querem controlá-los exercendo o poder de esposas; a não aceitação das diferenças foi citada por aproximadamente 28% dos homens e 40% das mulheres. Aqui também se evidencia que tanto homens quanto mulheres estão se esforçando para demarcar o respeito às diferenças, o que levaria a relações mais equilibradas e igualitárias em termos da divisão sexual do trabalho.

Entender aspectos da conjugalidade demanda conhecer como se apresenta a ***prioridade dos projetos profissionais e familiares*** na percepção das/os docentes. De acordo com o Gráfico 79, pode-se observar que, principalmente, as mulheres priorizam a articulação entre o projeto profissional e familiar, no entanto, observou-se que a maioria dos homens prioriza apenas o projeto profissional.

Gráfico 79. Percentual entre às Prioridades e o Sexo dos docentes, na UFS/SE, 2011.



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

Apesar de algumas mudanças na estrutura familiar e no âmbito da conjugalidade, constata-se que os arquétipos ligados ao masculino e aos valores patriarcalistas permanecem quanto à opção dos homens pelo projeto profissional e por suas significativas horas de descanso e lazer dedicadas a si próprio.

O deslocamento está associado ao comportamento feminino em optar pela articulação entre o projeto profissional e o projeto familiar, abrindo mão do seu tempo de descanso e lazer e ou mesmo tendo que associar este tempo às atividades de cuidado (marido e filhos), configurando não condições de equidade e igualdade, mas de agravamento da condição

feminina diante do contexto de vida e de prioridade do cuidar do outro ao invés do cuidar de si e, por isso, talvez muito casais, hoje, optem por não terem filhos.

As casadas almejam alcançar o equilíbrio entre o projeto profissional e o projeto familiar, mas em suas falas, não se verifica até que ponto o equilíbrio depende do comportamento do homem nesta relação, das instituições e da sociedade.

O que se verifica nos depoimentos, abaixo, são situações onde a mulher enfrenta e se propõe a articular os dois projetos, configurando ao mesmo tempo uma situação de empoderamento e de falta de consciência da sua condição nas relações sociais entre os sexos, provavelmente em nome da realização pessoal da mulher em ter filhos e em dialogar, negociar para resolução dos conflitos da conjugalidade. Uma missão, na maioria das vezes, solitária.

> "O ser humano é completo, não funciona socialmente se não tiver estabilidade em sua vida privada. O amor e a confiança são essenciais tanto nos domínios da vida pública quanto nos da vida privada. Quando se confia e se é confiável, se tem amor ao próximo, ao mesmo tempo que ama, cuida e respeita a si próprio, tudo vai bem. Assim, a articulação entre a vida familiar e a profissional é necessária e possível. O projeto é um só, pois a vida é uma só. Eu sou uma pessoa só, não tenho duas vidas, não tenho dois projetos, não adio nenhum aspecto de minha vida e, por isso, sou feliz. (casada, 41-50 anos, doutora, sem filhos).
>
> "Necessitamos de equilíbrio nos dois projetos para se alcançar o equilíbrio emocional". (casada, 31-40anos, mestre, sem filhos).
>
> "Buscando equilibrar os dois lados da balança é possível conseguir qualidade de vida. Infelizmente, a remuneração não é tão boa, mas prefiro trabalhar o suficiente e ainda ter tempo para a minha família. Amo a minha profissão e a minha família e, por isso, preciso achar tempo para os dois." (casada, 31-40anos, mestre, 02 filhos).

Os depoimentos coletados entre as mulheres[83], as 14 chefes de família que são casadas: 02 declaram que a prioridade é o projeto profissional, 10 declaram que é articular os dois projetos, 02 não responderam. Os depoimentos retratam que no cotidiano, as mulheres não se colocam na condição de vítimas, em sua singularidade elas enfrentam, resistem e buscam saídas para seus dilemas/conflitos; mas um depoimento constata que quando a mulher toma consciência de ter sempre priorizado o projeto profissional decide dar um "CHEGA" e opta pelo projeto familiar.

> "Articular os dois e adio o projeto familiar o máximo possível. É uma pena, mas esta pergunta me fez constatar que o projeto familiar sempre fica em

[83] Só aparecem os depoimentos das mulheres, porque os homens não contribuíram nestas questões.

> prejuízo. O projeto profissional sempre toma muito, senão todo o espaço. E quando a gente vê, já são seis horas, já foi a semana, já foi o mês, já estarei fazendo o próximo aniversário, (56 anos) já está chegando o natal e o ano novo também, mas logo ficará velho – com as mesmas rotinas e velhas rotinas.... e o pessoal vai ficando para trás. E o pacote – filho, marido, cachorro e papagaio, que seguram os efeitos da carga profissional vêem junto. Sabe gostei até dessa questão, pois me alertou a dá um basta. CHEGA." (casada, 51-60anos, doutora, 01 filho).

Este posicionamento retrata que o momento de parar para refletir sobre sua realização pessoal faz com que a mulher modifique seu comportamento e suas ações, independente de como o homem se coloca no projeto de vida, trata-se de uma situação de empoderamento, solidariedade e alteridade, de troca na relação com o marido e os filhos e de valorização da família.

Outras mulheres assumem a responsabilidade com o cuidado, com o agravante de assumir o sustento financeiro da família, diante do desemprego do marido, trata-se de uma situação de ressignificação dos papéis do homem e da mulher, em prol do bem estar da família.

> "Por enquanto estou satisfazendo a minha vontade de ensinar de transmitir tudo o que acumulei como pesquisadora, não sei até aonde vou neste objetivo, mas por enquanto estou realizando o sonho de contribuir para um mundo melhor, pois sou aposentada e fiz novo concurso, em tese eu poderia me aposentar e parar, mas como meus proventos de aposentadoria são muito baixos e meus filhos ainda precisam de ajuda, meu marido desempregado, então ainda continuo mesmo que o sonho de uma nova humanidade as vezes pareça utópico." (casada, 52-60anos, doutora, 04 filhos).

Outra tese ratificada é a do renascimento da mulher depois que os filhos crescem, e de que os filhos são das mulheres, pois durante a fase produtiva a mulher dividia o tempo com o projeto familiar, agora, com os filhos crescidos ela retoma como prioridade o projeto profissional, constatada no depoimento abaixo:

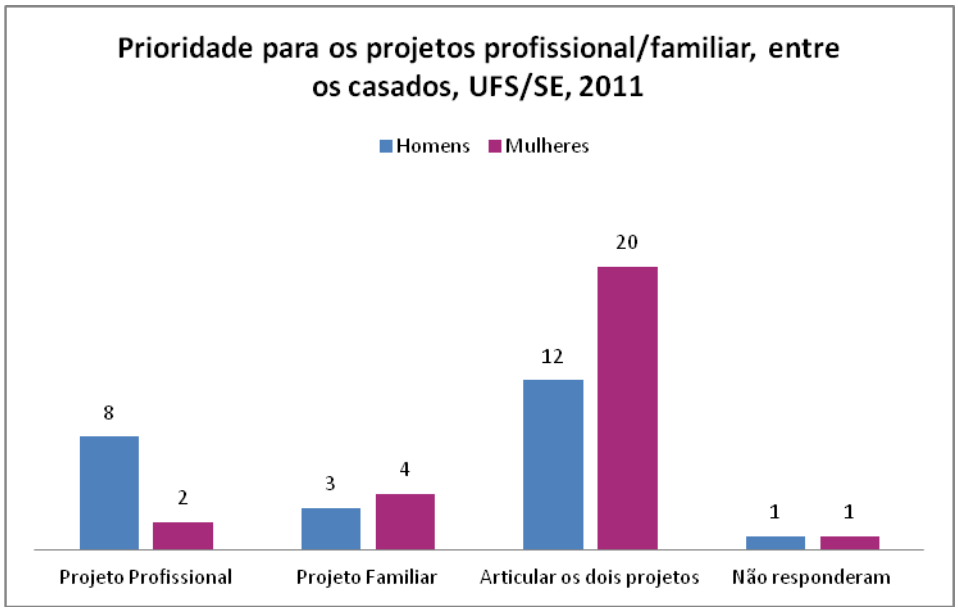
> "Houve um momento, quando os filhos eram menores, que me dediquei mais à família. Agora, eles estão crescidos, tento priorizar também a minha carreira, os meus sonhos profissionais." (casada, acima de 61 anos, doutora, 03 filhos).

Nos depoimentos das mulheres foi constatada a sobrecarga de trabalho profissional e a necessidade de equilibrar o tempo para a profissão, com o tempo para a família. Trabalhar onde se tem dedicação exclusiva, certa autonomia, situação de concurso federal com estabilidade, onde não existe a pressão/medo de demissão não deveria significar sobrecarga.

No entanto, considerando a reestruturação produtiva pela qual a universidade passa, tal situação pode estar atrelada ao contexto de alta produtividade e a competição por status acadêmico, a busca por indicadores de produção científica ou técnica, prêmios.

Como perspectiva para a condição humana e realização pessoal, tanto homens quanto mulheres em sua maioria almejam articular o projeto profissional e o projeto familiar, mostrando que o casamento não foi abandonado na sociedade reflexiva; comprovados também pelas taxas do IBGE/2010, as quais mostram que o número de casamentos cresceu 4,5% em comparação aos de 2009, foram um total de 977.620 casamentos do país. Entretanto, mais mulheres tentam articular, os projetos profissional e familiar, como mostra o Gráfico 80 e os homens o projeto profissional e se solidarizam com a manutenção da família mais que os homens.

Gráfico 80



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

Entre as separadas judicialmente com filhos identifica-se o conflito vivenciado pelas mulheres e o sentimento de culpa por ter que deixar os filhos para trabalhar ou priorizar o projeto profissional ultrapassando suas escolhas para as análises sobre o sentido da vida.

> "É sempre difícil conciliar a família e o trabalho, muitas vezes, nos sentimos culpadas por deixar a família em segundo plano". (separada judicialmente, acima de 61 anos, 3 filhos, mestre).

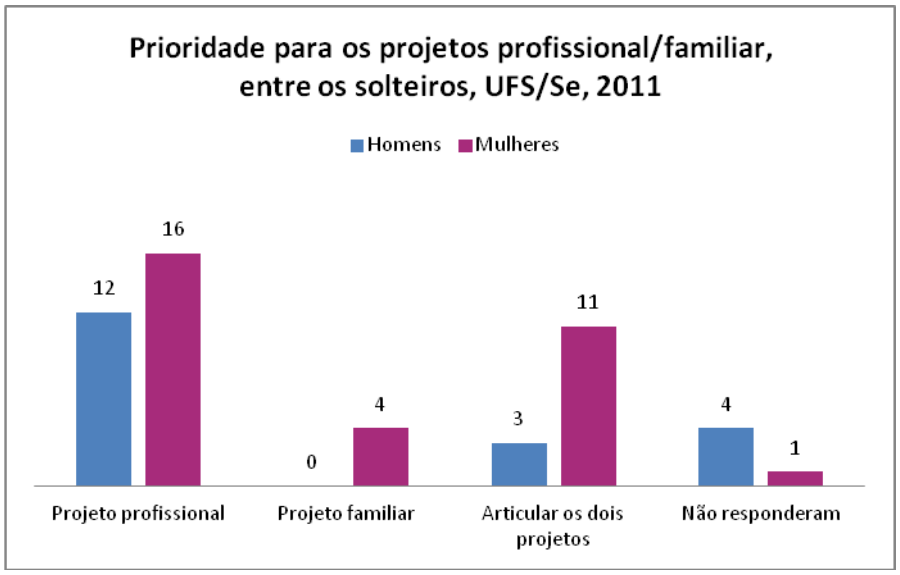
> "Tento articular os dois mais se tiver que fazer opção a minha família está em primeiro lugar. Porque por mais que se vá longe um dia você se aposenta

> e sem ter construído laços familiares você faz o quê, fica cheio de doença. Você só será importante para a sua família se um dia ela for importante para você.” (separada judicialmente, 51-60 anos, mestre, 3 filhos).

Quem sobrevive sem o trabalho e sem o salário? Principalmente, num contexto em que o salário da mulher também é necessário para manutenção da família. Assim, só resta a estas mulheres trabalhar e assumir os cuidados e as responsabilidades com filhos e maridos. Retratado no depoimento que se segue: “Tenho família e preciso estar construindo com ela. Tenho profissão e preciso cuidar dela.” (solteira, 41-50 anos, doutora, geografia, 01 filho)

Ainda sobre as análises sobre os projetos profissional e familiar, entre os/as solteiros/as, o deslocamento é verificado no comportamento feminino, pois 16 mulheres solteiras priorizam o projeto profissional, 11 mulheres priorizam articular os dois projetos e apenas 04 mulheres têm como prioridade exclusivamente o projeto familiar. Reforçando a tese de que mulheres solteiras, em idade reprodutiva, tem menos tendência a se casar, ou a viver maritalmente, e menos ainda a ter filhos.

Gráfico 81



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

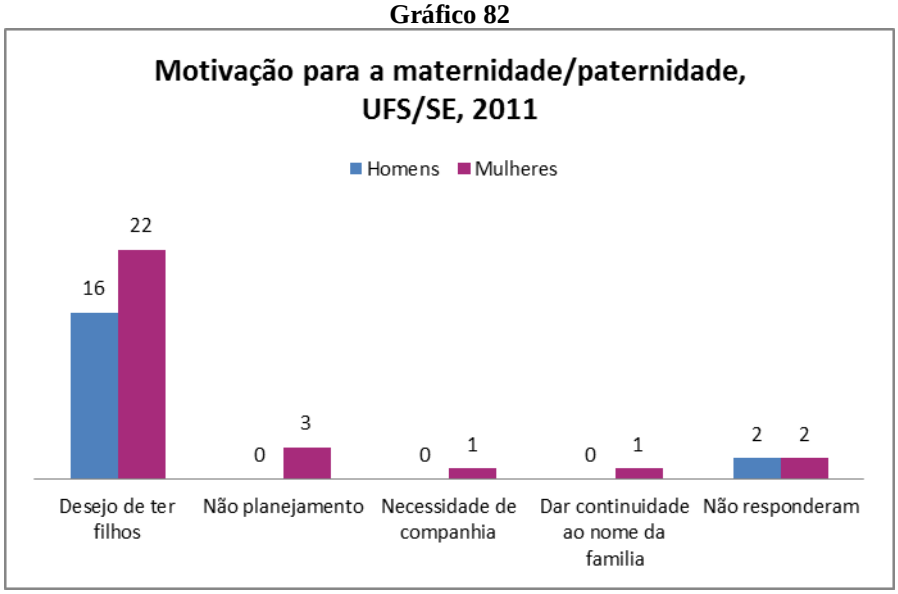
Como tendência ratifica-se o pensamento de Isabel Georges (2008), de que: o “preço social” que as mulheres brasileiras têm de pagar em termos de projeto de vida parece superior ao das francesas. As brasileiras tendem a casar mais tarde (ou a permanecer solteiras), a limitar o número de filhos (e/ou retardar a vinda do primeiro), ao contrário do que se poderia supor pela facilidade de acesso à mão-de-obra para realizar as tarefas domésticas e ficar com as crianças (uma parte do trabalho de “cuidar”). Mesmo com a forte presença do trabalho

doméstico remunerado, a divisão social e sexual tradicional do trabalho parece resistir mais no Brasil.

Acrescenta-se que, na sociedade globalizada, capitalista, a sociedade do ter prevalece sobre a sociedade do ser. Os elevados padrões de consumo podem interferir nas decisões sobre a realização pessoal.

Quando entre os respondentes analisa-se a pergunta sobre a ***motivação para ser pai/mãe*** entre os/as docentes que têm filhos constata-se que com maior frequência o desejo de casar e ter filhos ou simplesmente o desejo de ter filhos, pois 16 homens e 22 mulheres; 03 mulheres declararam que não planejaram sua gravidez, como atesta o Gráfico 82.

Gráfico 82



Fonte: Elaboração com base na aplicação de questionário

Os depoimentos das respondentes quanto à maternidade, reforçam a ideia de que mulheres casadas ou com filhos, também se realizam sendo mães ou com seus projetos familiares.

> "Fui mãe sem planejamento, portanto, apenas fiquei feliz por ser." (casada, doutora, 51-60 anos, 04 filhos).

> "Não sou mãe por opção. Engravidei de forma não planejada, mas acredito que seria mãe mais tarde por gostar muito de crianças, com ou sem cônjuge" (casada, doutora, 21-30anos, 01 filho).

> "Engravidei por descuido depois gostei da idéia de ter um bebe. Quanto às meninas elas precisavam de um lar que as amasse" (casada, doutora, 51-60anos, 3 filhos, 2 adotadas).

> "Minha criação foi baseada em manter o nome de nossa família e que este deveria ter continuidade. Creio que aliado a isso deva haver outro processo,

> talvez biológico, de preservação natural que nos leva à maternidade." (casada, 01 filho, 51-60anos).

Quanto à ***dimensão da alteridade***, acredita-se que as perspectivas de homens e mulheres indicam que a conjugalidade deve estar pautada na conversa/diálogo, no respeito e no planejamento, pois na sociedade reflexiva tanto homens quanto mulheres falam do que querem e do que não querem, de como se sentem com relação à determinada atitude do outro ou à sua, assumindo seu papel de sujeito de suas vidas reforçando a perspectiva do vínculo social, de uma complementaridade entre os sexos. Nesta perspectiva há trocas e não abrir mão de si em favor dos outros; há construção com a participação de dois, estando aptos a doarem e receberem na mesma proporção; decidindo através do diálogo o quê, quando e quanto vai ser na vida do casal e dos filhos.

Entretanto, as respondentes em suas ***representações sobre as relações entre os sexos*** expressam que a sociedade ainda tem muito a avançar, ou ainda apresentam valores patriarcalista enraizados que não sofreram deslocamentos, apontando para as tensões e contradições existentes do âmbito da alteridade e da conjugalidade:

> "Vivemos numa sociedade machista onde as próprias mulheres contribuem para isto, a discriminação e o preconceito contra as mulheres permanecem apesar de toda uma revolução na sociedade, onde as mulheres lutaram e conquistaram alguns direitos." (casada, 51-60anos, doutorado, 04 filhos).

> "Ser uma mulher dona do seu nariz exige topete, há preconceito por toda parte, dos homens e das mulheres. Relações sexuais são permitidas socialmente entre pessoas do sexo oposto, mediante algum tipo de compromisso. O resto é visto como fora do padrão, por mais que tenhamos avançado uma mulher separada é sempre um convite à cama sem culpa; um homossexual é sempre uma "bichinha", uma mulher liberada é quase uma puta e por aí vai. Embora hoje haja o discurso do "politicamente correto" nem por isso os preconceitos deixaram de existir agora estão travestidos por um discurso de aceitação. Aceitar o fora dos padrões só os muito "bem de vida". (separada judicialmente, 51-60anos, mestre, 3 filhos).

> "A sociedade ainda tem muito para aprender. Ainda lidamos com isso como se fosse a mesma coisa e não é. Ainda não respeitamos os gêneros e queremos que todos se enquadrem nos comportamentos segundo seu sexo". (casada, 51-60anos, mestre, 01 filho).

> **"**Na sociedade, as relações de gênero tem se referido aos aspectos profissionais e à liderança social. Entendo que a humanidade perde boas oportunidades com isso, relegando talentos ao ostracismo, por conta dessa visão estreita de como isso poderia funcionar. Estendo minhas observações às questões étnicas e até a questão de restrições fisiológicas, que tornam as pessoas diferentes entre si. A inteligência, o talento e a competência podem pertencer a qualquer pessoa, independentemente de seu gênero, sua etnia e

> ao desenvolvimento de suas funções fisiológicas. A situação ideal seria a que restringisse as relações sociais de gênero aos aspectos afetivos de convivência humanas. Ou seja, saber de antemão que poderíamos ter colegas homens, mulheres, homossexuais e que todos seriam considerados iguais mediante os processos seletivos implícitos e explícitos que a sociedade faz." (casada, 41-50anos, doutorado, sem filhos).

Fica evidente através do sentido atribuído pelos sujeitos às suas próprias ações, nem sempre levam a um processo reflexivo; que nem sempre desenvolvem processos de empoderamento, alteridade e de reconhecimento dos processos de dominação vivenciados; mesmo entre algumas mulheres, dando outra interpretação às situações vivenciadas.

Segundo Rosiska Oliveira (1993), quanto à inserção da mulher no mercado de trabalho, houve um mal-entendido que precisa ser desfeito, pois na base do feminismo as mulheres procuraram convencer os homens sobre a sua condição de igualdade, de estar nos espaços públicos e, apesar da conquista destes espaços, em geral, não houve uma contrapartida com a infiltração dos homens nos espaços privados.

Entretanto, num contexto de profundas transformações no âmbito da individualidade confirma-se a lógica de Helena Cruz (2002), de que os modelos de identificação sólidos e estáveis estão mudando e sendo deslocados, surgindo novas identidades pessoais e culturais.

> O declínio desses modelos faz surgir a necessidade de novas identidades e conduz à fragmentação do indivíduo moderno, até então visto como um sujeito unificado e integrado. Em outras palavras, esses processos estão mudando nossas identidades pessoais e culturais, abalando a idéia que temos de nós próprios, questionando aspectos de nossas identidades que surgem de nosso "pertencimento" a culturas étnicas, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais. (CRUZ, 2002, p.123)

Com isso, defende-se que as transformações desencadeadas nas relações do âmbito da individualidade e do privado são potencializadoras e podem redefinir o modo de vida dos sujeitos, e cidadãos e, através da participação política pode-se modificar o modo de operar das instituições, pois já estão alterando os padrões de organização da instituição familiar.

A perspectiva é que no âmbito da articulação entre trabalho profissional, vida familiar e vida pessoal, homens e mulheres sejam portadores de responsabilidades em peso igual e que suas funções não sejam definidas a partir de critérios biologicistas, da afetividade/racionalidade/solidariedade materna; que as transformações ocorridas nos espaços socializadores da vida contemporânea, caracterizados pela diversidade, pluralidade e heterogeneidade sejam baseadas no respeito aos direitos de humanidade e não conduzam a uma sociedade desregrada de princípios, pautada em valores desiguais e discriminatórios.

6.3 DO SINGULAR AO COLETIVO: REPRESENTAÇÕES SOBRE O FEMINISMO.

Quanto às representações sobre o feminismo, 34 homens e 44 mulheres não se consideram feministas e entendem o feminismo como necessariamente ligado à participação no movimento político e não às ações cotidianas para transformação das diferenças entre os sexos; veem como coisa de mulher, que só luta por coisas para as mulheres; não tem, portanto, a consciência política de que articular trabalho e família não é somente assunto de mulheres é uma questão social.

Entre as respostas dos homens, encontra homens que se declaram feminista, como explicitado neste depoimento: "Fui criado por mulheres batalhadoras e integras" (homem, casado, 41-50 anos, economia, 03 filhos); homens que não se declaram feministas e atribuem um sentido distorcido ao feminismo, como: "não apoio diferenças, seja ela qual for." (homem, solteiro, 21-30anos, matemática); homens que não se declaram feministas, mas assumem a intenção de substituir a mulher quando ela precisar se ausentar, como: "o homem pode perfeitamente assumir o papel da mulher na *falta dela* (grifo nosso), no que diz respeito ao núcleo familiar". (homem, casado, 41-50anos, medicina veterinária, 02 filhos).

Em termos gerais, os depoimentos dos homens retratam a prevalência dos valores patriarcais entre os homens, apesar de já se verificar deslocamentos e mudanças nas representações dos homens.

Entre as mulheres que se declaram feministas constatamos falas como:

> "Sim. Sempre defendo a igualdade, direitos e deveres iguais que sabemos não são justos". (casada, 51-60anos, doutora, 02 filhos).

> "Sim. Acredito que se a mulher não se impuser e buscar uma colocação, mesmo nos dias de hoje – que dizer ser tão liberais – continuaremos submissas à dominação masculina. Acredito que as mulheres passaram e passam ainda muito tempo subestimadas e oprimidas pelos homens e penso que essa é uma luta que não acabou e está longe de acabar." (casada, 31-40anos, mestre, 02 filhos).

> "Sim. Sou feminista por que não considero minha funcionária doméstica um eletrodoméstico, mas uma profissional que está em seu ambiente de trabalho (e é respeitada por isso, do ponto de vista trabalhista, legal, de qualificação, etc). Sou feminista por não facilitar nem dificultar a vida de seus colaboradores e alunos em virtude do gênero. Sou feminista por ser uma líder entre meus iguais e seguir sendo feminina. Sou feminista, pois entendo que mulher e homem são diferentes, mas possuem os aspectos humanos de

> inteligência e competência em comum.” (casada, 41-50anos, doutora, sem filhos).
>
> “Sim. Reflito todos os dias sobre os processos que sofrem as mulheres na sociedade patriarcal, enfrento os preconceitos e discriminações de modo público e atuo junto aos movimentos de mulheres.” (casada, 41-50anos, doutora, 02 filhos).
>
> “Sim. Na medida me que me separei e fiquei sendo a chefe de família, sem receber ajuda financeira do ex-marido, nem mesmo pensão para os filhos, que à época tinham 5 e 6 anos, me considero feminista”. (viúva, 51-60anos, doutora, 02 filhos).
>
> “Sim. Se ser feminista é desejar e brigar por direitos iguais – sim”. (separada judicialmente, acima de 61 anos, mestre, 03 filhos).
>
> “Sim. Porque nunca decidi a minha vida esperando por alguém. Os alguéns foram chegando e saindo na medida dos encontros e desencontros. Desde menina eu queria estudar trabalhar, ter filhos, ser dona do meu nariz. Transar por prazer, mesmo sem amor, porque desde sempre que desconfio que amor e sexo nem sempre seja compatível. Tive muitos problemas com meu pai na adolescência, mas me mantive firme no meu projeto. Os meus companheiros me achavam um pouco excêntrica, às vezes inconsequente, nunca jurei fidelidade, embora nunca tivesse me sentido sendo infiel em nenhum dos meus relacionamentos, mas fiz muitas experiências e foi muito importante, pelo menos para manter viva em mim a mulher libertada dos fantasmas que assombram a pisque feminina, tipo o pecado do prazer e outras coisinhas do gênero”. (separada judicialmente, 51-60 anos, mestre, 03 filhos).

Muitas mulheres são feministas, mas não se declaram feministas, porque a palavra ganhou um estigma com o passar dos anos. O Feminismo existe justamente para as mulheres se posicionarem politicamente, para se unirem em torno de objetivos comuns e lutarem por eles. Se os homens são maioria nas esferas de poder e diferentes grupos de pessoas têm diferentes tipos de demandas e, se as mulheres não estão representadas de maneira igualitária nas esferas de poder, muitas propostas que as beneficiariam não são feitas, inclusive na universidade. Isso vale também para negros, homossexuais, deficientes físicos e outros grupos sociais de pessoas que sofrem preconceito e discriminação todos os dias. Representatividade nas esferas de poder e movimentos sociais organizados são fundamentais para inserir na agenda política do país questões como cotas nas universidades, ações afirmativas, etc.

Entre as mulheres que se declaram não feministas constata-se falas, como: Não milito/participo na causa; as mulheres perderam a sensibilidade e às vezes eu sou machista; não me identifico com a causa. Sou feminina, mas não sou feminista.

> “Não. Quero ter direito de assumir papéis; defender meus direitos; priorizar minha carreira; viajar; etc. Nada de bandeira de feminismo com sexo livre e fazer o que o homem faz...” (casada, acima de 61 anos, doutora, 03 filhos).

> "Não. Pelo fato de não concordar com o radicalismo do feminismo, porém concordo que a mulher tem capacidade para assumir todos os papéis que assume na sociedade atualmente." (casada, 31-40anos, mestre, sem filhos).
>
> "Não. Embora reconheça que a sociedade é muito machista e a mulher sofra muito preconceito, considero o feminismo meio restritivo a seu próprio objetivo. Tem causas mais abrangentes como a do socialismo. Este combate o machismo e luta por uma sociedade mais avançada." (casada, 51-60anos, doutora, 01 filho).
>
> "Não. Defendo direitos iguais" (casada, 21-30anos, doutorado, sem filhos)
>
> "Não. Exijo igualdade/equidade de direitos, mas não participo de nenhum movimento feminista. Por isso não me considero feminista, apenas luto pela igualdade e respeito às diferenças". (casada, 31-40anos, mestre, 02 filhos).
>
> "Não. Nem penso nisso. Caminho a procura do meu espaço profissional". (casada, 51-60anos, doutora, 01 filho).
>
> "Não. Já fui, mas percebi que muito das ideias feministas é o machismo ao contrário. Hoje procuro viver uma relação de gênero mais equilibrada menos desigual para quaisquer dos lados." (casada, 51-60anos, doutora, 04 filhos).
>
> "Não. Não gosto das radicalizações em torno desta questão, apesar de considerar que homens e mulheres têm direitos e deveres iguais". (separada judicialmente, 31-40anos, doutora, 02 filhos).
>
> "Não. Acredito nas diferenças entre gêneros". (separada judicialmente, 41-50anos, mestre, 02 filhos).
>
> "Não. Não no sentido do radicalismo que o termo feminista carrega. Sim no sentido de que sempre fui contra a discriminação da mulher, sempre achei, desde criança, que não deveria haver essa coisa de "menino pode, menina, não pode"." (separada judicialmente, 41-50anos, mestre, sem filhos).

Nos depoimentos, observa-se escassa familiaridade sobre o feminismo que tem experimentado um crescimento sem precedentes nas últimas quatro décadas; falta de consciência histórica e um preconceito sobre as questões feministas. Nas palavras de Sonia Alvarez:

> Os lugares onde as mulheres que se declaram feministas atuam ou podem atuar se multiplicaram. Não se reduzem mais somente às ruas, aos grupos autônomos ou de conscientização, às oficinas para educação popular, etc. Embora as feministas continuem nesses espaços hoje, também estão em uma variedade de outras arenas culturais, sociais e políticas: nos corredores das Nações Unidas, na academia, nas instituições governamentais, na mídia e em organizações não governamentais (ONGs). (ALVAREZ 1998, p.9).

O alcance substancial de tal trabalho feminista inclui lutas pela subsistência; política de alimentação, combustível e lenha; saúde das mulheres e liberdade reprodutiva; educação

para mulheres e meninas; oportunidade de empregos, remuneração igualitária e condições seguras de trabalho; proteção contra o assédio sexual, o estupro, a violência doméstica e o tráfico sexual; direitos das mulheres como direitos humanos; militarização; pacifismo; ambientalismo; desenvolvimento sustentável; democratização; direitos ao bem-estar social; AIDS; paridade em empregos públicos; noticiários eletrônicos para mulheres; periódicos, editoras e gráficas feministas; e revisão curricular, pedagogia feminista e produção acadêmica feminista.

Os depoimentos diferentes entre o sim e o não:

> "Penso que a mulher e o homem devem ser diferentes e terem papéis diferentes na sociedade para se complementarem e ser felizes." (casada, 31-40, mestre, 02 filhos).
>
> "Há outros elementos em jogo, mais arquétipos que o gênero". (casada, 41-50 anos, doutora, 04 filhos).
>
> "Posso até ter algumas ideias feministas, mas não se considero feminista. Sou uma mulher que optou conscientemente pelo casamento, pela academia, pela maternidade. Lidar com algumas situações, muitas vezes, é difícil, como também seria em outra situação." (casada, 41-50anos, doutora, 01 filho).
>
> "Acredito em papéis que se embora sejam diferentes, se complementam. Nesta visão, entretanto, não cabe desrespeito, subjugação e violência contra mulher." (casada, 21-30anos, mestre, sem filhos).
>
> "Respeito igualmente o sexo oposto, mas julgo que as mulheres necessitam de um propósito profissional e de manter seus próprios interesses e valores. Devem se valorizar e se realizar". (casada, 31-40anos, pós-doutora, sem filhos).
>
> "Eu não tenho o menor problema de me relacionar com as pessoas, até mesmo aquelas que são bem diferentes de mim, no tocante ao sexo, maneira de pensar e de agir." (solteira, 51-60 anos, doutora, sem filhos).

Apesar das conquistas significativas com visibilidade das mulheres nos diversos espaços da sociedade brasileira, na universidade enquanto espaço de trabalho e formação profissional, durante esta pesquisa foram constatados deslocamentos, algumas mudanças e muitas permanências relacionadas à divisão sexual do trabalho e as diferenças entre os sexos. O que nos leva a inferir que a transformação ampla não se dará, apenas, com a inserção ou a visibilidade da mulher no espaço público, ou seja, com o acesso ao mercado de trabalho. A inserção no mercado de trabalho, a maternidade reflexiva não são suficientes, pois grandes lacunas são encontradas também no que se refere à consciência reflexiva do papel da mulher na família, pela própria mulher e pelos homens.

Não há como negar que as mulheres que participaram desta pesquisa são empoderadas, emancipadas e autônomas, mas falta à algumas a consciência política, pois algumas falam sobre os entraves vivenciados para articular trabalho, família e vida pessoal, mas não reconhecem estes conflitos como questões relacionadas à cultura hegemônica e a ordem patriarcal que foi formada e permanece embutida de valores, práticas e doutrinas religiosas que reforçam os papéis assimétricos entre os sexos; reforçam padrões masculinos de agir, legitimam estereótipos de gênero e relegam as questões pertinentes à igualdade das mulheres a um segundo plano. Tudo isso reforça a tese de que a luta por redistribuição deve andar par e passo com a luta por mudanças nos valores culturais/reconhecimento, de Nancy Fraser.

> Quase todas as coletividades sujeitas a injustiças no mundo contemporâneo, dentre elas raça e gênero, seriam coletividades bivalentes, por sofrerem injustiças, associadas tanto no âmbito econômico quando no cultural/simbólico. São essas injustiças, associadas tanto às desigualdades econômicas quanto à falta de reconhecimento, que dão origem aos arranjos sociais que impedem a participação plena, de todos os indivíduos, na arena pública. Ou seja, sem o estabelecimento da igualdade em seus vários níveis e patamares, não há maneira de participação que se dê, de fato, entre iguais. (OGANDO, 2008, p.104)

É preciso romper com valores patriarcais e androcêntricos, principalmente, aqueles ligados à maternidade e às responsabilidades familiares, o que reforça o conceito de destradicionalização, de Paul Heelas (1996).

> A destradicionalização refere-se à queda ou mesmo a um processo de desconstrução da tradição, sendo evidenciado pela perda de confiança em valores ou nas próprias instituições, tais como a religião, a família ou o sistema político. [...] o conceito envolve mudanças no relacionamento com a autoridade, sendo mais difícil os indivíduos exercerem a autoridade frente a um cenário de desordem e de contingência. [...] um processo que compete e, ao mesmo tempo, se envolve com o processo de manutenção da tradição, sendo, assim, uma tese que explora a coexistência de ambos. (HEELAS, 1996 apud OGANDO, 2008, p.115).

A inserção da mulher na universidade não poderia ser sinônimo de valores mais igualitários, pois é uma instituição regida por valores androcêntricos, patriarcais com áreas nas quais estão inerentes à divisão sexual e aos arquétipos de gênero. A escolaridade superior e a inserção no mercado de trabalho e a maternidade reflexiva favorecem a autonomia e empoderamento feminino para transformar a estrutura familiar, causar deslocamentos na

divisão sexual do trabalho, mas insuficientes para eliminação das desigualdades entre os sexos no âmbito do trabalho, das responsabilidades familiares e consequências da maternidade.

Defende-se que como ponto inicial, o esclarecimento/formação em gênero pode levar à auto identificação como feminista, mesmo que não esteja ligada à participação política no movimento feminista, mas esteja ligada a ações cotidianas e concretas de resistência e destradicionalização dos valores patriarcais, na conjugalidade e no trabalho profissional.

Nestes termos, uma política de reconhecimento demanda processos de formação em gênero que seriam potencializadoras de valores, mais igualitários e equitativos. Mesmo assim, não haveria garantias de transformações imediatas, pois a interação social no espaço privado, de educação dos filhos e de divisão sexual das responsabilidades familiares envolve aspectos morais, da alteridade e da consciência dos sujeitos.

Entende-se com isso, que a atuação crítica e reflexiva sobre as diferenças e desigualdades entre os sexos não está obrigatoriamente ligada à inserção no movimento feminista, mas preponderantemente à vivência dos preconceitos que mobilizam os sujeitos ao enfrentamento, à resistência e a luta por direitos que eliminem os processos de dominação-exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa constata na sociedade contemporânea, mudanças nas relações entre homens e mulheres que caracterizem outros comportamentos, outros padrões de sociabilidade que podem levar a construção de relações entre os sexos, pautadas em valores mais equitativos no âmbito da conjugalidade e que eventualmente, podem favorecer a conciliação trabalho docente-família para mulheres que trabalham na academia.

Entretanto, na condição de crise entre um modelo tradicional e um novo modelo de organização das relações entre os sexos, ainda predominam as situações de subordinação, dominação, opressão e exclusão, características do patriarcalismo e do androcentrismo que dificultam para as mulheres conciliar trabalho docente-família no âmbito da universidade, e as mantém distantes do campo da ciência, quando não, as levam a enfrentar dificuldades e constrangimentos devido a escolha entre família, maternidade e carreira profissional.

Como forma de resistência, ou como forma de solucionar tais conflitos, algumas mulheres fazem escolhas diferentes e abrem mão ou adiam, ao máximo, o projeto familiar. Algumas destas mulheres resistem em nível individual, mas não participam em nível da coletividade por mudanças estruturais; outras, não têm consciência dos processos de dominação vivenciados. Confirma-se a emancipação da mulher pelo trabalho assalariado, a ponto de financeiramente, no segmento estudado, a mulher casada ser a chefe da família, favorecendo o poder de negociação no interior da família, dada a sua condição de empoderamento.

No contexto do mundo do trabalho reestruturado produtivamente, os processos de segregação e divisão sexual do trabalho permanecem e se agravam. Permanecem: a segregação horizontal e vertical e surge a segregação paralela; o fenômeno do teto de vidro, mas na realidade da UFS surge o fenômeno do teto de lona como um deslocamento agravante; as mudanças estão relacionadas à constatação da preponderância da produção científica entre as mulheres; também como um deslocamento agravante constata-se que o sexo do trabalho substituto é, prioritariamente, feminino.

Ratifica-se que os procedimentos de gênero interferem na inserção, permanência e ascensão da mulher no mundo da academia; nos processos de trabalho e qualificação profissional acesso às instâncias de mando, decisão e poder. Procedimentos de relações de gênero aos quais algumas mulheres resistem cotidianamente, mas outras não os reconhecem. Se algumas mulheres não os reconhecem, encontra-se um agravante e um elemento

potencializador do sistema de dominação patriarcal e androcêntrico, na sociedade contemporânea.

No cotidiano do trabalho docente, constata-se a flexibilização dos turnos de trabalho, na medida em que as mulheres trabalham mais no turno noturno. Confirma-se a sobreimplicação do trabalho docente, pois entre as mulheres encontra-se o maior percentual de mulheres que declaram dedicar 12 horas por dia ao trabalho profissional, levando trabalho para casa, o que faz com que as mulheres tenham maior produtividade, mas não faz com que as mesmas sejam bolsistas de produtividade do CNPQ. Consequentemente, o percentual de mulheres que dedicam menos de 8 horas por dia ao descanso e ao lazer também é maior e, geralmente, entre as mulheres casadas, estas horas estão associadas ao cuidar dos filhos e de si mesmas, apontando possibilidades de problemas de saúde/adoecimento.

Verifica-se também que as mulheres precisam negociar com os cônjuges, enquanto os filhos são pequenos, a necessidade de viagens, prazos acadêmicos e a circulação entre os pares para aumentar os contatos no meio acadêmico, e é neste aspecto consequentemente que os conflitos aparecem, mas as mulheres declaram não ter impedimento para viajar ou para trabalhar a noite, porém relatam dificuldades vivenciadas. Algumas mulheres abrem mão de deslocar-se para outras regiões do país em busca da qualificação ou aceitam as opções de mestrado e doutorado em outras áreas, não conseguindo manter a aderência em seus currículos e ratificando a segregação paralela e tridimensional.

Infere-se, portanto, que o estancamento na carreira docente e nos processos de qualificação, acesso a melhores salários e aos financiamentos para produção do conhecimento sofrem interferência da falta de cursos *stricto sens*u em nível doutorado nas áreas de atuação, bem como dos processos de negociação no âmbito familiar para deslocamentos necessários em prol da progressão na vida acadêmica. Bem como, das consequências oriundas da maternidade, enquanto os filhos são pequenos.

Confirmam-se as ideias de Nancy Fraser de que a teoria normativa sobre a justiça social, visa unificar redistribuição e reconhecimento acreditando com isso, que as formas de injustiça passam pela estrutura econômica da sociedade e pela ordem de status, ou seja, que as demandas por mudanças econômicas, muitas vezes, cruzam com as mudanças por reconhecimento das diferenças, sendo, portanto, coletividades que sofrem injustiças tanto no âmbito econômico, quanto no cultural/simbólico dando origem a arranjos sociais que impedem a participação plena de todos os indivíduos na arena pública.

Nestes termos, as mulheres que participaram desta pesquisa são chefes de famílias, têm um status econômico muitas vezes superior ao do cônjuge/companheiros. Entretanto, no

âmbito do trabalho profissional, as diferenças e injustiças existentes constatadas através da segregação vertical, horizontal e paralela só podem ser eliminadas através da participação paritária interferindo as escolhas das áreas científicas que componham os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado); do acesso às bolsas de produtividade do CNPQ; a criação de ações afirmativas direcionadas para os cursos *stricto sensu* e para a permanência e ascensão da mulher na universidade, enquanto trabalhadora. Por outro lado, as condições intersubjetivas relacionadas aos padrões de valoração cultural, os quais devem expressar respeito e igualdade de oportunidades, pois mulheres mães com filhos pequenos ou quando grávidas não são bem vistas nos processos de seleção de pós-graduação *stricto sensu*. Explicitamente pode não haver negação do acesso, mas veladamente expressam preconceitos colocando essa condição como desprezível e inferior em relação as/aos demais.

Trata-se evidentemente, o reconhecimento como uma dimensão política, uma injustiça de status, mas também uma depreciação da subjetividade da mulher/feminina e a inexistência de relacionamentos que favoreçam a inclusão social e a autorrealização, principalmente, em um ambiente como a universidade pública, brasileira, nordestina marcada por profundas assimetrias culturais, econômicas e políticas que privilegiam padrões androcêntricos, coronelistas, autoritários, opressores, conservadores, corporativistas e politiqueiros carregados de injustiças sociais e desigualdade de gênero e vestígios da cultura patriarcal, expressos tanto por homens quanto por mulheres, pois sabe-se que, no Brasil, a inserção das mulheres na esfera pública não resultou em valores mais igualitários, ou não acarretou mudanças mais profundas nas relações entre os sexos e não levou as próprias mulheres a uma visão mais crítica do seu status de mulher, mesmo entre mulheres com nível de formação superior e trabalhadoras concursadas do magistério superior.

Corrobora-se a ideia de que há uma tendência universal de se estabelecer uma ordenação hierárquica entre os sexos; constata-se a existência de barreiras culturais, estruturais e simbólicas expressas nos valores patriarcais, androcêntricos, machistas e heterossexuais institucionalizados e cristalizados na mente dos sujeitos e nos recursos materiais e institucionais que demarcaram o papel da mulher da sociedade moderna ocidental.

No *âmbito da família*, os processos de dominação nas relações entre os sexos sofrem deslocamentos e tendem a resolução dos conflitos através da negociação sobre os cuidados/responsabilidades familiares e da externalização do trabalho doméstico. Constata-se que os conflitos resultantes da articulação trabalho profissional e atividades domésticas (cozinhar, lavar, passar, arrumar) são resolvidos com a externalização do trabalho doméstico, para o qual as mulheres dedicam menos ou o máximo de 4 horas e, esporadicamente com a

ajuda do homem. Já os conflitos decorrentes da conjugalidade e das responsabilidades familiares (o cuidado com os entes familiares e a administração doméstica) são negociados, mas ainda são preponderantemente responsabilidades de mulheres.

Neste aspecto constata-se que a mulher, ainda assume prioritariamente as consequências da reprodução, mas já podem contar com a ajuda dos cônjuges ou algumas já dividem equitativamente estas responsabilidades. Constata-se também que a maternidade é reflexiva, ou seja, muitas mulheres definem o momento mais favorável para ter filhos; outras abrem mão de ter filhos; e outras assumem a articulação trabalho profissional, família e vida pessoal. Por outro lado, observa-se que no caso dos cônjuges que contam com a ajuda, não se configuram, portanto, uma condição de igualdade e equidade é apenas, e nada mais que uma ajuda. Verifica-se a tese da interiorização das responsabilidades familiares, o que moralmente não poderia ser diferente para os que fazem a opção por ter filhos.

Comprovou-se também que as mudanças nas relações entre os sexos no âmbito privado dependem da ação e da mudança de comportamento e da mentalidade dos sujeitos homens e mulheres, inseridos numa cultura, em processos de socialização e educacionais que precisam ser revistos sob a ótica das diferenças. Entretanto, destaca-se que as potencialidades da educação precisam ser mais bem utilizadas pelos projetos feministas, emancipatórios e humanistas.

Confirma-se que a maternidade e a paternidade têm consequências diferenciadas sobre a vida profissional dos docentes baseadas nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres.

Na *dimensão da alteridade e da vida pessoal*, em nome do amor e do dever materno, há mulheres que não conseguem negociação e estancam a progressão de sua carreira acadêmica. Moralmente isso não é condenável, pois o decidido por mim (estas docentes) é pelos outros e para os outros, principalmente quando os outros são os filhos e os entes queridos. Na perspectiva dos direitos humanos e da reprodução da humanidade, tal decisão deveria ser louvável e aplaudida e não passível de expressão de preconceitos pelos pares e barreiras postas pelos sistemas institucionais de dominação-exploração. Isso denota que outras mulheres resistem e algumas sobrevivem profissionalmente, pois para se sentirem realizadas pessoalmente, a dimensão do trabalho profissional também é imprescindível, por ser entendida como dignificadora e enobrecedora do indivíduo.

No *âmbito da reprodução do SER HUMANO* biologicamente homens e mulheres devem ser corresponsáveis. Verifica-se que as mulheres que constituem ou constituíram família, são levadas à externalização do trabalho doméstico, contratando outras mulheres ou contando com a *ajuda* de familiares e companheiros, aparecendo ainda como incipiente, ao

menos no nordeste do Brasil, os serviços oferecidos pelo mercado, por exemplo, escolas em regime integral, hotelzinho (quando existem custam por volta de 2 salários mínimos, por criança) entre outros e a participação efetiva e concreta do cônjuge.

Por outro lado, na sociedade contemporânea, outras mulheres optam por não constituir família e priorizam os projetos profissionais e outras formas de vida, evitando assim, entrar na polêmica de articular carreira e família/divisão sexual trabalho profissional e das responsabilidades familiares ou vivenciar as dificuldades de externalização do trabalho doméstico ou arcar com os custos deste conflito, o que consequentemente aponta outros padrões de identidade feminina.

Desta forma, as mulheres ainda assumem em nome da natureza e do dever materno, os cuidados com os filhos, mas não abrem mão de sua realização pessoal e profissional. Infere-se, portanto, que a maternidade ainda não foi reconhecida como uma função social e como uma questão social. Também foi identificada a perspectiva de constituição de família de caráter homoafetiva, na medida em que, apenas, um docente declara ser homossexual e pretender assumir uma relação estável e oficial com outro homem e adotar uma criança, no futuro.

Sendo a articulação trabalho, família e vida pessoal uma questão social, exige-se, portanto, medidas estruturais no âmbito das instituições e mudanças de mentalidades, ou se pesam sobre as mulheres os estereótipos de gênero ou a falta de empoderamento dada à interiorização das responsabilidades familiares, em seus aspectos morais, afetivos e psicológicos, colocam algumas mulheres na condição de vítimas deste processo.

Neste sentido, se no Brasil prevalecem os modelos de homem provedor e mulher cuidadora e o modelo de homem e mulher provedores e de mulher cuidadora; constata-se a ausência de política para a família; ausência de serviços ofertados pelo mercado; e a externalização do trabalho doméstico reforça saídas maternalistas; evidencia-se que o esforço despendido por mulheres trabalhadoras que optam por constituir carreira é solitário e ameaçador das carreiras profissionais e de sua saúde.

Com isso, referenda-se que o caminho para compreender as nuances do conflito entre trabalho profissional e família exige incluir o homem na divisão das responsabilidades familiares enquanto responsabilidades de conjugalidade reconhecidas nos laços de afetividade e consequências da reprodução e no âmbito da universidade, exige-se políticas de redistribuição e reconhecimento, principalmente quanto às possibilidades para formação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e aos processos que definem as bolsas de produtividade no CNPQ.

Numa perspectiva de deslocamento nas relações entre os sexos, considerando o inegável avanço na condição feminina, no mundo do trabalho, na educação, o contexto brasileiro exige, portanto, mudanças de mentalidades sobre as responsabilidades familiares que competem juridicamente a homens e mulheres quanto à garantia dos direitos fundamentais das crianças, idosos e dependentes. E o reconhecimento por parte do Estado e do mercado de qual é o seu papel nesta questão. Da forma como se configura a questão do trabalho e família, a mulher[84] continua submetida a condições de dominação e exploração ou criando formas para não vivenciar tais questões, seja na família seja no trabalho.

Neste sentido, o que se denominou, numa perspectiva das relações entre os sexos, como aspectos psicológicos e afetivos da dominação são na verdade aspectos dos desejos de sujeitos decidirem sobre suas próprias vidas e sobre sua realização pessoal, suas opções e seus desejos, da construção da individualidade de cada um e de como a família cria e educa seus filhos, pois dependendo das opções, o modelo tradicional da divisão sexual dos papéis no trabalho doméstico são reforçados e reproduzidos entre as crianças. No entanto, isso não invalida a significância dos aspectos culturais, estruturais envolvidos nos sistemas de gênero característica da sociedade ocidental que podem transformar-se em processos de segregação e preconceitos. Numa perspectiva dialética, na sociedade contemporânea reflexiva, tais sistemas estão passíveis de deslocamentos, mudanças e transformações.

Fica evidente que vivemos um contexto que passa por transformações reforçando a tese da *modernidade reflexiva*, na qual as subjetividades, as representações e os significados tem grande importância. Isso não significa que homens e mulheres diante dos processos de dominação-opressão (capitalista, patriarcalista e racista) não lutem por melhores condições de viver. É inerente a alguns seres humanos a sensação de incompletude e de sempre buscar avançar. Como, por outro lado, é inerente também a alguns seres humanos a alienação e a reprodução de formas de preconceito, dominação, opressão, discriminação porque ainda não tiveram em seus processos de socialização, experiências que os levassem a refletir sobre os antigos modelos aos quais estão aprisionados, consciente ou inconscientemente.

Isso significa que além das estruturas (trabalho, família) é necessário compreender como o indivíduo se localiza e se movimenta neste contexto; como age, quais as suas trajetórias e experiências. Neste contexto, o novo não se faz somente com o novo, mas

[84] É válido destacar que os resultados desta pesquisa diz respeito a mulher de classe média alta. Que dizer das mulheres de classes menos favorecidas e negras? Reforça-se com isso, a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre esta temática entre outros grupos de mulheres.

também com o velho, ou seja, transição da modernização simples para a modernização reflexiva.

A perspectiva das relações entre os sexos constata-se que homens e mulheres da sociedade contemporânea ocupam múltiplos papéis (profissionais, mães/pais, esposas/esposas, estudantes e mulheres/homens propriamente) transitam por diversas lógicas de ação e agem não com uma postura vitimista e, por isso, sua subjetividade não pode ser reduzida ao determinismo social, ideológico, cultural ou de sexualidade; ou aos determinismos do capitalismo ou do patriarcalismo.

É incontestável que se vivencia outro modelo de socialização (diverso, heterogêneo, plural, reflexivo, tecnológico) que desloca o antigo modelo de socialização (rígido, determinista, linear, hierarquizado, binário, sexista, institucionalizado, instrumental), mas não o elimina. É incontestável também que as transformações sociais não são lineares; são dialéticas e acontecem em processos, às vezes muito lentos. Significa dizer que os modelos coexistem e, por isso, essa sensação teórica de caos e incertezas, mas de mudanças, deslocamentos e permanências.

Assim, pode-se depreender que as mulheres são *vencedoras e perdedoras da reflexividade*. Enquanto *vencedoras da reflexividade*, destaca-se a capacidade das mulheres de ter controle sobre suas próprias vidas, inclusive sobre seus corpos. O que remete ao conceito de empoderamento, o qual implica no reconhecimento das restrições sociais a que a categoria está submetida e da necessidade de reversão dessa situação, por meio de mudanças em um contexto amplo/público (inserção no mercado de trabalho, bons níveis de escolaridade e serviços de saúde adequados) e também em contextos mais específicos, ou individuais (aumento de autoestima e autonomia, reorganização das responsabilidades familiares, maternidade reflexiva, etc.).

Nesse sentido, algumas mulheres a partir das contradições dos processos de modernização da sociedade, alcançaram liberdade colocando-se em oposição aos pressupostos patriarcais e tradicionais. Para a mulher, os efeitos da educação e da inserção no mercado de trabalho, no seu empoderamento se manifestam de formas variadas, até mesmo pelo aumento do potencial de geração de renda, da autonomia nas decisões pessoais, do controle sobre a própria fertilidade e da maior participação na vida pública. Mas, tais efeitos dependem muito de circunstâncias individuais e do contexto social, por um lado, do nível de desenvolvimento econômico, da situação do mercado de trabalho. Por outro lado, do grau de estratificação sexual na cultura predominante e, particularmente, do empoderamento e suas dimensões coletiva e individual.

O fato é que mesmo diante de tantas transformações, ainda são visíveis os valores patriarcais enraizados que definem os papéis e lugares de homens e mulheres na sociedade, nos âmbitos público e privado. Isso significa que existem mudanças nos valores patriarcais. Por ser uma relação social, a transformação concreta depende substancialmente do outro ser em relação, ou seja, depende também da consciência e da vontade dos homens, depende diretamente das relações entre os sexos e do empoderamento individual e do próprio nível de consciência das mulheres e, principalmente, de mudanças estruturais. Os deslocamentos de identidades de homens e mulheres indicam identidades não mais representativas dos modelos tradicionais, não obstante, ainda não se apresente um novo perfil.

Enquanto *perdedoras da reflexividade*, no âmbito da vida privada, da articulação trabalho profissional e vida familiar, verificam-se deslocamentos na estrutura familiar, mas não mudanças significativas na divisão sexual do trabalho. Configura-se, portanto, aspectos de uma nova forma de subjugação com a externalização do trabalho doméstico ou ajuda das redes sociais familiares para o cuidar; as mulheres assumem diretamente os custos da responsabilidade familiar, onde nem mesmo estruturas como governo, as políticas de *welfare state*, as organizações se preocupam com tais questões; além disso, as triplas e quádruplas jornadas de trabalho, provavelmente, estão relacionadas aos altos índices de depressão, ansiedade e transtornos mentais entre as mulheres. Neste sentido, no âmbito privado e pessoal as mulheres são *perdedoras da reflexividade*, entretanto, tendo maior liberdade e autonomia no âmbito público podem demandar processos de negociação sobre as consequências da articulação trabalho-família e tendo consciência política, exigir mudanças estruturais.

Para estas mulheres, numa perspectiva da totalidade do ser humano, esta pesquisa identifica uma *quádrupla jornada de trabalho* (trabalho profissional, os estudos para obter a titulação, as responsabilidades familiares e o cuidar de si enquanto mulher), pois geralmente as mulheres abrem mão mais de si, que os homens, em favor de seus deveres, com escassez de tempo e pouca qualidade de vida enquanto os filhos são pequenos, pois juridicamente, a guarda foi compartilhada, mas as responsabilidades ainda não são efetivamente compartilhadas nem com os pais, muito menos com o Estado, as organizações e a sociedade em geral.

Numa perspectiva das relações entre os sexos, da articulação do trabalho profissional e da vida familiar, a sociedade brasileira vive a modernidade reflexiva porque a individualização quebrou as estruturas tradicionais da inserção da mulher no mercado de trabalho e na educação, do controle da reprodução, de inserção no âmbito público; entretanto, o conjunto de estruturas sindicatos, *welfare state*, o governo não assumiram lugar de

garantidores de direitos, mesmo que enquanto estruturas tradicionais, em relação a esta questão.

O conflito social vivenciado por mulheres que precisam articular trabalho, estudo, família e vida pessoal também passa pela ordem moral, pois transitar por estas esferas da vida social diz respeito à sua emancipação enquanto indivíduo e a sua autorrealização pessoal e, neste ponto, a luta por justiça social, envolve as lutas por reconhecimento e redistribuição. Desinstitucionalização dos padrões de valoração cultural que regulam as regras das instituições econômicas, políticas e culturais, impedindo que alguns sujeitos sejam excluídos ou sofram preconceito quando incluídos nos processos de interação social.

O que se constata é que os arquétipos tradicionais ligados ao patriarcalismo e os papéis direcionados à mulher, ao feminino (cozinhar, cozer e cuidar) foram substituídos paulatinamente por estudar, trabalhar, amar e procriar ou não, e cuidar (não necessariamente ligados ao casamento ou à heterossexualidade) através de processos de transformações no cotidiano e na mentalidade das mulheres. No tocante aos homens, os arquétipos tradicionais de chefe de família, provedor também sofreram deslocamentos dado o agravamento econômico para sustentar a família, ou ao consumismo e a participação do salário da mulher neste processo.

Alguns direitos sociais e políticos foram inseridos na legislação no que diz respeito à violência doméstica, mas a igualdade deve ser de direitos e de deveres, e as responsabilidades para com a família devem ser compartilhadas efetivamente. Articular trabalho, família e vida pessoal não é uma questão só de mulheres. É uma questão dos homens e das mulheres enquanto procriadores de seres humanos; do Estado, enquanto questão social e objeto de políticas públicas; das Empresas, enquanto objeto de ações de responsabilidade social; da Sociedade civil organizadas numa perspectiva de atuação coletiva na luta por direitos humanos igualitários e equitativos.

Por fim, sugere-se que as pesquisas que se propõem produzir conhecimento sobre as relações entre os sexos, na epistemologia histórico crítica e feminista, devem considerar seis dimensões:

1) *Dimensão Econômica* que caracteriza a sociedade urbano-burguesa-industrial que direcionara e contribuí para a redefinição da função materna que deixa de ser confinada ao lar e estendida à esfera pública com a inserção da mulher no mercado de trabalho, sendo preparada para assumir determinadas áreas ligadas às habilidades biológicas e naturais femininas, mas segundo os preceitos técnico-científicos e a

expansão do capitalismo reestruturado. A divisão sexual do trabalho profissional e o salário da mulher como parte significativa ou principal da renda familiar;

2) *Dimensão Estrutural e de Poder presentes do âmbito das instituições de trabalho profissional*, que nos espaços da universidade dificultam o acesso aos níveis elevados de qualificação profissional, o doutorado, pois priorizam os grupos ocupacionais masculinos e áreas economicamente úteis quando criam cursos *stricto sensu*. A *segregação paralela (Segregação Tridimensional – horizontal, vertical e paralela)*. Quando também o período de licença maternidade não é descontado do tempo de defesa do trabalho acadêmico; quando não tem creches que auxiliem as mulheres quando precisam estudar, participar de eventos e/ou trabalhar;
3) *Dimensão Estrutural e de Poder presentes no âmbito da família*, ligados aos papéis da mulher e do homem e à divisão sexual das responsabilidades familiares que interfere na difícil conciliação entre carreira e família. No âmbito do trabalho na academia caracterizada pela interrupção da vida profissional; adiamento do projeto do casamento ou da maternidade ou até o total abandono do projeto familiar; destituição do direito de descontar o tempo de licença maternidade durante os processos de qualificação profissional, em nível de mestrado e doutorado para não impactar nos indicadores dos programas de pós-graduação; interferência na produtividade acadêmica e na circulação por meio de viagens para participação em eventos, estabelecimento de parcerias e intercâmbios de forma suficiente para garantir a progressão acadêmica.
4) *Dimensão Cultural* na qual existem processos de exclusão impregnados nas mentes dos homens e mulheres que interferem nas escolhas relacionadas ao princípio da separação da divisão sexual do trabalho docente e do trabalho na família, repassado através dos processos culturais, educacionais e socializadores. No âmbito do trabalho profissional, molda as escolhas profissionais e de prosseguimento da carreira, delimitam os horizontes de possibilidades e reproduzem a *segregação horizontal e vertical*, no trabalho acadêmico. No âmbito da família, faz com que as mulheres sintam-se na obrigação de colocar-se em processos de negociação com o marido/companheiro para participar, por exemplo, dos eventos, colocando a carreira sob condição de risco, dado que pode conseguir ou não negociar a participação.
5) *Dimensão da Alteridade*, do encontro do sujeito com o outro através das relações sociais, quando o outro é o marido, quando o outro é o filho, quando o outro é o colega de trabalho em forma de preconceitos, quando as mulheres precisam articular projeto

profissional e projeto familiar e são reprodutoras de outros sujeitos, crianças também portadoras de direitos. O papel de pai e mãe para alguns tem relação direta com a realização pessoal e não se configuram como processos de vitimização, pois, neste momento histórico, a maternidade e a paternidade é uma opção, são reflexivas. Nesta dimensão a resolução dos conflitos é diretamente ligada ao respeito ao outro; à percepção de que todos têm direitos e deveres.

6) *Dimensão da Identidade*. Na sociedade reflexiva da diversidade e da alteridade, a realização pessoal envolve projetos profissionais e projetos familiares, para alguns homens e mulheres. Para outros, a realização pessoal está ligada somente aos projetos profissionais e materialistas para aquisição de bens e projeções profissionais. Para outros homens e mulheres, a realização pessoal envolve prioritariamente o projeto familiar, e o trabalho é apenas um meio de sobrevivência. Diante de tudo isso, não se pode afirmar a generalização da tese da vitimização, pois as mulheres não se veem como vítimas. É preciso considerar o desejo do sujeito e o contexto de sociedade e instituições nas quais estão inseridos o trabalho profissional e a família e as escolhas dos indivíduos.

Numa perspectiva da totalidade da vida dos sujeitos humanos das relações entre os sexos, da articulação trabalho profissional, família e vida pessoal, a condição de ser homem e mulher na sociedade contemporânea ainda é marcada pela desigualdade entre os sexos. Principalmente, pela violência psicológica[85], sofridas no âmbito da academia com o agravante de que algumas mulheres nem se dão conta quando são desrespeitadas e humilhadas, ou seja, quando são vítimas de violência de gênero ou quando são vítimas de assédio moral[86].

[85] Art. 7º, parágrafo II, a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. Apesar da Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 restringir a violência psicológica ao âmbito doméstico e familiar, entendemos que ela também pode acontecer no ambiente de trabalho.

[86] No nosso cotidiano, podemos defrontar-nos com situações que nos minam as forças e que podem arrebentar-nos; tais situações constituem verdadeiros assassinatos psíquicos, porém apresentam-se como uma violência indireta, em relação à qual muitos de nós, sob o pretexto da tolerância, nos tornamos complacentes, indiferentes e omissos. No nosso dia-a-dia, não ousamos falar de perversidade; no entanto as agressões reanimam um processo inconsciente de destruição psicológica constituído de procedimentos hostis, evidentes ou escondidos, de um ou vários indivíduos sobre o outro, na forma de palavras insignificantes, alusões, sugestões e nãoditos, que efetivamente podem desestabilizar alguém ou mesmo destruí-lo, sem que os que o cercam intervenham. O agressor pode engrandecer-se rebaixando o outro, sem culpa e sem sofrimento; trata-se da perversão moral. Todos nós podemos, eventualmente, utilizar-nos de um processo perverso pontual (faz parte da nossa neurose dita normal), porém ele torna-se destrutivo pela freqüência e repetição no tempo. Alguns indivíduos não podem

Cabe a Universidade desempenhar seu papel na construção de identidades de gênero, pois sendo parte de uma sociedade que discrimina, produz e reproduz desigualdades de classe, gênero, raça/etnia; cumprindo seu papel de ampliar o conhecimento dos atores sociais, favorecendo a produção de saberes que contribuam para a emancipação e posicionem-se contra relações desiguais de poder.

As possibilidades de transformação estão relacionadas às dimensões: econômicas, estrutural (da universidade e da família, nas quais perpassam relações de poder); cultural (exige formação em gênero nas escolas/universidades/faculdades, pois só através da educação podem ser provocadas mudanças na cultura); no que se referem à ação dos sujeitos, as possibilidades estão relacionadas ao desejo e a consciência, da dimensão da alteridade, da individualidade, das condições de empoderamento e reconhecimento da sua consciência social e política das identidades de gênero.

No contexto da sociedade reflexiva, os sujeitos fazem escolhas mediante seus desejos, sua individualidade, suas experiências de vida a partir de valores diversos que causam deslocamento, mudanças nos valores patriarcais e androcêntricos. Se somos diferentes, fazemos escolhas diferentes. Sendo seres humanos, somos iguais, numa perspectiva do direito e diversos em nossas escolhas. Por outro lado, por hipótese alguma, nas sociedades democráticas, pode-se permitir que os processos de dominação, opressão e de expressão de preconceitos sejam vivenciados por aqueles e aquelas que têm projetos profissionais, familiares e pessoais definidos, mas encontram barreiras que os cristalizam nas instituições de trabalho.

---

existir senão pelo rebaixamento de outros; é necessário arrasar o outro para que o agressor tenha uma boa auto-estima, para demonstrar poder, pois ele é ávido de admiração e aprovação, manipulando os demais para atingir esses resultados. A perversidade não provém de um problema psiquiátrico, mas de uma racionalidade fria combinada a uma incapacidade de considerar os outros como seres humanos. (FREITAS, 2001, p. 9)

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Monica Maria Torres de. Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira. In. **Família e Famílias:** práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, pp. 133-152.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres e Educação: uma História sem registro. In.: _____. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ALVAREZ, Sonia. Feminismos latinoamericanos: reflexiones teóricas y perspectivas comparativas. In: RÍOS TOBAR, Marcela (Org.). **Reflexiones teóricas y comparativas sobre los feminismos en Chile y America Latina**. Santiago: Notas del Conversatorio, 1998. p. 4-22.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. In. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n. 129, p.637-651, set/dez.2006.

AQUINO, Estela M. L. Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In. **Pensando Gênero e Ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005-2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 11-18.

ARAUJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi. Percepções e práticas de gênero em perspectiva comparada. In. COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Billa; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp.227-243.

ARRUDA, Ângela. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. In. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, novembro/ 2002.

AZEVEDO, Nara e FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. In. **Cadernos Pagu** (27) 2006.

BARROS, Maria Elizabeth Barros de. HECKERT, Ana Lúcia Coelho. MARCHIORI, Flávia Moreira. Desafios para a pesquisa dos processos de trabalho: a CAP como estratégia. In. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, UERJ, RJ, ANO 6, N.1, 1º SEMESTRE DE 2006.

BARROSO, Carmem. Metas de Desenvolvimento do Milênio, Educação e Igualdade de Gênero. In. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 573-582, set./dez. 2004.

BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.76, pp.50-56, fevereiro de 1991.

BLAY, Eva Alterman. Núcleos de estudos da mulher x academia. In. **Pensando Gênero e Ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005-2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 45-52.

BOURDIEU. Pierre. **A dominação masculina revisitada**. Daniel Lins (org.); Tradução Roberto Leal Ferreira – Campinas, SP: Papirus, 1998.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista** – a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, p. 49-81.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? **II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho**, Águas de Lindóia, 1 a 5 de Dezembro de 1996.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 110, jul. 2000 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2009. doi: 10.1590/S0100-15742000000200003.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, dez. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 mar. 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982006000200009

BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos**. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), v. 37, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. e RICOLDI, Arlene Martinez. Família e Trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. In. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p.93-123, jan./abr. 2009.

BULPORT, Andrée Kartchevsky. Trabalho Feminino, Trabalho das Mulheres: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In. **Relações de Trabalho, Relações de Poder.** Brasília: Unb, 1997. PP. 13-22

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, M. C. Brant. E NETTO, J.P. In. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. – 6 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In. ACOSTA e VITALE (orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 5ª Ed. Cortez Editora e CEDPE/PUC-SP, 2010.

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. *In*: **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 169-285.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Sylvia T; CODO, Wanderley. Psicologia Social. **O Homem em Movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 58-75

COIMBRA, Cecília Maria. Tensão ou oposição entre ciência e política na pós-graduação? Um falso problema? In. **Psicologia e Sociedade**. 16 (1): 86-97; Número Especial 2004.

COMBES, Daniéle. e HAICAULT, Monique. Divisão sexual do trabalho, produção-reprodução. In. **Relações de Trabalho, Relações de Poder.** Brasília: Unb, 1997. p.23-43.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 24, n. 2, jun. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 ago. 2010. doi: 10.1590/S0102-37722008000200006.

COSTA, Ana Alice. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2000.

CRUZ, Maria Helena Santana. Novas tecnologias e impactos sobre a mulher. In. COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.280p. (Coleção Bahianas; 8)

_____. Relações de Gênero e Educação: uma aproximação conceitual. In. **Candeeiro** (Revista de Política e Cultura da Seção Sindical dos Docentes da UFS), ANO VI, v. 9 e 10, outubro de 2003.

DENZIN, Norman K. e LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitative: teorias e abordagens.** Tradução Sandra Regina Netz. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 69.

DUBAR, Claude. **A Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução Andrea Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família e da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Centauro Editora, 2002. p. 29-116.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

FARGANIS, Sondra. O Feminismo e a Reconstrução da Ciência Social. In. **Gênero, corpo, conhecimento.** Alison M. Jaggar, Susan R. Bordo (editoras); tradução de Britta Lemos de Freitas. – Rio de janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 224-240.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. Sobre a arte ou a estética do ato de pesquisa na educação. In. _____. (org.) **A pesquisa em Educação e as transformações do conhecimento**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1997, p. 11.15. (Coleção Práxis).

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

FREITAS, Maria Ester de. Assedio moral e assedio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Revista Administração de Empresas/FGV/EAESP.** São Paulo, v. 41, n. 2, Junho 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Mar. 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902001000200002.

GAMA, Andrea de Sousa. "Entre o Trabalho e a Família" – contradições das respostas públicas às reconfigurações da divisão sexual do trabalho. In. **Família e Famílias:** práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, p.95-113.

GIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1993.

_____. As Conseqüências da modernidade. Tradução Raul Fiker. – São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GEORGES, Isabel. Entre vida doméstica e vida profissional. Engenheiras no Brasil e na França. In. COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Billa; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp.245-261.

HIRATA, Helena. Tecnologia, Qualificação e Divisão Sexual do Trabalho. In.: **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, p.197-219.

_____. Divisão sexual do trabalho: o estado das artes. In.: **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002b, p.273-289.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. IN. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez.2007.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniéle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In. COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Billa; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.263-278.

INÁCIO, Aparecido. LORENA, Lara. Uma abordagem jurídica da precarização do trabalho docente nas Universidades Públicas. In. **Universidade e Sociedade**. Ano XIII - Nº31 – Outubro de 2003.

JAGGAR, Alison M. Amor e Conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In. JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo e Conhecimento.** Trad. Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e Esfera Pública**: a construção simbólica de espaços públicos no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andreè et al. **O sexo do trabalho. Rio** de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

KERGOAT, Daniele. Da divisão do trabalho entre os sexos. In. HIRATA, Helena. (org.) **Divisão capitalista do trabalho**. São Paulo: Tempo Social: Rev. Sociol. USP, 1989, 88-96.

LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In. ULRICH, Beck. GIDDENS, Anthony, LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.135-206.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A pesquisa Científica Hoje**. In. _____. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciência humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Nadia Regina Loureira de Barros. As mulheres nas ciências: o desafio de uma passagem... a passagem do privado para o publico. In.: **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. / Organizado por Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Barcellas Sardenberg. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, p. 51-65.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: família. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 2

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. – São Paulo: Cortez, 1985.

MAFFIA, Diana. Crítica feminista à ciência. In. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Bacellar Sardenberg (orgs.) Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 25-38.

MANCEBO, Deise. Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. In**. Educ. Soc**., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 845-866, Especial - Out. 2004. Disponível em :www.scielo.br, acesso em 24 de novembro de 2009.

MANCEBO, Deise, MAUÉS, Olgaíses & CHAVES, Vera Lucia Jacob. Crise e Reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. In. **Educar**. Curitiba, n.28, p.37-53, 2006. Editora UFPR.

MARRY, Catherine. As carreiras das mulheres no mundo acadêmico. O exemplo da biologia. In. COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Billa; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp.403-419.

MATOS, Marlise. A institucionalização do feminismo no Brasil. Os núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores e conhecimento: a experiência da REDEFEM. In. **Pensando Gênero e Ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005-2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 65-74.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, Silvia Leser. Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo. São Paulo: Ática, 1998.

MINAYO, Maria Cecília S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. A armadilha da igualdade. In. _____. **Elogio da diferença**: o feminismo emergente. São Paulo: Brasiliense, 1993.

OGANDO, Ana Carolina Freitas Lima. Feminisno. Justiça e Reconhecimento: repensando o papel da mulher brasileira nos espaços públicos e privados. **Teoria e Sociedade**, nº 16.2 – julho-dezembro de 2008, p. 98-127.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Tradução Marta Avancini. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAUTASSI, Laura C. Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas. In**. Revista Internacional de Direitos Humanos**. Nº6, Ano 4, 2007.

PORTOLÉS, Carmem Magallón. Introducción. La perspectiva de gênero en los estúdios sociales de la ciencia. In: **Estudios sobre la Ciencia. Pioneiras Espanholas en las Ciencias.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1998, p.27-61. Tradução Própria: Silmere Alves Santos de Souza.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. **Cadernos Pagu** (11), 1998, pp.141-155.

RIAL, Carmen; LAGO, Mara Coelho de Souza, GROSSI, Miriam Pillar. **Relações Sociais de sexo e relações de gênero:** entrevista com Michèle Ferrand. Estudo Feministas, Florianópolis, 13(3):320, setembro-dezembro/2005.

RIBEIRO, Flávia. Filósofa e mártir. In. **Aventura na História**. Edição 81 – Abr.2010.

RIVAZI, Sayyid Salman e SOFER, Catherine. Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In. COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Billa; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp.107-124.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **O poder do macho.** Trata-se da 11ª edição (5 mil exemplar cada) de um livro, São Paulo, p. 4-120, 2001.

_____. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: Tatau Godinho; Maria Lúcia da Silveira. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, v. 1, p. 35-42.

_____. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo Perspect., São Paulo, v. 13, n.14, dez 1999. Disponível em http://www.scielo.br. Acesso em 16 de jul 2009.

_____. **Ontogênese e filogênese do gênero:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/ FLACSO BRASIL, junho 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira.** São Paulo: editora brasiliense, 4ª Ed, 1993.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.280p. (Coleção Bahianas; 8)

SCAVONE, Lucila. **Dar a Vida e Cuidar da Vida**: Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHWEITZER, Sylvie. As mulheres e o acesso às profissões superiores. Uma comparação européia, séculos XIX e XX. In. COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Billa; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (orgs). **Mercado de Trabalho e Gênero:** comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp.371-385.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade.** Porto Alegre V.20(2), julho/dezembro. 1995, pp.71-99.

_____. Entrevista com Joan Wallach Scott. In. **Estudos Feministas**. ANO 6, 1º Semestre de 1998, p.115-124.

SÊGA, Christina Pedrazza. **Sociedade e interação:** um estudo das diferentes formas de interagir. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, nov. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 abr. 2011. doi: 10.1590/S0103-20702005000200015.

SEVERINO, A Joaquim e FAZENDA, Ivani c. Arantes. Consolidação dos cursos de pós-graduação em educação: condições epistemológicas políticas e institucionais. In. **Conhecimento, Pesquisa e Educação**. Campinas/SP: Papirus, 2001. p. 51-65.

SHOTTER, John; LOGAN, Josephine. A penetração do patriarcado: sobre a descoberta de uma voz diferente. In: GERGEN, Mary Mc Canney (org). O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos – EDUNB, 1993.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. A Constituição da Identidade Masculina: Alguns Pontos para Discussão. *Psicol. USP* [online]. 1997, vol.8, n.1, pp. 113-130. ISSN 0103-6564. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641997000100007.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 43, jun. 2000 . Disponível em <http://www.scielo.br>. acesso em 08 out. 2000.

SUTTER e BUCHER-MALUSCHKE, Pais que cuidam de filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. In **Psico**. *v. 39,* n. 1, pp. 74-82, jan./mar. 2008.

STEIL, Andrea Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno teto de vidro. In. **Revista de Administração.** São Paulo v. 32, n.3, p.62-69, julho/setembro de 1997.

TABAK, Fanny. Estudos substantivos sobre mulher e ciências no Brasil. In.: **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. / Organizado por Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Maria Barcellas Sardenberg. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002, P. 39-49.

_____. Sobre avanços e obstáculos. In. **Pensando Gênero e Ciência**. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005-2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006, p.21-29.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 321)

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Trad. Francisco Morás. Petropólis, RJ: Vozes, 2007.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In. JAGGAR e BORDO. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, PP. 186-203.

VYGOTSKI, L. S. Obras escogidas II: problemas de psicologia general. Madrid: Visor, 1992.

ZACARON, Sabrina Silva. Família e Homossexualidade: uma reflexão acerca das configurações da família na contemporaneidade e os direitos sociais. In. **Família e Famílias:** práticas sociais e conversações contemporâneas. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011, pp. 133-152.

ZANELLA, Andréa Vieira. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. In. **Psicologia & Sociedade**; 17 (2): 99-104; mai/ago.2005

FONTES DA PESQUISA:

Anuário Estatístico da UFS 2005-2007 www.ufs.br

Base de Dados do CNPQ – Currículo Lattes. www.cnpq.br

Diário Oficial, n. 125, de 3 de julho de 2009.

Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Plataforma Lattes (2011). www.cnpq.br

Edital POSGRAP nº 15/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese dos Indicadores Sociais 2006, 2009, 2010. Disponível em: www.ibge.org.br

Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006.

Lei 11.344, de 08 de setembro de 2006.

Plano de Desenvolvimento Institucional/UFS 2005-2009.

Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos. Lei 11.784, de 22 de setembro de 2008.

Relatório OIT/PNUD 2009. O Relatório Regional *Trabalho e Família: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social*.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. *O Desafio do Equilíbrio entre o Trabalho, Família e Vida Pessoal*, Brasília, 2009.

Relatório CPD/UFS, 2008.

Resolução Normativa 16/2006 do CNPQ.

APENDICES

FORMULÁRIO
APENDICE A

1 Sua faixa etária:
1 ( ) 21-30 anos
2 ( ) 31-40 anos
3 ( ) 41-50 anos
4 ( ) 51-60 anos
5 ( ) acima de 61 anos

2 Estado civil:
1 ( ) solteira
2 ( ) casada/ tem companheiro
3 ( ) separada judicialmente/divorciada
4 ( ) viúva

3 Sua Remuneração:
1 ( ) até. 07 salários mínimos
2 ( ) até. 09 salários mínimos
3 ( ) até. 11 salários mínimos
4 ( ) até. 15 salários mínimos
5 ( ) acima de 15 salários mínimos

4 Você se considera financeiramente, chefe de sua família?
1 ( ) sim
2 ( ) não. O chefe é meu marido/companheiro.

5 Raça/Etnia/Cor:
1 ( ) branca
2 ( ) negra
3 ( ) Parda
4 ( ) Oriental

6 Investimento em qualificação profissional (mestrado, doutorado):
1 ( ) próprio
2 ( ) bolsa de estudos

7 Estado/país/ano de obtenção do título de:
Mestrado:_____
Instituição:_____

Doutorado:_____
Instituição:_____

Pós-Doutorado:_____
Instituição:_____

8 O que ou quem motivou/influenciou você a eleger a academia como projeto profissional?
_____
_____

9 Tempo de serviço como docente de ensino superior na universidade federal:
1 ( ) menos de 3 anos
2 ( ) 3-13 anos
3 ( ) 14-24 anos
4 ( ) 25-35 anos

10 Área de atuação profissional:
1 ( ) ciências exatas
2 ( ) ciências biológicas e da saúde
3 ( ) ciências sociais e aplicadas
4 ( ) ciências humanas

Qual curso?_____

11 Porque você optou por esse curso e por essa área?
_____
_____

12 Existe divisão sexual dos cursos na universidade?
1 ( ) sim
2 ( ) não. Isso é coisa de feminista.

13 Você atualmente trabalha: (Marque um X nas opções que compõem sua resposta)
1 ( ) graduação
2 ( ) pós-graduação
3 ( ) pesquisa
4 ( ) extensão
5 ( ) administrativo (chefia de departamento, centro, pró-reitoria)

14 Regime de trabalho
1 ( ) 20H
2 ( ) 40H
3 ( ) Dedicação Exclusiva

15 Principal turno de trabalho na universidade:
1 ( ) diurno
2 ( ) noturno

16 Horas, por dia, dedicadas ao trabalho produtivo. (Deve incluir as horas trabalhadas em casa).
1 ( ) 4 horas
2 ( ) 8 horas
3 ( ) 12 horas

17 Em seu departamento predominam:
1 ( ) professores
2 ( ) professoras

18 Você já assumiu alguma chefia na estrutura organizacional da universidade? Qual e por quanto tempo?
_____
_____

19 Sua família é composta por: (Marque com um X as opções que compõem a sua resposta)
1 ( ) conjugue
2 ( ) filhos. Quantos?_____
3 ( ) enteados. Quantos?_____
4 ( ) outro membro: _____

Se não tem filhos vá para a questão 24
20 Faixa etária dos filhos:
1 ( ) 0-6 anos. Quantos?_____
2 ( ) 7-12 anos. Quantos?_____
3 ( ) 13-18 anos. Quantos?_____
4 ( ) 19-21 anos. Quantos?_____

21 O que lhe motivou a ser mãe?
1 ( ) a família só é completa com crianças

2 ( ) o amor pelas crianças
3 ( ) outro

22 Você classificaria o pai dos seus filhos como:
1 ( ) pai ausente
2 ( ) pai presente
3 ( ) pai ausente apesar de morar na mesma residência

23 Qual ou quais destas atividades domésticas são responsabilidades suas no dia a dia da sua casa? (Marque um X nas opções que compõem a sua resposta)
1 ( ) cozinhar, lavar pratos, lavar e passar roupas.
2 ( ) cuidado com as crianças, os idosos e os incapacitados da família.
3 ( ) administração da unidade doméstica, (pagamento de contas, administração do patrimônio, aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família)
4 ( ) não desenvolvo nenhuma destas atividades.

24 Para realização das atividades domésticas conto com:
1 ( ) empregada doméstica
2 ( ) familiares/ amigos
3 ( ) divido com meu cônjuge de forma equitativa a realização das atividades.
4 ( ) meu cônjuge ajuda-me quando tem tempo.
5 ( ) só divido com a empregada. Essas são responsabilidades minhas.
6 ( ) outro. Qual?_____

25 Horas, do seu dia, dedicadas às atividades domésticas.
1 ( ) 4 horas
2 ( ) 8 horas
3 ( ) 12 horas
4 ( ) acima de 12 horas
5 ( ) nenhuma. Não desenvolvo estas atividades.

26 Você assume as despesas com:
1 ( ) salário de empregadas domésticas
2 ( ) escola e atividades educacionais das crianças
3 ( ) plano de saúde das crianças
4 ( ) vestuário das crianças
5 ( ) alimentação da família
6 ( ) outras.

Quais?_____

27 No orçamento doméstico:
1 ( ) todas as despesas são divididas equitativamente com o meu cônjuge.
2 ( ) Minha remuneração é complementar à do meu cônjuge. O homem tem que pagar as despesas com o lar.
3 ( ) Assumo de forma preponderante as despesas domésticas.

28 Quantas jornadas de trabalho você identifica no seu dia a dia? Quais são?
_____
_____

29 Quantas horas do seu dia são dedicadas ao descanso e/ou ao lazer?
1 ( ) menos de 8 horas por dia
2 ( ) 8 horas por dia – o horário do sono.
3 ( ) mais de 8 horas por dia – sono, atividade física e encontros sociais.

30 Você tem limitações para viajar a trabalho ou para trabalhar em horário noturno?
1 ( ) sim
2 ( ) não
3 ( ) As vezes

31 Quais limitações e por que existem estas limitações?

_____
_____

32 Qual a sua prioridade:
1 ( ) projeto profissional
2 ( ) projeto familiar
3 ( ) não abro mão de nenhum dos dois projetos.
4 ( ) adio o projeto familiar o máximo possível.

Porquê?_____
_____

33 Você se considera feminista?
1 ( ) sim
2 ( ) não

34 O que significa para você relações sociais de gênero/sexo?

_____
_____

35 Já participou de algum debate/evento sobre relações sociais de gênero na UFS?
1 ( ) sim
2 ( ) não. Porquê?

_____
_____

Agradecemos sua colaboração.

QUESTIONARIO ABERTO

APENDICE B